



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

ROSA CARMEN DE MELO SANTOS

O CHOQUE DAS CULTURAS DA ORDEM

**NATAL – RN
2013**

ROSA CARMEN DE MELO SANTOS

O CHOQUE DAS CULTURAS DA ORDEM

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito à aprovação no Mestrado em Ciências Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Gilmar Santana.

**NATAL – RN
2013**

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Santos, Rosa Carmen de Melo.

O choque das culturas da ordem / Rosa Carmen de Melo Santos. –
2013.

205 f.: il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do
Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós
Graduação em Ciências Sociais, 2013.

Orientador: Prof. Dr. Gilmar Santana.

1. Policiais Militares - Paraíba. 2. Disciplina militar - Paraíba. 3.
Hierarquias. 4. Direitos Humanos - Paraíba. I. Santana, Gilmar. II.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BSE-CCHLA

CDU 355.02(813.3)

ROSA CARMEN DE MELO SANTOS

O CHOQUE DAS CULTURAS DA ORDEM

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais pelo Mestrado em Ciências Sociais do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Gilmar Santana
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Orientador

Prof. Dr. José Willington Germano
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Membro

Prof. Dr. Dinarte Varela Bezerra
Universidade Federal da Paraíba
Membro Externo

**NATAL – RN
2013**

Dedico este trabalho a todos aqueles que acreditam ser a Educação bem mais transcendente que a mera doutrinação de mentes servis. Pois, para os verdadeiros educadores, o processo educacional é a porta aberta para que seja forjada a reflexão crítica dos educandos, como a única forma de atingir-se a verdadeira liberdade e o gozo pleno de seus direitos como cidadão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pelas dádivas que me tem proporcionado, servindo-me de esteio nas vitórias e de amparo e força nos percalços que enfrentei na elaboração e conclusão não só deste trabalho como em todos os dias da minha vida.

Ao meu esposo Eduardo, por todo apoio que me proporcionou durante o tempo que tive que me dedicar à execução desta tarefa, me incentivando a expandir meus horizontes.

Aos meus filhos Juliana e Carlos Eduardo, razão de todo meu esforço em progredir, cuja compreensão e carinho me incentivaram, diariamente, por todo o transcorrer de meus estudos e, mais ainda, agora em sua conclusão.

Aos meus pais, que me proporcionaram a dádiva da vida e sempre almejaram a minha felicidade.

Ao meu genro e amigo André Márcio, por toda presteza e incentivo ao longo de todos os meses que transcorreram durante os estudos e, posteriormente, na execução desta dissertação.

Ao meu amigo e orientador Professor Doutor Gilmar, por toda as preciosas contribuições que me ofertou, dedicando preciosas horas de seu dia para ajudar-me a elaborar e a concluir esta pesquisa científica.

Aos meus amigos e sobrinhos de coração Ellen Patrícia, Antônio Carlos, Giuliana e Iury Grécia, que me incentivaram durante todas as etapas deste trabalho.

A nossa democracia é uma democracia muito fraca, [...] a polícia se vê em um confronto grande, entre o que se pretende alcançar, a democracia plena, com respeito aos Direitos Humanos, e, ao mesmo tempo, nós somos um país de grandes contradições. Uma parte das instituições que querem o respeito às leis, e, por outro lado a população que não tem conhecimento e quer que o policial aja com truculência. [...] O policial fica meio perdido, de um lado ele quer respeitar a legislação, mais, é pressionado por outra pessoa a não respeitar.

(Cadete 3º ano do CFO paraibano)

RESUMO

Ao longo da história brasileira, o emprego das forças coercitivas governamentais tem gerado, em certos aspectos, um profundo distanciamento entre a Polícia Militar e a sociedade. Pois, durante séculos, as ações policiais têm evidenciado os interesses governamentais, desprezando-se a propiciação do bem estar social e do interesse público. Todavia, recentemente, com a abertura democrática brasileira e uma busca crescente pela fortificação dos direitos dos cidadãos, as ações de renovação começam a atingir o trabalho policial militar e, conseqüentemente, os paradigmas que regem o processo formativo desses profissionais. Assim, este trabalho se volta à análise da crise de sentido enfrentada pelos policiais militares em formação, diante do **choque das culturas da ordem**, ao confrontarem o militarismo tradicionalista e autoritário e as atuais exigências sociais acerca de uma atuação profissional mais humanizada. Diante da complexidade desse tema, julgou-se pertinente a utilização, não apenas de um vasto arcabouço teórico, mas, também se buscou subsídios em uma extensa pesquisa de campo, a qual forneceu um precioso arsenal de informações qualitativas, colhidas das percepções dos cadetes. Como resultado deste estudo teve-se a comprovação da hipótese levantada, concluindo-se que os oficiais policiais militares em formação na Paraíba têm dificuldade em lidar com o momento de transição social, marcado pela busca da consolidação da democracia, pelo qual atravessa o país. Com base no que foi averiguado, chegou-se ao entendimento que esses policiais militares ainda têm bastante presente, no seu processo ensino-aprendizagem, a dialética existente entre um militarismo tradicionalista e autoritário, fortemente arraigado, e as atuais exigências sociais acerca de uma atuação profissional democrática, ética e humanizada.

Palavras-chave: Polícia Militar. Disciplina. Hierarquia. Direitos Humanos. Cidadania.

ABSTRACT

Throughout Brazilian history, the use of coercive government forces has led, in some aspects, a severe disconnect between the military police and society. Therefore, during centuries, the police actions have highlighted government interests, ignoring the propitiation of social wellbeing and public interest. However, recently with the Brazilian democratic opening and an increasing search for the fortification of citizens' rights, a scenario of renovation begins to reach the military police work and, consequently, the paradigms that govern the formation process of these professionals. Thus, this paper turns to analysis of the crisis of sense faced by police officers in training before **the clash of cultures of the order**, as they confront traditionalist and authoritarian militarism and current social demands about a more humanized professional activity. Given the complexity of this topic, it was deemed appropriate to use not only a broad theoretical framework, but also sought subsidies on extensive field research, which provided a valuable arsenal of qualitative information gathered from cadets' perceptions. As a result of this study the proof of the discussed hypothesis, concluding that the military police officers under training in Paraíba have difficulty dealing with the moment of social transition, marked by the pursuit of consolidating democracy, by which crosses the country. Based on what was examined, it was the understanding that in their teaching-learning process, these policemen have a still very present dialectic between a traditionalist and authoritarian militarism, strongly rooted, and the current social demands about democratic professional practice, ethical and humanized.

Keywords: Military Police. Discipline. Hierarchy. Human Rights. Citizenship.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTOS

Foto 1	Capa do DVD do filme tropa de Elite (2007)	45
Foto 2	Medalha do Mérito Cel. PM Elísio Sobreira	93
Foto 3	Medalha do Mérito Policial Militar	94
Foto 4	Medalha do Mérito Policial Militar	94
Foto 5	Distintivo do GATE sem a caveira	104
Foto 6	Distintivo do GATE com caveira	105
Foto 7	Treinamento com agentes químicos	108
Foto 8	Treinamento com armamento portátil	108
Foto 9	Treinamento com equipamento não-letal	109
Foto 10	Treinamento com carabina .30	109

FIGURAS

Figura 1	Insígnias do Oficialato da Polícia Militar	101
Figura 2	Insígnias dos Praças da Polícia Militar	101
Figura 3	Uniformes das tropas especiais da PMPB	102
Figura 4	Distintivo do BOPE paraibano	103
Figura 5	Distintivo do BOPE do Distrito Federal	106
Figura 6	Distintivo do BOPE do Rio Grande do Norte	106
Figura 7	Distintivo do BOPE da PM do Rio de Janeiro	107

GRÁFICOS

Gráfico 1	Quantos cadetes responderam ao questionário	133
Gráfico 2	Faixa etária dos cadetes da APMCB	134
Gráfico 3	Gênero dos cadetes da APMCB	135
Gráfico 4	Quantidade de vezes que o filme foi assistido pelos cadetes	136
Gráfico 5	Percepção sobre o risco de vida da profissão	137

Gráfico 6	Causas da corrupção do policial militar	138
Gráfico 7	A influência da criminalidade frente à corrupção do policial	139
Gráfico 8	A relação entre a formação e a corrupção do policial	140
Gráfico 9	A causa predominante na corrupção do policial	141
Gráfico 10	A diferenciação da formação entre os policiais	143
Gráfico 11	Relação teoria e prática profissional	144
Gráfico 12	O perfil de um bom policial	146
Gráfico 13	O policial bem formado e a prática profissional	147
Gráfico 14	A influência do fator emocional	149
Gráfico 15	A justificativa do emprego da violência na formação do policial	150
Gráfico 16	O resultado do emprego da violência na formação do policial	152
Gráfico 17	A utilização das canções na formação do policial	153
Gráfico 18	A influência da mídia no trabalho do policial	154
Gráfico 19	A exposição midiática do trabalho do policial	155
Gráfico 20	Maior prejudicado pela imagem negativa do policial	156
Gráfico 21	A veiculação da imagem do policial pela mídia	157
Gráfico 22	A associação de temas à imagem midiática do policial	158
Gráfico 23	A finalidade dos Direitos Humanos e a atividade policial	160
Gráfico 24	A resistência dos policiais à observação dos Direitos Humanos	161
Gráfico 25	Quem é mais beneficiado pelos Direitos Humanos	162
Gráfico 26	Cadetes femininos (Direitos Humanos são para criminosos)	164
Gráfico 27	Cadetes masculinos (Direitos Humanos são para criminosos)	165

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Quantos cadetes responderam ao questionário	132
Tabela 2	Faixa etária dos cadetes da APMCB	133
Tabela 3	Gênero dos cadetes da APMCB	134
Tabela 4	Quantidade de vezes que o filme foi assistido pelos cadetes	135
Tabela 5	Percepção sobre o risco de vida da profissão	136
Tabela 6	Causas da corrupção do policial militar	137
Tabela 7	A influência da criminalidade frente à corrupção do policial	139
Tabela 8	A relação entre a formação e a corrupção do policial	140
Tabela 9	A causa predominante na corrupção do policial	141
Tabela 10	A diferenciação da formação entre os policiais	142
Tabela 11	Relação teoria e prática profissional	144
Tabela 12	O perfil de um bom policial	145
Tabela 13	O policial bem formado e a prática profissional	147
Tabela 14	A influência do fator emocional	148
Tabela 15	A justificativa do emprego da violência na formação do policial	150
Tabela 16	O resultado do emprego da violência na formação do policial	151
Tabela 17	A utilização das canções na formação do policial	153
Tabela 18	A influência da mídia no trabalho do policial	154
Tabela 19	A exposição midiática do trabalho do policial	155
Tabela 20	Maior prejudicado pela imagem negativa do policial	156
Tabela 21	A veiculação da imagem do policial pela mídia	157
Tabela 22	A associação de temas à imagem midiática do policial	158
Tabela 23	A finalidade dos Direitos Humanos e a atividade policial	159
Tabela 24	A resistência dos policiais à observação dos Direitos Humanos	161
Tabela 25	Quem é mais beneficiado pelos Direitos Humanos	162
Tabela 26	Cadetes femininos (Direitos Humanos são para criminosos)	163
Tabela 27	Cadetes masculinos (Direitos Humanos são para criminosos)	164

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACPMCB	Academia de Polícia Militar do Cabo Branco
BOPE	Batalhão de Operações Especiais
BPM	Batalhão de Polícia Militar
CCB	Comando do Corpo de Bombeiros
Cegeste	Curso de Especialização em Gestão e Tecnologias Educacionais
Cel.	Coronel
CEPE	Centro de Pós-Graduação e Pesquisa
CEPMPB	Centro de Educação da Polícia Militar da Paraíba
CFAP	Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças
CFO	Curso de Formação de Oficiais
Coperve	Comissão Permanente do Concurso Vestibular
COT	Comando de Operações Táticas
COTer	Comando de Operações Terrestres
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPTran	Companhia de Policiamento de Trânsito
GATE	Grupo de Ações Táticas Especiais
GPIs	Grupos de Pronta Intervenção
IGPM	Inspetoria Geral das Polícias Militares
PMPB	Polícia Militar da Paraíba
PSS	Processo Seletivo Seriado
PT	Partido Trabalhista
SAP/CE	Serviço de Atendimento Psicológico do Centro de Educação da PMPB
Senasp	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SUSP	Sistema Único de Segurança Pública
Ten. Cel.	Tenente-coronel

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 A FORMAÇÃO DA FORÇA COERCITIVA COMO FÁBRICA DE ORDENS	26
2.1 A CONSTRUÇÃO DA DISCIPLINA: o ritmo fabril e a clausura religiosa.....	32
2.2 ENSINO MILITAR: a disciplina como instrumento de controle.....	38
2.3 A VIGILÂNCIA DA HIERARQUIA E OS SISTEMAS DE PODER.....	41
2.4 LEGITIMIDADE DA FORÇA COERCITIVA: uma necessidade burocrática.....	48
2.5 A CULTURA DA ORDEM E A INVERSÃO DE PODERES.....	51
3 INSEGURANÇA E DESCRÉDITO: as consequências do medo	56
3.1 A BUSCA PELO HEROI VINGADOR.....	58
3.2 CAPITÃO NASCIMENTO: a personificação da insegurança.....	66
3.3 POLICIAL MILITAR: um cidadão em defesa da cidadania.....	70
3.4 O <i>ETHOS</i> MILITARISTA E A QUEBRA DOS PARADIGMAS.....	73
3.5 CFO PARAIBANO: lições do passado e a educação para o futuro.....	83
4 OBEDIÊNCIA E CORPOS: a simbologia militar como perpetuação e delimitação do campo	92
4.1 OS SISTEMAS SIMBÓLICOS COMO FERRAMENTAS DE PODER.....	93
4.2 A IMPORTÂNCIA DOS SÍMBOLOS NA FORMAÇÃO DO <i>HABITUS</i>	97
4.3 SOB O STATUS DA CAVEIRA.....	100
4.4 AS CODIFICAÇÕES DO ESPAÇO E AS SIMBOLOGIAS DE PODER.....	110
4.5 A FORÇA DOS SÍMBOLOS E A IMERSÃO NOS VALORES.....	113
5 O CONFLITO COBRA O SEU PREÇO: é preciso cuidar do cuidador	114
5.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA E A ATENÇÃO BIOPSISSOCIAL.....	115
5.2 PORQUE FORMAR BEM OS FORMADORES.....	123
6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	130
6.1 A PESQUISA DE CAMPO E A ANÁLISE DOS DADOS.....	130
6.1.1 Questionários	130
6.1.1.1 Procedimentos para construção dos Gráficos e Tabelas gerados pelos dados dos questionários.....	131
6.1.1.2 Exposição dos valores relativos e absolutos obtidos pela tabulação dos dados.....	132

6.1.2 Relatório do Grupo Focal realizado com os cadetes do 3º ano do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar da Paraíba.....	172
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES.....	186
7.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	186
7.2 RECOMENDAÇÕES.....	190
REFERÊNCIAS.....	195
APÊNDICE.....	199
Apêndice A - Questionário aplicado aos cadetes do CFO.....	200

1 INTRODUÇÃO

A presença da atividade policial vem sendo verificada em inúmeras organizações políticas, no vasto período compreendido entre o nascimento das cidades-estados, na Antiguidade, e a contemporaneidade. Durante esse percurso, a despeito das sociedades terem passado por incontáveis transformações, nos aspectos culturais, políticos, ou socioeconômicos, diversas formas de força coercitiva sempre estiveram ligadas ao modo como as autoridades políticas buscaram exercer seu poder, através do controle social.

Portanto, quando as forças policiais militares são analisadas, enquanto partícipes desse processo, observa-se que a função social para qual foram destinadas, ao longo de sua existência, vêm enfatizando o seu caráter de regulador das relações interpessoais, controlando e ordenando a sociedade.

Sob esse aspecto, avaliando-se a realidade brasileira de acordo com a perspectiva weberiana, é possível afirmar que, no Brasil, assim como nas demais estruturas burocráticas governamentais, a presença da força coercitiva tem sido indispensável à existência do Estado e à manutenção do poder das classes dominantes. Deste modo, compreende-se como foi sendo formada e nutrida a relação entre as Polícias Militares e a sociedade brasileira, a qual teve como base um consistente histórico de autoritarismo e de patrimonialismo, desde o período colonial.

No Brasil, o controle social exercido pelas Polícias Militares nasceu imerso em uma realidade complexa e desordenada, balizando seus primeiros passos em um sistema de poder injusto e centralizador, regido por escravocratas e latifundiaristas. Consequentemente, entende-se como o nascedouro da cultura da ordem que permeou as instituições Policiais Militares brasileiras, brotou da imposição da violência física e das punições brutais, sobre os cidadãos, ofertadas pelo próprio Estado.

Forjados como braços armados do poder estatal, os policiais militares ficaram responsáveis pela árdua e desgastante tarefa de executar o que lhes fora ordenado pelas autoridades governamentais, no que tange a manutenção do controle social. Através do rígido controle das forças coercitivas, a classe burocrática dominante vem, ao longo dos tempos, buscando gerar condições para comandar o país, como bem lhe aprouver. Inúmeras vezes, essa postura tem favorecido ao

distanciamento desses agentes da Segurança Pública das necessidades sociais, tornando o seu trabalho refém de interesses particularistas da restrita elite composta pelos governantes e pessoas que lhes são caras.

Apesar de contar com séculos de existência, tendo participado ativamente das diversas fases vivenciadas pela sociedade brasileira, o perfil do aparato estatal coercitivo brasileiro, no que se refere ao emprego da força e à interferência na dinâmica social, não apresentou transformações essenciais. Mesmo podendo contar com novas técnicas e aparatos logísticos e diante de uma mais recente e significativa reivindicação social por mudanças para um perfil policial militar mais democrático e próximo ao cidadão, esse serviço público não vem sendo, prioritariamente, guiado por laços de empatia com o desejo de paz e segurança emanado da sociedade.

À proporção que a sociedade brasileira se ampliou, experimentando várias formas de governo, as Polícias Militares aumentaram seu efetivo e poder bélico, ao passo que crescia a distância em relação às importantes funções sociais que também deveriam constar de suas atribuições, como: a assistência às atividades comunitárias; o socorro indiscriminado à sociedade e a promoção da paz social.

Assim, compreende-se como, ao longo dos anos, o emprego da atuação policial militar se constituiu em um dos pilares das estruturas de poder, que se sucederam no Brasil, Essa tornou a condição necessária para que a elite dominante do Estado impusesse, aos demais grupos sociais, uma ideologia cujos princípios e valores embasavam-se na necessidade de um rígido controle social. Pois, apenas de uma sociedade ordeira se obteria o progresso desejado, mesmo que, para tanto, os projetos governamentais sobrepujassem os anseios sociais.

Conseqüentemente, estabeleceu-se um crescente distanciamento, entre as Corporações Policiais Militares e a sociedade, que se tornou ainda mais evidente nos períodos em que o Brasil esteve sob o domínio militar. Além de garantir a governabilidade de ditadores, conforme aconteceu na era Vargas, os policiais militares foram imprescindíveis para assegurar a Ditadura Militar no Brasil (entre 1964 e 1985). Atuando junto à sociedade com mãos de ferro, a força policial contribuiu para tornar ainda mais profundo e intransponível o abismo que vem causando uma desvinculação, cada dia maior, entre as Polícias Militares e os cidadãos.

Mas, apesar desse longo e conturbado percurso, a história recente do país vem se encaminhando para os novos horizontes trazidos pela abertura democrática. Com base nessa perspectiva, em diversos setores sociais do Brasil, principalmente na classe média, um novo entendimento acerca da manutenção da ordem social foi sendo corporificado, principalmente depois do período ditatorial militar. Pois, sabe-se que apenas a mera existência da obrigatoriedade legal do cumprimento da lei, utilizando-se instituições como a Polícia Militar como instrumento de força governamental, não garante a ordem social e o silêncio dos que lhes estão submetidos.

Deste modo, a atuação policial transformou-se em um forte ponto de tensão nas reivindicações sociais, à medida que os cidadãos se tornaram mais conscientes da importância de estabelecer-se o respeito aos seus direitos de cidadania. Daí surge a conscientização de que é preciso que os cidadãos requeiram das autoridades políticas uma atuação mais justa e legítima junto à sociedade, dedicando uma maior atenção aos seus anseios, tornando-se capaz de necessitar, cada dia menos, do emprego da violência legitimada do aparato policial.

Todavia, ao observarem-se as várias mudanças paradigmáticas e conceituais das forças policiais militares, concernentes ao campo da sua atuação profissional, percebe-se que, na prática, estas não obedecem ao mesmo ritmo e dimensão que na teoria. Tornar real o que hoje se tem como ideal, não se constitui em uma tarefa de rápida e fácil execução. Pois, tais modificações inserem-se em um contexto social, que transcende, consideravelmente, aos muros das Corporações Policiais Militares, bem como ao limitado círculo do poder político. Pois, até mesmo sob um prisma legal, a responsabilidade de equacionar e solucionar as questões referentes à Segurança Pública é um dever e responsabilidade de todos os integrantes da sociedade.

Todas as dificuldades que envolvem esse processo adaptativo fizeram surgir certo descrédito, no que se refere a uma possível melhoria nos serviços públicos de segurança, cuja atuação tem sido marcada por pouco ou nenhum cuidado com o interesse social, por parte do aparato coercitivo governamental. Deste modo, foi sendo instituído um sentimento de desconfiança entre os cidadãos, alimentado pelo medo nascido da insegurança. Esse estado de coisas faz com que parte da sociedade não consiga depositar suas esperanças em uma transformação efetiva

das forças policiais militares, preferindo, antes, crer na eficiência contraditória de uma polícia truculenta e vingadora.

Com base nesses pressupostos, considerando-se os séculos de história, conceituações e práticas arraigadas ao trabalho das Polícias Militares no Brasil, compreende-se que a instituição de uma nova cultura da ordem, alicerçada na conduta justa e humanitária do policial militar, não se consolida com tanta facilidade. Portanto, vale destacar que, ao se referir à busca por mudanças no aparato policial deve-se considerar como imprescindível a transformação no processo formativo dos profissionais que o compõem, sabendo-se que a Educação pode servir como um poderoso instrumento de renovação e emancipação social.

Atentando-se para o fato de que são repassados, durante o período de formação dos policiais militares, todo o embasamento dos modelos teóricos e práticos da sua atuação profissional, tornar esse período consoante com os atuais padrões democráticos e humanitários, que ora se requer da atividade policial, é de suma importância para atingir-se o bem-estar e a paz na sociedade.

Portanto, ao buscar-se utilizar a realidade da Polícia Militar da Paraíba nesta pesquisa, fez-se sob a perspectiva de que esta Corporação militar se encontra inserida no contexto social brasileiro, compartilhando de suas várias peculiaridades e herdando muitos traços deixados por sua historicidade. Assim, é, justamente, nessa dicotomia entre o passado e o presente, entre o autoritarismo e a democratização; nessa conflitividade de interesses e práticas, que imerge o policial militar, desde os primeiros momentos de sua carreira, que se arraiga o tema deste trabalho, intitulado: O choque das culturas da ordem.

Durante este percurso epistemológico foi importante perceber de que forma toda a estrutura que esteia as Polícias Militares brasileiras está embasada na disciplina e na hierarquia, ambas se voltando à atenderem a um inbricado sistema de poder, que se encontra submetido aos ditames da classe dominante. Para tanto, foi de suma importância utilizar as perspectivas weberianas, visando entender qual a participação de tais bases na estrutura burocrática do Estado, bem como através do olhar foucaultiano, compreender como surgiu a formação dos militares modernos e como estes foram treinados para se apartarem da sociedade.

Partindo dos primórdios da criação e evolução das forças policiais foi possível chegar ao entendimento de como as aspirações democráticas da sociedade, acerca do trabalho policial, foram sendo modeladas e corporificadas com

o tempo, passando a exercer influência sobre a conformação da atual força policial militar, inserida em uma constante dinâmica de transformação.

Superar antigos padrões e delinear uma Polícia Militar transparente e mais humanizada, cujo objetivo central seja vir a tornar-se uma promotora e protetora da paz da dignidade do cidadão, requer profundas mudanças, que devem ter um lugar de destaque reservado no período formativo desses profissionais. Contudo, essas modificações, levadas a termo na essência formativa, devem ser suficientemente expressivas para que venham a se refletirem durante toda a ação profissional de quem as recebem. Pois, diante da necessidade de requerer-se do policial militar uma postura de cuidador da sociedade, é necessário oferecer a este profissional os devidos cuidados e condições, teóricas e práticas, considerando-se todas as peculiaridades, que uma função social tão complexa encerra.

Como objetivo desta pesquisa tem-se uma análise minuciosa de como os cadetes da Academia de Polícia Militar do Cabo Branco lidam, durante o seu processo formativo, com as implicações do choque das culturas da ordem que, atualmente, caracteriza as Polícias Militares brasileiras.

Este estudo também foi balizado pelos objetivos específicos os quais foram: avaliar como o *ethos* militarista e a formação no campo profissional do policial militar são percebidos pelos oficiais policiais militares em formação na Paraíba; verificar como os cadetes pesquisados constroem a sua autoimagem profissional, durante o processo formativo; analisar como estes policiais militares interagem com os estereótipos midiáticos relativos à atuação policial, similares aos que se vêm representados no filme *Tropa de Elite* (2007) e, por fim, investigar, em qual medida, os cadetes estão consoantes com os preceitos que defendem uma atuação policial mais justa, equânime e protetora da cidadania.

Para que essa pesquisa se tornasse viável, foi preciso investigar como esses policiais administram o delineamento de sua discricionariedade, o qual tem sido, profundamente, marcado por uma tradição de autoritarismo e distanciamento da sociedade. Uma vez que, vistos, tanto pela Corporação quanto pela sociedade, como futuros gestores da Polícia Militar, os profissionais investigados enfrentam a difícil missão de quebrar antigos paradigmas que, ao se cristalizarem, vêm forjando padrões estigmatizantes acerca do trabalho policial.

Vale salientar que a hipótese que norteou esta pesquisa é que, se os oficiais policiais militares em formação na Polícia Militar paraibana enfrentam dificuldades

em lidar com a contraposição das culturas da ordem no ambiente policial militar, então isto se deve ao fato de ainda ser bastante presente no seu processo ensino-aprendizagem a dialética existente entre um militarismo tradicionalista e autoritário, fortemente arraigado, e as atuais exigências sociais acerca de uma atuação profissional democrática, ética e humanizada.

Todavia, devido ao fato de ser esta pesquisa voltada ao período de formação dos oficiais policiais militares na Paraíba, também foi importante sopesar a influência exercida pela imagem do trabalho policial, construída midiaticamente. Pois, cada dia mais, a sociedade vivencia uma realidade na qual a informação e o conhecimento possuem grande respaldo, o que, muitas vezes, pode ser facilmente percebido na realidade da Academia de Polícia Militar da Paraíba.

Portanto, à medida que foi sendo constatada a utilização de vários produtos midiáticos durante a ministração de aulas ofertadas aos cadetes paraibanos, buscou-se, no transcorrer deste trabalho, compreender se a participação da mídia constitui-se como mais uma geradora de conflitos das culturas da ordem, ao se encontrar inserida no processo ensino-aprendizagem desses militares.

Primordialmente, a indústria midiática oferece aos seus consumidores o terror e o desconforto, trazidos pelo acirramento da sensação de insegurança diante da situação caótica do combate à criminalidade. Enquanto isso, é apresentada ao público uma contra partida mínima em abordagens de temas, que demonstrem alternativas para que a sociedade possa conhecer novas perspectivas que apontem para a melhoria desse contexto. Sob esse olhar, o aparato midiático distancia-se de sua função social de levar informação de qualidade à sociedade, reforçando uma visão estereotipada dos policiais militares. Exibido largamente, esse perfil midiático é fortemente construído sobre o agir coercitivo e truculento, em detrimento de do pouco espaço reservado às representações de um proceder ético, legal e mais aproximado das necessidades sociais.

Assim, as construções dos estereótipos representativos dos policiais militares, veiculados pelos meios de comunicação, acabam interferindo no modo como os próprios policiais entendem o exercício de sua função social, bem como na forma como a sociedade os vê. Pois, mesmo que o ingresso na caserna exija a adaptação a um contexto particularista, bastante diferenciado do que conheciam na vida civil, os policiais militares não se apartam de sua condição de cidadãos. Deste

modo, é natural que se preocupem em avaliar como sua profissão é representada midiaticamente para a sociedade da qual fazem parte.

Sabe-se que, em termos de disseminação imagética, ninguém mais do que os meios de comunicação possui condições para tanto. Deste modo, diante do fato de que a profissão policial militar impõe uma constante e intensa interação com a sociedade, em meio a uma realidade extremamente midiaticizada, aprender a administrar o perfil delineado pela mídia, junto à sociedade, tornou-se, cada dia mais, importante para que os policiais militares desenvolvam seu relacionamento com os cidadãos.

Tomando-se como base o inequívoco entrelaçamento entre a mídia e o trabalho dos policiais militares, julgou-se pertinente que o filme *Tropa de elite* (2007) viesse a enriquecer a construção narrativa deste trabalho. Esta obra fílmica foi utilizada como um instrumento estilístico, no qual são explorados signos da linguagem verbal e não verbal, que metaforizam um estereótipo representativo da atuação do policial militar.

O entendimento de que *Tropa de elite* (2007) pudesse vir a ser aplicada como metáfora da atuação dos policiais militares, também repousou no fato de que, o olhar que norteia toda a trama não busca uma representatividade próxima do verídico, voltado a toda complexidade pertinente ao tema. Nessa obra, a forma como o trabalho policial é exposto advém, primordialmente, de como o personagem principal, o capitão Nascimento, corporifica um profissional absorto em seus inúmeros conflitos éticos e emocionais, cujo comportamento descontrolado culmina em um anti-heroísmo enfático.

Tem-se no protagonista dessa obra fílmica o delineamento de um estereótipo midiaticizado de um policial militar, cujo procedimento, marcado pelo desrespeito à ética e à legalidade, distancia-se, totalmente, dos anseios sociais por um policial pacificador. Portanto, é possível assegurar que o perfil do capitão Nascimento pode ser entendido como uma representação midiática vívida, do choque das culturas da ordem que norteia a elaboração deste trabalho.

Deste modo, criou-se uma possibilidade de serem utilizados certos recortes do filme *tropa de elite* (2007) como um aporte ilustrativo da ação policial militar, mediante a seleção de trechos, que exemplifiquem o que se pretendeu abordar, no desenrolar da elaboração do referencial teórico deste trabalho, bem como em na pesquisa de campo que foi realizada.

Metodologicamente, o estudo ora apresentado foi centrado na realidade do Estado da Paraíba, tendo como ambiente o Centro de Educação da Polícia Militar da Paraíba (CEPMPB) em João Pessoa – PB. Visto que, essa instituição vem sendo responsável pela formação, pela especialização, pelo aperfeiçoamento e pela capacitação técnico-profissional dos operadores de Segurança Pública paraibanos, como também, de outros Estados da Federação.

Como tipo de pesquisa foi realizado um levantamento bibliográfico e documental. Sabendo-se que a pesquisa bibliográfica foi instituída como a principal fonte de dados, vale salientar a seleção do fichamento de informações como instrumento fundamental de coleta de dados, com vistas a aprofundar o estudo realizado. Por meio de tais fichas, as quais continham registros de dados que embasaram o desenvolvimento e fundamentação teórica do estudo, alcançou-se uma visão mais dinâmica e profunda do tema proposto, de acordo com a ótica de diversos estudiosos.

Entre os autores utilizados podem ser citados como os principais: Weber (1982), conceituando a disciplina e o emprego legítimo do uso da força como essenciais à organização burocrática e Foucault (2007), descrevendo o embasamento dos sistemas de ensino militares nos ritmos e no controle meticuloso das atividades militares, contando com a rigidez disciplinar para ampliar o distanciamento entre os policiais militares e a da sociedade. Destacaram-se também: Bourdieu (2007, 2010), com sua abordagem acerca da estruturação e do poder dos símbolos, bem como a construção social do *habitus*; Freire (1987), expondo o processo de desumanização dos indivíduos e Ballestreri (2007), ressaltando a importância do policial, tanto perceber-se, quanto ser reconhecido socialmente como um cidadão, atuando como um Pedagogo da cidadania.

Este trabalho, que teve como método de abordagem a dedução, visou à consecução de uma investigação quali-quantitativa por compreendê-la como adequada para a compreensão e análise do conteúdo a ser investigado expresso em filmes, livros e conteúdos virtuais. Tal procedimento só pode ser levado a termo através do controle adequado na coleta de dados, bem como da especificação antecipada e objetiva dos dados que deveriam ser coletados.

Para coletar tais dados, também foi utilizada uma pesquisa de campo, pois segundo Marconi e Lakatos (2005, p. 188):

Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

Conforme citado anteriormente, além de enriquecer ilustrativamente o referencial teórico, a obra fílmica *Tropa de Elite* (2007) também foi empregado como uma ferramenta atrativa na pesquisa de campo, através da aplicação de questionários e da realização de um grupo focal junto aos cadetes, enquanto sujeitos desta pesquisa. Esses recursos foram utilizados com vistas a auxiliar na captação das percepções desses policiais militares, no que tange ao entendimento de temas como: Direitos Humanos; pacificação social; ética profissional; atuação policial; formação militar; exposição midiática; corrupção e truculência.

Quanto, os dados colhidos junto aos Cadetes da Academia de Polícia Militar do Cabo Branco (APMCB), através dos questionários, foram submetidos às respectivas análises estatísticas, enquanto método de procedimento desta pesquisa. Buscou-se com isso compreender, através da quantificação dos resultados obtidos, o olhar dos entrevistados, acerca de temas voltados às suas realidades acadêmica e profissional.

Mas, vale salientar que, devido à natureza de seu emprego neste trabalho não se julgou necessário proceder-se a uma análise mais profunda sobre essa obra cinematográfica, quanto à sua condição de produção inserida no vasto campo de estudo que vem a ser o cinema. Tal opção foi feita, não por desmerecer a amplitude do citado campo, mas com a intenção de restringir-se a abrangência desta pesquisa, tanto devido ao que se propõem seus objetivos, quanto às suas limitações temporais. Contudo, não se descartou a possibilidade da ampliação deste trabalho, em ocasião futura, quando se fizer pertinente à outra fase acadêmica.

Em outro momento, a análise minuciosa dos resultados obtidos no grupo focal deu origem a um relatório, o qual foi utilizado em outros momentos da construção desta pesquisa, durante a elaboração do referencial teórico. Neste relatório consta toda a dinâmica que envolveu esta fase da Pesquisa de campo, bem como as respostas e os comentários, colhidos junto aos cadetes.

Diante dos pontos ora levantados, pode-se afirmar que a justificativa da escolha do tema **O choque das culturas da ordem** encontra-se em vários aspectos. No que tange ao âmbito social, pode-se afirmar que a análise de temas

correlatos a essas mudanças de paradigmas nas instituições relacionadas à Segurança Pública tem notória significação. Entendendo-se como isso afeta os oficiais policiais militares formados na Paraíba, durante seu processo formativo, tem-se a possibilidade de compreender quais os reflexos que sobrevieram a sua atuação profissional, os quais incidem, diretamente, sobre os cidadãos que necessitam de seus serviços.

Academicamente, este estudo visou colaborar para que a formação dos oficiais policiais militares, enquanto promotores da ordem pública e da paz social, possa vir a instrumentalizar a quebra de paradigmas estigmatizantes, acerca de sua atuação profissional. Pois, ao perceberem a importância de serem priorizados os preceitos humanitários, esses profissionais estarão mais próximos do atendimento aos reclames sociais, que exigem do Estado uma polícia ética e de um proceder irreparável.

Ainda no que se refere à relevância para o ambiente acadêmico, tem-se que, ao considerar-se a importância social do trabalho policial militar, pretendeu-se contribuir com a ampliação do arcabouço teórico que o investiga, podendo auxiliar a dirimir antigas indagações e instigar novas pesquisas, tão necessárias ao desenvolvimento deste campo de atuação do aparato estatal.

Quanto à relevância para a própria Corporação da Polícia Militar paraibana, bem como das demais coirmãs que formam seus policiais na Paraíba, os resultados ora obtidos poderão servir de respaldo para futuros pesquisadores, que desejarem implementar o processo ensino-aprendizagem, adequando-o as exigências por uma polícia militar, precipuamente, voltada a promoção da paz e do bem-estar social.

Em relação à importância da execução deste trabalho para esta pesquisadora, pode afirmar que reside no fato de que, em toda sua jornada acadêmica, vem privilegiando os estudos voltados à Segurança Pública, mais especificamente, à atuação da Polícia Militar paraibana. Portanto, este trabalho veio a ser uma boa fonte de ampliação e aprofundamento de conhecimentos, também obtidos durante a atuação como docente, no Centro de Educação da Polícia Militar da Paraíba, nos níveis de: capacitação; ensino técnico; graduação e especialização. Pois, nessas ocasiões houve a oportunidade de captar percepções e trocar informações junto aos militares em formações, as quais contribuíram para a escolha do tema, bem como do encaminhamento desta pesquisa.

Concluindo a parte introdutória é importante explicitar-se a forma como foi realizada a divisão deste trabalho, o qual foi organizado em seis partes. Primeiramente, tem-se a introdução, que, de acordo com o supracitado, apresenta uma breve explanação acerca do tema deste estudo, assim como: as suas justificativas, a sua hipótese; os seus objetivos; assim como também um detalhamento do referencial metodológico, somado aos procedimentos adotados na coleta e análise dos dados obtidos em campo.

Em seguida, tem-se a fundamentação teórica, dividida em cinco capítulos, estando o primeiro destes sob o título: Formação da força coercitiva como fábrica de ordens. Nesse momento do trabalho, foi abordado o surgimento e consolidação da polícia militar, a partir da idade moderna, como força coercitiva governamental burocrática. Nesse momento, buscou-se mostrar como nesse percurso surgiu a disciplina e a hierarquia forma sendo solidificadas, sendo empregadas como instrumento de controle e ordenação nas instituições militares.

O segundo capítulo recebeu o título de: Insegurança e descrédito: as consequências do medo. Nessa fase da pesquisa, foi avaliado como o descrédito na capacidade da Segurança Pública enfrentar a criminalidade tem influenciado o modo como os policiais militares em formação, bem como a própria sociedade, percebem a atuação policial. Nesse percurso epistemológico, o personagem capitão Nascimento, do filme Tropa de elite (2007), foi utilizado como ilustração do policial truculento e desumanizado. Esse recurso foi empregado para personificar o tipo de policial que, muitas vezes, é reconhecido pela sociedade, assim como pelos policiais militares, como o único a possuir recursos suficientes para combater a criminalidade.

Portanto, analisou-se a importância do policial militar se colocar como cidadão que defende os preceitos democráticos e humanistas e não como um vingador da sociedade, tendo, para tanto, que quebrar antigos paradigmas estigmatizantes e desenhar novos rumos para a sua atuação profissional. Fechando esse capítulo tem-se uma explanação de como os preceitos militaristas herdados do Exército brasileiro foram constituídos e perpetuados, vindo a influenciar a estruturação das Polícias Militares brasileiras e, conseqüente, a Polícia Militar paraibana.

No terceiro capítulo, sob o título Obediência e corpos: a simbologia militar como perpetuação e delimitação do campo, foi realizada uma análise acerca da simbologia existente no ambiente militar. O objetivo dessa fase da pesquisa foi

entender como esses símbolos influenciam na formação do *habitus* militarista, enquanto representação codificada das estruturas de poder policiais militares.

O quarto capítulo do referencial teórico é denominado O conflito cobra seu preço: é preciso cuidar do cuidador. Nesse momento foram abordadas as especificidades da atenção biopsicosocial, oferecidas pelo Estado aos policiais militares, ressaltando-se a importância de poder contar com um corpo docente militar devidamente capacitado a implementar as mudanças necessárias no processo ensino-aprendizagem desses profissionais.

O quinto e último capítulo do referencial teórico foi reservado à Análise e Discussão dos resultados obtidos durante a Pesquisa de Campo, seguido pelas Considerações finais, que trazem a comprovação da hipótese, estabelecida desde a introdução, após terem sido feitas as reflexões necessárias, sobre todas as informações colhidas ao longo da pesquisa.

2 A FORMAÇÃO DA FORÇA COERCITIVA COMO FÁBRICA DE ORDENS

A Polícia Militar passou, ao longo de sua existência, por diversas transformações na relação simbiótica que mantém com a sociedade. Sabe-se que, além de ser obrigatória, a relação marcada pela simbiose se caracteriza por ser vantajosa para ambos os organismos que se associam. Todavia, essa íntima inter-relação, polícia-sociedade, nem sempre distribuiu benefícios de forma equilibrada.

Durante esse percurso, os policiais vêm sendo moldados para obedecerem aos inúmeros preceitos que emanam de uma verdadeira fábrica de ordens que delinea o perfil desejado destes profissionais. Tradições, ritos e dogmas, dia após dia, foram instituídos, em conformidade com o emprego que as classes dominantes desejavam fazer das forças policiais.

Sob essa perspectiva, constituíram-se as bases de conceituações tradicionalistas e autoritárias, que permaneceram arraigadas às Corporações Policiais Militares, tendo em seu sistema educacional um instrumento de perpetuação e solidificação destes padrões. Contudo, transformando-se a sociedade, também se modificam as instituições que a compõem, assim como toda a engrenagem que as sustém.

Portanto, mesmo que essas instituições policiais militares não mudem no mesmo ritmo do contexto social que as envolve, é importante investigar como aconteceram os desdobramentos dessa dinâmica. Deste modo, será possível compreender como as Polícias Militares brasileiras, com seus padrões de ordem tradicionalmente consolidados, vêm interagindo com a necessidade de instituírem-se novos modelos de ordenamento, em uma sociedade na qual a democracia busca se firmar.

Mas, para que esse entendimento seja construído em bases sólidas é preciso que se lance um cuidadoso olhar acerca dos primórdios da formação militar, bem como do caminho que ela percorreu até hoje. Nessa análise, diversas nuances que envolvem o processo transformacional do aparato policial militar devem ser consideradas. Pois, sabe-se da crise de sentido que envolve a adaptação do seu sistema de ensino às atuais exigências sociais, eminentemente, marcadas pelo interesse público e o bem estar social.

Assim, é pertinente que se observe como a formação desses profissionais transcorreu, desde o início da modernidade, quando se consolidou o interesse pela

especialização desses profissionais, até a educação como hoje se apresenta. Partindo-se desta análise geral, é possível entender como a Polícia Militar brasileira e, por conseguinte, as forças policiais militares paraibanas estão inseridas nessa conjuntura, no que diz respeito ao processo formativo de seus oficiais.

Percebe-se que, mais recentemente, assuntos relacionados à atuação das Polícias Militares vêm ganhado bastante notoriedade, especialmente, diante do auxílio oferecido pelo aparato midiático em constante evolução. Todavia, a participação das forças policiais militares na dinâmica do ordenamento social não pertence, apenas, à história recente. O trajeto de sua existência é longo, encontrando-se na Antiguidade os seus primeiros registros, tendo a sua história se mesclado com a historicidade da organização das sociedades. De acordo com Bondaruk e Souza (2004, p.15):

No Antigo Egito já são encontradas inscrições de cunho nitidamente policial. O Faraó Menes (2.369 a.C.), preocupado com o crescimento das cidades e sua defesa, institui o primeiro código de polícia que se tem notícia, no qual eram ditados os princípios que ditavam a ordem pública, impondo o medo e promovendo uma justiça perversa.

Mas, apesar da existência das forças policiais datar da Antiguidade, o perfil de combate à criminalidade urbana, como atualmente delinea-se as forças policiais militares, foi sendo estruturado com a Idade Moderna, juntamente com todas as transformações trazidas pelo capitalismo, sobre as estruturas sociais. Uma nova força policial passaria a substituir a estrutura coercitiva existente no feudalismo, no qual a existência de uma força militar própria representava uma prova contundente, do poderio dos senhores feudais, ajudando a manter os seus domínios. Com descrevem Bondaruk e Souza (2004, p.16):

O estabelecimento do Sistema Feudal trouxe com ele o império da chamada "justiça privada", onde o senhor feudal detinha o poder de possuir a terra, retirar dela tudo o que ela lhe pudesse dar, aplicar a justiça e usar meio que fossem necessários para fazer cumprir a sua vontade, criando grupos de repressão a atos de desobediência ou exércitos particulares para defesa do seu feudo.

A expansão capitalista ocidental, do final do século XVIII, trouxe consigo uma verdadeira avalanche revolucionária nos âmbitos sociais, políticos e econômicos, no que diz respeito às nações da Europa, bem como às demais nações que desta se faziam dependentes, tanto do que tange à cultura, quanto à economia.

Com a derrocada do feudalismo a população camponesa sofre com a expropriação de suas terras, fazendo crescer a grande massa migratória do campo para a cidade. Ampliou-se o inchaço das cidades, forçando um processo desordenado de urbanização, nunca antes presenciado pelos europeus.

As relações autossustentáveis, que envolviam os senhores feudais e seus servos, foram gradativamente extintas pela expansão consumista, imposta pela ferocidade com a qual o capitalismo se alastrou. O trabalho servil foi substituído pelo assalariado, em uma realidade social que não comportou a demanda por colocações no mercado de trabalho. Tornaram-se, cada vez mais raras as vagas de emprego e junto com elas despencavam os salários, constituindo um proletariado que se tornou, cada dia mais, numeroso e sufocado por um estado de penúria alarmante.

A busca incessante e crescente pelo lucro desmedido modificou, sobremaneira, os valores da vida em sociedade, importando priorizar o sucesso das relações comerciais, em detrimento do bem estar social. Aos que não se encaixaram no proletariado restou aumentar os números da mendicância e da bandidagem, que grassavam nos centros urbanos. Um significativo número de atores sociais não gozava das mesmas regalias do poder, restando-lhe, apenas, uma vida imersa em relações trabalhistas injustas e um cotidiano marcado pela precariedade de condições de vida. Segundo Marx e Engels (1848, p. 3-4), essa brusca transformação social:

Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca; substituiu as numerosas liberdades, conquistadas com tanto esforço, pela única e implacável liberdade de comércio. Em uma palavra, em lugar da exploração velada por ilusões religiosas e políticas, a burguesia colocou uma exploração aberta, cínica, direta e brutal.

Estando a sociedade mergulhada em uma situação caótica, coube ao Estado resgatá-la do desastre eminente, instituindo-se nas cidades, um novo e necessário aparato governamental. A polícia, no formato como atualmente é conhecida, foi modelada no início da Era Moderna, na qual, segundo Bauman (1999), houve uma deslegitimação do outro, estando os homens obrigados a acomodarem-se aos padrões estabelecidos pelo Estado, que, por sua vez, privilegiava os interesses privados dos que detinham o comando governamental.

A classe burguesa, que passou a exercer o domínio na Europa, com o auxílio de uma estrutura coercitiva que servisse aos seus propósitos. De acordo com Bauman (1999, p. 29),

[...] o Estado moderno nasceu como uma força missionária, proselitista, de cruzada empenhado em submeter as populações dominadas a um exame completo de modo a transformá-las numa sociedade ordeira.

Portanto, era prerrogativa do Estado decidir, soberanamente, como os homens deveriam viver a partir de então. Nesse contexto, a atuação dos agentes coercitivos governamentais, cada dia mais, procurou envidar esforços para que a sociedade se comportasse de forma ordeira, de modo a não impedir o rumo do progresso. Assim, qualquer iniciativa contrária à ordem social estabelecida deveria ser tolhida com rigor. Com prescreve Bauman (1999, p. 16-17):

A intolerância é, portanto, a inclinação natural da prática moderna. A construção da ordem coloca limites à incorporação e à admissão. [...] Uma vez que a soberania do intelecto moderno é o poder de definir e de fazer as definições pegarem, tudo que escapa a inequívoca localização é uma anomalia e um desafio. O outro da soberania é a violação da lei do meio rejeitado. [...] A consciência moderna crítica, adverte e alerta. Ela torna a ação irrefreável por sempre desmascarar de novo a sua ineficácia. Ela perpetua a prática da ordenar desqualificando os seus efeitos e pondo a nu as suas derrotas.

Nessa atmosfera, surgem as polícias militares modernas forjadas sob os modelos militares do Exército e pautando-se na busca pela organização racional da sociedade. Daí por diante, sua constituição e formação de integrantes continuaria a refletir as fases evolutivas da sociedade moderna à contemporânea. Diante da busca do Estado burguês pela organização social, a polícia se institucionalizou como braço armado do Estado moderno, componente imprescindível da citada manutenção da ordem, com vistas ao progresso.

Constituiu-se, deste modo, o Estado de Polícia, que de acordo com Bührig (2012, p. 73):

Em verdade, no século XVIII, a polícia designa “o total da atividade pública interna, sem a justiça e as finanças, e consiste na faculdade estatal de regular tudo o que se encontra no âmbito do Estado, sem exceção”. E justamente esse momento de “apogeu” coincidiu com o que se chamou, no final da era absolutista, de Estado de Polícia, Estado esse que, pela opressão, intrometia-se na vida dos indivíduos. Impunha, de forma ilimitada, as obrigações ou restrições às atividades dos particulares, submetendo os indivíduos ao Direito, mas não se sujeitando a ele.

As preocupações dos governantes, acerca da obtenção da ordem como subsídio que garantisse o fortalecimento do progresso encontrou nos conceitos da doutrina positivista um largo esteio para as suas pretensões. Formatado por Auguste Comte, o positivismo institucionalizou-se como a mais importante base da lógica moderna, apresentando-se como uma ciência que exaltava o culto à precisão e à objetividade dos experimentos.

Aplicada sob um prisma sociológico e filosófico, a visão positivista, da ordem e do progresso, investigou a conflituosa passagem do domínio feudal e teológico, para a implantação do sistema capitalista e industrial, sob a luz da ciência e, conseqüente, da racionalidade. Preocupado com a desagregação moral e intelectual ocorrida na modernidade Comte voltou suas atenções ao conjunto de princípios que conformavam as crenças e representações do mundo social. Como se observa em Comte (1978, p. 67-68):

Conforme o sentimento, cada vez mais desenvolvido, de igual insuficiência social que hoje oferecem o espírito teológico e o espírito metafísico, [...], a razão pública deve encontrar-se implicitamente disposta a acolher atualmente o espírito positivo como a única base possível para uma verdadeira resolução da profunda anarquia intelectual e moral, que caracteriza sobremaneira a grande crise moderna.

Considerando-se essa preocupação estatal moderna acerca da consolidação da ordem, é pertinente ressaltar o entendimento Canetti (1995) sobre o tema, quando assegura que a ordem possui um caráter definitivo, que não permite a quem está sob os seus domínios qualquer tipo de retaliação ou questionamento, ou seja, obrigando o homem a acatar suas determinações e proibições. O autor também afirma que mesmo que o homem tente fugir da ordem, o poder que lhe é peculiar exerce uma força sem explicação, que ainda continua o perseguindo e o amedrontando, minando a sua resistência. Portanto, a ordem é externa a quem

submete e mantém seu poder pela imposição contínua da força, persistindo Às novas ordens que tentam substituí-la. Em conformidade com Canetti (1995, p. 305):

[...] o poder daquele que dá ordem cresce incessantemente. A mais ínfima ordem contribui já para esse crescimento. O que ocorre não é apenas que ela é habitualmente útil àquele que a transmite; há também, na própria natureza da ordem, no reconhecimento que ela encontra, no espaço que ela percorre, em sua cortante pontualidade – em tudo isso, enfim, há algo que garante o poder a segurança e o crescimento de sua esfera. O poder dispara ordens qual a uma nuvem de flechas mágicas: as vítimas atingidas oferecem-se elas próprias ao poderoso, convocadas, tocadas e guiadas pelas flechas.

Partindo-se da conceituação do que se entende como ordem, para que se compreenda a pertinência da máxima positivista que exalta a ordem e o progresso é preciso inteirar-se sobre este último aspecto. Para tanto, é necessário destacar as afirmações de Germano (2008) sobre as bases da ciência moderna terem suas raízes nos estudos do frade franciscano Roger Bacon, no século XIII. Ao quebrar os paradigmas religiosos, esse estudioso buscou apoio nos preceitos científicos para vislumbrar um futuro que chegaria alicerçado no desenvolvimento da ciência, que, sob o seu ponto de vista, se tornaria sinônimo de progresso. Segundo Germano (2008, p. 319):

A idéia de progresso, no entanto, se tornaria hegemônica no Ocidente com a formação do capitalismo e do sistema-mundo-moderno, a partir do século XVI, para usar a expressão de Wallerstein (2003). A construção do Estado nacional, a formação do sistema colonial, o avanço da ciência e da técnica, a reforma religiosa, a revolução industrial e as revoluções políticas burguesas, com seus ideais de liberdade, sinalizavam uma *marcha para frente*.

Portanto, ao avaliar-se esse contexto, marcado pelo crescimento das cidades e suas complexidades, bem como toda preocupação dos governantes com a instituição da ordem, tida como essencial para a consolidação do progresso, percebe-se que, cada vez mais, as exigências sobre a força coercitiva governamental foram sendo ampliadas. Nesse processo, a cultura de ordem que serviu como guia para a estruturação das polícias militares as manteve como garantidoras de vários regimes governamentais. Com maior ou menor influência junto ao poder político, as polícias igualaram o significado da ordem ao emprego da força desmedida e à proteção de líderes autoritários. Diante desse quadro, aos agentes governamentais não seria mais permitido uma atuação desorganizada e

amadora. Os desdobramentos sociais da consolidação do sistema capitalista e da evolução da ciência evidenciaram a necessidade de fomentar, de modo mais consistente, a sua especialização.

Segundo Weber (1982), após a centralização dos meios de guerra nas mãos da classe capitalista dominante, não tardou para que fosse entendida a importância da profissionalização daqueles que iriam compor a força ordenadora das cidades, defendendo os seus interesses e mantendo seu *status quo dos governantes*. Assim, em uma realidade social na qual os guerreiros e os meios indispensáveis para os combates estavam apartados, uma atenção especial passaria a ser dada à formação dos militares.

2.1 A CONSTRUÇÃO DA DISCIPLINA: o ritmo fabril e a clausura religiosa

Em plena época da expansão capitalista industrial, o processo educacional era guiado pela rigidez disciplinar, e o ensino militar não fugiu a esta regra. As escolas e os quartéis ergueram-se como verdadeiras fortalezas, isolados das influências e do convívio sociais. Apesar da Igreja não mais exercer o explícito domínio governamental, o mesmo não acontecia no que tange educação. No século XVIII, as escolas conceituadas como de melhor qualidade estavam localizadas nos conventos, sob os rígidos padrões de controle e isolamento.

Nos mesmos moldes da clausura adotada pelos religiosos, surgiram inúmeros quartéis, os quais, ostentando gigantescas muralhas, tinham como princípio maior a manutenção da ordem e da disciplina dos militares em formação. Encerrados em um espaço restrito, controlados diuturnamente, cada um dos militares tinha seus passos muito bem monitorados.

Foucault (2007, p. 123), assegura que a intenção de aplicar-se a clausura aos militares era:

Evitar as distribuições por grupos; decompor as implicações coletivas; [...] É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa; tática de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração. [...] saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos.

Em uma época na qual a industrialização se encontrava em pleno desenvolvimento, assim como acontecia nas instalações industriais, foram criados nos quartéis espaços úteis de formação. Como nas rotinas fabris, tais espaços se encontravam alicerçados na austera aplicação da disciplina, sendo, extremamente, funcionalistas e hierarquizados.

Visando o poder crescente através do controle dos indivíduos, o Estado almejava a organização de uma sociedade em transformação, que apresentava dificuldades tecnológicas, políticas e socioeconômicas. Sob a ótica estatal, essa seria uma missão inviável, caso não houvesse a presença e o fortalecimento de uma polícia repressora, voltada, eminentemente, ao estabelecimento da ordem social.

Deste modo, asseverando as características herdadas do ensino religioso, a formação dos militares privilegiou, cada dia mais, a exacerbada atenção ao diversos aspectos do pleno controle dos profissionais que se encontravam em formação. Como está descrito em Foucault (2007, p. 128) ao abordar as nuances desse tema: “A grande disciplina militar formou-se [...] através de uma rítmica do tempo escandida pelos exércitos de piedade; a vida no exército deve ter, dizia Boussanelle bem mais tarde, algumas ‘das perfeições do próprio claustro’”.

O tempo tornou-se rigidamente demarcado, assim como as suas subdivisões, referentes às realizações das tarefas. Os militares eram doutrinados a seguirem rigorosamente o cumprimento das missões a eles determinadas, no período de tempo estipulado, de forma exata, sem erros ou indagações. Como nos afirma Foucault (2007, p. 123):

Durante séculos, as ordens religiosas foram mestres da disciplina: eram os especialistas do tempo, grandes técnicos do ritmo e das atividades regulares. [...] a divisão do tempo torna-se cada vez mais esmiuçante; as atividades são cercadas o mais possível por ordens a que se tem que responder imediatamente.

Nesse contexto, assim como nas demais escolas da época, os militares incorporaram, rapidamente, à sua dinâmica de ensino-aprendizagem o modelo sistemático de cronometragem das ações. Também não era desprezada a qualidade do tempo, nem como ele deveria ser utilizado, tanto nas escolas, quanto pelos profissionais no exercício de suas tarefas.

De acordo com Foucault (2007, p. 129):

O tempo medido e pago deve ser também um tempo sem impurezas nem defeito, um tempo de boa qualidade, e durante todo o seu transcurso o corpo deve ficar aplicado a seu exercício. A exatidão e a aplicação são, com a regularidade, as virtudes fundamentais do tempo disciplinar.

Em sua forma mais arcaica e negativa, a educação militar distancia-se, extremamente, da dialogicidade e da reflexão crítica. Distante dos conceitos apregoados por estudiosos inovadores da Educação, como Freire (1987), o processo ensino-aprendizagem dos discentes militares os submete aos ritmos e aos ritos previamente estabelecidos, caracterizado pelo tradicionalista repasse cronometrado dos conteúdos. Com relação à esse tipo de abordagem tradicionalista de ensino, Mizukami (1986, p. 8) afirma que:

[...] o papel do professor se caracteriza pela garantia de que o conhecimento seja conseguido e isso independentemente da vontade e do interesse do aluno, o qual, por si só, talvez nem pudesse manifestá-lo espontaneamente e, sem o qual, suas oportunidades de participação social estariam reduzidas.

O rígido controle, do tempo e das atividades, daqueles que se encontram no período formativo, até hoje, tipificam os sistemáticos modelos de ensino militares, percebendo-se, notoriamente, que não há espaço para contestações. Isso foi corroborado pela Pesquisa de Campo, quando abordada a extrapolação da disciplina, tendendo a truculência aplicada sobre os policiais militares em formação foi utilizando-se como recurso necessário a obter-se dos policiais militares a obediência plena aos ditames da Corporação. Para tanto, foram usadas as cenas do filme *Tropa de elite* (2007), relativas ao momento no qual os novos alunos do BOPE são recepcionados sob a máxima: “Os senhores chegaram até aqui com suas próprias pernas. Ninguém, absolutamente ninguém, os convidou, e nenhum, nenhum dos senhores é bem vindo aqui. Preparem suas almas, porque seus corpos já nos pertencem”.

De acordo com os depoimentos colhidos junto aos cadetes, a maioria deles acredita que esse não é, exatamente, o tratamento que todos os recém-chegados aos quadros da Polícia Militar paraibana recebem. Mas, infelizmente, muito dessa filosofia ainda persiste no nos seus processos formativos, tornando a disciplina torna-se sinônimo de controle e opressão.

Contudo, alguns dos entrevistados ainda afirmaram que são submetidos a um nível, exatamente, igual de brutalidade, durante sua formação, sentindo-se

aviltados, no que tange a sua condição de cidadão. Pois, não encontram espaço para expor suas opiniões ou contestações, tornando-se, portanto, meros reprodutores das práticas e conceitos que lhes são impostos.

Esse mesmo sentimento está presente no que tange à relação dos cadetes com os cientistas sociais que os entrevistam. Os policiais militares afirmaram, categoricamente, que não importaria o que eles respondessem, já que os pesquisadores continuariam mantendo os mesmos conceitos preexistentes sobre os militares, geralmente com os mesmos preconceitos que se teria há época da Ditadura Militar.

Já nas respostas do questionário, apesar de 43% dos cadetes afirmaram que o emprego da violência na formação dos policiais militares destaca os policiais mais duros e não, necessariamente, os melhores profissionais, 33% ainda permaneceram com o entendimento de que, dependendo da disciplina ministrada, existe a necessidade de seu emprego. Comprovando que muito dessa cultura de ordem ainda permeia o entendimento desses policiais militares, apenas 5% responderam, especificamente, que, independente da disciplina, o emprego desse procedimento não é o correto.

Contraditoriamente, ao serem perguntados quais seriam os efeitos de uma formação militar marcada pela violência, 21% asseguraram que seria a formação de policiais mais resistentes e bem preparados, enquanto 40% disseram que divergia, apenas em parte, com a formação do policial cidadão. Entre os sujeitos entrevistados apenas o número de 16% apresentava uma entendimento mais amplo sobre o tema, defendendo que a violência no processo formativo discordava, totalmente, com a formação do policial cidadão, ainda refletindo negativamente em sua vida profissional e social.

Curiosamente, quase o mesmo número de entrevistados, 14%, acredita que a violência seria capaz de formar policiais mais resistentes e bem preparados, não interferindo na formação de uma força policial que respeita os princípios da cidadania.

Todas essas particularidades da prática de ensino adotada pela Polícia Militar paraibana apenas reforça a certeza da presença da abordagem de ensino tradicionalista, na qual se defende que o conhecimento do mundo, do qual o homem é parte integrante, limita-se apenas ao conteúdo e ao formato do que lhe é repassado nas instituições de ensino. Facilmente, esse perfil educacional é adotado

pelos militares, estabelecendo uma cultura da ordem na qual predomina o autoritarismo na relação professor aluno. Portanto, nenhum tipo de ingerência sobre o conteúdo que é imposto aos militares, bem como sobre a forma como acontece esta exposição em sala de aula cabe aos discentes. Ocorre o que se pode denominar de uma coisificação dos militares, que deixam de ser compreendidos pelos seus superiores hierárquicos como seres humanos, para se tornarem produtos de uma linha de montagem do sistema educacional.

É sob esse prisma que foi estabelecido o conceito de disciplina na dura rotina do ensino militar, pautado na doutrinação dos alunos e na imposição da obediência incondicional às ordens instituídas. Ao longo dos anos, os policiais militares vêm sendo preparados para serem utilizados como braço armado do Estado, como instrumento de manutenção da ordem, submetido a uma extrema austeridade, durante o seu processo formativo. Sobre essa prática tradicionalista da formação profissionalizante, Mizukami (1986, p. 8) nos relata que:

[...] O homem é considerado como inserido num mundo que irá conhecer através de informações que lhes serão fornecidas e que se decidiu serem as mais importantes e úteis para ele. É um receptor passivo até que, repleto das informações necessárias, pode repeti-las a outros que ainda não as possuem, assim como podem ser eficientes em sua profissão.

Conicionados, desta maneira, os militares passaram a compor um contingente homogêneo que deveria resultar na obtenção de uma tropa capaz de executar, com extrema eficiência, precisão e lógica, cronologicamente administradas, as funções para quais foram designados, sem que houvesse desvios em sua conduta. Da mesma forma como vinha ocorrendo nas produções industriais, todas as ações executadas, por esses profissionais devem seguir moldes rigidamente pré-estabelecidos. Visivelmente, essa postura educacional, até a atualidade, ainda encontra inúmeros adeptos no campo militar.

Isso não quer dizer que esse modelo seja totalmente inaceitável, visto que sua aplicabilidade nas disciplinas puramente tecnicistas, nas quais as tarefas e a serem executadas necessitam de seguir um rígido protocolo, é perfeitamente válida. Mas, o emprego indiscriminado dessa dinâmica, inserido no processo educacional sob uma perspectiva tradicionalista, favorece a criação um ambiente bastante propício à formação de policiais militares submissos a um modelo programado, no qual, dificilmente, serão presenciadas transformações. Deste modo, impõe-se a

sujeição a uma obediência e a um ritmo, coletivos e forçosos, gerando um conjunto de obrigações que, segundo Foucault (2007, p. 129):

[...] realiza a elaboração do próprio ato; controla do interior seu desenrolar e suas fases. Passamos de uma forma de injunção que media ou escandea os gestos e uma trama que os obriga e sustenta durante todo o encadeamento. Define-se um sistema anátomo-cronológico do comportamento. O ato é decomposto em seus elementos; é definida a posição do corpo, dos membros das articulações; para cada movimento é determinada uma direção, uma amplitude, uma duração; é prescrita sua ordem de sucessão. O tempo penetra o corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder.

Baseando-se no controle e na perfeita administração do tempo, toda a estrutura do ensino militar é regida pelo que Foucault (2007) intitula como uma maneira de promover o ajustamento do corpo aos imperativos temporais. Nesse contexto, todos os atos dos policiais militares tornam-se submetidos a uma rígida disciplina, cuja aplicação prática reflete toda carga ideológica presente, tanto na formação, quanto no exercício profissional destes funcionários burocratas. A disciplina incontestável, neste caso, figura como sinônimo e garantia de um trabalho eficiente.

Ao se abordar a relevância da administração do tempo como imprescindível na execução do trabalho policial militar, é preciso também destacar como essencial a importância da obediência ao ritmo, nos processos de transformação dos policiais militares em grupos coesos, que trabalhem uniformemente e com a maior exatidão possível. Canetti (2011) denomina esses agrupamentos em torno de ações ritmadas de massa rítmica ou palpitante, comparando-as com que ocorre em certas tribos africanas durante suas danças ritualistas. Para Canetti (2011, p. 30-31):

Os passos que em rápida repetição se juntam a outros passos simulam um número maior de pessoas. [...] Exercem sobre todos os que estão próximo uma atração [...] Qualquer ser vivente que possa ouvi-los junta-se-á a eles, e com eles permanece-a reunido. [...] O importante é que todos façam a mesma coisa que os outros. [...] Os membros todos fazem-se um [...] No auge de sua excitação, esses homens sentem-se realmente como um só ser, e apenas o esgotamento os derruba.

Pode ser tomado como exemplo dessa massificação ritmada o que acontece ao policial militar durante a sua atuação em uma ocorrência. Cada integrante da guarnição, sob qualquer nível de pressão, deve saber exatamente como se posicionar, bem como agir na hora precisa, além de conseguir manusear

adequadamente as armas que lhe foram designadas. Caso haja algum rompante de indisciplina, ou de não observância de ritmos ou protocolos, em muitos casos, a vida de cada envolvido pode estar ameaçada.

2.2 ENSINO MILITAR: a disciplina como instrumento de controle

Além de garantir a satisfatória execução dos trabalhos, designados aos policiais militares, a disciplina também está presente como forma controlar a obediência aos padrões de conduta pré-estabelecidos pelas Corporações. Na busca por um instrumento que fomentasse o controle sobre os policiais militares, seja na sua formação ou na sua atuação profissional, a rigidez e a exigência da especialização tornaram-se marcas indeléveis desse processo. Sob esses parâmetros, em conformidade com o exposto em Weber (1982, p. 232), percebe-se que o trabalho policial militar pode ser considerado como sendo uma profissão exercida por um funcionário burocrata, pois:

A ocupação de um cargo é uma “profissão”. Isso se evidencia, primeiro, na exigência de um treinamento rígido, que demanda toda a capacidade de trabalho durante um longo período de tempo e os exames especiais que, em geral, são pré-requisitos para o emprego. Além disso, a posição do funcionário tem a natureza de um dever.

Comparando-se tais características ao cotidiano do trabalho policial militar brasileiro é fácil perceber as semelhanças ao se tomar como exemplo aspectos como o ingresso na Corporação, no qual se tem a exigência de uma série de exames, que avaliam o candidato sob os mais diversos aspectos, como; antecedentes criminais; saúde física e mental e o nível intelectual. Após sua aprovação, o policial neófito é submetido a um severo período de formação, no qual terá que superar constantes avaliações. Apenas depois de transpor um longo e duro percurso, a Corporação entende que os policiais estejam plenamente conscientes de suas obrigações e capazes de exercer suas funções.

Portanto, observa-se que a disciplina vem se destacando nas instituições policiais militares, guiando sua ordem interna, fortalecendo paradigmas e servindo como elemento que se presta a racionalizar a obediência. Tais características fizeram com que ela modelasse os sistemas de ensino militares, ratificando Weber (1982, p. 292-293) ao afirmar que:

O conteúdo da disciplina é apenas a execução da ordem recebida, coerentemente racionalizada, metodicamente treinada, e exata, na qual toda crítica pessoal é incondicionalmente eliminada e o agente se torna um mecanismo preparado exclusivamente para a realização da ordem. Além disso, tal comportamento em relação às ordens é uniforme. [...] Para a disciplina, é decisivo que a obediência de uma pluralidade de homens seja racionalmente uniforme.

[...] A disciplina em geral, como seu ramo mais racional, a burocracia, é impessoal. Infalivelmente neutra, ela se coloca à disposição de qualquer força que pretenda seus serviços e saiba como promovê-los.

Em Weber (1982) percebe-se a descrição da disciplina como uma ferramenta de poder, empregada para sufocar a individualidade dos agentes aos quais submete. Segundo o autor, transformando a pluralidade em uniformidade, a disciplina serve ao propósito de uniformizar os homens, que se submetem aos seus ditames. Essa definição assemelha-se bastante à realidade encontrada nos quartéis das Polícias Militares, até hoje em dia. Quando exaustivos treinamentos buscam fazer da tropa uma massa homogênea, pronta para submeter-se aos mais diversos comandos.

Partindo-se da perspectiva weberiana para o ponto de vista foucaultiano, tem-se que o controle disciplinar, por vezes, tornar-se bem mais específico, estabelecendo uma correlação, tanto entre os corpos e os gestos, quanto na articulação destes corpos com os objetos que manipulam. No ambiente militar isso dá origem a uma codificação instrumental, baseada em prescrições explícitas e coercitivas. Segundo Foucault (2007, p. 130), isso ocorre quando:

Sobre toda superfície de contato entre o corpo e o objeto que manipula, o poder vem se introduzir, amarra-os um ao outro. Constitui um complexo corpo-arma, corpo-instrumento, corpo-máquina. [...] longe daquelas formas de sujeição que só pediam ao corpo sinais ou produtos, formas de expressão ou o resultado de um trabalho. A regulamentação imposta pelo poder é ao mesmo tempo a lei de construção da operação.

Foucault (2007), ainda afirma que o poder disciplinar também apresenta um caráter de sintetizar o que se pretende daqueles a quem sujeita, bem como detém a capacidade de produzir um laço coercitivo entre o produto e o aparelho de produção. Por diversos mecanismos os policiais tem sua conduta vigiada e submetida a uma severa disciplina, construindo o perfil do profissional que as Corporações Policiais Militares julgam adequado para o seu funcionamento.

Nesse aspecto, a disciplina vem a ser empregada como uma forma de garantir que as Polícias Militares, enquanto instituições burocráticas, tenham os seus

trabalhos executados de forma mais eficaz e racional. Com tais cuidados, evita-se o surgimento de intercorrências causadas, como as contestações ou as desobediências, tão detestáveis aos olhos dos que comandam suas tropas.

Diante da reflexão de ambos os autores, Weber e Foucault, cada uma a sua época, compreende-se que a disciplina relacionada às estruturas de poder é um tema que vem despertando o interesse de renomados estudiosos, ao longo dos anos. Em Weber, temos a visão icônica da Sociologia clássica, que entende a disciplina como imprescindível para a organização burocrática estatal.

Ao avaliar-se a perspectiva weberiana, observa-se a realização de uma analogia entre a evolução do Estado Moderno e o desenvolvimento da burocracia moderna. Weber embasou sua conceituação nos elementos jurídicos do século XIX, em uma época na qual o capitalismo se expandia e as empresas econômicas entravam em franca burocratização. O autor afirma que a burocracia, embora tenha existido desde a forma antiga de Estado, alcançou seu mais alto patamar de racionalidade na época da ordem legal, instituída pela Modernidade.

Diante de uma nova estrutura social que se firmava e expandia, foi necessário que o aparato burocrático pudesse contar com servidores públicos cujas características fossem: apresentar competência técnica e qualificação específica; mostrarem-se submissos aos regulamentos escritos; serem pagos em dinheiro; estar submetidos às autoridades, por meio de regras hierárquicas e de códigos disciplinares. Portanto, disciplina e burocracia tornaram-se indissociáveis.

Analisando-se as noções de Foucault sobre a disciplina, percebe-se que as conceituações deste estudioso contemporâneo estão intimamente associadas às relações de poder existentes na sociedade Moderna. Assim, no seu livro *Vigiar e Punir*, publicado originalmente em 1975, Foucault investigou, a partir da realidade do século XVI e XVII, como se construiu historicamente o controle da conduta dos indivíduos. Para tanto, foi preciso compreender como o poder deixou de estar concentrado nas mãos de uma única figura soberana, passando a ser controlado por instituições como: igrejas, escolas e quartéis. Logo, seja para Weber ou para Foucault, a disciplina sempre esteve presente nas estruturas de poder, sendo empregada no controle ou na coerção dos indivíduos.

Mas, embora nos quartéis, enquanto instituições governamentais burocráticas, a utilização da disciplina tenham se notabilizado pela obtenção do controle dos militares, é importante afirmar que seu emprego pode ter uma

aplicabilidade otimizada. Pois, toda organização burocrática se ampara em uma complexa engrenagem, que necessita do estabelecimento de ordens específicas inerentes a sua organização.

Trazendo-se essa premissa para a realidade das Corporações policiais militares, observa-se exemplos positivos da prática disciplinar como acontece nos casos em que se torna imprescindível sua aplicação nos procedimentos técnicos, ou nas ocasiões que exijam dos policiais militares uma perfeita atuação em equipe, durante as operações policiais. Para tanto, é essencial que se possa contar com uma tropa coesa, que tenha seus movimentos bem coordenados e ritmados sendo capaz de atender com rapidez e precisão ao que lhe é determinado por seus comandantes.

Com base nesse pressuposto, no que tange ao Curso de Formação de Oficiais paraibano, tem-se a presença enfática da disciplina, bem como dos ritmos, anteriormente citados, na ministração de aulas como: Operações de Choque, Policiamento de Estabelecimentos Prisionais, ou Ordem Unida. Todas essas, obedecem a um formato, extremamente tecnicista, no qual os procedimentos devem ser rigorosamente cumpridos, em certa ordem pré-determinada.

Na aplicação prática dos ensinamentos que lhes são repassados nas ocasiões acima citadas, é preciso que a tropa haja com bastante disciplina, executando, perfeitamente, o que lhes é ensinado, de forma homogênea, orientada e cadenciada. Da união de todos esses aspectos depende o sucesso da missão que foi destinada aos policiais militares e, por conseguinte, a sua vida e de todos os envolvidos no evento. Nesses casos, o correto e exato desempenho das técnicas e dos procedimentos, característicos da atuação do policial militar, traça a linha que esteia a sua sobrevivência.

2.3 A VIGILÂNCIA DA HIERARQUIA E OS SISTEMAS DE PODER

Para que todo esse sistema, no qual impera o poder disciplinar, se mantivesse, foi preciso implementar-se o controle¹³ nas instituições que o compõe. Essa preocupação tornou-se mais vigorosa, à medida que, transcorria o advento da expansão capitalista moderna, no qual o aparelho de produção tomou-se maior, aumentando a sua complexidade. Deste modo, o número de operários foi bastante elevado, assim como as tarefas que estes executavam passaram a ser bem mais

diversificadas. Nesse momento, desponta a vigilância hierarquizada da disciplina e toda a sistematização de poderes dentro das instituições. Para Foucault (2007, p. 148):

O poder na vigilância hierarquizada das disciplinas não se detém como uma coisa; não se transfere como uma propriedade; funciona como uma máquina. E, se é verdade que sua organização piramidal lhe dá um chefe, é o aparelho inteiro que lhe dá poder e distribui os indivíduos nesse campo permanente e contínuo. O que permite ao poder disciplinar ser absolutamente indiscreto, pois está em toda parte e sempre alerta, [...] controla continuamente os que estão encarregados de controlar.

A função de vigiar torna-se comum a um pessoal especializado sendo indispensável ao processo de produção. De acordo com Foucault (2007), essa mesma forma de organização tomou conta das escolas, nas quais cresciam, vertiginosamente, o número de alunos. Isso ocasionou uma maior demanda por ações pedagógicas e administrativas, baseadas em um controle fiscalizador mais efetivo, que deveria ser exercido por funcionários dispostos em vários níveis hierárquicos. Estabelecia-se, deste modo, uma constante rede de vigilância, na qual os integrantes das corporações, ao mesmo tempo em que controlavam, eram também controlados.

Foucault (2007) ainda explica que, somando-se ao olhar fiscalizador hierárquico, foi estabelecida uma sanção normalizadora, que se entende como sendo responsável por qualificar e punir, legalmente, os desvios de conduta através de mecanismos que: comparam, diferenciam, hierarquizam, homogeneizam e excluem. Nessa conjuntura, a punição se consolidou como um instrumento de controle sobre quem viesse a se insurgir contra a disciplina estabelecida. Seja nas oficinas, nas escolas ou nos exércitos, seriam aplicados castigos, Foucault (2007, p. 149) descreve que, sob a forma de:

[...] micropenalidades do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseira, desobediência), dos discursos (tagarelices, insolências), do corpo (atitudes "incorretas", gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência). Ao mesmo tempo é utilizada, a título de punição, toda uma série de processos sutis, que vão do castigo físico leve a privações ligeiras e a pequenas humilhações.

Vale salientar que, além do estabelecimento do olhar vigilante e hierárquico, nessa engrenagem de controle e poder, podem ainda serem destacados os exames,

os quais servem ao propósito de classificar, qualificar e punir aqueles a quem se submetem ao seu jugo. Ao comparar-se esse sistema à realidade das Corporações policiais militares compreende-se a proibição de um subalterno, mesmo sendo capacitado academicamente, ministrar disciplinas para seus superiores.

Sabe-se que os exames e a aplicação das sanções normalizadoras são parte integrante do processo ensino aprendizagem dos militares. Contudo, as normas da hierarquia não permitem que fique ao encargo de um policial militar de menor nível punir ou premiar o seu superior, sem ferir os regulamentos que definem e controlam sua conduta.

Toda essa dinâmica de fiscalização hierarquizada e punições é, extremamente, familiar àqueles que estão submetidos ao sistema militar. No caso dos cadetes paraibanos, desde seu ingresso na Academia Militar do Cabo Branco, ficam cientes de um Regulamento Interno, no qual estão descritas as formas de conduta correta e as possíveis punições para quem as transgrida.

Como fiscais desses militares, é mais comum que sejam citados os seus superiores, por serem os que detêm o poder de puni-los, legalmente constituído. Mas, nem sempre o poder coercitivo é exercido verticalmente. Há casos em que, até mesmo, os pares tornam-se fiscais da conduta dos cadetes, visto que, certas vezes, toda a turma é passível de receber determinada punição, pelo erro cometido por um só integrante.

Essa postura doutrinadora aceita e perpetuada, comumente, pelos superiores é respaldada em um preceito que defende ser tal punição capaz de levar o policial militar ao rápido aprendizado, bem como, estimular, através da vigilância e coerção, que seja formada uma tropa mais unida e atenta ao cumprimento perfeito das missões que lhes são delegadas. Em situações como essas, o controle é exercido por intermédio do medo, que se espalha coletivamente. Pois, similarmente ao que ocorre quando se dispõe uma massa dentro de uma arena, quando, segundo Canetti (2011, p. 27), ocorre que:

Em seu interior ela constrói um muro de gente. Todos os presentes voltam as costas à cidade. Desprenderam-se da ordem urbana, dos muros e ruas da cidade. Não se preocupam com nada que nela acontece [...]. Deixaram para trás a vida de conhecidos, suas regras e costumes. [...] Cada um tem a sua frente milhares de pessoas e cabeças. [...] desaparecem as singularidades que normalmente os distingue, tornando-os indivíduos. Todos se tornam muito parecidos e comportam-se de modo semelhante. Nos outros cada um percebe apenas o que ele próprio está sentindo.

Paradoxalmente, mesmo percebendo as injustiças que esse sistema tem a capacidade de gerar, vários militares as reproduzem, fielmente, ao terem a oportunidade de se comportarem como comandantes e não como comandados. Deixam de ocupar o lugar de oprimidos, tornando-se opressores. Nesse ambiente educacional não há espaço para que o educando se liberte da opressão exercida pelo controle sistemático ao qual se encontra submetido, transformando-se em reprodutores do que lhes foi ensinado. Pois, de acordo com Freire (1987, p. 25):

Se a humanização dos oprimidos é subversão, sua liberdade também o é. Daí a necessidade de seu constante controle. E, quanto mais controlam os oprimidos, mais os transformam em “coisa”, em algo que é como se fosse inanimado. [...] Os oprimidos, como objetos, como quase “coisas”, não têm finalidades. As suas, são as finalidades que lhes prescrevem os opressores.

Sendo coisificados e massificados, os policiais militares seguem no processo formativo se distanciando da sociedade, imersos em um sistema que se baseia na explícita submissão a ritmos, disciplina e vigilância hierárquica. Deste modo, é pertinente ressaltar-se outra importante perspectiva acerca da hierarquia encontrada nas concepções weberianas. Em seus escritos, esse autor defende ser esta uma típica forma de organização do poder burocrático, denominada de submissão monocrática. Weber (1982, p. 230) afirma que:

Os princípios da hierarquia dos postos e dos níveis de autoridades significam um sistema firmemente ordenado de mando e submissão, no qual há uma supervisão dos postos inferiores pelos superiores. [...] com o pleno desenvolvimento do tipo burocrático, a hierarquia dos cargos é organizada monocraticamente.

De acordo com Weber (1982), a burocracia tem seus alicerces na obediência às regras, às leis e às normas da administração. As atividades passam a ser exercidas de forma fixa, com os deveres oficiais e as autoridades, distribuídos de maneira estável e normatizada. Quanto aos deveres e direitos, estes deveriam ser exercidos, metodicamente, apenas por pessoas regularmente qualificadas. Assim, a disciplina que poderia ser utilizada como instrumento de ordenação e otimização, no que concerne à atuação policial racional e planejada, continua tendo sua aplicação legítima distorcida, perpetuando uma prática típica da organização burocrática, privilegiando o cumprimento meticuloso de tarefas, devidamente controladas.

Nesse quesito, vale a frase comum aos corredores dos corredores dos quartéis da Polícia Militar e repetida, exaustivamente, pelo capitão Nascimento, servindo como lema de sua atuação e como estampa (Foto1) do material promocional e dos produtos relacionados ao filme: “Missão dada é missão cumprida”. Refletindo, claramente, o sistema disciplinar dos militares, real e ficcional, essa máxima corrobora com a ideia de que, importa antes cumprir o que é determinado, sem hesitações ou questionamentos, sem considerar a natureza ou legitimidade do que está sendo imposto.

Foto 1 – Capa do DVD do filme tropa de Elite (2007)



Fonte: Site capasdefilmes.com (2012)

Na praticidade da vida real dos policiais militares, várias são as ocasiões nas quais as ordens de superiores não parecem adequadas ou legítimas, mas, segundo a disciplina militar, ao bom profissional cabe, preferencialmente, atender imediatamente ao que lhe foi ordenado. Inevitavelmente, todo esse nível de cobrança acaba por exercer bastante pressão sobre os policiais militares, estendendo seus reflexos, até mesmo sobre a vida privada desses profissionais.

Com base na pesquisa de campo, 43% dos cadetes entrevistados entende que para um policial ser considerado, verdadeiramente, um bom profissional ele deve buscar o seu aprimoramento, sem deixar que interfira negativamente em quem ele é na sua vida privada. Para 61% desses policiais militares, os seus sentimentos devem ser mantidos em equilíbrio, de forma a não atrapalhar a eficácia de sua atuação, nem os tornar indiferentes às necessidades dos cidadãos.

Portanto, observa-se que é o equilíbrio emocional somado a uma boa formação profissional que constituirá um policial qualificado e, não, a formação de profissionais que sejam capazes de agir automaticamente, apenas reproduzindo o que lhes é repassado. Mas, também é importante ressaltar que 68% dos entrevistados entendem que, bem ou mal formado, a escolha entre aplicar ou não os conhecimentos depende do policial militar.

Na busca por engrossar suas fileiras, com integrantes que julguem serem devidamente qualificados, as Corporações policiais militares não devem manter o foco principal de suas ações formativas na constituição de tropas formadas por mero repetidores de ordens. Antes, os avanços e os desdobramentos de todas as conquistas acerca dos direitos de cidadania devem servir como parâmetro reflexivo na elaboração das estratégias formativas voltadas a esses agentes da Segurança Pública, com todas as suas competências e peculiaridades.

Sabe-se que a preocupação com a melhoria das condições educacionais e, por conseguinte, na esfera da atuação profissional dos policiais militares, ganha ainda mais vigor quando esses profissionais passam a ser respeitados no que tange à sua condição de cidadãos. Traçando um longo percurso, desde seu nascedouro, na sociedade ocidental no século XVIII, é na atualidade que a luta pela consolidação dos direitos do cidadão mostra seus maiores frutos.

O homem que outrora apenas idealizou assumir o papel de desenhista e articulador de sua cidadania, hoje pode, até mesmo, contar com direitos legalmente assegurados, como acontece na Constituição brasileira, atualmente em vigor. Cada vez mais, não importa a função que ocupe na sociedade brasileira, já podem ser encontrados exemplos em que não se admite que o direito de exercer a capacidade de arbitrar, livremente, quais rumos iriam adotar para todas as áreas de sua vida seja cerceado. Pois, como constatamos em Funari (2003, p. 49), por cidadania entendemos que vem a ser:

[...] o conjunto de membros da sociedade que têm direitos e decidem o destino do Estado. Esta cidadania moderna liga-se de múltiplas maneiras aos antigos romanos, tanto pelos termos utilizados quanto pela própria noção de cidadão. Em latim, a palavra *cinis* gerou *cinitas*, "cidadania", "cidade", "Estado". Cidadania é uma abstração derivada da junção de cidadãos e para os romanos, cidadania, cidade e Estado constituem um único conceito. E só pode haver esse conceito se houver antes cidadãos. *Cinis* é o ser humano livre e, por isso, *cinitas* carrega a noção de liberdade em seu centro.

É importante salientar que o acesso ao pleno exercício da cidadania inclui a participação ampla dos atores sociais nas decisões que afetam à dinâmica socioeconômica, na qual se está inserido. Deste modo, entende-se que o homem, como sujeito de direito, tem a sua influência estendida da esfera privada à pública, assegurando a melhoria das suas condições de vida. Portanto, de acordo com Tosi (2002, p. 61):

A cidadania como inserção no campo público, necessariamente deverá privilegiar a efetividade de todos os direitos ao sujeito, grupo ou comunidade. [...] a cidadania como acesso ao espaço público é a luta por uma participação e construção do próprio espaço de modo a reivindicar a efetivação dos direitos humanos em seu aspecto sociopolítico e cultural.

Assim, a partir dessa conceituação, acerca do que vem a ser a cidadania, e tomando-se por base a condição de cidadãos dos próprios policiais militares, percebe-se que em situações de opressão, as quais certas vezes são submetidos, ocorre a supressão de seus direitos. De acordo com Freire (1987, p. 19), toda essa conjuntura acarreta consequências, extremamente, danosas sobre aqueles que lhe estão submetidos, pois esses indivíduos:

Sofrem uma dualidade que se instala na “interioridade” do seu ser. Descobrem que, não sendo livres, não chegam a ser autenticamente. Querem ser, mas temem ser. São eles e ao mesmo tempo são o outro introjetado neles, como consciência opressora. Sua luta se trava entre serem eles mesmos ou serem duplos. Entre expulsarem ou não ao opressor de “dentro” de si. Entre se desalienarem ou se manterem alienados. Entre seguirem prescrições ou terem opções. Entre serem espectadores ou atores. Entre atuarem ou terem a desilusão de que atuam, na atuação dos opressores. Entre dizerem a palavra ou não terem voz, castrados no seu poder de criar e recriar, no seu poder de transformar o mundo.

Toda essa rigidez doutrinária, significativamente, marcada pela hierarquia e pela disciplina, embora tenha sido delineada há séculos atrás, ainda influencia o *ethos* da formação e da atuação policial nos dias atuais. Sob esse prisma, pretende-se alcançar uma tropa servil e uniforme, que possa vir a executar ordens, sem hesitações ou contestações, acerca do que lhe é doutrinado. Deste modo, o Estado vem sendo provido de um aparato repressivo, preparado em sistemas de ensino que se organizam como estruturas fabris e, certas vezes, abusivas, obedecendo a uma forma de profissionalização que fez nascer um abismo entre as polícias militares e a sociedade.

2.4 LEGITIMIDADE DA FORÇA COERCITIVA: uma necessidade estatal

Para ser possível compreender as peculiaridades da formação e atuação dos policiais militares, além de serem abordados temas como disciplina e hierarquia, é imprescindível que se avalie, igualmente, como vem ocorrendo o emprego da força legitimamente delegada a esses profissionais. É importante observar que, sob uma perspectiva weberiana, tal legitimação está inserida entre os elementos essenciais à para a manutenção do funcionamento do Estado.

Pois, ao mesmo tempo em que surgiu a necessidade de desenvolver a organização social, nos primeiros aglomerados humanos, buscou-se também a implantação de instrumentos que servissem como disciplinador das relações sociais. Assim, a polícia passou a ser delineada, não pelo somatório de todas as possibilidades de seu emprego e, sim, pela dimensão que seus controladores lhe proporcionavam ao empregá-la sobre determinado objeto. Em conformidade com Monjardet (2003, p. 22), polícia pode ser definida como:

[...] instrumento de aplicação de uma força (a força física em primeira análise) sobre o objeto que lhe é designado por quem a comanda. Por este motivo, a polícia não poderia ter finalidade própria, não há transcendência na coerção física (mesmo para um sádico ela é apenas um meio) a polícia é totalmente para servir [ancilliare], e recebe sua definição – no sentido se seu papel nas relações sociais – daqueles que a instrumentaliza. Por isso, pode servir a objetivos os mais diversos, à opressão num regime totalitário e ditatorial, à proteção das liberdades num regime democrático.

Percebe-se, que vem de longa data o estreito relacionamento que a polícia mantém com o ordenamento político da sociedade na qual está inserida, suscitando um duro confronto entre dois aspectos. De um lado, os cidadãos que almejam o exercício pleno de seus direitos. Sob outro aspecto, o Estado, que através da sua Administração busca garantir a ordem e os *status quo* de seu poderio por meio do uso do poder de polícia. Sobre a utilização da força e violência como forma de manutenção do poder do Estado, Weber (1982, p. 98) assinala que:

Só podemos descrever o Estado moderno sociologicamente em termos dos meios específicos peculiares a ele, como peculiares a toda associação política, ou seja, o uso da força física.

Todo Estado se fundamenta na força [...]. Se não existissem instituições oficiais que conhecessem o uso da violência, então o conceito de Estado seria eliminado [...] é claro que a força, não é, certamente o meio normal e único do Estado – ninguém o afirma – mas um meio específico do Estado. [...] o Estado é uma comunidade humana que pretende com êxito, o *monopólio do uso legítimo da força física* dentro de um determinado território.

Portanto, observa-se que nessa conjuntura, constantemente, percebeu-se a preponderância do interesse daqueles que detinham o comando das estruturas de poder, os quais encontraram no autoritarismo, apoiado pelo uso indiscriminado da força coercitiva, uma forma rápida e eficaz de exercer controle sobre os cidadãos. Nesse tipo de relação, a Administração governamental é elevada a um patamar de superioridade em relação àquelas a quem administra e a democracia perde força e espaço na estrutura social.

Contudo, mais do que simplesmente garantir a ordem pública e, por conseguinte, o bom andamento do Estado, sabe-se que o uso legítimo da força, conforme estabelecido nas prerrogativas legais vem sendo desvirtuado. Ao atender, a certos interesses particularistas das elites governamentais, o trabalho dos policiais militares torna-se, inúmeras vezes, alheio às aspirações sociais relativas à paz e à justiça, comuns a um serviço de segurança pública que atenda a toda a sociedade, igualmente.

Deste modo, analisando-se a forma como foram sendo estruturadas as Polícias Militares brasileiras, percebe-se uma congruência entre a formação de seus integrantes e o uso que o Estado faz de sua força. Assim, mantendo um perfil hierarquizado, disciplinador e coercitivo, as instituições policiais militares têm contribuído, diversas vezes, ao longo dos anos, para o distanciamento entre as Polícias Militares e a sociedade.

E são esses policiais que saem às ruas e lidam com os problemas de segurança pública, diversas vezes reproduzindo nas relações com a comunidade a forma dura, sistemática e distanciada, com a qual são tratados na caserna. Longe de poderem contar com uma força policial em que possam confiar e sentirem-se representados, muitas vezes, os cidadãos são privados do oferecimento de uma segurança policial justa e eficaz.

O combate à criminalidade vem sendo colocado em primeiro lugar entre as atribuições da Polícia Militar. Mas, apesar do medo e da insegurança que assola os cidadãos muitas discussões põem em cheque o modelo do velho policial, que seria capaz de utilizar qualquer meio para cumprir sua missão. Sob uma visão mais democrática, a sociedade cobra do Estado profundas inovações no aparato da Segurança Pública. De acordo com Bayle e Skolnick (2002, p. 225):

O velho policial não estava especialmente interessado em ouvir o público leigo. [...] O velho profissional via-se a si mesmo como alguém que tinha recebido treinamento avançado nas complexidades do código penal, na lei do reviste-e-prenda, no uso da arma de fogo, nas táticas de interrogatório e nos pontos delicados de quando e onde aplicar o cassetete. [...] O novo profissionalismo implica que a polícia sirva a comunidade, aprenda com ela e seja responsável por ela. Por trás do novo profissionalismo está uma noção predominante: a de que a polícia e o público são co-produtores da prevenção do crime.

Contudo, indagações acerca de como ser possível requerer dos policiais militares a adaptação a tais prerrogativas, quando o respeito aos seus direitos de cidadania não parece estar assegurado, ainda não encontram respostas simples e diretas, diante de toda a complexidade desse tema. Certamente um dos entraves na busca de soluções persiste no sentimento de desamparo e desvalorização, pessoal e profissional, que, muitas vezes, permanece entre os policiais militares.

Estando inseguros acerca de sua capacidade de exercer suas funções, dificilmente, esses militares terão o esteio necessário para enxergarem os dramas sociais com empatia. Mesmo havendo exemplos de bons profissionais, o desrespeito à cidadania dos policiais militares os desestimula a seguir, na sua vida profissional, uma conduta afinada com o respeito aos mesmos direitos que lhes são negados quando forem interagir socialmente.

Essa sensação foi visivelmente exposta, por alguns dos entrevistados na dinâmica do grupo focal desenvolvida neste trabalho, ao afirmarem que, durante sua formação, são alvos constantes do que eles consideram desrespeito a sua cidadania. Embora a visão dos cadetes sobre o que vem a ser cidadania se limite a poucos aspectos, denotando muitas limitações a este respeito, é importante ressaltar que houve reclamações acerca de fatos como: a extensão compulsória dos prazos de liberação, ao término das aulas; a imposição da participação dos cadetes como entrevistados em pesquisas científicas e ao tratamento abusivo que certos

professores destinavam aos alunos, durante a ministração das aulas, ao denominá-los com expressões negativas e pejorativas, diante de possíveis erros cometidos.

Todas essas características da *práxis* militarista promove certa frustração nos comandados, claramente, perceptível entre os cadetes que foram entrevistados. Esse desconforto deve-se à sensação de impotência em contribuir para que haja mudanças, realmente significativas na realidade das Corporações. Diante da fragilidade presente nos canais de comunicação, as interações entre os policiais militares dos vários níveis hierárquicos da estrutura de poder são dificultadas, no que tange às possíveis contestações.

Muitas vezes, a extrema verticalização dessas relações leva o ciclo de comando a concluir que tais pendências podem ser reduzidas a um mero evento de desacato ao cumprimento compulsório das ordens. Nesse caso, dificilmente aquele que se coloca na posição de questionador consegue livrar-se das punições reservadas para cada uma das respectivas condutas desviantes.

2.5 A CULTURA DA ORDEM E A INVERSÃO DE PODERES

Para que seja viável uma análise mais produtiva, dos problemas relativos às questões que envolvem a cultura da ordem interna às Corporações Policiais Militares, é preciso levar-se em consideração que na atual realidade brasileira vivencia-se uma busca pela solidificação da democracia e pela igualdade de direitos entre todos os cidadãos. Portanto, é previsível um contexto no qual a sociedade vem descobrindo o poder de reivindicar seus direitos de cidadania, de serem ouvidos e serem respeitados, exerça influência sobre as instituições que compõe os poderes públicos.

Sabendo-se que os policiais são, antes de tudo, cidadãos é justificável que busquem nas suas relações de trabalho o pleno respeito a esta condição. Todavia, se a caserna não lhes oferece subsídios para que possam pleitear tais direitos, começa a ser alimentado e compartilhado entre os policiais militares, certo descrédito na estrutura de poder das suas Corporações, enquanto órgãos públicos responsáveis por prepará-los para lidar com a complexa realidade profissional que lhes caberá.

Dentro desse contexto, um fenômeno vem se notabilizando recentemente, na Polícia Militar paraibana, podendo ser, em certa medida, atribuído a esse

descompasso, entre quem contesta e reivindica e aqueles que detêm o poder de avaliar tais questões e decidir sobre possíveis mudanças.

Ao ingressar na sua jornada profissional, o policial militar já encontra submetido a uma estrutura de poder, bastante solidificada, que destaca os deveres e imposições, enquanto sufoca as liberdades, por diversos ângulos. Assim, a instituição Polícia Militar dissemina, ao mesmo tempo, sobre os seus integrantes, as diretrizes de vários poderes como: o político, embasado na disciplina e na hierarquia, no qual poucos mandam e muitos apenas obedecem; o econômico, quando sua força de trabalho é paga com um salário e as condições de trabalho sofrem precarização; o judiciário, pois além dos deveres a que se submetem os demais cidadãos são associados os deveres específicos do campo militar, e, por fim, o ideológico, fortemente disseminado pelos sistemas de ensino, visando perpetuar antigos padrões do se entende por uma polícia adequada.

Portanto, sentindo-se intensamente cobrados, desamparados em suas relações de trabalho e cerceados em suas reivindicações, há alguns anos, os policiais militares em formação na Paraíba vêm aumentando, consideravelmente, o número de ações impetradas na Justiça Comum, para resolver questões relacionadas ao âmbito interno das Corporações. Ao sentir seus direitos cerceados, muitos policiais vêm quebrando paradigmas ao recorrerem às esferas judiciais externas à Corporação, buscando diligenciar uma grande variedade de causas.

Certas vezes, essa prática torna-se válida e positiva, permitindo aos policiais militares o alcance da correção de injustiças cometidas por superiores, que se furtaram a examinar mais atentamente os pleitos de seus subordinados. Todavia, há certas ocasiões em que algumas determinações legais da Justiça Comum, entram em conflito com as determinações de a Justiça Militar, havendo um choque de entendimentos.

Esse comportamento não se restringe apenas aos cadetes, em foco nessa pesquisa, mas é extensivo aos componentes dos mais diversos níveis hierárquicos. Até mesmo questões meramente disciplinares, previstas no seu Regulamento Disciplinar, legalmente embasados e previamente conhecidos e aceitos por cada um dos policiais ingressantes, saem das esferas administrativas internas da Corporação e ganham contornos nos processos da Justiça Comum, através da esfera Cível. As questões são diversas e envolvem ocorrências como: dificuldades com o acesso às promoções; reparação por danos morais; problemas com o ingresso nas fileiras

policiais, ou em cursos oferecidos internamente (Curso de Formação de Oficiais, Curso de Formação de Sargentos, Curso de Habilitação de Oficiais, entre outros).

É importante salientar que boa parte dessas disputas poderia, perfeitamente, ser resolvida nas próprias instâncias administrativas dos quartéis, bastando, para tanto, que houvesse pleno conhecimento, de ambas as partes, acerca de todos os meandros legais que envolvem cada questão. Contudo, é necessário que aqueles que reivindicam conheçam bem, tanto seus direitos quanto seus deveres. Por outro lado, não menos importante que aqueles que julgam tais pendências também estejam cientes da importância de conhecerem todas as especificidades da Justiça Militar. Aplicando-a corretamente na particularidade de cada caso.

Caso isso não ocorra, as possíveis injustiças ou falhas das estruturas de poder, fortemente implantadas ao longo dos anos, não serão corrigidas, mas, estará sendo fortalecido um mecanismo de justiça alternativo, capaz de, certas vezes, sobrepor-se ao já existente.

A diferença entre ambas as estruturas é que, quem manda no primeiro caso é colocado na posição de obediência incontestável, por uma força jurídica que lhe sobrepuja. Institui-se, por assim dizer, uma preocupante ferramenta de inversão de poderes, que, muitas vezes não tem sua utilidade empregada para requerer direitos legalmente constituídos, que venham a favorecer aos policiais. Busca-se um confronto com os princípios básicos da disciplina e da hierarquia, enquanto instrumentos necessários à organização e funcionamento da Corporação Policial Militar. Inverte-se o sentido em que a ordem atua, todavia, não são corrigidas suas discrepâncias.

Com relação a essas questões jurídicas que tomam dimensões externas aos muros das Corporações, um dos casos que serve como uma ilustração bastante pertinente ocorreu, com ineditismo, na história da Polícia Militar da Paraíba. Em 26 de outubro de 2012, foram decretadas as prisões preventivas do coronel Euler de Assis Chaves e do coronel Marcos Aurélio de Araújo Carvalho, há época, comandante Geral da Polícia Militar e comandante do Centro de Educação da Polícia Militar, respectivamente. De acordo com as suas posições hierárquicas, dentro da Corporação, o coronel Euler foi levado preso ao quartel do Exército 1º Grupamento de Engenharia e Construção, enquanto o coronel Carvalho permaneceu nas dependências do Centro de Educação da Polícia Militar paraibana.

A ordem partiu do juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública, Ruy Jander, da Comarca de Campina Grande, sendo motivada pelo descumprimento de uma ordem judicial, que garantia a um grupo de seis soldados o ingresso no Curso de Formação de Sargentos (CFS). O desfecho desse episódio se deu com uma nova decisão judicial que inverteu o que ficou estabelecido pela primeira. Após uma nova avaliação o juiz entendeu que os soldados embasaram o seu requerimento em uma antiga lei, atualmente, sem efeito.

Apesar do breve período em que os militares estiveram presos, não há como mensurar quais efeitos recairão sobre a tropa, tratando-se do fato de um comandante geral, expoente máximo da hierarquia policial militar, ter sido preso devido a um pleito nascido de um grupo de soldados, sendo estes representantes dos dois extremos de uma cadeia hierárquica. Todavia, analisando-se esse caso, percebe-se que haveria como ser evitado tal constrangimento. Uma das soluções possíveis, caso fosse cumprida, com exatidão, a ordem judicial e os militares tivessem obtidos suas matrículas, seria, posteriormente, reprová-los por falta, devido ao andamento do curso já contabilizar mais do que os 25% de falta toleráveis, pelas regras do Ministério da Educação brasileiro.

Mas, não cabe nesse momento aprofundar-se em questões jurídicas e, sim, mostrar que esse caso reflete uma realidade marcada por um ambiente conflituoso na dinâmica interna da Corporação Policial Militar. Em momentos como esse, é fácil perceber como o choque das culturas de ordem, nascido no terreno subjetivo e ideológico, contrapõe certos tradicionalismos herdados do autoritário e a recente busca dos policiais por seus direitos de cidadania, podendo vir a tomar dimensões práticas incalculáveis. Transpassando os muros dos quartéis, o *ethos* militar, que ainda não se adaptou à atmosfera de solidificação das liberdades e dos direitos legais e democráticos que o cerca, é exposto para a sociedade demonstrando certa fragilidade no que tange a instabilidade interna da instituição Polícia Militar.

Toda essa dinâmica pode influir negativamente na formação dos policiais militares, dificultando a formação de sua imagem profissional, à medida que se estabelece um descrédito relativo a toda uma estrutura, na qual os pilares principais são a hierarquia e a disciplina. Pois, ambas funcionam interligadas e atingindo-se a última, inevitavelmente, se afeta a primeira. Uma atmosfera interna conflituosa não gera efeitos danosos apenas internamente, dentro dos muros dos quartéis.

Ao transpor as barreiras da caserna, estando exposta ao conhecimento de toda a sociedade, essa realidade interna desarmônica contribui para a ampliação do sentimento de descrédito nutrido pelos cidadãos, no que tange à atuação governamental na resolução dos problemas relativos à Segurança Pública. Diante do avanço a passos largos da criminalidade, dia após dia, a população vem sendo invadida pela sensação de insegurança. Esse problema tende a crescer, à medida que são mais evidentes tais situações de crise, que a Polícia Militar vem enfrentando internamente, ao mesmo tempo em que vem procurando estratégias para se adaptar a um delicado e complexo período de transformação social.

3 INSEGURANÇA E DESCRÉDITO: as consequências do medo

A confiança que a sociedade deposita no aparato estatal de segurança tem diminuído, na medida em que cresce o temor da ameaça representada pelo aumento da criminalidade. Vale como exemplo o que vem sendo registrado na capital paraibana, historicamente conhecida como recanto de hospitalidade e tranquilidade. Conforme Waiselfisz (2011) descreveu no seu livro, *O Mapa da Violência Homicida 2012: Os Novos Padrões da Violência Homicida no Brasil*, o Estado da Paraíba apresentou um considerável aumento no número de homicídios, entre 2000 e 2010, chegando a um acréscimo de 156,2%.

Deste modo, a Paraíba partiu, nesse período, do 20º lugar, para assumir a preocupante 5ª colocação na ocorrência de homicídios, entre todas as unidades da Federação brasileira. Entre 2000 e 2010, a cidade de João Pessoa, capital do Estado, contou com o crescimento de 157,1%, passando, em números absolutos, de 226 para 581 homicídios registrados.

Embora já se mostrem suficientemente assustadores, esses índices tornam-se ainda mais alarmantes ao se tomar a taxa de homicídio para cada cem mil habitantes. Nesse caso, a capital paraibana apresenta um aumento no número de homicídios de 37,8 para 80,3 nessa década, se comparada a todas as demais capitais do país, perdendo apenas para Maceió, capital de Alagoas, com 109,9 homicídios para cada cem mil habitantes, em 2010.

Certamente, esses números não expressam todas as faces da complexidade que envolve a criminalidade, mas já servem como indício de que a esfera da Segurança Pública paraibana, bem como o contexto social que a envolve, merecem uma atenção mais criteriosa. Pois, atemorizado com tais índices, cada dia mais, o cidadão comum passa a requerer dos órgãos públicos de segurança que busquem estarem aptos a combaterem os criminosos, oferecendo-lhe a sensação de segurança que tanto almeja.

Toda essa conjuntura faz com que a relação polícia-sociedade torne-se ainda mais fragilizada. Forjados em um ambiente que se encontra permeado por conflitos, os policiais militares sofrem com a precarização do seu trabalho e com as cobranças internas e externas às suas Corporações, não lhes restando muito espaço para priorizar a interação com os cidadãos. Além de se preocuparem com as dificuldades encontradas durante seu período formativo, os policiais militares,

durante a sua atuação profissional, ainda têm que contar com problemas de outras ordens, como: salários incompatíveis com suas necessidades; armas e fardamentos insuficientes; políticas públicas que não saem da teorização.

Assoberbados pelos conflitos e dificuldades que têm lugar dentro dos muros dos quartéis, os policiais militares dificilmente encontram condições para desenvolver a empatia relativa aos problemas que afligem a sociedade, da qual, são treinados para não sentirem-se partícipes. Ao distanciarem-se da esfera social, exterior ao restrito ciclo da caserna, cresce a possibilidade dos policiais militares não tornarem-se sensíveis às necessidades daqueles atores sociais que, distantes das esferas de poder, pleiteiam uma força policial militar qualificada.

Para que possam prestar um serviço qualificado ao público é necessário que os policiais militares, além de receberem um treinamento técnico adequado, possam ser auxiliados a desenvolver um sentimento de respeito às leis e à cidadania de cada indivíduo. Desta maneira, este profissional estará apto a discernir, de forma clara e rápida, acerca de qual deva ser a conduta mais justa e eficaz, que deverá ser empregada nas situações de crise as quais se expõe, sem fazer distinções a quem presta os seus serviços.

Ao reforçar-se a credibilidade da sociedade no que tange às instituições governamentais responsáveis pela Segurança Pública brasileira. Cria-se a possibilidade de tê-la como uma aliada na constituição de uma nova polícia, mais próxima do ideal democrático e humanista, mas nem por isso mesmo atuante e combativa. Assim, a ordem pública se fará por meio da manutenção da tranquilidade, da liberdade individual e da proteção aos direitos civis, sendo o uso da força empregado de forma justa e equilibrada.

Mas, para que mudanças desse porte e dessa natureza ocorram é preciso, antes, serem efetuadas transformações na postura, não apenas da Polícia Militar, como também da própria sociedade. Em uma jornada tão significativa, exige-se a quebra de inúmeros paradigmas, que só ocorrerá se ambos os lados do binômio polícia-sociedade assumirem suas responsabilidades nesse percurso. Em consonância com o que descreve Brasil (2008, p. 24):

Os debates recentes envolvendo novos modelos policiais referem-se exatamente às formas de viabilização da parceria polícia sociedade. Experimentos frustrados demonstram a insuficiência de iniciativas cosméticas de relações públicas ou de reformas na estrutura administrativa policial. constata-se a necessidade de uma compreensão mais abrangente e realista da função da polícia, através do reconhecimento da discricionariedade e das dimensões não-criminais do trabalho policial. Trabalha-se hoje no sentido de identificar a natureza dessas tarefas e de se realizar as mudanças operacionais e organizacionais para que a polícia as desempenhe de maneira eficaz.

Apenas uma sociedade esclarecida acerca de seus direitos, dos seus ideais de cidadania, pode exigí-los efetivamente. Nem a perpetuação das impressões do passado, nem a desesperança em um futuro mais congruente com as aspirações voltadas a uma polícia mais bem preparada e humanizada, modificarão a situação vigente. A sociedade anseia por medidas mais refletidas e de ação mais profunda, duradoura e eficaz. Como descreve Brodeur (2002, p. 32):

O público espera que a polícia seja eficaz nos serviços que ela fornece; que ofereça serviços de forma *equitativa* e *justa* para a comunidade; e que faça todo esforço para conseguir que estes serviços eficazes e justos sejam fornecidos a um custo mínimo para a sociedade.

O debate vazio sobre o aumento dos níveis da criminalidade, fundado em acusações mútuas, nos quais, não raro, ninguém acaba por assumir sua parcela de responsabilidade, fomenta o crescimento do descrédito nas políticas públicas de segurança. Portanto, tais discussões não podem ter mais lugar na busca por soluções para as aflições sociais, sob a pena de surtir um efeito contrário e devastador no combate à criminalidade. Pois, a perda da credibilidade nas soluções legais para os problemas de segurança pública podem culminar em soluções tão desastrosas quanto perigosas, socialmente.

3.1 A BUSCA PELO HEROI VINGADOR

Quando a confiança nas opções legalizadas de segurança pública decai, muitas vezes, a sociedade procura subterfúgios que apelam para o emprego desvirtuado da força conferida, legitimamente, aos policiais militares. Nesse momento, eleger-se o estereótipo do policial militar brutal e desumano como sendo o único capaz de enfrentar a criminalidade, mesmo que tenha que se valer da truculência sem reservas. Longe de resolver os problemas do enfrentamento da

criminalidade, essa postura distancia ainda mais a possibilidade de renovação necessária ao trabalho policial.

A busca pela justiça é substituída pela constituição da vingança e não mais se espera do policial militar que ele haja legalmente, mas que sirva como instrumento de revanche, causando ao criminoso igual ou maior dano do que ele causou à vítima. Muitas vezes, percebe-se com facilidade a exploração e exaltação midiática desse desvio de conduta dos policiais militares, à medida que, se cristaliza estereótipos pertinentes a essa postura.

No momento da realização do grupo focal, pode ser percebida a preocupação de um dos cadetes, em relação a esse tema, quando em resposta a uma das indagações sobre a imagem midiática dos policiais, ele resumiu com bastante propriedade o sentimento de muitos policiais em relação à imposição social da função de vingador social, ou afirmar que:

A população estava indignada, veio o capitão Nascimento fazendo um comparativo ao capitão América. Estavam precisando de um herói e colocaram o policial militar como herói e, se você observar, o público que foi atingido era o que queria ver aquilo ali. Queria ver o policial prendendo o bandido, queria ver o bandido sendo morto, porque a sociedade já estava num contexto de revolta contra o índice de criminalidade.

Tem-se, deste modo, uma construção desvirtuada da função social da Polícia Militar, solidificando-se uma forma estereotipada de policial, embasada em mitos que influenciam negativamente a formação da sua imagem, tanto internamente nas Corporações policiais militares, quanto diante da sociedade. Como descreve Silva (2003, p. 16):

Deposita-se então na polícia a esperança olímpica para enfrentar a criminalidade e a violência em nossa sociedade. E os policiais se imbuem no espírito de heróis olímpicos, justiceiros dos tempos modernos, e partem como Dom Quixote em busca dos moinhos de vento da justiça.

Portanto, embora esforços recentes afluam para a implantação de uma filosofia policial alicerçada na solidariedade e na cidadania, a força coercitiva governamental, que apenas deveria ser utilizada conforme sua legitimação permitisse, muitas vezes, é extrapolada para a truculência diante de certa aceitação social. Esse posicionamento deve ser visto com bastante atenção. Pois, de acordo com Ballestreri (2006, p. 61), “[...] uma intervenção incorreta funda marcas

traumáticas por anos ou até pela vida inteira, assim como a ação do “bom policial” será sempre lembrada com satisfação e conforto”.

Apesar de parecer bastante paradoxal, parte da própria sociedade, que é diretamente a mais atingida pela conduta desviante dos policiais, parece acreditar que, em certos momentos, o policial rude e truculento constitui-se na única alternativa viável para o combate à criminalidade. Então, surge a indagação: Ao igualar-se a metodologia policial militar à metodologia dos criminosos, o que lhes diferenciaria?

De acordo com Ballestreri (2007, p. 61):

Ao olhar para uns e outros, é preciso que a sociedade perceba claramente as diferenças metodológicas ou a “confusão arquetípica” intensificará sua crise da moralidade, incrementando a ciranda da violência. Isso significa que a violência policial é geradora de mais violência da qual, mui comumente, o próprio policial torna-se vítima.

As ações criminosas aumentando em número, diversidade e complexidade, a violência urbana e a sensação de insegurança atingindo dimensões insuportáveis, somadas a um considerável histórico de desmandos estatais, aumentaram a descrença popular, acerca das ações governamentais relativas à Segurança Pública, promovendo certa adaptação à dura realidade de temor da criminalidade.

Deste modo, solidifica-se a aceitação, por parte dos policiais militares, bem como, dos próprios cidadãos, da figura do policial truculento e injusto como a única forma de segurança que o Estado poderia proporcionar. Consequentemente, parte da sociedade, expressa, de forma controversa, sua necessidade de segurança que, segundo Brasil (2007, p. 69):

[...] levam o indivíduo a proteger-se de qualquer perigo real ou imaginário, físico ou abstrato. A procura de segurança, o desejo de estabilidade, a fuga ao perigo, a busca de um mundo ordenado e previsível nas manifestações típicas nessas necessidades de segurança. Como as necessidades fisiológicas, as de segurança também estão relacionadas com a sobrevivência do indivíduo.

Contraditoriamente, ao mesmo tempo, em que os cidadãos cobram das autoridades governamentais a institucionalização de uma força policial justa, eficaz e humanizada, ao sentirem-se desamparados diante do poderio da criminalidade, passam a incentivar, em inúmeros casos, ações nas quais os transgressores sejam submetidos, pelas forças policiais, às mais desumanas atrocidades. Nesse contexto,

cria-se um movimento cíclico, ampliando-se a descrença na atuação ética da polícia militar e na certeza da punição por parte do judiciário, fomentando-se o que Rique e Lima (2003, p. 18) expõem, ao afirmarem que:

[...] o aumento da insegurança da população, em razão da maior exposição à criminalidade, acaba por fazer a opinião pública conivente ou cúmplice das violações praticadas pelo aparelho repressivo do Estado e, muito mais grave: fazê-la aceitar medidas repressivas, duras e violentas, até mesmo a tortura no combate a violência.

É sob esse ânimo que surgem novas sociabilidades baseadas no medo e na desconfiança. Amplia-se no seio da sociedade o sentimento de se encontrar abando à própria sorte, a mercê de uma criminalidade que, incansavelmente, surpreende por sua virulência e diversidade de ilícitos. Desde os mais abastados, refém de seus próprios sistemas de segurança, até os que menos têm e ainda sofrem com outros tipos de violências advindos da parca condição de vida, comungam de uma sensação de insegurança que Oliveira (2008, p. 267) descreve como:

[...] a insuportabilidade do fenômeno e a urgência de combatê-lo. Nesse contexto, o desejo de segurança legítima corre o risco de derrapar no desejo de segurança a qualquer custo, inclusive a violação aos Direitos Humanos.

Contudo, soluções que, à primeira vista, tendam a parecer mais viáveis e de efeito imediato não alcançam a magnitude da complexidade que envolve as questões do combate à criminalidade, que atormenta à sociedade brasileira. Assim, essa cultura social que emerge vem a fortalecer e ampliar, ainda mais, a sensação de insegurança social e o surgimento de estigmas discriminatórios e excludentes concernentes à ação policial militar.

Posicionamentos como esse dão fôlego à prática de atitudes de extrema truculência, sob a vã justificativa que há cidadãos de maior e menor importância, que alguns merecem as benesses da lei e outros ou seus rigores. Pode-se afirmar que a consolidação dessa cultura da violência desmedida não se restringe a condutas desvirtuadas que a sociedade espera, em certos casos, do aparato policial militar. Ao vivenciar um clima de crescente insegurança, inúmeras vezes, o próprio cidadão julga-se apto para definir, com base em conceitos distorcidos, arbitrários e injustos, que habitam o imaginário popular, a forma como diversas ocorrências deveriam ser levadas a termo pelos policiais.

Lidando, cotidianamente, com o impacto e o temor causados por crimes que lhe afrontam, a população vê despertar do sentimento crescente de insegurança e a certeza da impunidade, em relação aos criminosos. Uma vez estando reféns do medo, muitas vezes, surge entre os cidadãos o anseio de tomar em suas mãos a resolução desses problemas. Mas, percebendo-se incapazes de realizar tal missão, em várias ocasiões a sociedade busca na Polícia Militar os meios dos quais não dispõem.

Desenvolve-se, portanto, uma série de críticas ao trabalho policial, baseadas em um perigoso desejo de vingança, bastante seletivo, desligado de qualquer base legal ou aspiração pela paz social. A respeito dessa perspectiva desvirtuada do fazer policial, Ballestreri (2007, p. 61) destaca que:

Ao policial, portanto, não cabe ser cruel com os cruéis, vingativo contra os anti-sociais, hediondos com os hediondos, Apenas estaria com isso liberando, licenciando a sociedade para fazer o mesmo, a partir de seu patamar de visibilidade moral. Não se ensina a respeitar desrespeitando, não se pode educar para preservar a vida matando, não importa quem seja. O policial jamais pode esquecer que também o observa o inconsciente coletivo.

A vingança oportuna não deve transformar-se em diretriz da atuação do policial militar, que busca atender às necessidades dos cidadãos, os quais, nesses casos, esperam desses agentes de segurança pública a rendição à práticas operacionais contrárias às implicações legais. Nessa inversão de papéis, os cidadãos, enquanto oprimidos, buscam ocupar o lugar do opressor desumanizado, como também estabelecer expectativas altamente pessimistas e destrutivas, sobre as forças policiais, ocorre a aceitação passiva da vitória da desumanização destes profissionais.

Os resultados desse posicionamento são devastadores, tanto para os próprios policiais quanto pra toda a sociedade. Pois, segundo Freire (1987, p. 16):

A desumanização, que não se verifica, apenas, nos que têm sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção da vocação do ser mais. É distorção possível na história, mas não vocação histórica. Na verdade, se admitíssemos que a desumanização é vocação histórica dos homens, nada mais teríamos que fazer, a não ser adotar uma atitude cínica ou de total desespero. A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como “seres para si”, não teria significação. Esta somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é porém, destino dado, mas resultado de uma “ordem” injusta que gera a violência dos opressores e esta, o ser menos.

Pode-se tomar como exemplo do tema da vingança oportuna os fatos ocorridos na realidade paraibana, quando este sentimento veio a fomentar ações ilícitas, por parte da sociedade ou, até mesmo, por parte dos agentes de segurança pública, contra aqueles que cometeram crimes que chocaram a opinião pública. Esses eventos, geralmente, se relacionam com ações criminosas marcadas por requintes de crueldade, ocasionando nos cidadãos comuns uma crescente sensação de insegurança e descrença no poder público, despertando a ânsia e obter-se uma resposta imediata, alheia aos canais legais.

Sob esse aspecto, vários crimes se notabilizaram na Paraíba, como no caso daquele que ficou conhecido como a Chacina do Rangel¹. Essa tragédia obteve repercussão nacional e a polícia precisou conter a fúria da população que tentou linchar os assassinos, ao serem presos. Também foi preciso que fossem tomadas precauções no presídio, para o qual se conduziu o assassino confesso, sendo preciso isolá-lo dos demais apenados, para que cessassem as torturas as quais lhe submeteram os próprios internos da carceragem.

A tamanha violência contida nos assassinatos de um casal e seus filhos, ainda crianças, fez com que um dos assassinos, Carlos José dos Santos, ficasse conhecido, através da imprensa, como “O Monstro”. Contudo, nesse caso, não apenas os presos sentiram o desejo pela vingança. Também foi divulgado, em diversos veículos midiáticos, um vídeo contendo imagens de agressões físicas contra Carlos, protagonizadas pelos agentes penitenciários, dentro do presídio ao qual foi encaminhado.

Tem-se, portanto, uma única ocasião que exemplifica diversas formas distorcidas de obter-se justiça e segurança. Percebe-se que tanto a sociedade, quanto os próprios agentes governamentais, os quais foram treinados e designados para fazer cumprir as leis, estão passíveis de incorrer em desvios de conduta, que os levem a tomar a justiça nas próprias mãos. Distanciando-se dos preceitos legalmente estabelecido, esses atores sociais demonstram como é tênue a confiança que depositam no Sistema de Justiça Criminal brasileiro. Portanto, torna-se imprescindível que o Estado tenha a capacidade de prover a segurança da sociedade através de uma força policial devidamente preparada. Deste modo criam-se possibilidades para que sejam atendidas as suas demandas por segurança, para

¹ Mais detalhes acessar: <http://noticias.terra.com.br/brasil/policia/casal-e-condenado-a-pena-somada-de-236-anos-por-chacina-na-pb,287892baf490b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>

que os cidadãos não se vejam compelidos a crer na força da ilegalidade como a única alternativa viável.

Deste modo, compreende-se que, além de lidar com todos os demais aspectos conflituosos que permeiam a profissão que escolheram, os policiais militares têm que aprender a administrar a dialética existente entre as expectativas conflitantes emanadas da própria sociedade. À medida que os anseios sociais não são atendidos e se amplia o descrédito na atuação da Segurança Pública, uma população assombrada busca caminhos alternativos para salvaguardar suas vidas e seu patrimônio.

Muitas vezes, tais caminhos levam os agentes de Segurança Pública a percorrerem trajetórias torpes, completamente desalinhadas com a legalidade. Isto é visto em visto em Amazona et al. (2003), no relatório apresentado por ocasião da audiência, realizada em 27 de fevereiro de 2003, durante o 117º período de sessões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos. Ao descrever a situação dos Direitos humanos no Estado na Paraíba, esse documento registra que, desde 2000, a atuação de vários grupos de extermínio e de narcotráfico vem sendo denunciada na Paraíba e em Pernambuco, seja por entidades civis ou pela mídia.

Em 2001, a maioria dessas denúncias partiu do Fórum em Defesa da Vida, contra o Narcotráfico e o Crime Organizado, formado por 66 organizações, que exerciam pressão sobre o poder público para que fossem investigados esses grupos criminosos, levando-os a se responsabilizarem por seus crimes. Todavia, como se não bastasse a nocividade social de tais grupos de extermínio, muitos de seus integrantes pertencem aos quadros de agentes governamentais de segurança pública, o que colabora para fazer com que a sociedade descredencie, ainda mais, tais serviços. Segundo o Amazona et al. (2003, p.40):

O grupo de extermínio começa agindo onde o poder está ausente. Passa a prestar serviço de proteção, tornando-se uma mão armada a serviço de comerciantes, políticos, empresários, latifundiários para a chamada "limpeza social" ou para quem supostamente quer fazer "justiça" com as próprias mãos. Há um financiamento e pagamento para que o serviço seja prestado, matando delinqüente e cometendo atos de vingança. O último estágio desse grupo é dar proteção à pontos de venda de drogas e atuar no narcotráfico e no crime organizado.

Recentemente, um exemplo da desvirtuação do trabalho dos agentes de segurança pública da Paraíba, tomou as principais manchetes dos noticiários, locais e nacionais. Depois de, aproximadamente, um ano de investigações e diligências, a Polícia Federal, com a contribuição da Secretaria de Segurança e Defesa Social da Paraíba, desencadeou, em 9 de novembro de 2012, uma ofensiva contra civis e agentes de Segurança Pública na Paraíba, acusados de estarem comprometidos com organizações criminosas de milicianos.

Foram executados 45 mandados de prisão, 11 conduções coercitivas e 19 mandados de busca e apreensão, perfazendo uma total de 75 medidas judiciais. Essa intervenção foi batizada, pela Polícia Federal, de Operação *Squadre* (Camisas Negras), em referência a um grupo paramilitar existente na Itália, que contestava a grave crise política e econômica vivenciada pelo país, por volta da década de 1920, durante a consolidação do fascismo.

Na Paraíba, um pedido ao Ministério da Justiça trouxe 400 policiais federais de outros estados brasileiros, responsáveis por darem andamento às prisões e às apreensões dos grupos que agiam dentro do Estado e em Pernambuco. Entre os policiais federais houve a participação dos integrantes do COT (Comando de Operações Táticas), assim como dos GPIs (Grupos de Pronto Intervenção).

Figurando na lista de policiais militares paraibanos acusados estão: um major; dois capitães; um subtenente; dois sargentos; cinco cabos e um cabo reformado. Pode-se dizer que os milicianos agiam em várias frentes. Uma dessas oferecia segurança privada clandestina, a qual empregava, tanto policiais, quanto mão de obra sem habilitação, que utilizavam armamentos ilegais. Nesse caso, foi descoberta uma empresa particular de segurança funcionando irregularmente, sob a suspeita de ter à frente um laranja (falso proprietário), que, segundo investigações, prestaria serviço a um oficial da Polícia Militar paraibana, o possível verdadeiro dono do negócio.

Houve outro grupo comandado por oficiais policiais militares, que contava com o apoio de um delegado da Polícia Civil da Paraíba, que foi preso sob a acusação de envolvimento com ilícitos como: lavagem de dinheiro; crimes financeiros; grupos de extermínio e tráfico de armas e munições. Também havia outra parte dos investigados acusados de extorquir criminosos, como os assaltantes de banco e traficantes de droga, com base em ameaças contra os delinquentes, assim com às suas famílias.

Toda essa preocupante situação ganhou, nacionalmente, uma forte repercussão midiática, no final de 2012. Mas, as denúncias contra a atuação criminosa de agentes da Segurança Pública na Paraíba já se fazem ouvir, há algum tempo, nas vozes de entidades de proteção aos Direitos Humanos, bem como nos pronunciamentos do padre e deputado federal, Luiz Couto, do PT paraibano. Como aconteceu em ocasiões anteriores, Couto (2012) fez um pronunciamento no Plenário da Câmara, três dias após a Operação *Squadre* ser deflagrada, em repúdio a essas atitudes ilícitas.

Nessa ocasião, Couto (2012) afirmou que desde 2005, quando participou de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) sobre os grupos de extermínio nordestino, foi ignorado pelos comandantes dos policiais acusados de envolvimento. Na visão desse parlamentar, todos os inquéritos instaurados internamente não passaram de uma farsa, que corroborou com a impunidade dos policiais, gerando desestímulo e descrença entre os bons policiais militares paraibanos.

Desde seu período formativo, a imagem que a sociedade constrói acerca da atuação dos policiais militares, já faz parte das preocupações destes profissionais e situações que depreciam seus pares, obviamente, refletem negativamente nesse processo. Pois, sabe-se que a perfeita interação com os demais integrantes da sociedade é condição *sine qua non* para o pleno êxito no exercício de suas funções.

3.2 CAPITÃO NASCIMENTO: a personificação da insegurança

Ao buscar-se uma figura que sirva como representante icônico e ilustrativo do policial militar, considerando-se o desejo de conseguir segurança a qualquer preço, muitas vezes, tende-se a eleger aquele com o perfil de justiceiro como sendo o mais adequado. Sob essa perspectiva, pode-se afirmar que o personagem do capitão Nascimento serve muito bem a esse propósito. Contudo, é importante ressaltar que longe de exemplificar um policial que preconiza o respeito às leis e a cidadania, esse policial fictício personifica uma contestável estratégia de sobrevivência.

Para o capitão Nascimento, o policial militar sempre se encontra em guerra, atacando ou se defendendo da criminalidade e nesta guerra qualquer decisão, por mais tortuosa que seja, é válida, se o intuito for sobreviver à intensa rotina do combate diário. Se assim pode denominar-se o capitão Nascimento, percebesse que

ele foi utilizado como o mestre de cerimônias da trama de *Tropa de Elite* (2007), seduzindo o público a ingressar com ele na violenta guerra contra a criminalidade, na qual o mais forte é sempre o mais desumano.

A construção imagética desse personagem foi bastante cuidadosa, contando com uma expressão facial constantemente rígida, uma sudorese intensa nos momentos de aflição, aliadas a um comportamento irrequieto e facilmente posto em desequilíbrio emocional. O seu rosto transfigura todo o conflito de um policial militar extenuado, devido ao cotidiano brutal de sua profissão.

Em tela se assiste à força coercitiva do Estado sendo personificada, podendo ir a qualquer lugar, usando de qualquer meio para retomar as rédeas da sociedade, imersa na corrupção e comandada pela criminalidade. Para combater o poder do tráfico e da violência dos criminosos, busca-se o resgate da ordem pública, pouco sendo considerada a legalidade na atuação policial militar.

O capitão cinematográfico do BOPE provoca a audiência ao projetar-se, de forma catártica, identificando-se com este personagem e com a sua filosofia de vida. Nesse aspecto, a narração em *off*, foi fortemente empregada para atrair os espectadores para a proposta do filme. Descrevendo as ações como um oráculo invisível, a figura do capitão Nascimento se faz presente em quase toda a trama fílmica. Por meio de uma voz empostada, sóbria, tendendo ao soturno, utilizando-se de contundentes frases de efeito, cheias de ressentimento e cansaço, o personagem deixa transparecer, por meio de seus dramas e inseguranças pessoais, uma percepção de combate à criminalidade, na qual a violência apenas seria combatida com mais violência.

A narrativa encaminha o espectador a tomar para si a verdade distorcida que defende a causa dos que acreditam que toda sorte de violência torna-se legítima ao apenas por buscar atender ao apelo social para alcançar a segurança. É através desse recurso discursivo que Nascimento vai se tornando um líder carismático para a audiência, a qual passa a nutrir por esse personagem um sentimento de identificação.

Esse tipo de liderança é explicado por Lindholm (1993, p. 59) ao asseverar que:

Embora a fonte de seu fascínio seja misteriosa, o líder carismático é, mesmo assim, um tipo específico de personalidade. [...] ele é “recrutado entre aquelas pessoas morbidamente nervosas, excitáveis, meio perturbadas, que estão beirando a loucura” (Le Bom, 1952: 118). Entretanto, não é suficiente ser febrilmente emocional. O líder é também fanaticamente obcecado pela sua visão, que “tomou posse dele a um tal grau que tudo fora dela desaparece e que qualquer opinião contrária a sua parece-lhe erro ou superstição” (Le Bom, 1952: 118). Nessa condição de auto-endeusamento, o líder ganha a sinceridade e a obediência para levantar as massas do seu estado de torpor rumo a ação.

Utilizando-se desses fortes artifícios para atrair a atenção do público, esse filme levou milhares de pessoas a sentirem-se como se estivessem a mercê do crime organizado dos traficantes cariocas. Mesmo que a realidade do público não seja, exatamente, a mesma que se vivencia no filme, a força de sua temática provoca certa perda da noção de espaço e tempo, típica das projeções ocorridas entre os espectadores e certos produtos midiáticos. Em um contexto no qual as preocupações sociais com a insegurança e com o avanço do poderio da criminalidade são crescentes, muitas vezes, o público deixa-se envolver pela magia do cinema, buscando nos enredos fictícios as respostas para as suas necessidades reais.

Esquecendo-se do eticamente correto, a audiência corre o risco de deixa-se levar pela defesa da truculência policial, não percebendo que essa postura desumana é um placebo, colocado na ferida social causada pela criminalidade. Todavia, ao invés de curá-la a infecciona ainda mais. Nesse contexto, percebe-se como a cultura midiática da violência pela violência é uma forma ineficaz e superficial de abordar-se um assunto tão complexo e profundo quanto às deficiências da Segurança Pública brasileira.

Quando os meios de Comunicação buscam ampliar a sua audiência, geralmente, o fazem com o intuito de oferecer ao público produtos midiáticos de fácil aceitação e alta lucratividade. Contudo, nessa dinâmica, dificilmente, é cedido espaço à reflexão acerca dos efeitos danosos que essa prática pode causar à sociedade, ou aos esforços voltados a encontrar uma forma construtiva de utilizar a Comunicação, junto aos cidadãos. A cada dia que passa, as empresas comunicacionais evoluem mais tecnicamente, aproximando a verossimilhança da imagem real. Portanto, é preciso que o público arque com a responsabilidade de se apartar a ficção da realidade, a obra de arte do que realmente o cerca, com todas as suas limitações assim como as possibilidades de transformação.

Pois, diante da frustração por sentir-se incapaz de combater a criminalidade à altura do seu poder e de sua complexidade, o cidadão comum, muitas vezes tende a cruzar a linha do imaginário, vendo-se representado no herói fracassado que o capitão Nascimento personifica. Mas, é necessário muito cuidado para que os fortes simbolismos existentes nessa produção fílmica não venham a colaborar, negativamente, reforçando estereótipos contrários ao que se espera de um verdadeiro policial militar ético e pacificador, coerente com as atuais diretrizes humanitárias e democráticas da sociedade brasileira.

Isso não significa que o uso da força deva ser abolido em todas as situações de ocorrências policiais, frente a uma criminalidade que não reconhece limites. Corriqueiramente, o trabalho policial militar exige que a força seja empregada, nas mais diversas situações. Contudo, é necessário que os agentes de Segurança Pública estejam aptos a utilizá-la de modo racional, ético e tecnicamente correto, para que venham a causar os menores danos materiais, físicos ou emocionais possíveis, às partes envolvidas. Pois, o aparato policial militar deve voltar seus esforços à promoção da sensação de segurança, no seio social, distanciando-se de práticas que se assemelhem a uma disputa de poder entre a Polícia Militar e os criminosos, na qual a quantidade de violência venha a ser o fiel da balança.

Portanto, a partir do momento em que obras fílmicas como essa são utilizadas no processo formativo dos policiais militares, é preciso poder contar com a devida responsabilidade e a perícia de quem utilizará esse recurso. Sob esse prisma, vale salientar, que a obra cinematográfica que transformou o capitão Nascimento em ícone midiático do trabalho policial militar foi, largamente, utilizada na formação dos oficiais policiais militares paraibanos investigados, suscitando inúmeras polêmicas, das quais se destaca a indagação acerca de como a força coercitiva deve ser utilizada.

Conforme dados colhidos com o questionário, durante a pesquisa de campo, 59% dos cadetes assistiram Tropa de elite (2007) entre 2 e 4 vezes, 19% assistiu de 5 a 7 vezes, enquanto 7% dos pesquisados se encontram entre aqueles que assistiram entre 8 e 11 vezes a esta obra, havendo ainda um percentual de 6% que alcançou a expressiva marca de mais de 11 vezes. Portanto, diante desses percentuais surge a preocupação de que, o emprego de novos recursos tecnológicos na formação dos policiais paraibanos, seja bem administrado,

desencorajando e combatendo a fixação de certos conceitos que corroboram com a ideia de solucionar os crimes por intermédio de ações ilegais. Sejam esses eventos protagonizados por policiais militares desviados das determinações legítimas, ou sejam promovidos pelos próprios cidadãos, animados pelo sentimento de vingança.

Todavia, isso não significa que apenas a influência de produtos midiáticos durante o processo ensino-aprendizagem seja suficiente para impregnar as mentes dos cadetes. Mas, considerando-se o uso abusivo e repetitivo de obras como essa, aliado os aspectos do *ethos* militarista característico da Academia paraibana, mensagens que insistam em uma conduta distorcida do respeito à cidadania podem ocasionar desdobramentos danosos na formação do perfil profissional dos policiais em formação.

3.3 POLICIAL MILITAR: influências ideologias de construções simbólica

Somando-se a todas as pressões que o policial militar passa a enfrentar, ao inserir-se no seu processo formativo profissional, com todos os conflitos que o choque das culturas da ordem que a vida militar proporciona, também deve ser considerada a interferência das características pessoais desses policiais. Advindas de sua vivência, dos ensinamentos provenientes das interações que esses, enquanto seres sociais foram aglutinando em toda sua vida, tais peculiaridades também influenciarão na forma como serão assimilados os ensinamentos oferecidos na caserna.

Todo esse arsenal de conceitos, experiências e perspectivas haverá de ser mesclado com o que lhes será apresentado na Academia de Polícia Militar, passando a compor sua vida e o delineamento de sua atuação profissional, a partir de então. Deste modo, depois que finda a sua formação, o policial, no exercício de sua função de agente de Segurança Pública, se tornará, para a Corporação e para a sociedade, um cidadão qualificado.

Como pode ser visto na afirmação de Ballestreri (2007, p. 58):

O policial é, antes de tudo, um cidadão, e na cidadania deve nutrir sua razão de ser. Irmanar-se, assim, a todos os membros da comunidade em direitos e deveres. Sua condição de cidadania é, portanto, condição primeira, tornando-se bizarra qualquer reflexão fundada sobre suposta dualidade ou antagonismo entre uma “sociedade civil” e outra “sociedade policial”.

[...] o Agente de segurança pública é, contudo, um cidadão qualificado: emblematiza o Estado, em seu contato mais imediato com a população. [...] Além disso, porta a singular permissão para o uso da força e das armas no âmbito da lei, o que lhe confere natural e destacada autoridade para a construção social ou sua devastação.

De modo bastante pertinente, o autor sintetiza o posicionamento do policial na sociedade atual, bem como a importância de saber equacionar as diferenciações que promovem o afastamento da sociedade civil dos integrantes das forças policiais militares. Destaca-se nesses pressupostos a relevante atenção ao fato de que os policiais não devem, nem podem, se afastar da sociedade, visto também serem integrantes efetivos desta. Portanto, para Ballestreri (2007), é preciso preparar-se os policiais para transcenderem à intenção de promover a ordem social de modo, de forma meramente técnica, e automatizada, moldando-os para interagirem com os cidadãos como Pedagogos da Cidadania.

Todavia, observa-se que o cumprimento desse dever guiado, plenamente, pelo respeito à cidadania e pela estreita ligação com a sociedade ainda não é um imperativo na realidade das Corporações. Depois de serem submetidos a uma longa, criteriosa e extenuante seleção, esses militares imergem, subitamente, em um universo bastante peculiar. Muitas vezes, durante a formação dos cadetes, a predileção pela habilidade técnica e pelo emprego da força física ocupa o topo da cadeia de interesses acadêmicos no traçado de seus perfis profissionais. Em um contexto educacional no qual as especificidades são forjadas sob moldes longamente elaborados e consolidados, as mudanças não se dão com a rapidez que muitos desejariam. Conforme Sung (2006, p. 25):

O que sabemos é que o nosso ambiente, o nosso mundo, está mudando, como não poderia deixar de ser. Mas, a velocidade dessa mudança está sendo tão grande que muitos não estão conseguindo se adaptar aos novos tempos. [...] Alguns conseguem se adaptar às novas tecnologias e ao novo ambiente econômico, mas se perdem no sentido da vida.

Mesmo nos primeiros momentos do ingresso do policial militar em sua carreira é inevitável que certos traços da sua conduta não sejam alterados. Algumas ações costumeiras, comuns a qualquer cidadão, já não poderão ser executadas sem

que haja certo sobressalto. A partir do momento que é aceito nas fileiras da Corporação o policial militar já se encontra sujeito ao que dita o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar da Paraíba. Um único passo, em sua caminhada militar, contrário ao que lhe é estipulado, e o policial paraibano já pode ter o dissabor de enfrentar uma punição causada por uma transgressão disciplinar, prevista no capítulo que descreve os Princípios Gerais da Hierarquia e da Disciplina. Segundo Paraíba (1987, p. 6):

Art. 13 - Transgressão disciplinar é qualquer violação dos princípios da ética, dos deveres e das obrigações policiais-militares, na sua manifestação elementar e simples e qualquer omissão ou ação contrária aos preceitos estatuídos em leis, regulamentos, normas ou disposições, desde que não constituam crime.

Uma breve avaliação desse artigo e é possível observar quão rígidos e subjetivos são os limites que regem o comportamento desses militares. Sendo cabendo ao exercício da discricionariedade dos superiores aplicar, ou não, a punição referente a cada nível de transgressão. Em ocasiões com essas, os policiais já começam a sentir as pressões típicas da profissão que escolheram abraçar, Pois, há certos momentos em que, mais do que vários outros profissionais, um dos maiores desafios para o policial consiste em ver-se pressionado a agir sob a estrita legalidade, esteja ou não a serviço. A sua profissão exige que, diuturnamente, esse profissional mantenha uma conduta ilibada, a qual se encontra, profundamente, atrelada ao respeito e à credibilidade que irá obter junto à sociedade e dentro do próprio meio militar.

A partir do seu ingresso nos quadros das Corporações, o policial militar deverá cuidar para que nenhuma ação deponha contra o decoro de sua carreira, que passará a ser perscrutada incansavelmente, quer seja pelos comandantes de sua Corporação, pelos seus companheiros de farda, pela sociedade ou, até mesmo, por eles mesmos. Nesse aspecto, quanto maior o cargo que o policial atingir, mais exposto estará à observação pública minuciosa e nem mesmo após encontrar-se na inatividade, esse profissional estará livre das pressões de tal Regulamento. Conforme Paraíba (1987):

Art. 9º - As disposições deste Regulamento aplicam-se aos policiais-militares na inatividade quando, ainda no meio civil, se conduzam, inclusive por manifestações através da imprensa, de modo a prejudicar os princípios da hierarquia, da disciplina, do respeito e do decoro policial-militar.

Inegavelmente, as diferenciações entre meio militar e os demais setores da sociedade são bastante significativas. Pois, a força do *ethos* militarista, imprime uma especificidade contundente na formação dos futuros policiais distanciando-os das formas de interação social anteriores à sua vida militar. Quanto mais insensíveis se tornarem às carências sociais, mais distante estarão da sua função de pacificador social e promotor do bem estar social, pelo menos no que tange aos cuidados com a segurança pública.

3.4 O *ETHOS* MILITARISTA E A QUEBRA DOS PARADIGMAS

A implantação das mudanças necessárias para a formação e o aperfeiçoamento dos policiais militares às novas perspectivas sociais, embora de considerável importância, não é tarefa de fácil execução. Pois, muito da estrutura que hoje está presente nos quartéis das Polícias Militares brasileiras foi herdada do sólido e tradicionalista *ethos* militar proveniente do Exército brasileiro.

Um breve olhar sobre o desenrolar da história do Brasil e compreende-se como os militares, diversas vezes, estiveram presentes nas estruturas de poder que se sucederam neste país, com maior ou menor força na esfera política. Como resultado dessa participação, foi sendo perpetuada uma tradição de patrimonialismo e defesa dos interesses particularistas dos poderosos, garantida pela força das instituições militares.

Portanto, sabendo-se que a Polícia Militar brasileira foi criada como auxiliar do Exército, para garantir a ordem no país, percebe-se que a historicidade da sua relação com a classe dominante vem de longa data. Os seus primeiros passos firmados em 1808, com a chegada da Corte ao Brasil. Há época, entendeu-se como necessário e urgente que toda uma variedade de instituições, que respaldariam a nova cede do reino português, fosse criada o mais rapidamente possível. Nesse interim, houve a criação de uma força policial, com a intenção de conter o caos social de uma cidade superpovoada, cujas ruas já contava com uma criminalidade incontrolavelmente crescente.

Um grande número de desempregados e de escravos fugitivos, juntamente com outros desfavorecidos, compunha a expressiva quantidade de criminosos que atormentava as ruas da cidade, principalmente o Rio de Janeiro, recentemente invadido por milhares de portugueses. Nesse contexto, o Desembargador e ouvidor da Corte, Paulo Fernandes Viana, foi nomeado Intendente-geral da Polícia, em 10 de maio de 1808. De acordo com o que assegura Gomes (2007, p. 205):

Viana era uma dos mais influentes auxiliares do príncipe regente, com quem tinha audiência a cada dois dias. [...] munido de superpoderes, ele se metia em praticamente tudo. Brigas de vizinho, confusões envolvendo escravos e senhores, organização de festas e espetáculos públicos, distribuição de livros e jornais estrangeiros, o comportamento das pessoas dentro e fora de casa – nada escapava ao seu crivo.

Instituía-se, deste modo, uma polícia legalista e sem limites. O poder do Estado, sob a forma de poder de polícia, invadiria as vidas privadas dos indivíduos, alheio a todos os seus direitos. Mais uma vez, o interesse do poder público se sobrepõe aos interesses dos cidadãos. Conforme Silva (2003, p. 46):

No Brasil que na época era uma sociedade literalmente estratificada em classes, com toda a sua produção dependente do trabalho escravo, constitui-se em 1831 a Guarda Nacional, composta por proprietários de terras e de escravos, e por quem tivesse [...] “renda mínima” necessária que os distinguisse do mundo da desordem. O modelo europeu de organização se esboça na Guarda Nacional e consolida-se depois, nas polícias que a substituíram.

Apesar ter sido criada com a finalidade de substituir as milícias particulares desses latifundiários, esse modelo de polícia serviu como mostra da hipertrofia do poder privado sobre o público, durante o Brasil colonial. Apenas dez anos após ser criada a Guarda Nacional, instituindo-se o cargo de chefe de Polícia, cujo ocupante era encarregado da resolução dos mais variados problemas, que afetavam o cotidiano da Corte. Deste modo, como assegura Gomes (2007, p. 205), Viana:

Tinha funções equivalentes ao que seria hoje a soma de um prefeito com um secretário de Segurança Pública. Mais do que isso era um “agente civilizador” dos costumes do Rio de Janeiro. Cabia a ele transformar a vida colonial, provinciana, inculta, suja e perigosa em algo mais parecido com uma capital europeia, digna se sediar a monarquia portuguesa.

Nesse período, qualquer tipo de disposição relativa a um proceder ético, voltado ao respeito mútuo, entre cidadão e polícia, estava longe de ser cogitada.

Vale ressaltar, que tal postura recebia total anuência e incentivo do poder instituído. Nessa fase, o poder discricionário da polícia transformou-se em plena liberdade de agir como bem lhe aprouvesse, assumindo, sem pudores, a função de aparato estatal de controle através da aplicação da força coercitiva.

Apesar do crescimento das o Brasil caracterizava-se por uma sociedade ainda, fortemente, ruralista. Surge, então, o coronelismo, baseado em uma estrutura hierárquica cuja patente de coronel correspondia a um posto de comando municipal ou estadual ocupado por um proprietário rural. O que definiria a importância do cargo a ser ocupado seria o quanto de prestígio econômico ou social este líder ruralista pudesse alcançar. Mais uma vez, o Estado barganhou com o poder privado, trocando o *status* social, por segurança e apoio financeiro.

Tendo suas raízes nas tradições dos coronéis que compunham a Guarda Nacional, que esteve presente como auxiliares do Exército em importantes embates, os grandes latifundiários nordestinos herdaram do senso comum as suas patentes. Pois, de acordo com Vilaça e Albuquerque (2006, p.25):

Por singular transposição semântica, amplamente assumida pela sociedade, coronéis (e majores, tenentes) eram chamados os mais eminentes proprietários de terra, com funções de árbitros sociais e com significativa liderança política, possuísem eles, ou não, as respectivas patentes.

Vale destacar que Nóbrega (2011) afirma que esses coronéis, pertencentes à Guarda Nacional, legaram fortes marcas ao modo de operar dos coronéis da polícia militar nordestina. Pois, assumindo o tom de uma crítica severa, Nóbrega (2011, p. 94) descreve a fragilidade do poder desses líderes:

A estrutura antiga do coronelismo tinha como base o favor, a proteção e o compadrio. Era algo meio ambíguo e misturado com cangaço e fanatismo religioso, o que tornava o poder do coronel em aparência. A junção de tudo na cabeça do sertanejo simples tinha um efeito devastador, no que diz respeito a protegê-lo, já que no seu imaginário seu patrão era poderoso. Não entendia o engano que o atingia.

Donos de vastas extensões de terras e grandes rebanhos, os coronéis expandiram seus negócios e suas famílias, solidificando bases patriarcais, que ainda continuariam, por um bom tempo, sendo fortemente protegidas por milícias particulares. Pois, para garantir a execução de suas vontades e a conservação de

seu poder, os coronéis nordestinos mantinham um verdadeiro exército de capatazes, obedientes e bem armados, ao seu inteiro dispor.

Essa conduta de privatismo foi perpetuada, através dos tempos, fazendo dos domínios dos coronéis uma rica fonte de votos, disputados ferrenhamente pelos políticos locais, que dependiam dos votos que os coronéis lhes asseguravam em seus domínios. A realidade do coronelismo é bastante familiar para o Nordeste. Com sua ancestralidade advinda dos senhores de engenho litorâneos (os coronéis do açúcar). Mas, também existiram os coronéis que exerceram seus domínios no interior da região, comandando, por bastante tempo, o Agreste e o Sertão. Instituiu-se, deste modo, a nobreza das terras nordestinas.

Ano após anos, reafirmando o seu poder através da repressão dos que lhes eram submissos, assim como o comprometimento que os subjugava aos poderosos, os privilegiados pelo coronelismo nordestino escreveram suas participações na história brasileira. Os reflexos dessa prática ainda podem ser visíveis, até hoje, nos períodos eleitorais de algumas cidades interioranas, nas quais, gerações após gerações, certos grupos disputam entre si os cargos eletivos, perpetuando o poderio das mesmas famílias durante décadas.

Toda essa trajetória das Polícias Militares brasileiras deixa transparecer a força que representa o suporte que destas instituições vêm fornecendo aos governantes, vindo a culminar no apoio imprescindível para o estabelecimento de governos ditatoriais. Como exemplo, é interessante destacar, o que se passou na década de 1930, um período fortemente caracterizado por uma radicalização de ideologias, alicerçada por uma ligação entre militares e o governo Vargas, totalmente explícita e, extremamente, nociva para as liberdades dos cidadãos. Embasados em uma suposta preocupação com a ameaça de uma revolta comunista, a classe dominante redobrava esforços para manter o poder. Pois, de acordo com Skidmore (1998, p. 159):

[...] a esquerda dominada pelos comunistas havia despertado os temores da elite, tanto civil quanto militar. Os políticos e generais já estavam há muito desconfiados da organização dos trabalhadores (as “classes perigosas”, como eram conhecidas), e a ideologia comunista baseada em Moscou forneceu à elite novas razões para impor leis repressivas.

Começa, então, uma longa história na qual os militares se colocariam, cada dia mais, distantes da sociedade e passariam a combater com armas e truculência,

qualquer cidadão que ousasse aliar-se às ideologias inimigas, instalando no Brasil uma realidade de cruéis perseguições e suspeições extremas. Como descreve Carvalho (1999, p. 69), nessa ocasião:

[...] A idéia das Forças Armadas como instituição politicamente neutra havia desaparecido completamente, assim como havia sido também abandonada sua concepção como instrumento de reforma social, como vanguarda do povo. Agora, a ideologia do intervencionismo e das tutelas apresentava o Exército como parte do Estado e como instrumento de sua política.

O poder concentrava-se, cada vez mais nas mãos do presidente, que se tornava irreversivelmente dependente do apoio dos militares. Ao ser instituída a ditadura, enquanto o Exército participava das decisões nos altos escalões governamentais, o aparato policial tornava-se incumbido de levar a repressão diretamente, aos cidadãos. Caminhando em direção oposta à sociedade, os militares desfrutavam das benesses dos poderosos, dando em troca sua segurança e garantia de governo. Colocavam-se declaradamente opostos, o Estado e todos que a ele não se submetessem.

A polícia militar considerada pela Constituição Federal de 1934, quando ainda era chamada de Força Pública, como sendo força reserva do Exército, tornou-se em 1937 uma força auxiliar desta arma, longe de visar à garantia da paz social e da incolumidade patrimonial, espalhou nas cidades brasileiras um clima de terror e perseguição.

Anos se passaram e o *ethos* militar do Exército continuou a exercer grande influência na formação e atuação das tropas policiais militares. Com sua essência, eminentemente belicista e tecnicista a polícia militar servia, cada dia mais, aos interesses do Estado ditatorial, sufocando os preceitos democráticos e os apelos sociais pela institucionalização da democracia. Os militares buscavam manter a ordem social, a qualquer custo, sob a égide de conservar a ditadura para livrar os brasileiros dos perigos internos e externos dos subversivos.

Skidmore (1998, p. 164) afirma que:

Essa argumentação conduzia diretamente ao aparato repressivo que acompanhou o Estado Novo. Mais visível era a polícia, que no Rio era comandada pelo notório sádico Filinto Müller, cuja equipe chegou a ter um acordo secreto de operação com a Gestapo. A tortura de suspeitos políticos era freqüente e não havia recursos seguros nos tribunais, dada a constante invocação pelo governo da Lei de Segurança Nacional. [...] Havia campos de detenção em locais distantes. [...] e havia censura onipotente, levada a cabo pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

Sob esse clima de suspeição, repressão e temor que pairava no país, a ditadura Vargas deixa na história do Brasil marcas vergonhosas de opressão e injustiça. Mas em 1945, o jogo de interesses entre militares e governo sofre um profundo impacto. Como afirma Carvalho (1999, p. 55-56):

A organização militar, que se alterara profundamente na estrutura, na ideologia e no poder político por força do próprio acordo com Vargas, mostrou-se incompatível com a reorientação ideológica e política do presidente, incompatível sobretudo com a tentativa de mobilizar um novo ator político – o operariado. A partir daí, a luta foi sem tréguas.

O gosto pelo poder que fez com que Vargas se mantivesse na presidência com o apoio e proteção dos militares, também contaminou os seus aliados, os quais não aceitaram as atitudes populistas que Getúlio passara a adotar. Com Vargas aproximando-se dos sindicatos de trabalhadores e preocupando-se em elaborar leis que garantissem o bem estar do proletariado, no período final do Estado Novo, o afastamento entre governo e Exército foi inevitável.

A criatura desobedece ao criador, e os militares não aceitaram de forma dócil e complacente as mudanças que o presidente almejava. A estrutura que unia o Estado e os militares contra os interesses sociais estava ameaçada. Para não se afastarem do poder, nutrindo um profundo sentimento de distanciamento e superioridade em relação à sociedade civil, os militares não iriam poupar esforços, se entregando tão facilmente. Contudo, parte desses ainda relutava em abandonar o apoio ao presidente ditador.

Deste modo, foram tomadas precauções severas para que os apoiados do antigo presidente fossem punidos, bem como, para que os flancos dos militares fossem resguardados de futuras divisões.

De acordo com Carvalho (1999, p. 80):

[...] Além dos expurgos dos opositores, intensificou-se o controle hierárquico e ideológico sobre os oficiais, expandiram-se os serviços de inteligência, reformou-se o sistema de promoção e reforma, de modo a impedir a permanência, por muito tempo, de oficiais na ativa ou no mesmo posto. De novo a eliminação da política na sociedade, mediante a censura e a repressão, serviu também para ajudar a eliminar, ou ocultar, os conflitos internos.

Os militares federais não aceitaram a ideia de abandonar o poder e sabiam que um clima de profunda tensão política, deveria ser mantido, estando não apenas a sociedade, como também os próprios integrantes de suas fileiras sob um rígido controle. Deste modo, sem o apoio dos militares, Vargas é deposto em 1945, vindo a suicidar-se em 1954. O presidente sucumbe diante da pressão exercida pelo ultimato dos generais, brigadeiros e almirantes, bem como, pelos latifundiários e pela burguesia nacional, ambos resistentes a se subordinarem à estratégia nacional de desenvolvimento autônomo imposta por Getúlio.

Nesse contexto, os policiais militares se encontravam inseridos duplamente nesse sistema de poder, sofrendo e exercendo pressões. Enquanto controlavam a sociedade, tinham seus passos controlados pelo Exército brasileiro. Durante todo esse período, uma forma encontrada de garantir que o Exército controlasse as Polícias Militares foi influenciar diretamente em toda sua estrutura de ensino, repassando para os policiais toda a cultura e ideologia que o constituía.

Como exemplo, pode ser citada a época, na qual, com base no que dispunha a Lei nº 192, de 17 de janeiro de 1936, os professores dos policiais militares deveriam ser escolhidos, exclusivamente, entre os oficiais (capitães ou superiores) ativos do Exército. Também poderiam ser utilizados os oficiais superiores da Polícia Militar, contanto que tivessem se submetido ao Curso da Escola de Armas do Exército ou da própria Corporação.

Além disso, a mesma lei previa que a instrução das tropas policiais militares deveria submeter-se às orientações do Estado Maior do Exército, colocados à disposição dos Governadores dos Estados por indicação do Ministro da Guerra. Deste modo, nenhum detalhe da formação dos policiais militares fugiria ao controle dos órgãos federais de segurança.

Na mesma época, uma legislação específica deixaria explícitas as competências das Polícias Militares e sua função coercitiva. Essa legislação serve como exemplo de um registro oficial do distanciamento da Policial Militar, em relação às necessidades de segurança e pacificação da sociedade, voltando-se,

primordialmente, à manutenção da ordem pública, com vistas a atender, eminentemente, às necessidades das Instituições governamentais. Segundo Brasil (1936, p. 01), a Lei nº 192 reza que:

Art. 1º - As Polícias Militares serão reorganizadas pelos Estados e pela União, na conformidade desta Lei, e são consideradas Reservas do Exército, nos termos do Artigo 167, da Constituição Federal.

Art. 2º - Compete às Polícias Militares:

- a) Exercer as funções de vigilância e garantia da ordem pública de acordo com as leis vigentes.
- b) Garantir o cumprimento da lei, a segurança das Instituições e o exercício dos poderes constituídos.
- c) Atender a convocação do Governo Federal em casos de guerra externa ou grave comoção intestina a lei de mobilização.

[...] § 1º - O oficial do Exército que for nomeado para comandar Polícia Militar será comissionado no posto mais elevado da mesma Força, sempre que sua patente for inferior a esse posto.

Toda essa preocupação em controlar a forma como os policiais militares recebiam sua educação não obedecia ao mero acaso. A manutenção de toda uma estrutura de poder se encontrava como alicerce desse ensino militar, prática que, há época, também escoava para a educação oferecida à sociedade civil. Como afirma Germano (2008 p. 315):

O exercício do poder, ou a sua conquista, requer uma busca constante por sua legitimação. O instrumento clássico de justificação de regimes políticos, notadamente aqueles de cunho autoritário e ditatorial é a ideologia. Daí a necessidade de *formação de almas*, sobretudo através da educação, tendo o Exército como educador do povo [...] este, portanto, é o significado do discurso sobre educação: *formar almas*, mediante a educação cívica do povo, tendo em vista a consolidação do espírito nacional, pra alcançar o desenvolvimento econômico e a grandeza do país (Carvalho, 2005).

Com o início da década de 1960, as mesmas condições de extrema proximidade com o Exército, as Polícias Militares brasileiras ainda persistiam, culminando com a imersão do Brasil no período mais sombrio de sua história recente. A fase ditatorial militar, compreendida entre 1964 e 1985, que nasceu sob a influência de inúmeras ações e imbricados processos políticos, econômicos e sociais.

Segundo apregoavam os militares, o país se encontrava sob uma grave ameaça comunista e só poderia combatê-la através da Doutrina de Segurança Nacional. Foi desencadeado o Golpe militar, ao qual, até os dias atuais, as Forças Armadas denominam como Revolução de 1964. Os militares impuseram seu mando no Brasil, usando da máxima positivista, ordem e progresso, para legitimar suas ações. Conforme Germano (2008, p. 315):

Convém assinalar que o lema positivista ordem e progresso, incorporado à bandeira brasileira, impregnou o ideal republicano de 1889, o discurso dos militares e dos seus aliados civis. Em todo percurso de 1889 a 1964, o afã de construir um Brasil forte e poderoso rondou as mentes e as ações dos militares. A busca do progresso, por sua vez, pressupunha a existência da ordem. [...] a verdade é que o ideal de combater a subversão e a desordem, como corolário indispensável ao progresso, subsistiu em todo o período.

Nessa fase, ao mesmo tempo em que atentavam para as questões consideradas de Segurança Nacional, as forças militares federais tratavam de controlar, ferrenhamente, as Polícias Militares estaduais, que trabalhavam, devastadoramente, na outra ponta da segurança, oprimindo diretamente o cidadão. Ao invés de voltar-se ao combate da criminalidade comum, a Polícia Militar se empenhou, cada dia mais, no que se denominou como sendo a defesa dos valores nacionais. Conforme Silva (2003, p. 179):

Para a criminalidade comum, [...] as providências a adotar são de esfera comum. Apenas em determinadas situações podem ser identificadas situações podem ser identificadas motivações que resvalam na ordem interna, [...]. Para essas hipóteses, paralelamente às atividades de investigação criminal, desenvolvidas pela polícia comum, são associados os serviços de inteligência do Estado, cá entre nós chamados de serviços de informações e a polícia de ordem política e social, com a finalidade de conhecer esses grupos armados e possibilitar o desencadeamento de medidas para neutralizá-los.

Nesse interim as forças policiais militares encarregaram-se de fazer cumprir a lei, embora em inúmeros casos não estivessem submetidas a estas. O poder desses militares tornava-se, cada dia mais, desmedido e a sensação de impunidade caracterizava eminentemente as suas ações. Crescia o temor entre a sociedade civil, enquanto os direitos e garantias individuais desapareciam do cotidiano brasileiro.

Segundo Germano (1993, p. 55):

No Brasil, a partir de 1964, o Estado caracterizava-se pelo elevado grau de autoritarismo e violência. Além disso, pela manutenção de uma aparência democrático-representativa, uma vez que o Congresso não foi fechado definitivamente (embora tenha sido multado) [...]. o autoritarismo traduz-se, igualmente, pela tentativa de controlar e sufocar amplos setores da sociedade civil, intervindo em sindicatos, reprimindo e fechando instituições representativas de trabalhadores e estudantes, extinguindo partidos políticos, bem como pela exclusão do setor popular e dos seus aliados da arena política.

O governo ditatorial militar permaneceu no poder até 1985, apartado dos clamores democráticos, impingindo uma modernização conservadora ao país e protagonizando incontáveis episódios de abuso de poder e desrespeito aos Direitos Humanos. Essa longa e conturbada história resultou em um profundo afastamento entre os militares brasileiros e a sociedade, gerando um clima de mágoa, temor e desconfiança mútuos, extremamente danosos para o desenvolvimento do bem-estar social.

Mais de vinte anos se passaram desde o fim do período ditatorial militar e as Polícias Militares brasileiras ainda preservam uma estreita ligação com a filosofia estabelecida pelo Exército. Até os dias de hoje, a Inspetoria Geral das Polícias Militares (IGPM) ainda exerce a mesma função de controle sob as Polícias Militares, estando, nos dias atuais, localizada na 3ª Subchefia do Comando de Operações Terrestres (COTer). A IGPM continua supervisionando as Polícias Militares, controlando o seu efetivo e o tipo de equipamento e material bélico que serão utilizados.

Seguindo a história de controle da União sobre as Polícias Militares brasileiras, a Constituição de 1988 vem garantir essa supremacia. De acordo com Brasil (2004, p. 30): “Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: [...] XXI - normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares”. Em outro ponto da Carta Magna, no art. 144, inciso 5º, as Polícias Militares estão citadas como forças auxiliares e reservas do Exército, tendo a responsabilidade de cumprir com o policiamento ostensivo e com a preservação da ordem pública.

Analisando-se o caminho percorrido pelas Polícias Militares brasileiras, ao longo dos anos, observa-se que ocorreu o que é descrito por Marx (1998) como sendo a formação social da consciência a respeito dessas instituições. Contudo,

vale lembrar que essa consciência nasceu e foi imposta, não pelo imaginário social, de acordo com suas necessidades.

O que determinou o perfil das Polícias Militares foram as pretensões de poder dos grupos que, ao longo dos anos, não mediram esforços para preservar o comando do país, determinando as leis e empregando a força de trabalho policial militar como seu braço armado. Portanto, sabendo-se que esse entendimento não partiu, espontaneamente, do seio social compreende-se o porquê de seu confronto com a ideologia do policial pacificador.

3.5 CFO PARAIBANO: lições do passado e a educação para o futuro

Em todo esse percurso que levou as Polícias Militares brasileiras a serem moldadas como hoje se apresentam é importante conhecer-se melhor alguns pontos que contribuíram para a formatação da Polícia Militar paraibana, visto estar inserido nesta o Centro de Educação, ambiente de estudo desta pesquisa. De acordo com Paraíba (2013), a Polícia Militar da Paraíba é o órgão público mais antigo em funcionamento no Estado, tendo sido criado ainda no período imperial. Na época da abdicação de D. Pedro I e dos problemas políticos causados pela menoridade de D. Pedro II, o governo sofreu com uma grave crise na regência.

Foram, então, desencadeadas inúmeras rebeliões populares, forçando a criação dos Corpos de Guardas Municipais Permanentes, para que a ordem pública nas Províncias brasileiras pudesse ser mantida. Isso ocorreu por meio de um Decreto Regencial, no dia 10 de outubro de 1831. Mas, por decisões políticas, a Guarda Municipal Permanente da Paraíba só foi criada um ano depois, tendo como comandante o recente nomeado capitão Francisco Xavier de Albuquerque. Ao todo, a Guarda paraibana contava com 50 homens, entre os quais 35 andavam a pé e apenas 15 a cavalo, tendo a missão de efetuar rondas no centro da cidade e guardar a cadeia.

Três anos mais tarde, por intermédio da Lei nº 9, no dia 2 de junho de 1835, a Guarda passaria a se chamar de Força Policial, até 1892, tendo o seu efetivo ampliado e, parte deste, deslocado para o interior do Estado. A Corporação ainda foi denominada de: Corpo de Segurança; Batalhão de Segurança; Batalhão Policial; Regimento Policial; Força Policial, por três vezes, e Força Pública. Décadas à frente,

em 1947, o nome Polícia Militar da Paraíba é fixado através de um dispositivo constitucional.

Nessa caminhada de construção, do que hoje se conhece como a Polícia Militar da Paraíba, observa-se que, assim como as coirmãs dos demais Estados brasileiros, as heranças estruturantes das Forças Armadas e dos jogos de interesses dos governantes, estiveram muito presentes. Segundo Paraíba (2013), ao longo de sua existência, de 181 anos, a Polícia Militar paraibana atuou, diversas vezes em funções eminentemente típicas do Exército brasileiro.

Essa postura ficou evidente desde o período imperial quando os policiais militares paraibanos defendiam os interesses governamentais contra os populares revoltosos, em ocasiões como: a Revolução Praieira; o Ronco da Abelha; a Guerra do Paraguai e a Revolta do Quebra-quilo. Mesmo no século XX, a Corporação continuou perpetuando as mesmas práticas, ao ser utilizada como um pequeno Exército imerso em lutas, não apenas na Paraíba, como também em Pernambuco, no Rio do Grande do Norte e em São Paulo. Entre essas participações destaca-se o combate à Coluna Prestes, na cidade de Piancó, o qual resultou em um trágico saldo de 25 mortos, sendo 2 soldados e 23 civis.

Dando seguimento a uma historicidade marcada pela luta em prol dos interesses governamentais em manter o poder através do controle da ordem pública, a Polícia Militar paraibana também destacou-se na Revolução de 1930 e no combate ao Cangaceirismo, através das patrulhas volantes.

Atualmente, diante da conformação de uma sociedade democrática, pautada em ideais sociais mais libertários e igualitários, novas diretrizes governamentais já teorizam o respeito aos direitos dos cidadãos, e a adequação das instituições públicas a esta realidade. Nesse contexto, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) foi criada em 1998, para ser responsável pelas ações que visem à modernização das instituições policiais do País, funcionando como órgão assessor do Ministério da Justiça, no que tange à definição e implementação da política nacional de segurança pública, que incluem as preocupações com a formação e o aperfeiçoamento dos agentes de segurança pública.

Deste modo, as Polícias Militares brasileiras, nestas inserida a Polícia Militar paraibana, são impelidas a ingressarem em uma nova era. Dia após dia, a Corporação policial militar paraibana busca, através dos diversos tipos de policiamento dos quais dispõem, a otimização da prestação de serviços que

contribuam para que os cidadãos desfrutem de uma boa convivência. De modo que, cada indivíduo, possa trabalhar, produzir e usufruir do lazer que lhes garante os direitos constitucionais.

Atualmente, a Polícia Militar da Paraíba é composta por 19 Unidades Operacionais, sendo 14 destas de policiamento ordinário (comumente denominadas de convencionais) e 5 policiamento especializado. Assim como aumenta quantitativamente seu efetivo, essa Corporação vem se empenhando em envidar esforços para estreitar os laços com a comunidade, reconhecendo a Educação como uma eficiente porta de entrada para as inovações necessárias. Mais do que uma adaptação superficial das práticas policiais, a relevância das modificações no aparato policial militar, que ora se pretende, requer uma profunda reavaliação no repasse dos conceitos basilares que a delineiam. Portanto, compreendendo a Educação como ferramenta de transformação dos policiais militares a Polícia Militar da Paraíba busca alinhar o seu Centro de Educação, às novas prerrogativas sociais, sendo esta a unidade responsável por todos os cursos de formação e aperfeiçoamento da Corporação.

Contudo, essa é uma tarefa complexa, na qual deve ser considerado todo o arcabouço teórico e prático adquirido ao longo das décadas de história que o ensino policial militar paraibano percorreu, formando policiais militares para atenderem às finalidades para as quais o Estado buscou emprega-los, conforme o exposto acima.

A existência de uma instituição voltada ao ensino policial militar data de 23 de dezembro de 1935, quando surgiu o Centro de Instrução, funcionando onde, atualmente, se encontra o 1º Batalhão de Polícia Militar, no então prédio do Comando Geral, sob a direção de um oficial do Exército brasileiro. Esse centro foi criado através da Lei Estadual nº 37 e promovia apenas cursos de formação de cabos e sargentos.

No ano seguinte o Centro de Instrução realizou um Curso de Formação de Candidatos a Graduados (Curso de Formação de Sargentos) e em 1938 mais dois desses cursos. O primeiro Curso de cabos aconteceu em 1937 e o segundo cinco anos depois. Em 1940 ocorreu o primeiro Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos. Há época a legislação previa que as promoções de graduados especialistas estariam vinculadas a realização de concursos.

No dia 2 de abril de 1956, o Centro de Instrução passou a funcionar nas antigas instalações do Esquadrão de Cavalaria. Era localizado no bairro do Róger,

onde funciona atualmente a Companhia de Policiamento de Trânsito (CPTran). Devido à falta de estrutura, apenas 40 policiais eram formados por curso, chegando a 120 por ano.

Em outubro de 1975, o antigo Centro de Instrução mudou-se para o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), no bairro de Marés, por trás do atual Comando do Corpo de Bombeiros (CCB). No entanto, após alguns anos, a estrutura do CFAP não podia mais conter o número de alunos que frequentavam os cursos daquela Unidade, em virtude do aumento de efetivo da Polícia Militar.

Em 1988, o CFAP foi transferido para as instalações atuais, que tinham como finalidade sediar o 1º Batalhão de Polícia Militar (1º BPM), porém, passou a servir definitivamente como centro de treinamento dos policiais. A nova Unidade Escola recebeu o nome de CFAP Novo, existindo apenas alguns blocos construídos. Após a conclusão das edificações, o Centro de Ensino foi inaugurado no dia 18 de abril de 1990.

Após a criação da Lei Complementar nº 87, que entrou em vigor em dois de dezembro de 2008, o Centro de Ensino passou a ser denominado de Centro de Educação da Polícia Militar da Paraíba (CEPMPB), tendo sua estrutura organizacional alterada. Hoje o CEPMPB é composto por vários setores que englobam, desde o Centro de Pós-Graduação e Pesquisa (CEPE) até o Colégio Militar, oferecendo ensino fundamental e médio, para filhos de militares e pessoas da comunidade. Como os valores que norteiam o funcionamento desse Centro de Educação militar podem ser elencados: o respeito às vidas humanas e suas diferenças; o comprometimento ético e coletivo; o respeito à dignidade das pessoas; a igualdade de tratamento aos educandos e o foco na qualidade.

Entre os componentes do Centro de Educação da Polícia Militar paraibana, vale ressaltar neste trabalho, a Academia de Polícia Militar do Cabo Branco (APMCB), enquanto unidade de educação profissional de nível superior, responsável pela formação e o aperfeiçoamento dos Oficiais da Polícia Militar. Essa academia passou a funcionar um ano após a fundação do, então, Centro de Ensino, no ano de 1991, com a turma pioneira do Curso de Formação de Oficiais (CFO), composta por 30 cadetes do sexo masculino e 5 cadetes do sexo feminino.

O Curso de Formação de Oficiais (CFO) é reconhecido como de nível superior e ainda intitulado de Bacharelado em Segurança Pública, com a duração de três anos seriados, divididos em seis períodos, perfazendo um total de 4.270

horas/aula. O curso funciona em regime de semi-internato. É reconhecido como curso de nível superior pelo Conselho Estadual de Ensino, e o cadete (aluno do CFO) é admitido através do Processo Seletivo Seriado (PSS) da COPERVE, também sendo oferecidas vagas aos cadetes de outras instituições policiais de outros Estados. No que tange à estrutura curricular em vigor no Curso de Formação de Oficiais (CFO) paraibano, observa-se a conservação de um viés, eminentemente, tecnicista, talhado sob uma forte influência da ideologia militarista do Exército, tendo sido elaborado em 1999 e colocado em prática em 2000.

No citado currículo, logo nos primeiros parágrafos encontra-se o item denominando Programa das atividades, no qual está presente a ressalva que os conteúdos disciplinares e complementares devem ser distribuídos de forma equilibrada, obedecendo-se à preservação do trinômio tarefa-rendimento-descanso. Todavia, existem paradoxos evidentes, que são claramente perceptíveis ao ser considerado que um número expressivo de disciplinas compõe uma extensa carga horária, obrigando os cadetes a enfrentarem, muitas vezes, três turnos diários de aula. Durante esse período é mesclando um grande cabedal de aprendizados teóricos e práticos, que exigem dos discentes o máximo de esforço físico e mental para cumpri-los plenamente.

Já no primeiro ano, os cadetes têm que lidar com 26 disciplinas, perfazendo um total de 1200 horas-aula, divididas em dois semestres. No segundo ano, o número de disciplinas sobe para 27, assim como a quantidade de horas-aula, que vai para 1225. Contudo, no terceiro e último ano, há uma queda no número de disciplinas, que é reduzido a 20, com uma carga horária de 1045, perfazendo um total de 3470 horas-aula, em um curso cuja duração é de três anos.

Diante da análise desses números, vale salientar, que os níveis de exigência acadêmica e física fazem parte dos motivos que levam os cadetes a procurarem o Serviço de Atendimento psicológico do Centro de Educação, conforme será expresso mais adiante, neste trabalho, o que já denota as dificuldades que essa sobrecarga impõe aos cadetes. Como agravante da pressão exercida sobre esses policiais militares em formação, diferentemente do que ocorre nas demais instituições civis de ensino, o desempenho dos cadetes durante o curso será decisivo futuramente em sua carreira profissional.

No meio acadêmico policial militar, não é o bastante obter, simplesmente, a aprovação em todas as disciplinas, embora, no caso dos cadetes, a reprovação

possa vir a acarretar o desligamento do curso. É interessante que o policial consiga uma nota elevada, a qual lhe garantirá uma melhor classificação, deixando-o mais próximo das futuras promoções pelo critério da antiguidade. Ao tornar-se mais próximo dos primeiros lugares da sua turma, mais antigo será o policial.

Com base nessa premissa observa-se ser fomentado entre os policiais um forte e combativo espírito de competitividade, que é nutrido pelo sistema de ensino policial militar como um todo. Pois, quanto melhor se sair o policial militar no seu período formativo, mais rapidamente alcançará postos mais altos e, por conseguinte, um maior *status* hierárquico na Corporação.

Todavia, o demasiado entusiasmo causado pela competição e pela busca da ascensão profissional, pode vir a despertar nos cadetes interesses individualistas que, no seu período formativo, tendam a desviá-los das atenções necessárias ao seu crescimento como promotor da paz social e das diretrizes humanitárias, voltadas aos interesses da sociedade. Corre-se o risco de que o crescimento individual se sobreponha ao seu pleno desenvolvimento como agente de segurança pública pautado no interesse social.

Esse tipo de postura encontra terreno fértil em um curso no qual impera a filosofia técnico-profissional, similarmente ao que ocorre no Curso de Formação de Oficiais (CFO) na Paraíba. Ao analisar-se a natureza das disciplinas ofertadas pelo CFO paraibano é fácil perceber o seu caráter alinhado ao tecnicismo, conforme anuncia-se no quesito Metodologia de seu currículo.

Entre as 73 disciplinas, 19 pertencem à parte jurídica, 36 figuram entre as de cunho técnico, enquanto apenas 18 compõem a parte denominada de cultural. Portanto, é diante de uma realidade na qual se busca formar uma Polícia Militar tão eficiente quanto humanizada que se deve buscar implementar o conteúdo disciplinar no qual seja possível discutir a respeito de questões como Sociologia, Psicologia, Direitos Humanos, Ética Profissional e Didática.

Uma alternativa para sanar essa discrepância seria incentivar a interdisciplinaridade, inter cruzando temas correlatos a esses, nas demais disciplinas. Para que isso aconteça é preciso que os docentes estejam alinhados a esse propósito, conciliando suas metodologias e interagindo mutuamente. Todavia, a julgar pela exibição exaustiva do filme *Tropa de Elite* (2007), em várias disciplinas, no CFO paraibano, percebe-se que os professores não mantêm um diálogo que

possibilite, sequer, o emprego das novas tecnologias da Educação de forma adequada e proveitosa, quanto mais do intercâmbio de conteúdos.

Considerando-se a tamanha carga horária do curso, também chama atenção à quantidade de horas-aula destinada às disciplinas como, por exemplo, Direitos Humanos, que é ministrada 20 horas/aula a cada ano. Mas, o que é mais preocupante é como esse conteúdo vem sendo ofertado. Pois, durante a realização do grupo focal, os cadetes afirmaram, reiteradas vezes, que nada sabiam sobre o tema e que o professor dessa disciplina apenas lhes falara sobre “poiva” (gíria militar para troca de tiros).

Ou seja, em conformidade com o depoimento dos cadetes, ao invés de deter-se na explanação sobre a historicidade, a conceituação ou aplicabilidade prática da filosofia dos Direitos Humanos, o professor desta disciplina detinha-se em comentar ações ostensivas da polícia, nas quais sempre estava presente o emprego da força. Deste modo, a propagação do respeito à sociedade e aos direitos de cidadania estão sendo obstaculizados. À medida que não estão sendo considerados o arcabouço político-filosófico e o percurso sociocultural dos Direitos Humanos os policiais militares em formação estão passíveis de apartarem-se dessas noções, que são de essencial importância para a construção da postura humanitária desses profissionais, enquanto promotores da paz social.

Condutas como essa é que proporcionam sustentação a visões equivocadas sobre temas tão relevantes, como os relacionados aos Direitos Humanos. Tal ocorrência tornou-se bastante perceptível, ao ser avaliado o que disseram os cadetes nas respostas do questionário, durante a pesquisa de campo, quando foi questionado, na forma objetiva, qual seria a finalidade dos Direitos Humanos, no que se refere, especificamente, à atividade policial. Entre as respostas, 39% afirmaram que seria defender, prioritariamente os criminosos.

Entre outro quesito, em uma questão aberta, que admitiria qualquer resposta, ao serem indagados acerca de quem mais seria beneficiado com os Direitos Humanos, o expressivo percentual de 75% continuou afirmando que seriam os criminosos. Em contrapartida, apenas 5,5 % entenderam que suas benesses seriam capaz de se estenderem a toda a sociedade, havendo ainda 8,4% que defendesse ser a elite dominante a mais beneficiada. Ao se realizado um cruzamento de dados capaz de demonstrar se haveria diferenciação de opiniões referente ao gênero dos cadetes, embora o percentual dos cadetes masculinos,

77%, fosse maior, o percentual apresentado nas respostas femininas não pode ser considerado tão discrepante, ao atingir o número de 64%.

Foi também colhido, com o questionário, outro dado de suma importância para registrar as percepções dos cadetes, no que tange à discussão sobre os Direitos Humanos. Ao serem interpelados sobre o que acarretaria a resistência dos policiais militares ao que é defendido por essa doutrina, 43% dos policiais responderam que não acreditavam ser possível a aplicabilidade prática do que é teorizado. Enquanto isso, 19% culpavam a deficiência do repasse dos conceitos ligados ao tema, durante a formação dos policiais, seguidos por 14% que afirmaram desconhecer a temática dos Direitos Humanos, o que também denuncia as deficiências em relação a abordagem durante o curso.

Entre os entrevistados, 13% também apontaram o desacordo dos policiais com os procedimentos práticos e legais das instituições que defendem tais direitos como motivo da resistência dos policiais militares. Enquanto isso, o menor percentual, 11%, assinalaram o erro no campo ético-filosófico dos Direitos Humanos como responsável pela resistência dos policiais militares em aceitá-los.

Analisando-se esses números, encontra-se reflexo nítido da ideologia que produziu a máxima que se popularizou ao afirmar que: Direitos Humanos só beneficia bandidos. Essa conceituação é preocupante visto que denota a inconsistência do ensino referente aos Direitos Humanos, no CFO paraibano, já que não demonstrou a capacidade de promover uma visão mais real, ampla e aprofundada acerca do tema. O que acontece com a disciplina dos Direitos Humanos serve como exemplo das dificuldades de adaptação à nova função de apaziguador social que hoje se pretende do policial militar. Deste modo, entende-se como são complexas essas transformações no sistema de ensino militar.

É importante destacar que, atualmente, tem havido uma tendência para que haja mudanças, pelo menos no que tange à redução do número de disciplinas dos Cursos de formação de Oficiais no Brasil, a exemplo do que já ocorreu no Distrito Federal. Contudo, essa mudança não traz ares de renovação contudística ou conceitual. Ela diz respeito apenas à restrição para que ingressem no CFO cadetes que já tenham graduação em áreas como Direito, Contabilidade, Pedagogia e Administração.

Deste modo, o curso passaria a se restringir às disciplinas técnicas e jurídicas, específicas da área militar. Assim, a inovação acarretaria em um

encurtamento do período a ser cursado e numa, conseqüente diminuição dos gastos para o Estado, que passaria a contar com uma mais rápida demanda de profissionais, cuja essência formativa permaneceria de caráter tecnicista.

Apesar de que esse posicionamento seja adotado sob o pretexto de se prover a sociedade com um efetivo mais numeroso de policiais, isso não quer dizer esses policiais militares estejam preparados para se adequarem ao que a sociedade espera deles. Todavia, mesmo que a passos lentos, na contra mão do fortalecimento do poder centralizador e intervencionista que as Corporações policiais militares herdaram do militarismo federal, tem havido mudanças graduais no entendimento sobre o trabalho policial militar.

Atualmente, vem sendo adotado o conceito de que as Polícias Militares brasileiras devem se voltar ao atendimento das necessidades sociais relativas à Segurança Pública, devendo estar aptas a lidar com toda a diversidade de atores sociais. Deste modo, mais do que apenas serem moldados para cumprir ordens e funcionarem impermeáveis aos anseios pelo bem estar social, a Polícia Militar brasileira vem buscando seu espaço junto aos cidadãos, ao desenvolver mecanismos que propiciem o exercício de respeito aos direitos que lhes são devidos.

4 OBEDIÊNCIA E CORPOS: a simbologia militar como perpetuação e delimitação do campo

Para compreender como funciona o ambiente de ensino militar e a dinâmica das suas culturas da ordem, é indispensável conhecer como suas tradições e particularidades ganham vida e são reproduzidas através dos tempos. Em busca desse entendimento considera-se a perspectiva de Bourdieu (2007), que afirma serem as representações simbólicas de extrema importância, pois representam o campo ideológico ao qual pertencem, com as relações que foram construídas, ao longo de sua existência, exprimindo uma categoria particular de certo campo intelectual.

Nesse contexto, percebe-se como todos os incontáveis símbolos que compõem o ambiente militar, exercem uma influência significativa, sobre os policiais militares, a partir do seu período formativo. Pois, não surgiram de construções particulares, mas de várias representações que exprimem a ideografia que estrutura o militarismo, através das inúmeras representações simbólicas, que caracterizam as Corporações Policiais Militares.

Contudo, para que seja possível proceder à análise dessa estrutura simbólica é necessário recorrer ao que Bourdieu (2007) denomina de Sociologia da Educação, a qual estuda as relações entre a reprodução cultural e a reprodução social. Essa ciência busca entender como os sistemas de ensino têm contribuído para reproduzir as relações de força e as relações simbólicas que ocorrem entre as classes, à medida que a estrutura da distribuição do capital cultural destas mesmas classes também é reproduzida. Conforme Bourdieu (2007, p. 296):

Em termos mais precisos, é preciso conhecer as leis segundo as quais as estruturas tendem a se reproduzir produzindo agentes dotados dos sistemas de disposições capazes de engendrar práticas adaptadas às estruturas e, portanto, em condições de reproduzir as estruturas. [...] Na verdade, dentre as soluções historicamente mais conhecidas quanto ao problema da transmissão do poder e dos privilégios, sem dúvida a mais dissimulada e por isto mesmo a mais adequada a sociedades tendentes a recusar as formas mais patentes da transmissão do poder e dos privilégios, é aquela veiculada pelo sistema de ensino ao contribuir para a reprodução da estrutura das relações de classe dissimulando sob as aparências de neutralidade essa função.

Corroborando com o fortalecimento e perpetuação do *ethos* militar tradicionalista observa-se que existe nas Corporações policiais militares um importante arsenal simbólico que denuncia a permanência e o reforço de certo perfil dos policiais militares, buscando modelá-los durante o seu período formativo ou de aperfeiçoamento. Portanto, toda carga simbólica que constitui e, de certa forma, demarca e fortalece, o meio militar, certamente, se configura como sendo uma das primeiras e mais decisivas presenças exercidas sobre os policiais recém-chegados ao ambiente militar.

4.1 OS SISTEMAS SIMBÓLICOS COMO FERRAMENTAS DE PODER

Um considerável acervo de bens simbólicos, existente nas instituições policiais militares, integra-se, inevitavelmente, ao capital cultural dos seus integrantes, tais como: o fardamento e suas cores; as insígnias; os brevês; as patentes e graduações; as vozes de comando; as canções militares; a postura corporal e o linguajar bastante peculiar. Na Polícia Militar paraibana, as medalhas também estão previstas em lei sendo três destes itens simbólicos que servem como diferenciadores dos policiais militares, conferindo-lhes um maior *status* em sua Corporação e, portanto, sendo bastante almeçados por esses profissionais, como a Medalha do Mérito Cel. PM Elísio Sobreira (Foto 2), recebida por relevantes serviços prestados à Corporação.

Foto 2 - Medalha do Mérito Cel. PM Elísio Sobreira



Fonte: Arquivo pessoal Ten Cel PMPB Almeida

Também podem ser citadas a Medalha do Mérito Policial Militar, dada por reconhecimento do bom serviço à ordem, segurança e tranquilidade, de acordo com o tempo de serviço (Fotos 3 e 4); e a Medalha de Serviços Distintos, para o policial militar que contribuiu para aumentar o conceito da Corporação com serviço, ato de coragem ou trabalho excepcional, em favor da comunidade.

Foto 3 - Medalha do Mérito Policial Militar de 10 anos de serviço prestados



Fonte: Arquivo pessoal Ten Cel PMPB Almeida (2012)

Foto 4 - Medalha do Mérito Policial Militar de 20 anos de serviço prestados



Fonte: Arquivo pessoal Ten Cel PMPB Almeida (2012)

Todos esses itens compõem um sistema simbólico que serve como base para sustentação da estrutura inerente à organização militarizada. Ou seja, para ser incluso nesse novo ambiente, o policial militar deve buscar adaptar-se, o mais rapidamente possível, a todas essas particularidades simbólicas. Conforme Bourdieu (2010, p. 9):

Os “sistemas simbólicos”, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O Poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo que Durkheim chama o *conformismo lógico*, quer dizer, uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências.

Acerca do que assegura Bourdieu (2010), facilmente percebe-se a relação com o ambiente de ensino militar e as pressões exercidas sobre os discentes, através da adaptação a todo o simbolismo que o permeia. Nesse aspecto, posterga-se a preocupação ou respeito pelo conhecimento como instrumento de emancipação do sujeito cognoscente, evidenciando-se a homogeneização da tropa, por intermédio da reprodução de símbolos que constituem o todo de uma reprodução cultural bem peculiar.

Guiados pela mesma simbologia, levados a aceitar os valores ideológicos que estas representam, mais facilmente, os policiais militares integram-se ao campo intelectual do qual passam a compor. Pode-se dizer que tais produções simbólicas contribuem para a construção de ideologias de dominação, se encontrando intimamente relacionadas com o que interessa aqueles que ocupam as posições de comando, sendo esta uma útil ferramenta de poder.

Como está expresso em Bourdieu (2010, p. 10):

As ideologias, por oposição ao mito, produto coletivo e coletivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. A cultura dominante contribui para a ascensão da classe dominante assegurando uma comunicação imediata, a todos os seus membros e distinguindo das outras classes; para a integração fictícia da sociedade, do seu conjunto, portanto, a desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação desta distinção.

Deste modo, o poder Estatal enquanto mantenedor do controle das forças policiais como seu braço armado, utiliza-se desta prerrogativa para conservar a sua posição de supremacia hierárquica no seio social. Delineando o policial militar como melhor lhe aprouver, buscando modelá-los com a criação e manutenção dos produtos simbólicos presentes nas Corporações, tanto durante o período formativo, quanto por toda sua vida profissional.

É nesse contexto que os sistemas de fatores que contribuem para a determinação das práticas e ideologias policiais militares buscam determinar a estrutura do campo intelectual responsável por sua formação, visando influir na constituição da consciência de classe destes profissionais. Em consequência, pretende-se que aconteça o que é descrito em Bourdieu (2007, p. 189), quando afirma que: “Nessa lógica, não é a condição de classe que determina o indivíduo, mas o sujeito que se autodetermina a partir da tomada de consciência, parcial ou total, da verdade objetiva de sua condição de classe”.

Por meio dessa estratégia, procura-se incutir no cerne dos policiais militares, inúmeras peças que se combinam para desenhar uma composição estereotipada, do perfil profissional destes agentes de Segurança Pública. Nos quartéis das Polícias Militares, por toda parte, observa-se a presença de símbolos diversos, estando incultidos, até mesmo, no vocabulário próprio dos militares, no qual se mesclam gírias militarescas com expressões técnicas pertinentes à caserna.

Entre os militares, um vocabulário próprio os distingue dos cidadãos civis, fazendo com que certas palavras recebam uma conotação bastante diversa da que habitualmente se percebe fora da caserna. Durante a execução deste estudo e nas ocasiões em que esta pesquisadora pode frequentar o ambiente policial militar, como professora ou apenas visitante, puderam ser observadas certas expressões que são habitualmente utilizadas, como: desenrolado (pessoa habilidosa ou escorregadia); peixe (policial protegido por superior); ralação (muito esforço físico ou mental); muído (problema, confusão); moita (indivíduo que tenta se esquivar do trabalho); laranjeira (policial que mora no quartel); entre tantos outros.

4.2 A IMPORTÂNCIA DOS SÍMBOLOS NA FORMAÇÃO DO *HABITUS*

Os policiais militares são formados e exercem suas funções em condições pré-definidas, bastante específicas, que definem suas práticas e as experiências que se pode ter enquanto profissionais. Para analisar esse processo é preciso entender que o campo intelectual, responsável pela construção de sua base educacional, depende das determinações do campo de poder para estipular o *habitus* profissional e social que devem seguir.

Sob essa perspectiva, entende-se a considerável influência dos anseios da classe dominante, no se refere às diretrizes que definem esse campo intelectual, cuidando para que as estruturas de poder não sejam corrompidas e que não haja espaço para o desenvolvimento da autonomia. Deste modo, aqueles que pertencem as mais altas esferas de comando voltam-se à construção e solidificação de uma força coercitiva que mantenha o *status quo* de dominação. Bourdieu (2007, p. 191) define o *habitus* como o:

[...] sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constitui o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes. Tais práticas e ideologias poderão atualizar-se em ocasiões mais ou menos favoráveis que lhes propiciam uma posição e uma trajetória determinadas no interior de um campo intelectual, que por sua vez ocupa uma posição determinada na estrutura da classe dominante.

Portanto, conforme o autor, o conceito de *habitus* está relacionado à necessidade de compreender as relações de afinidade, que existem entre o comportamento dos agentes e as estruturas e condicionamentos construídos socialmente, ou seja, entre as práticas individuais e as condições sociais de existência.

Nesse contexto, ocorre a construção de bens simbólicos e a consequente criação de um mercado de bens simbólicos através dos quais os dominantes buscam cristalizar sua dominação e os dominados pouco, ou nada, têm a fazer para contraporem-se a estruturação e perpetuação desses símbolos. Trazendo-se essa premissa para a formação dos policiais militares, percebe-se ainda uma forte implicação na absorção da produção simbólica. Pois, a aceitação dos símbolos pertinentes ao que se pode denominar como o campo das Polícias Militares é,

reconhecidamente, um elemento indispensável para a inclusão ou exclusão daqueles que decidem ingressar nesse universo.

É em torno desses símbolos que surgem a produção dos valores culturais e referências identitárias dos policiais militares, os quais influenciarão, significativamente, nos seus modelos de socialização, sejam com a sua família, sua Corporação, ou com a sociedade. Tais representações simbólicas recebem um forte apelo dos lugares comuns que para Bourdieu (2007, p. 197) são aqueles:

[...] em torno dos quais um grupo inteiro se congrega com o intuito de reafirmar sua unidade reafirmando seus valores e crenças que denotam infalivelmente a posição social e identificação satisfeita com esta posição por parte daqueles que professam tais valores e crenças.

À medida que os bens simbólicos são produzidos, reproduzidos e solidificados no cotidiano militar, são absorvidos pelos policiais militares. Por conseguinte, esses profissionais passam a delimitar e diferenciar seu campo, com base em uma dinâmica que alimenta a distinção e o afastamento desses profissionais dos demais grupos de atores sociais. São os incontáveis símbolos e os seus respectivos códigos que constituem uma configuração cultural própria dos que pertencem ao meio policial militar. De acordo com Bourdieu (2007, p. 198), isso ocorre porque:

[...] a característica específica dos bens simbólicos consiste do fato de que o consumo de tais bens encontra-se restrito aos detentores do código necessário para decifrá-los, a saber, os que detêm as categorias de percepção e de apreciação adquiridas pelo convívio com as obras produzidas segundo tais categorias.

Deste modo, consolida-se um *habitus* próprio dos policiais militares que servirá como mediador entre suas práticas individuais e as condições sociais nas quais estas práticas estão inseridas. Portanto, nesse aspecto, o *habitus* funciona como um conciliador entre a realidade do indivíduo e o sistema socialmente construído pelo mundo que o cerca. Ao ser exposto a toda carga simbólica da caserna, o policial militar é estimulado pelo campo a ingressar em um processo que visa conduzi-los à percepção e à apropriação destes símbolos, culminando em uma socialização na qual se põe em prática o que foi experimentado.

Nessa dinâmica, o processo ensino-aprendizagem surge como uma porta aberta e propícia para o trânsito, para o mercado e interiorização dos bens

simbólicos. Pois, segundo Bourdieu (2007), é na escola que os esquemas que organizam o pensamento, tem uma considerável oportunidade de ser, ensinados, de forma explícita e metódica. Conforme Bourdieu (2007, p. 204): “Quanto mais tais esquemas encontram-se interiorizados e dominados, tanto mais escapam quase que totalmente às tomadas de consciências parecendo-lhe assim coextensivos e constâncias à sua consciência”.

Para esse autor, os sistemas de pensamento que são ensinados nas escolas podem ter sua força comparada aos ensinamentos oferecidos de forma ritualística e mítica das sociedades desprovidas de instituições escolares, os quais são absorvidos inconscientemente pelos indivíduos. Bourdieu (2007, p. 205-206) ainda assegura que as instituições escolares:

[...] operam em níveis diferentes da consciência, desde os mais manifestos até às formas mais fundamente enterradas que se atualizam nos atos de criação cultural ou de deciframento sem que, por isso, sejam tomadas como objeto da reflexão, [...] à medida que seus conhecimentos progridem. Na verdade os indivíduos programados, que dizer, dotados de um programa homogêneo de percepção, de pensamento e de ação, constituem o produto mais específico de um sistema de ensino.

Nas Corporações militares, toda essa sistematização simbólica é bastante proveitosa para manter as estruturas de poder. Pois, para que a cultura da ordem da caserna se mantenha é imprescindível que seja exercido o controle absoluto dos superiores sobre seus comandados. Para tanto, os símbolos se prestam com eficácia à obtenção da submissão aos ditames da disciplina e hierarquia impostas nos quartéis.

Uma gama incontável de simbologias militares carrega consigo a missão de difundir e fixar na mente dos policiais valores específicos, entendidos como essenciais à atuação profissional. Mais do que fornecer um sentido de organização que garanta o bom andamento da função de promotor da Segurança Pública, o simbolismo policial militar atua na propagação de diversos valores, levando os policiais militares a incorporarem a sensação de pertencimento a uma espécie de família bastante reservada.

Deste modo, perpetua-se a noção de que apenas um seleto grupo, formado por apenas os melhores, mais corajosos e eficazes homens e mulheres, gozará do privilégio de pertencer a este campo. Por conseguinte, sentindo-se como parte de um todo, os policiais militares se unem através dos símbolos que o cercam,

buscando a força que destes emana e, ao mesmo tempo, retroalimentando seu potencial por meio de sua valorização extremada.

4.3 SOB O *STATUS* DA CAVEIRA

Vale destacar, que, em certos casos, os símbolos militares representam a hierarquização interna das Corporações Policiais Militares, determinando o posicionamento de quem os ostenta, dentro na escala que define o *status* interno dos quartéis. Como exemplo nítido dessa hierarquização simbólica tem-se os distintivos e brasões, orgulhosamente utilizados como ornamento nos fardamentos dos policiais militares. Conforme previsto no Estatuto dos Policiais Militares do Estado da Paraíba. Paraíba (2004, p. 69) descreve que:

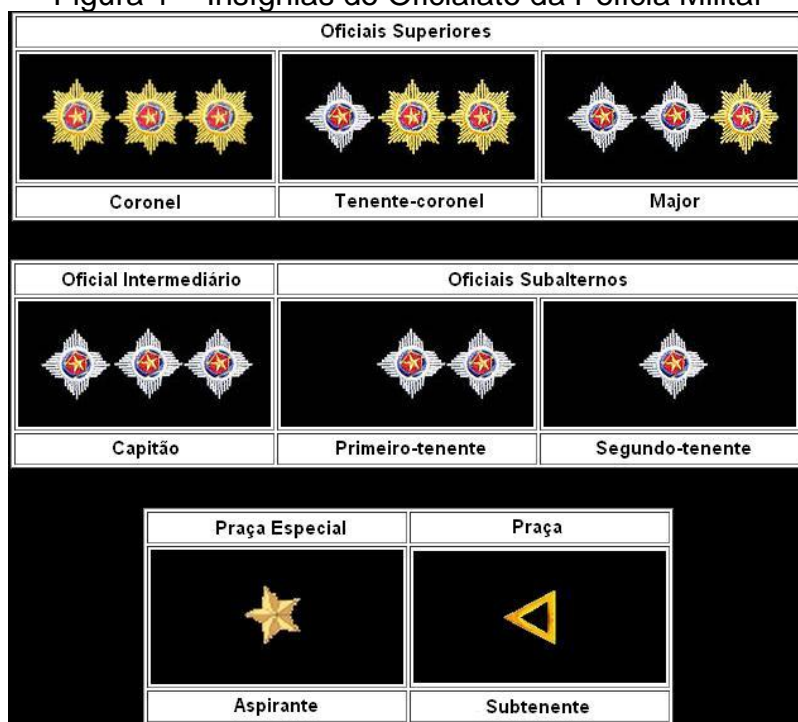
Art. 71 - Os uniformes da Polícia Militar com seus distintivos, insígnias e emblemas são privativos dos policiais -militares e representam o símbolo da autoridade policial militar com as prerrogativas que lhes são inerentes.

Parágrafo Único - Constituem; crimes previstos na legislação peculiar o desrespeito aos uniformes, distintivos, insígnias e emblemas policiais militares, bem como uso por quem não tiver direito.

Mas, as simbologias expressas nos próprios uniformes já são suficientes para haja uma divisão da tropa, Ao longe, as insígnias já deixam claro a qual ciclo hierárquico o policial militar pertence, fazendo com que, em certos casos, os iguais sejam tratados com desigualdade, originando distinções internas entre os diversos níveis hierárquicos e setores da Corporação.

Quanto à variação de funções que devam ser exercidas sabe-se que esta é inerente às estruturas burocráticas, mas diversificar funções não deveria ser sinônimo de tratamento diferenciado. Ao observar a figura acima, percebe-se que até mesmo dentro do ciclo específico dos oficiais ainda existe subdivisões hierarquizantes. Pois, entre eles mesmos, os oficiais (Figura 1) ainda são classificados em: superiores, intermediários, subalternos, praça especial e praça. O mesmo ocorre com as subdivisões referentes aos praças graduados, as quais também se encontram representadas por suas insígnias (Figura 2).

Figura 1 – Insígnias do Oficialato da Polícia Militar



Fonte: Blog Boletim de Ocorrência Policial (2012)

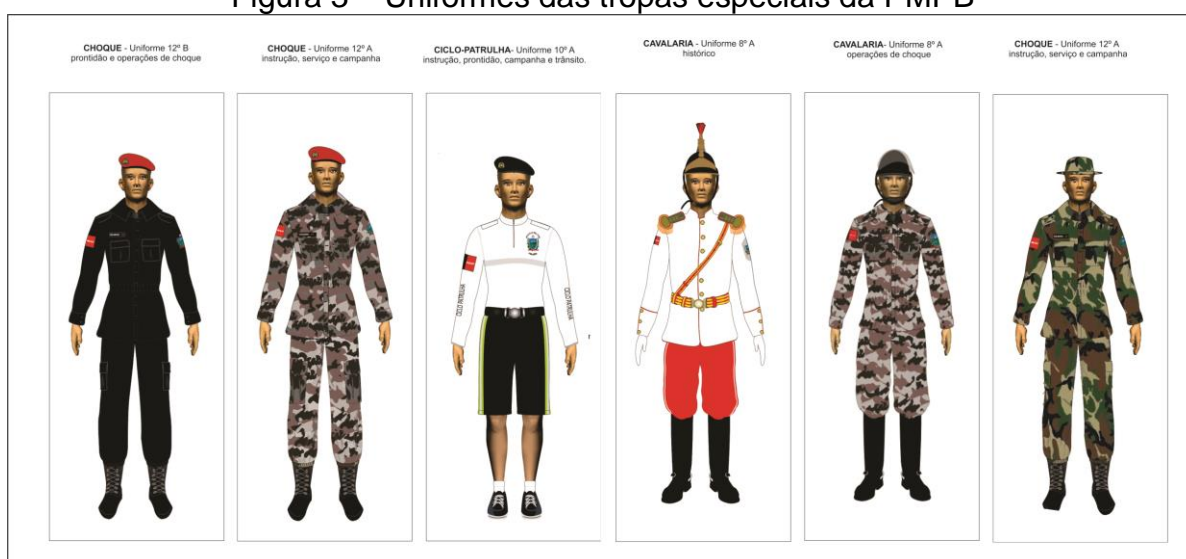
Figura 2 – Insígnias dos Praças da Polícia Militar



Fonte: Blog Boletim de Ocorrência (2012)

Outro aspecto simbólico que pode, igualmente, ser tomado como exemplo diferencial, dentro das instituições policiais militares, são determinados características das Tropas Especiais, começando pelo próprio nome como foram batizadas. Esses grupos de policiais militares, comumente são reconhecidos como sendo constituídos por profissionais com treinamento excelente, ao qual é fornecido um fardamento diferenciado (Figura 5) e um armamento de qualidade superior aos recebidos pelos demais policiais.

Figura 3 – Uniformes das tropas especiais da PMPB



Fonte: Adaptação do Regulamento de Uniformes da Polícia Militar da Paraíba (2012)

Portanto, é evidente que para ser possível a compreensão do choque das culturas da ordem vivenciado nas Corporações policiais militares deva ser considerado o destaque oferecido a certos símbolos como exemplo dessa prática diferenciadora. Deste modo, no que tange a Polícia Militar da Paraíba, também vale ressaltar os distintivos pertinentes ao GATE (Grupamento de Ações Táticas Especiais) e ao BOPE (Batalhão de Operações Especiais) (Figura 6) paraibanos, sendo o primeiro integrante deste último. Ambos distintivos contam com diversos símbolos sobrepostos, cada um com seu significado.

Figura 4 - Distintivo do BOPE paraibano



Fonte: *Facebook* do BOPE PMPB (2012)

Quanto ao BOPE paraibano, a descrição heráldica do seu distintivo consta como: a base, sendo um escudo português clássico, nas cores cinza representando as cores da PMPB; um contorno em preto, representando o sigilo das Operações Especiais e a disposição de operar tanto nas atividades rotineiras como nas missões intempestivas, mesmo com negros horizontes; as abreviaturas da Polícia Militar da Paraíba (PMPB) e do Batalhão de Operações Especiais (BOPE), na cor preta; ao centro a figura de uma caveira (Crânio), na cor branca, que é o símbolo supremo da Inteligência e da Coragem de um Guerreiro, bem como o desprendimento pessoal para o cumprimento da missão a ele atribuída, cravada com a espada da justiça de baixo para cima, simbolizando a vitória da vida sobre a morte.

A explicação mais difundida da inserção da caveira na heráldica militar brasileira deu-se na 2ª Guerra Mundial, devido ao ato de um militar inglês. Ao invadir e dominar um quartel alemão, juntamente com sua tropa o comandante britânico, que tinha o nome de Commandos, teria cravado sua faca em um crânio que encontrara no local, simbolizando a vitória sobre os horrores do nazismo. Com o final da Guerra, nasce o primeiro Curso de Operações, que foi adotado no Brasil, cujas tropas especiais passaram a se chamar Comandos.

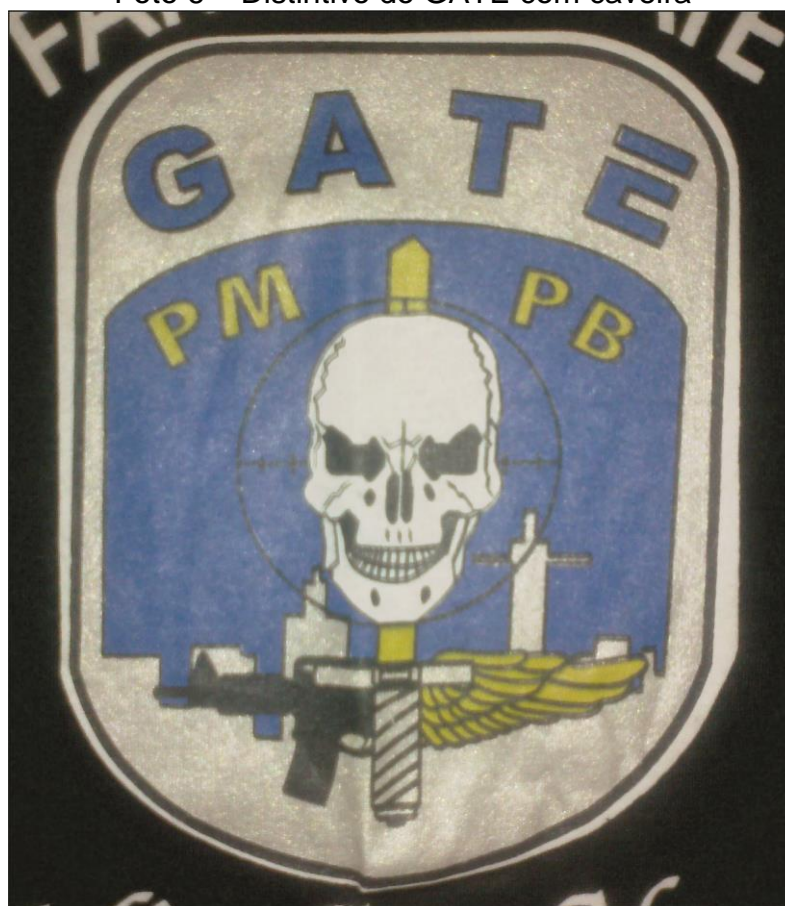
Em relação ao distintivo do GATE, percebe-se, entre outros símbolos, a espada e a caveira, com as mesmas descrições significativas supracitadas. É interessante ressaltar que, apesar de já possuir um distintivo (Figura7) no momento de sua criação, em 1996, apenas recentemente, o GATE paraibano incluiu a caveira em seu distintivo (Figura 8). Isso serve como uma demonstração da forma como os símbolos se difundem e se fortalecem, ao permearem a dinâmica do *ethos* militar.

Foto 5 – Distintivo GATE sem caveira



Fonte: Arquivo pessoal do Major Bisneto, comandante do BOPE paraibano (2013)

Foto 6 – Distintivo do GATE com caveira



Fonte: Arquivo pessoal do Major Bisneto, comandante do BOPE paraibano (2013)

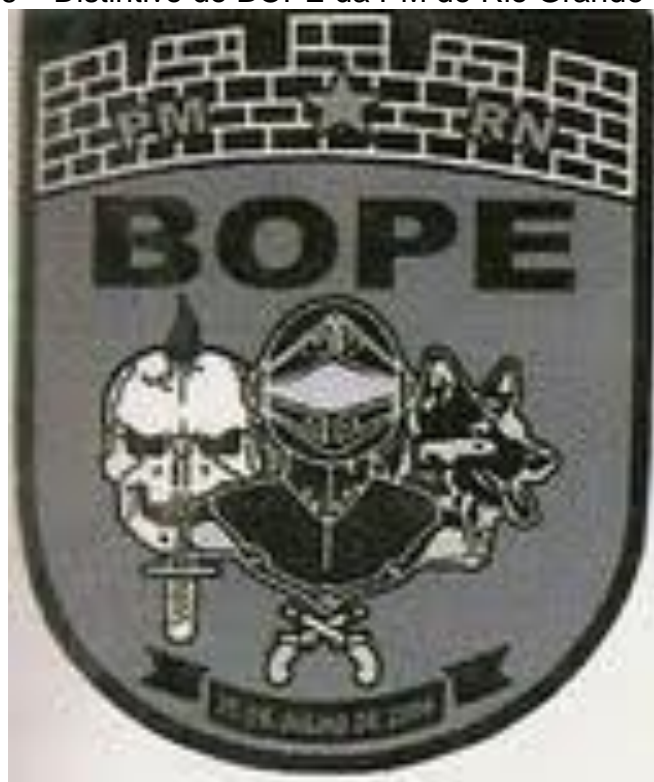
Vale salientar que, ao contrário da imagem negativa que se concebe acerca da caveira no mundo civil, para os militares, ela indica a superação da vida sobre a morte e, não, que estes policiais possam matar impunemente. Apesar de seu aspecto causar certo desconforto a algumas pessoas alheias às simbologias militares, entre os policiais militares entende-se a marca da caveira como merecedora de respeito e admiração. Devido ao *status* a esta atribuída no meio militar, além das tropas especiais anteriormente citadas, as de outros estados brasileiros também utilizam a caveira em seus distintivos, como o BOPE: do Distrito Federal (Figura 9); do Rio Grande do Norte (Figura 10) e o do Rio de Janeiro (Figura 11), cujo símbolo se notabilizou, ainda mais, com a exibição no filme *Tropa de Elite* (2007).

Figura 5 – Distintivo do BOPE do Distrito Federal



Fonte: Site oficial do BOPE do Distrito Federal (2013)

Figura 6 – Distintivo do BOPE da PM do Rio Grande do Norte



Fonte: Comunidade oficial do BOPE PMRN no *Orkut* (2013)

Figura 7 – Distintivo do BOPE da PM do Rio de Janeiro



Fonte: Site oficial do BOPE carioca (2013)

Todavia, muitas vezes esses símbolos, assim como outros, podem servir a uma diferenciação hierarquizante e nociva dentro da Corporação. Ostentá-los em seu fardamento, demarca o pertencimento às tropas diferenciadas o que propicia a formação de certo preconceito acerca dos policiais de outras unidades.

No que se refere ao BOPE (Batalhão de Operações Especiais) da PMPB, de acordo com Paraíba (2013), sabe-se que foi criado pela Lei Complementar 87, de 2 de dezembro de 2008, todavia só veio a ser efetivado no dia 14 de março de 2012. Se comparado ao número total do efetivo da Polícia Militar paraibana, o BOPE possui um pequeno número de integrantes, totalizando apenas 331 policiais militares, submetidos a uma rígida seleção no seu ingresso.

Além do status dentro da Corporação, muitos policiais militares buscam ingressar nesse batalhão visando obterem melhores condições de trabalho, visto não raro haver investimentos, por parte do governo, como: na renovação dos uniformes; na aquisição de melhores equipamentos de proteção individual; na compra de itens variados como as granadas, as munições não letais e os agentes químicos. Atualmente sendo composto pelo GATE, pelo Choque e pelo Canil o BOPE paraibano é submetido, diariamente a diversos treinamentos especializados (Fotos 6-9), que serão empregados em situações nas quais há um grande risco como: revistas e rebeliões graves em presídios; escolta de presos de alta periculosidade; busca, resgate ou captura de pessoas em locais inóspitos e de difícil acesso.

Foto 7 – Treinamento com agentes químicos



Fonte: Facebook do BOPE PMPB (2013)

Foto 8 – Treinamento com armamento portátil



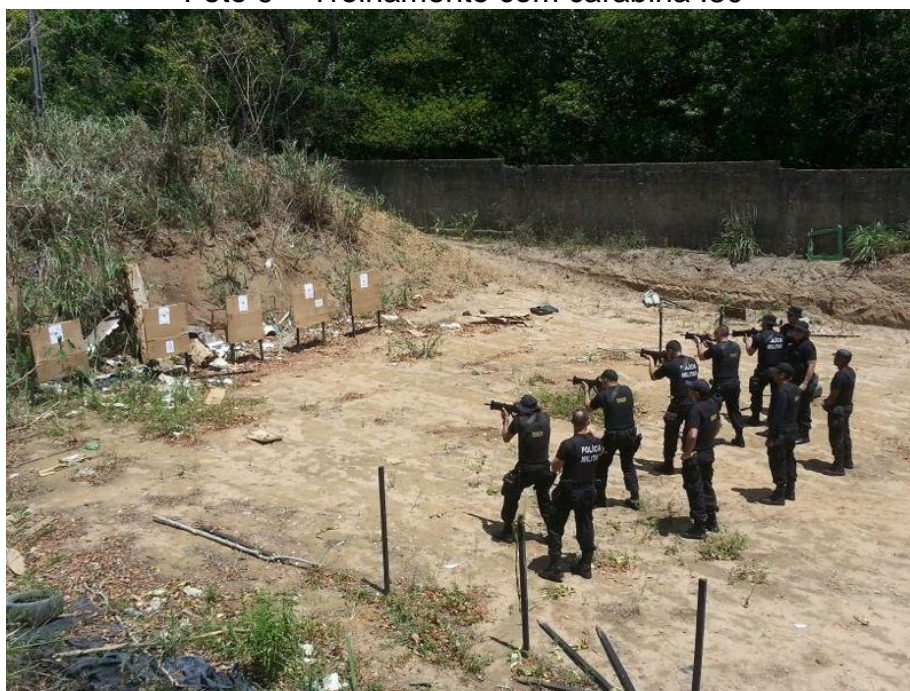
Fonte: Facebook do BOPE PMPB (2013)

Foto 9 – Treinamento com equipamento menos que letal



Fonte: *Facebook* do BOPE PMPB (2013)

Foto 9 – Treinamento com carabina .30



Fonte: *Facebook* do BOPE PMPB (2013)

Portanto, para o poder público é interessante que tais tropas estejam bem preparadas e equipadas. Pois, devido à natureza de sua utilização ser merecedora de bastante respaldo social, através, principalmente da difusão midiática, uma investida exitosa reflete a capacidade e eficiência do Estado de enfrentar os ardis da

criminalidade. Em, aproximadamente, um ano de ativação o BOPE PMPB realizou 69 operações, nas quais efetuou 221 prisões, sem que fosse preciso derramar sangue algum, o que só corrobora o seu prestígio dentro e fora da Corporação.

Diante do que ora se expôs, é evidente todo o poderio dos símbolos na formação e na atuação dos policiais. Poder que molda valores, transformando, em pouco tempo, um civil recém-chegado em um policial tradicional, bem como poder que homogeneiza tropas, as distingue e até mesmo, hierarquiza integrantes de uma mesma Corporação.

4.4 AS CODIFICAÇÕES DO ESPAÇO E AS SIMBOLOGIAS DE PODER

Apesar de muitas vezes as simbologias serem facilmente visualizados, nem sempre a força dos símbolos está claramente perceptível para os que são exteriores às Corporações militares. Como exemplo disso pode ser citado uma prática comum aos centros de formação militares no Brasil, quando ocorre o que Foucault (2007) denomina como o estabelecimento de regras de localização funcionais, que servem para codificar os espaços nas instituições disciplinares, como no caso dos quartéis, sendo tais códigos conhecidos e interpretados apenas pelos militares.

Essa prática constitui-se em uma herança do século XVIII, quando o crescimento acelerado da industrialização fez surgir a necessidade de criarem-se regras que delineassem formas de controle e de fiscalizem da mobilidade de todos que participam do processo produtivo. De acordo com Foucault (2007, p. 124) tais regras de localização implicam em: “[...] distribuir os indivíduos num espaço onde se possa isolá-los e localizá-los; mas também articula essa distribuição sobre um aparelho de produção que tem suas exigências próprias”.

Uma rápida observação na organização espacial de um quartel de Polícia Militar, neste incluso os centros de formação militares, e observa-se como existem as mais variadas distribuições de espaço, as quais também fazem parte da cultura da ordem vigente no campo policial militar. Geralmente, além das subdivisões naturais em setores organizacionais, existem as subdivisões dos ambientes físicos de acordo com a hierarquia, nas quais oficiais e praças se alimentam ou mantêm seus alojamentos separadamente.

Não muito raramente, as instalações de melhor conforto são reservadas àqueles que ocupam os postos mais elevados na escala hierárquica das

Corporações. Portanto, a mudança do policial entre um espaço e outro implica, necessariamente, em ascensão profissional, simbolizando a conquista de um degrau acima na Corporação.

Mas não é apenas nas instalações físicas que a localização funcional apresenta-se como simbologia dos sistemas de poder interno dos quartéis. Esse é um reflexo de uma época em que a ordenação imposta às indústrias estendeu-se às escolas, trazendo para elas a organização em fileiras, que até hoje se observa nas salas de aula, nos sistemas de ensino de organizações como as militares.

Para Foucault (2007, p. 126):

[...] nesse conjunto de alinhamentos obrigatórios cada aluno segundo a sua idade, seus desempenhos, seu comportamento, ora ocupa uma fila, ora outra; ele se desloca o tempo todo numa série de casas; umas ideais, que marcam uma hierarquia do saber ou das capacidades, outras devendo traduzir materialmente no espaço da classe ou do colégio essa partição dos valores ou dos métodos. [...] Fez funcionar o espaço escolar como uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar de recompensar.

Pode-se tomar como exemplo dessa organização do espaço escolar o que acontece no Centro de Educação da Polícia Militar paraibana. Mesmo não havendo documento escrito, que assegure, oficialmente, que o policial militar que detiver as maiores notas, entre os demais de sua própria turma, tenha a prerrogativa de ocupar a cadeira mais próxima à porta de saída das salas de aula, a concessão desse privilégio ainda hoje está presente nos cursos de formação policiais militares na Paraíba. Através dos costumes, esse *habitus* se fortalecendo no ambiente policial militar, ano após ano, sendo repassada não apenas na Polícia Militar paraibana, como em várias Corporações coirmãs.

Por uma escolha baseada na meritocracia das notas obtidas durante o curso, essa prática visa favorecer o militar mais antigo com a maior possibilidade de salvar sua vida, caso haja alguma intercorrência no ambiente de ensino. Percebe-se, claramente que a simples disposição dos alunos no ambiente escolar militar implica em uma simbologia classificatória, na qual o valor de suas vidas é associado ao seu desempenho escolar, acarretando a premiação ou a segregação do aluno policial militar em conformidade com a colocação obtida.

Outra mostra importante da expressão do sistema de poder, baseada na localização espacial, neste caso, prevista em regras escritas, está explícita no

Decreto nº 2.243, de 3 de junho de 1997, que dispõe sobre o Regulamento de Contingências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas, que também é seguido pela maioria das Polícias Militares e Corpos de Bombeiro Militares brasileiros. De acordo com esse Decreto, até mesmo o simples fato de militares caminharem, lado a lado, implica na tomada de certas precauções, como explicita o Capítulo II, referente aos sinais de respeito. Conforme Brasil(1997, p. 2):

Art. 4º Quando dois militares se deslocam juntos, o de menor antigüidade dá a direita ao superior.

Parágrafo único. Se o deslocamento se fizer em via que tenha lado interno e lado externo, o de menor antigüidade dá o lado interno ao superior.

Art. 5º Quando os militares se deslocam em grupo, o mais antigo fica no centro, distribuindo-se os demais, segundo suas precedências, alternadamente à direita e à esquerda do mais antigo.

Art. 6º Quando encontrar um superior num local de circulação, o militar saúda-o e cede-lhe o melhor lugar.

Para um leigo, não haveria distinção entre qualquer posição, contudo, um militar que observasse a situação logo saberia distinguir tais simbologias e as implicações hierárquicas que representam. Peculiaridades como essas denotam que muitos dos símbolos militares trazem consigo uma grande importância para garantia da disciplina no ambiente militar, intencionando disseminar uma cultura de ordem que institui como imprescindível o pleno controle de corpos obedientes. Tal prerrogativa encontra-se nitidamente explicitada no Capítulo I, que reza sobre as Generalidades, no Decreto nº 2.243, o qual segundo Brasil (2013, p. 2) prescreve:

Art. 3º O militar manifesta respeito e apreço aos seus superiores, pares e subordinados:

I - pela continência;

II - dirigindo-se a eles ou atendendo-os, de modo disciplinado;

III - observando a precedência hierárquica;

IV - por outras demonstrações de deferência.

§ 1º Os sinais regulamentares de respeito e de apreço entre os militares constituem reflexos adquiridos mediante cuidadosa instrução e continuada exigência.

§ 2º A espontaneidade e a correção dos sinais de respeito são índices seguros do grau de disciplina das corporações militares e da educação moral e profissional dos seus componentes.

§ 3º Os sinais de respeito e apreço são obrigatórios em todas as situações, inclusive nos exercícios no terreno e em campanha.

Esse artigo deixa nítido o valor que os militares atribuem aos sinais, postos ao serviço da conservação da disciplina, bem como à utilização do processo educacional para perpetuá-la no ambiente militar. Deste modo, busca-se a

construção de um arsenal simbólico que torne os militares mais dóceis, perfeitamente alinhados a toda legislação militar, que presta um tributo subserviente a rígida autoridade hierárquica da caserna.

4.5 A FORÇA DOS SÍMBOLOS E A IMERSÃO NOS VALORES

Toda essa estrutura simbólica no ambiente militar, no caso desta pesquisa, no universo policial militar é multifaceta e contém elementos comuns às mais diversas épocas da existência das Polícias Militares. Com o passar do tempo, tais símbolos vão exercendo pressão sobre os militares, guiando-os se moldarem aos padrões profissionais exigidos pela Corporação.

Entregues ao sistema que os acolheu sem dar-lhes chances de interferir em possíveis mudanças, esses policiais, comumente, passam a repetir toda a representação gestual, verbal e conceitual, comuns ao ambiente militar. Mas, nem sempre essa repercussão ocorre como algo positivo e aceitável. Na realidade das Corporações Policiais Militares a adaptação dos policiais aos códigos e simbolismos que regem as ordens internas destas instituições, certas vezes, leva os policiais militares a sucumbirem a ensinamentos distorcidos acerca do que é ser um verdadeiro policial, apartando-os de uma conduta digna de pertencer às fileiras da Corporação.

Esse tipo de desvio de conduta não causa estranheza a 62% dos cadetes entrevistados, visto estes entenderem que apesar de certos policiais militares receberem uma formação de qualidade superior aos demais, como acontece nas tropas especializadas, não estão livres de se corromper no exercício de sua função. Para 60% dos casetes, a própria rotina profissional induz o policial militar a desvirtuar-se.

Portanto, cabe às instituições de ensino militar voltarem a essas questões, buscando fazer no processo ensino-aprendizagem dos policiais militares, não um espaço organizado que produza corpos dóceis que perpetuem ideologias nocivas socialmente. É responsabilidade do Estado fazer com que os sistemas de educação policiais militares se tornem ambientes de aprendizado, produção e reprodução do respeito à cidadania, tanto no ambiente interno quanto externamente aos muros dos quartéis.

5 O CONFLITO COBRA O SEU PREÇO: é preciso cuidar do cuidador

Vários são os matizes que compõem a diversidade de fatores responsáveis por exercerem pressão sobre os policiais militares em formação, fazendo com que recaia sobre estes profissionais as consequências de estarem imersos em um ambiente tão conflitivo, no qual as culturas de ordem chocam-se constantemente. Portanto, entende-se como o cuidado oferecido pelo Estado aos policiais, para enfrentar as dificuldades inerentes a sua profissão, é um tema delicado e complexo.

Para a Corporação, muitas vezes importa, prioritariamente, utilizar as habilidades profissionais dos policiais militares, para que o serviço seja executado a contento. Nesses casos, os desígnios do comando devem ter precedência, mesmo em detrimento do cuidado com o ser humano por trás da farda. Em uma relação que geralmente ocorre de forma verticalizada, ao dispensar-se aos subalternos um tratamento com indiferença e distanciamento, ao expor seus pleitos junto aos seus superiores.

Mostrando-se insensíveis às necessidades dos policiais militares, quanto às dificuldades inerentes à sua profissão, por diversas vezes os sistemas de poder dos quartéis negligenciam ou interpretam mal os sinais que alertam para a necessidade de ser ofertado aos policiais militares um cuidado biopsicossocial mais adequado.

Nesse contexto, percebe-se que uma das tarefas mais intrincadas, que exige bastante sensibilidade e destreza ao ser executada é, justamente, o trabalho de equacionar todos esses aspectos conjunturais, físicos e emocionais, com a finalidade de tornar as forças policiais mais atuantes e eficientes. Pois, dos mais variados ângulos, durante e depois da sua formação, faz-se sentir, sobre os policiais militares as expectativas para que seja um cuidador presente e ilibada da sociedade a qual pertence. Todavia, ao se pleitear que o Estado ofereça uma força policial exemplar, tem-se, anteriormente, que ser levado em conta a forma como estão sendo processadas as atenções dispensadas a esses profissionais. Deve-se considerar de que forma vêm sendo cuidados os cuidadores.

Com base nessa premissa, entende-se que não são poucas as exigências que ora permeiam a constituição do policial militar, requerendo sua adaptação ao novo perfil desenhado sob os atuais apelos sociais brasileiros. Conseqüentemente, amplia-se a necessidade de serem implementadas políticas públicas de Segurança consoantes com esse processo.

Com base nessa realidade, vem sendo afirmado, progressivamente, a busca pela inserção do modelo da atenção biopsicossocial, no âmbito da formação e da capacitação dos agentes de Segurança Pública brasileira. Diante dessa perspectiva, intenciona-se que os policiais militares venham a ser reconhecidos, como um todo integral. Sob os preceitos de uma visão holística, esses profissionais passam a ser vistos de uma forma mais ampla, que abrange as dimensões física, psicológica e social, sabendo-se que se encontram inseridos em uma realidade social diversificada e em constante transformação.

Contudo, apesar de serem reconhecidamente positivos, nas mais diversas áreas, os resultados práticos e efetivos do olhar biopsicossocial não frutificam, tão rapidamente, quanto se poderia desejar, seja durante a formação ou o aperfeiçoamento, seja na vida profissional dos policiais militares. Durante séculos de existência, as especificidades e complexidades da profissão policial militar foram constituídas e fortemente arraigadas, sob uma série de dogmas e preceitos elementares, muitos dos quais resistem, tremendamente, a qualquer mudança.

A estruturação do autoritarismo e do tecnicismo bélico nas Corporações Policiais Militares tem sido uma considerável barreira para que o autoritarismo ceda espaço às relações democráticas de parceria, no âmbito interno, entre os níveis hierárquicos, ou externo, na relação polícia-sociedade. O que se percebe são condutas cristalizadas que não acompanham, par e passo, a valorização das liberdades e dos direitos de cidadania do indivíduo, como esperado pela sociedade.

Quando o policial militar é somado às fileiras da Corporação, toda uma gama de costumes, conhecimentos e dogmas lhe é repassada, com a intenção de transformá-lo uma das partes de um todo uniforme. Nesse processo, as singularidades e necessidades individuais são interpretadas como empecilho ao perfeito andamento da engrenagem militar.

5.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA E A ATENÇÃO BIOPSIKOSSOCIAL

Com vistas a implementar o alcance e a consolidação do que objetiva uma visão multidimensional, certas políticas públicas governamentais se encaminharam na direção de uma visão mais abrangente do ser humano. Nesse ânimo, o Estado

brasileiro vem, recentemente, empreendendo esforços que propiciem inovações na forma de lidar com os agentes de Segurança Pública.

Mas, para entender esse posicionamento estatal é preciso verificar o que vem ocorrendo, no que tange a uma abrangência nacional. Pois, foi no ano de 2003 que se destinou à Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) a função de órgão responsável pela idealização, planejamento e execução das políticas governamentais relativas à implantação e à institucionalização do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Criado para articular as ações da segurança pública e da Justiça Criminal, o SUSP tem a missão de integrar os órgãos de segurança, sem exercer nenhuma interferência em sua autonomia.

Tais iniciativas marcaram o início de um novo período da segurança pública brasileira, no qual se percebe que o Estado tem a obrigação de promover a renovação de suas políticas, ampliando o sentimento de proteção, junto aos profissionais de Segurança Pública. Com isso almeja-se tornar esses profissionais, devidamente, capacitados para lidar com as inumeráveis situações, as quais possam vir a serem expostos.

Entre as iniciativas norteadas pelos princípios e metas do SUSP nasce, em 2008, o Projeto Qualidade de Vida, destinado à valorização e à saúde dos profissionais de Segurança Pública. Nesse projeto destacam-se às políticas públicas relacionadas à promoção, não apenas da saúde, como também da cidadania dos profissionais dessa área. Como está descrito em Brasil (2010, p. 7):

O Projeto tem por objetivo planejar, implementar, monitorar e avaliar políticas que tenham por objeto a promoção da qualidade de vida dos servidores da segurança pública. Nesse sentido, suas atividades procuram fomentar ações de ampla abrangência como promoção de saúde, segurança, atendimento às necessidades físicas, promoção da auto-estima e do desenvolvimento de capacidades pessoais e profissionais, criação de oportunidades de lazer, esportes e cultura e valorização do relacionamento das instituições com os servidores.

Com a finalidade de instrumentalizar a orientação da gestão de projetos e ações, nas áreas relacionadas à atenção biopsicossocial, a Senasp elaborou um Guia de Ações. A elaboração desse documento teve como objetivo torná-lo uma fonte de consulta para os gestores estaduais. Seu conteúdo relaciona-se à gestão de pessoas, à qualidade de vida dos profissionais de Segurança Pública, assim como à promoção da saúde mental destes.

De acordo com o ponto de vista holístico da abordagem biopsicossocial, as problemáticas que envolvem a formação, capacitação e valorização dos agentes de segurança pública, devem abranger as dimensões psicológicas, físicas, e sociais desses profissionais. Entre esses aspectos, no que se refere à importância de atender-se para a dimensão psicológica dos policiais militares, pode ser citada com uma das preocupações a sua necessidade de estima, a qual de acordo com Brasil (2007, p. 70), pode ser relacionada:

[...] com a auto-avaliação, a auto-estima dos indivíduos. A satisfação das necessidades de estima conduz a sentimentos de auto-confiança, auto-apreciação, reputação, reconhecimento, amor-próprio, prestígio, status, valor, força, poder, capacidade e utilidade. A frustração pode produzir sentimentos de inferioridade, fraqueza e desamparo.

Deste modo, diante do questionamento acerca do que, realmente, poderia ser consideradas como sendo as condições ideais para o exercício do trabalho policial, entende-se que um profissional confuso e/ou frustrado não será capaz de manter-se saudável, sendo impossível prestar um bom serviço à sociedade.

Em uma profissão na qual o enfrentamento do risco de morte é constante, sendo exigida extrema dedicação e atendimento rápido e qualificado à sociedade, inúmeras pressões são emanadas das mais variadas direções, sejam internas ou externas à Corporação. Desde seu ingresso na Corporação, o policial militar é levado a entender como imprescindível a busca por uma atuação irreparável, a qual não ocorrerá sem que haja esforço e persistência. Com acordo com Monjardet (2003, p. 165): “[...] A procura de uma eficácia é inegável, seja ela mantida pela pressão hierárquica, sustentada pelo coletivo de trabalho ou autodeterminada pelo simples desejo de ‘fazer direito seu trabalho’ e de ser ‘útil’”.

Nesse contexto um importante posicionamento a ser tomado pelo Estado é voltar-se às especificidades dos policiais, às suas necessidades, às suas capacidades e às suas limitações. Deve-se entender como bastante contundente, não apenas a carga física, como também a carga emocional que atua sobre esses profissionais, e que apenas sendo bem amparado o policial saberá amparar a sociedade.

Consoante às preocupações com o atendimento psicológico dos policiais em formação, vale destacar que, desde sua instituição, em 1991, o Curso de Formação de Oficiais (CFO) paraibano conta com o atendimento gratuito para os seus

integrantes. Esse acompanhamento psicológico tem lugar em um consultório reservado para esse fim, nas instalações do Centro de Educação da Polícia Militar da Paraíba (CEPMPB), no qual se localiza a Academia de Polícia Militar do Cabo Branco.

Inicialmente, o acompanhamento psicológico aos cadetes contava com o atendimento realizado por apenas uma profissional, hoje em dia, está sob a responsabilidade de quatro profissionais de psicologia. O Serviço de Atendimento Psicológico do Centro de Educação da Polícia Militar da Paraíba (SAP/CE) se encontra disponível para toda a comunidade integrante deste Centro, incluindo, além dos militares, os funcionários, os alunos, assim como seus dependentes e familiares (adolescentes e adultos).

Recentemente, foi incluído nos quadros, dos que prestam serviços psicológicos no Centro de Educação da Polícia Militar da Paraíba (CEPMPB), um psicólogo policial militar². Vale destacar, que mesmo sendo um sargento, o entrevistado atende aos oficiais, o que pode ser considerado um avanço na cultura organizacional do CEPMPB, à medida que se privilegia a especialização do profissional, que presta o serviço à Corporação, não o avaliando, meramente, por sua posição hierárquica.

Em resposta às indagações realizadas na pesquisa de campo, o sargento Costa afirmou que, no que tange aos cadetes, o atendimento psicoterapêutico é feito de forma grupal e individual, com orientação psicológica e escuta psicológica, contando também com: psicoterapia breve; trabalhos com grupos operativos; atividades psicodramáticas; psicoterapia cognitivo comportamental e oficinas das atividades operacionais.

O serviço prestado por esses psicólogos visa aprimorar o desempenho dos cadetes, fortalecendo-os para assumir as atribuições que lhes são delegadas, enquanto futuros gestores, comandantes da Corporação. Deste modo, busca-se obter um policial militar mais seguro seja no campo: acadêmico, profissional, institucional e pessoal. Para o sargento Costa, é de suma importância que os policiais militares possam contar com o atendimento psicológico oferecido por um companheiro de farda. Costa assegura em sua entrevista que:

² Além da graduação em psicologia, o sargento Wiltton da Costa Machado também possui um Mestrado em Ciências da Educação, se encontrando, atualmente, dando andamento a uma pesquisa científica sobre educação relativa ao ambiente policial militar.

[...] quando a abordagem empregada nos processos terapêuticos seja a cognitivo comportamental, pois, a empregabilidade da técnica com a vivência do ambiente militar favorece o resultado da evolução do processo psicológico do indivíduo significativamente, tendo em vista que: a abordagem cognitiva focaliza o trabalho terapêutico sobre os fatores cognitivos que estão na etiologia e na manutenção de determinada psicopatologia, já a abordagem comportamental, através do conhecimento sobre as leis gerais do comportamento, proporciona a compreensão dos fatores que o mantêm possibilitando meios de alterar condições inadequadas, pois, neste processo de abordagem quando não se conhece o meio tenderá levar mais tempo ao cliente para elaborar seus fatores de dificuldades cognitivas.

Conforme declarações do entrevistado, muitos são os fatores que levam os militares desse Centro de Educação a procurarem o apoio psicológico. Entre estes podem ser citadas além da incongruência com o curso e a irritabilidade, as dificuldades com: a adaptação à rotina da caserna; a disciplina; o nível de exigência acadêmica e o nível de esforço físico. Todavia, mesmo diante da gratuidade e da perceptível importância desses serviços para os cadetes, apenas cerca de 5% destes o procura.

Entre os três anos de curso, são os cadetes do 1º e do 2º anos que mais procuram o atendimento junto a esses profissionais. Entre as razões que mais motivam esses policiais a buscarem o apoio psicológico pode ser destaca as dificuldades de se adaptarem à vida na caserna, com todas as complexidades e implicações que isso significa. Como a maioria dos ingressantes são originário da vida civil, passar a fazer parte do ambiente militar exige uma série de adequações à rotinas muito específicas, as quais são marcadas por inúmeras regras de condutas. Toda essa dinâmica está submetida a um intrincado sistema de poder onde a disciplina e a hierarquia imperam e não admitem desvios.

Uma das formas de se prestar apoio psicológicos aos cadetes é efetivada através de atendidos individuais, em encontros reservados apenas para o terapeuta e o cliente, onde se estimula a reflexão acerca de sua profissão, tendo uma oportunidade de expor suas opiniões e questionar certos aspectos de seu trabalho, o que, dificilmente, ocorre no seu cotidiano profissional.

Nessas sessões, também merece ressalva a atenção dirigida às dificuldades inerentes ao relacionamento interpessoal entre os vários níveis hierárquico da Corporação. Deste modo, busca-se tornar os policiais conscientes do lugar que lhes cabe no universo policial militar, capazes de administrar as discrepâncias entre os direitos e os deveres relativos às posições que ocupam na estrutura de poder da

Corporação. Nesse processo, os problemas emocionais, as crenças e as ideias que esses profissionais cultivam acerca de si, de sua profissão e da sua Corporação, são reavaliados, propiciando o fortalecimento da sua autoestima e da sua autoconfiança o que se reflete, efetivamente, na qualificação do serviço que prestam a sociedade.

Outra forma de atendimento consiste nos atendimentos terapêuticos grupais, nos quais são empregadas dinâmicas de grupo e demais estratégias terapêuticas, que favoreçam à troca de experiências entre os participantes, construindo mutuamente as soluções para as dificuldades profissionais e pessoais que enfrentam. Ao receberem o atendimento psicológico os policiais trabalham em função de aliviar o alto nível de estresse comum a sua profissão, bem como visam diminuir a agressividade expressa, seja no convívio familiar ou no exercício de sua função. Pois, à medida que colaboram uns com os outros, descobrem motivações para otimizar os seus padrões de comportamento e, portanto, seu proceder pessoal e profissional.

Através de uma iniciativa desafiadora, considerando-se as complexidades do ambiente militar, a Polícia Militar paraibana visa oferecer um tratamento psicológico qualificado, sem discriminar àqueles policiais militares que apresentam distúrbios psíquicos ou comportamentais. Com base na dignidade, na ética e no sigilo absoluto, essa a Corporação paraibana pretende oferecer uma resposta sensível às problemáticas humanas de seus policiais, buscando alcançar a plena recuperação, no que tange ao seu bem estar biopsicossocial. Deste modo, a Corporação faz com que o policial militar atinja sua reintegração funcional, ao sentir-se valorizado, ao receber da instituição a qual pertence o devido reconhecimento da sua importância como profissional, como ator social e como ser individual.

Também em congruência com o olhar biopsicossocial, além do amparo psicológico, os cuidados com os cadetes em formação na Polícia Militar paraibana também se estendem à saúde física. Nas dependências do próprio Centro de Educação da Polícia Militar da Paraíba (CEMPMB), funciona um posto de enfermagem, para atendimento de alguma intercorrência. Mas, se preciso for, os policiais ainda contam um ambulatório, que funciona próximo ao Quartel do Comando Geral da Polícia Militar da Paraíba, no qual médicos militares de várias especialidades prestam consulta aos policiais e seus familiares. Em certos casos, com maior gravidade ou urgência, os policiais ainda podem ser encaminhados ao

Instituto Hospitalar General Edson Ramalho, unidade estadual de saúde pública que, atualmente, encontra-se sob a direção da Polícia Militar paraibana.

O Centro de Educação da Polícia Militar paraibana ainda dispõe de uma academia com aparelhagem completa para exercícios físicos, funcionando em três turnos. Para a realização dos treinamentos, aos policiais militares é garantida a orientação de um preparador físico militar, devidamente qualificado para esta função. Todavia, a extensa carga horária do Curso de Formação de Oficiais torna exíguo o tempo para as atividades físicas extracurriculares, a serem realizadas pelos cadetes.

Todos esses esforços buscam contribuir para a instituição de policiais mais bem preparados, física e emocionalmente, aptos a se tornarem profissionais que interajam socialmente de forma equilibrada e justa. Com suas habilidades desenvolvidas e otimizadas, os policiais militares que recebem melhor formação têm mais possibilidades de desempenhar suas funções com mais competência, ao gerenciar uma vasta gama de conflitos, nas mais variadas ocasiões que sua profissão lhes impõe. Durante esse processo é importante que não apenas a saúde física e mental seja cuidada, dissociando-se os policiais militares de sua condição de sujeitos sociais, participes de um todo complexo e dinâmico.

Sob esse prisma, a Educação evidencia-se como uma ferramenta que propicia um maior conhecimento acerca dos cadetes, enquanto seres humanos plurais e inseridos socialmente. Ao se fazer da sala de aula um lugar de experimentação da democracia e de exercício da reflexão crítica, grandes possibilidades de mudanças sociais podem vir a encontrar um fértil terreno para germinarem. De acordo com Saviani (2008, p. 4), desta forma, criam-se subsídios para:

[...] reforçar os laços sociais, promover a coesão e garantir a integração de todos os indivíduos no corpo social. Sua função coincide, pois, no limite, com a superação do fenômeno da marginalidade. Enquanto esta ainda existe, devem se intensificar os esforços educativos; quando for superada, cumpre manter os serviços educativos num nível pelo menos suficiente para impedir o reaparecimento do problema da marginalidade.

Nesse aspecto, a Educação assume a função de instrumentalizadora da cidadania e da integração do indivíduo à sociedade a qual pertence. Portanto, no que tange aos policiais militares, é necessário que o sistema de ensino que os forma

e aperfeiçoa esteja abertos às suas necessidades, às suas expectativas e às suas particularidades enquanto seres sociais.

Com base nesse olhar renovado sobre a educação deve ser considerado que o CFO paraibano conta com um corpo discente, cada dia mais, esclarecido intelectualmente, com pessoas que buscam reconhecimento de sua cidadania. Já não se limitam apenas a cumprir com seus deveres, mas também a exigir os seus direitos. Desta forma, será possível trazer da teoria à prática os preceitos de respeito a esses profissionais, enquanto seres humanos dignos de cuidados, e respeito.

Formado sobre bases sólidas, em uma Corporação que os acolha e esteja atenta às suas necessidades, o policial militar estará apto a atender às exigências que recaem sobre ele, em uma realidade social permeada de incontáveis olhares acerca da sua atuação. Por diversos ângulos o trabalho policial é analisado, sendo multifacetada a conceituação que se forma a respeito dessa profissão, seja esta a imagem formada: pelo policial militar, sobre si mesmo e sua função social; pela sociedade; pelas Corporações, que a constroem e a retroalimentam com ritos e dogmas; pela mídia, que produz e dissemina na indústria comunicacional.

Deste modo, ainda durante o processo ensino-aprendizagem, os cadetes têm que assimilar uma imensa carga de informações que o definirão, não apenas como profissional, mas, como ser social. Pimenta e Anastasiou (2005, p.102) afirma que:

[...] se entendermos que aprender não se reduz a se informar, que não basta expor-se aos meios de informação para adquiri-las, senão que é preciso operar as informações para, com base nelas, chegar ao conhecimento, então nos parece que a universidade (e os professores) têm um grande trabalho a realizar, que é proceder a mediação entre a sociedade de informação e os alunos, a fim de possibilitar que, pelo exercício da reflexão, adquiram a sabedoria necessária a permanente construção do humano.

Ao situar-se tais considerações no ensino policial militar, percebe-se que sua adaptação às profundas mudanças pelas quais transitaram as aspirações sociais no Brasil, nas últimas décadas, necessita da incorporação de significativas transformações. Mais do que formar técnicos capacitados, as academias de Polícias Militares tem que estabelecer como metas a formação de cidadãos conhecedores de sua importância social. Por meio de seu crescimento como ser humano e como profissional.

Ao ser promovido um trabalho de apoio biopsicossocial para os policiais militares, deve ser considerada, não apenas a sua condição de profissional qualificado, como a sua atuação enquanto ser socialmente inserido. Deste modo, será implementado o relacionamento interpessoal destes profissionais, dentro e fora dos muros dos quartéis, na relação com seus pares e no atendimento aos cidadãos.

Para tanto, será preciso incentivar o desenvolvimento pessoal e o alargamento dos seus horizontes profissionais, melhorando suas condições de trabalho e, portanto, sua qualidade de vida. Assim, haverá uma melhoria das relações que estes profissionais desenvolvem, seja nos âmbitos familiar, social ou profissional, criando-se subsídios para que surjam soluções inovadoras para os problemas inerentes ao cotidiano policial militar.

Mas, para que sejam atingidos tais objetivos, é imprescindível que o corpo docente que compõe o sistema educacional destes militares tenha as devidas qualificações para um processo tão complexo e de tamanha importância social.

5.2 PORQUE FORMAR BEM OS FORMADORES

Certamente, a destreza daqueles que sob os quais recai, diretamente, a tarefa de guiar os rumos da educação dos policiais militares é, extremamente, relevante, no que se refere a auxiliar esses profissionais na superação de todas as dificuldades que o choque das culturas da ordem impõe no seu processo ensino aprendizagem. Cabe a esses profissionais da educação equacionarem as lições do passado, retendo o que há de proveitoso, à medida que também se conservam atentos às peculiaridades das novas perspectivas educacionais, responsáveis por modelar um policial militar afinado com as recentes perspectivas sociais.

Todavia, em muitos casos, os professores selecionados para formar os cadetes policiais militares paraibanos não são escolhidos entre aqueles que apresentem em sua formação acadêmica a devida familiaridade com as noções acerca do processo pedagógico. Obedecendo ao viés eminentemente tecnicista do CFO, principalmente nas disciplinas de cunho militar, a referência buscada nesses docentes é um bom desempenho na prática profissional, relativo à disciplina que irá ministrar. Muitas vezes, devido à especificidade conteudística de tais disciplinas julga-se adequado selecionar docentes entre os quadros da própria Corporação, privilegiando-se aqueles que apresentem uma mais destacada experiência prática

na atuação policial, sem que seja observada a comprovação do conhecimento referente à área educacional.

Garante-se, deste modo, um alto nível de conhecimento técnico, mas, ao mesmo tempo, não se dedica a atenção merecida ao fato de que os policiais militares apenas continuam repetindo, ano após ano, o mesmo formato de ensino, no que tange ao repasse de conteúdos, à interação professor-aluno no processo ensino-aprendizagem, ou seja, à prática de ensino como um todo. Nesse contexto, verifica-se a necessidade da valorização do professor como um forte elemento no processo de transformação do educando, em um ser mais completo, capaz de usufruir plenamente das inúmeras possibilidades que a vida acadêmica lhe apresenta.

Diante desses pressupostos, espera-se que o educador atue no processo ensino-aprendizagem como um grande provocador de mudanças, dando subsídios para que o educando vislumbre novas possibilidades de desenvolver suas competências, ao longo de suas vida. Perrenoud (2001, p. 121) afirma que:

Quando visa à transformação das pessoas, de suas atitudes de suas representações e de seus atos, a análise das práticas exige que todos realizem um trabalho concreto sobre si mesmos; ela exige tempo e esforços, expõe ao olhar alheio. Estimula o questionamento e pode ser acompanhada de uma crise ou de uma mudança de identidade. Portanto ninguém empreende esse caminho se não espera algum benefício; uma ajuda para se tornar mais perspicaz, eficaz, coerente ou em paz consigo mesmo.

Sob uma mais inovadora e abrangente perspectiva educacional, cabe às Corporações Policiais Militares propiciarem meios para que os seus docentes encaminhem os policiais militares em formação à conscientização sobre a importância de seu papel, em uma sociedade em transição. Sem desprezar suas particularidades, enquanto seres individuais, é preciso buscar o desenvolvimento de suas potencialidades, aproveitando-as, ao máximo, no desempenho de suas funções. Após séculos de existência, a busca por mudanças realmente significativas veio fazer parte de um período bastante recente da história das Polícias Militares brasileiras, existindo, ainda, inúmeras resistências no âmbito militar voltadas a impedi-las.

Mas, a despeito das dificuldades, no tocante às transformações no ambiente de ensino, a Polícia Militar paraibana pode contar com um exemplo concreto de

inserção nas perspectivas inovadoras, que permeiam o seu campo educacional. A criação da pós-graduação *lato senso*, intitulada Curso de Especialização em Gestão e Tecnologias Educacionais (Cegeste), vem em busca do aperfeiçoamento técnico e pedagógico dos docentes.

Deste modo, esses profissionais poderão exercer suas funções de educadores e facilitadores do processo educacional, guiados pelas atuais teorias da educação, que entendem o educando como seres que preservam e, ao mesmo tempo, compartilham aspectos de sua individualidade, à medida que se unem para a formação de um todo, complexo e plural. Embasados em uma filosofia que busca os novos horizontes da Educação, esse curso defende a visão holística do aluno, bem como a inclusão de uma gestão participativa e democrática nas instituições de ensino militares.

Como descreve Paraíba (2006a), o Cegeste foi criado em 10 de julho de 2006, estando situado na área das Ciências Humanas, visando à capacitação dos profissionais do Sistema de Defesa Social, embasado no que dispõe a Matriz Curricular Nacional, para a Formação em Segurança Pública. Esse curso é parte integrante do Programa de Pós-graduação do Centro de Educação da Polícia Militar da Paraíba, sendo oferecido para aos interessados, tanto deste Estado quanto das demais unidades da Federação.

Em conformidade com Paraíba (2006b)

[...] o referido curso apresenta-se como um importante passo na formação dos multiplicadores do conhecimento dentro dos Sistemas de Justiça Criminal e de Segurança Pública. Como um laboratório de idéias, esse curso possibilitará aos alunos pesquisar, refletir e debater sobre as diversas questões atinentes à formação profissional no âmbito da Segurança Pública, levando-os a contextualizar e a pensar a de forma crítica e reflexiva. Além do mais, ajudará aos profissionais que desempenham funções relacionadas à docência a pensarem melhor sobre sua prática pedagógica, enquanto educadores e parceiros na construção dos profissionais de segurança pública.

Com um corpo docente constituído, na sua quase totalidade, por mestres e doutores, oriundos, majoritariamente, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, em 480 horas-aulas, o Cegeste oferece um sólido arcabouço teórico e prático, cujos conteúdos estão dispostos em disciplinas como: Prática de Ensino; Avaliação da Aprendizagem; Gestão Educacional; Filosofia da Educação; Planejamento de Ensino e Metodologia do Ensino Superior.

Diversos Estados brasileiros enviam, anualmente, agentes de segurança pública para integrarem-se nessa perspectiva educacional, a qual, de forma inovadora, mescla em uma mesma turma: oficiais; praças; delegados e escrivães da Polícia Civil; policiais rodoviários federais e, em certos casos, professores civis. Além da Paraíba e do Distrito Federal, entre os Estados participantes podem ser citados: Amazonas, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Tocantins, entre outros.

As atividades e avaliações acadêmicas são realizadas sem distinção de cargos, patentes ou instituições, sendo este curso considerado um raro exemplo de quebra de paradigmas hierárquicos e educacionais, dentro das Corporações Polícias Militares brasileiras. Mesmo assim, ao contrário do que certas perspectivas mais conservadoras possam vir a prever, não são registrados eventos de desrespeito ou indisciplina que, por ventura, possam ferir a integridade moral ou física de algum participante, ou da ordem estabelecida pelo Centro de Educação da Polícia Militar paraibana.

Contudo, diante de uma observação participante desta pesquisadora, durante a atuação como docente, na ministração da disciplina Prática de Ensino, pode ser observado o desconforto de determinados cegestianos ao ser abordada a necessidade de uma postura mais humanizada e democrática do educador militar, no relacionamento com os discentes. Apesar de serem conhecedores da importância de ser implantada nas Polícias Militares uma proposta de iniciativa educacional, que prima por um olhar renovado acerca da Educação militar, certos educandos cultivam, de forma bastante significativa, o temor referente às mudanças.

Entre certos participantes do Cegeste, ainda persiste a visão equivocada de que um tratamento mais preocupado com o ser humano que há por trás de cada farda é preocupante e indesejável. Há o temor que a transformação das instituições de ensino militares em locais mais democrático, possam desvirtuar a ordem das Corporações, provocando uma irrefreável indisciplina e quebra de hierarquia, por parte dos subordinados.

Deste modo, ao invés da disciplina ser entendida como um elemento positivo, no que tange à sua importância para a organização e funcionamento da Corporação Policial Militar, é considerada como sendo um mero instrumento de dominação e controle interno. Essa preocupação foi demonstrada, mais evidentemente, entre aqueles que ocupavam os cargos mais elevados no sistema de ensino de suas Corporações, como os diretores de Centros de Ensino e

comandantes de Academias de Policias Militares, encaminhados de outros Estados, para cursarem o Cegeste na Paraíba.

Contudo, mesmo que essa especialização esteja subsidiada por um corpo docente qualificado, funcionando em instalações físicas apropriadas, com sala climatizada e aparelhagem multimídia, à disposição de docentes e educandos, certos empecilhos dificultam, especialmente, a frequência dos policiais militares paraibanos. Apesar de ser reconhecido por suas qualificações em vários outros Estados brasileiros, o Cegeste não tem gerado tantos frutos quanto poderia para a própria Corporação a qual pertence.

Entre os obstáculos enfrentados pelos policiais paraibanos pode ser citado o fato de que, ao contrário daqueles discentes oriundos de outros Estados, os policiais militares da Paraíba não recebem nenhum auxílio financeiro, em forma de bolsa de estudos, da sua Corporação. Mas, vale salientar que, como maior barreira, tem-se o fato de não haver, na Polícia Militar paraibana, uma Lei de Ensino própria, na qual deveria estar prevista e amparada a participação de policiais militares interessados em participar de cursos de qualquer natureza.

Nem sequer existe qualquer Resolução legal que dê a esses profissionais o direito de se afastarem de suas funções corriqueiras para assistirem às aulas, ou dar andamento às atividades que lhes são referentes. Sem estarem dispensados do serviço, os policiais militares paraibanos, inevitavelmente, têm que lidar com um maior desgaste físico e mental, bem como com os choques de horários entre os afazeres acadêmicos e profissionais.

Deste modo, não raramente, os policiais militares da Paraíba, a qualquer tempo, podem ser expostos a situações como: atrasos constantes; faltas às aulas; não cumprimentos das atividades escolares que lhes cabem; retirada de sala de aula, por ordem de seus superiores, com vistas à realização de missões próprias de suas funções. Tais condições culminam na escassa procura dos policiais militares paraibanos por inscreverem-se nesse Curso de Especialização em Gestão e Tecnologias Educacionais, oferecido pela Polícia Militar paraibana.

As características dessa realidade educacional servem como indício de uma resistência ideológica à renovação do processo formativo, que, por sua vez, exerce influência direta nas relações de poder, presentes desde longa data na Corporação. Ao cercear-se o investimento na Educação, como instrumento de transformação dos policiais, nega-se o processo de mudança e evolução da própria instituição policial

militar. Portanto, não se pode deixar de caracterizar esses posicionamentos como típicos dos jogos políticos de poder, que subsistem internamente na caserna, para os quais, toda a conceituação que destoe com a cultura de ordem já estabelecida é entendida como uma ameaça ao *status quo* vigente.

Situações como essa são claramente danosas à Corporação e, conseqüentemente, também à sociedade. A pouca demanda de policiais paraibanos cursando o Cegeste faz com que, anualmente, a Polícia Militar paraibana contabilize um número muito baixo de professores militares que tiveram acesso a essa visão inovadora da Educação. Deste modo, a capacidade de viabilizar uma significativa e proveitosa implementação do processo ensino-aprendizagem dos policiais militares paraibanos é prejudicada.

Em média, apenas cinco policiais militares paraibanos concluem o Cegeste, todos os anos, significando uma perda para a evolução do sistema de ensino da Polícia Militar de seu Estado. Pois, quanto mais os educadores militares forem bem formados, tendo acesso às novas perspectivas educacionais, maior será a possibilidade destes funcionem como os facilitadores das transformações necessárias ao ambiente de ensino militar, no que tange aos novos olhares do processo formativo desses profissionais.

Além do Cegeste, como outro exemplo de investimento da Polícia Militar paraibana na Educação, ocorreu no ano de 2010, o Curso de Formação de Formadores. Oferecido, originalmente, pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, no formato virtual. Nessa ocasião, esse curso foi realizado sob uma versão presencial, pela primeira vez, em todo o país. Reunindo centenas de pessoas no auditório do Centro de Educação da Polícia Militar da Paraíba, entre professores policiais militares de todas as regiões da Paraíba, do litoral ao sertão.

Também foram convidados a participar vários professores civis que prestavam serviços no Centro de Educação da Polícia Militar paraibana, com a intenção de integrá-los às novas perspectivas educacionais que se busca implantar, nesta instituição de ensino. Ao longo das 60 horas de duração desse curso, várias participantes expuseram publicamente os seus depoimentos, expressando a satisfação que sentiram, ao poderem participar deste evento, renovando seus olhares acerca da Educação.

As ocasiões para aperfeiçoar os educadores policiais militares são de suma importância para a renovação do sistema de ensino da Polícia Militar paraibana e, a

despite de suas dificuldades vem despertando o interesse de profissionais de toda a Paraíba. É incumbência do Estado a propiciação dos meios necessários para levar até os interessados a efetivação desse aperfeiçoamento dando-lhes subsídios para que sejam capazes de formar, mais adequadamente, os futuros policiais e aperfeiçoar com mais eficiência aqueles que já compõem os quadros da Corporação.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir deste momento tem-se a análise e discussão dos resultados obtidos com a aplicação dos questionários, bem como do grupo focal, junto aos cadetes da Academia de Polícia Militar do Cabo Branco.

6.1 A PESQUISA DE CAMPO E A ANÁLISE DOS DADOS

Em um primeiro momento, foram relatados detalhes sobre a pesquisa de campo, sendo analisados os dados coletados na aplicação do questionário. Essa primeira fase foi concluída com uma reflexão analítica e minuciosa desses resultados, os quais foram devidamente discutidos.

Em uma segunda etapa deste mesmo capítulo tem-se o relatório proveniente do Grupo Focal, igualmente, aplicado em sala de aula, aos cadetes da supracitada Academia, contendo os apanhados deste procedimento epistemológico.

6.1.1 Questionários

Para procedermos a esta fase da pesquisa de campo não utilizamos fórmulas para calcular a amostra para a aplicação dos questionários, visto a mesma ter sido realizada com a população inteira do Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares, da APMCB, equivalente a 151 policiais militares. Os questionários foram distribuídos aos cadetes, em sala da aula, aplicados, em 10 de dezembro de 2011, no ambiente da própria Academia de Polícia Militar, tendo eles, aproximadamente, 2 horas para responder e devolvê-los. Não foi observado nenhum problema na aplicação visto os mesmos já terem familiaridade, tanto com os temas abordados, quanto com o filme *Tropa de Elite* (2007).

Utilizamos no questionário, além de perguntas relativas à caracterização dos participantes como faixa etária e gênero, indagações relativas a temas como: Direitos Humanos; pacificação social; ética profissional; atuação policial; formação militar; exposição midiática; corrupção e truçulência. A pertinência do emprego do filme *Tropa de Elite* (2007), partiu do pressuposto que todos os investigados já haviam assistido de acordo com informações colhidas previamente junto aos próprios cadetes.

Nesse momento, procedeu-se a uma comparação dos resultados obtidos na coleta dos dados com a mensagem transmitida pelo filme *Tropa de Elite* (2007). Pois, nessa obra fílmica, certas representações são pertinentes ao que se pretendeu investigar nesta pesquisa, no que tange à crise de sentidos vivenciada, atualmente, pelos Cadetes, os quais se encontram imersos em um período no qual as culturas de ordem se chocam e se contradizem nas Corporações policiais militares brasileiras.

6.1.1.1 Procedimentos para construção dos Gráficos e Tabelas gerados pelos dados dos questionários

Ao se proceder à análise dos dados imanados dos questionários, a princípio, tem-se uma explanação de como se deu a pesquisa de campo para, em seguida, demonstrar-se, através de tabelas e gráficos, os valores relativos e absolutos advindos da tabulação das respostas constantes no questionário. De acordo com o prescreve Trujillo (1974, p. 178) *apud* Marconi e Lakatos (2005, p. 169), ao afirmar que a análise é definida como:

A tentativa de evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores. Essas relações podem ser estabelecidas em função de suas propriedades relacionadas de causa-efeito, produtor-produto, de correlações, de análise de conteúdo.

Após a manipulação dos dados, tendo obtidos os resultados pertinentes a esta operação, captou-se a verdadeira importância dos dados para o presente estudo, a qual reside, não neles mesmos, mas, nas respostas que foram extraídas após sua análise. Neste momento do trabalho são tratados e discutidos os dados obtidos com a aplicação do questionário, respondido pelos cadetes da Academia de Polícia Militar do Cabo Branco. Os dados estão expostos em tabelas e gráficos, para uma melhor visualização destes.

Para que os dados obtidos através da aplicação do questionário fossem tratados foi preciso serem tabuladas as 25 respostas, de cada um dos 151 questionários distribuídos aos cadetes da APMCB. Após a tabulação das respostas, foi gerado o valor absoluto de cada uma delas e calculados os percentuais, relativos aos quesitos correspondentes. Posteriormente, tanto os valores absolutos quanto os percentuais, foram organizados em 25 tabelas, uma para cada quesito.

Para que fossem demonstrados o quantitativo dos cadetes que devolveram os questionários respondidos, foram confeccionados mais um gráfico e mais uma tabela. Também se produziram outras duas tabelas e outros dois gráficos, para que houvesse o cruzamento de dados entre o gênero do entrevistado e aqueles que responderam que os Direitos Humanos resguardavam apenas bandidos. Objetivou-se com isso verificar se havia alguma discrepância significativa entre as respostas das cadetes femininas e os demais cadetes, visto ser atribuído às mulheres, pelo senso comum, uma maior sensibilidade em relação a temas humanitários.

Houve uma exceção para o quesito quatro, onde foi perguntado em qual disciplina foi apresentado, aos cadetes, o filme Tropa de Elite (2007). Como serviu apenas para tomar-se ciência da diversidade das disciplinas que utilizaram esse recurso, dispensou-se a confecção do gráfico e da tabela, respectivos a ele, pois o somatório das respostas repetidas influiria na totalização dos dados.

Os percentuais das respostas também foram expostos em gráficos, de pizza e em barra, um por quesito, com a utilização do Microsoft Office Excel (2007), provendo a pesquisa de mais um recurso na visualização dos dados obtidos. A apresentação de todos os resultados foi disposta na mesma sequência em que se apresentaram no questionário. Cada quesito teve os resultados expostos, primeiramente, com a apresentação da tabela, em seguida, do gráfico correspondente, logo após sendo tecido um comentário específico sobre a questão.

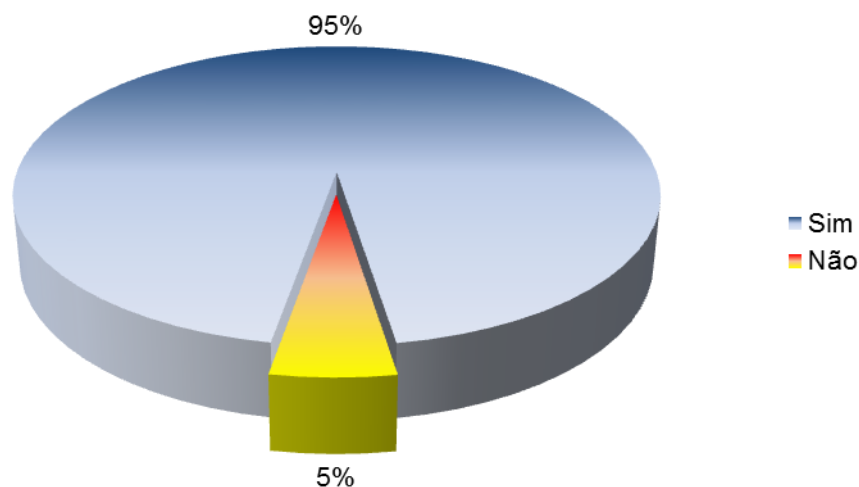
6.1.1.2 Exposição dos valores relativos e absolutos obtidos pela tabulação dos dados

Tabela 1 – Quantos cadetes responderam ao questionário

Respostas	Valor absoluto	Valor relativo
Sim	143	95%
Não	8	5%
TOTAL	151	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

Gráfico 1 – Quantos cadetes responderam ao questionário



Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

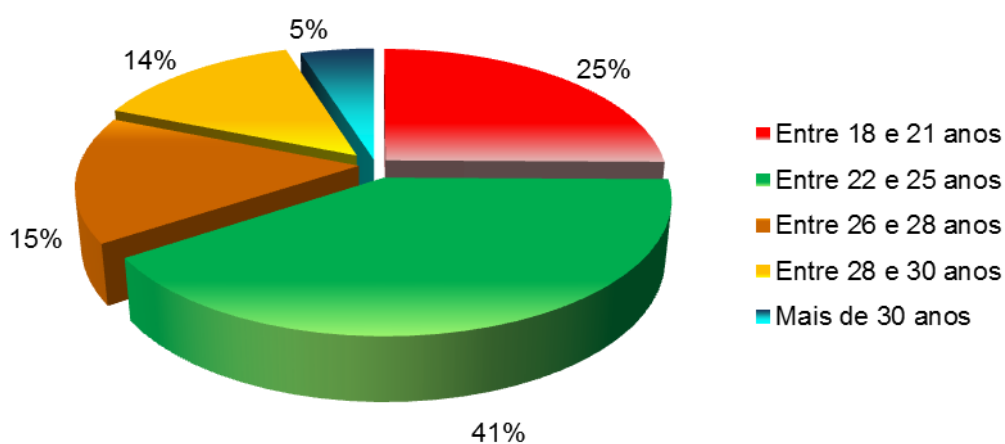
Foi aplicado o questionário, como um instrumento de implementação a nossa pesquisa, a 151 cadetes, do primeiro ano A e B, segundo e terceiro anos, do Curso de Formação de Oficiais da Academia de polícia Militar do Cabo Branco, no Centro de educação da Polícia Militar da Paraíba. O total de alunos que devolveram o questionário respondido foi de 95%, somando-se os cadetes femininos e masculinos. Os resultados obtidos na aplicação deste questionário foram calculados considerando-se apenas o total das pessoas que responderam, visto o seu percentual ser satisfatório para a avaliação nesta pesquisa.

Tabela 2 – Faixa etária dos cadetes da APMCB

Respostas	Valor absoluto	Valor relativo
Entre 18 e 21 anos	36	25%
Entre 22 e 25 anos	58	41%
Entre 26 e 28 anos	22	15%
Entre 28 e 30 anos	20	14%
Mais de 30 anos	7	5%
TOTAL	143	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

Gráfico 2 - Faixa etária dos cadetes da APMCB



Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

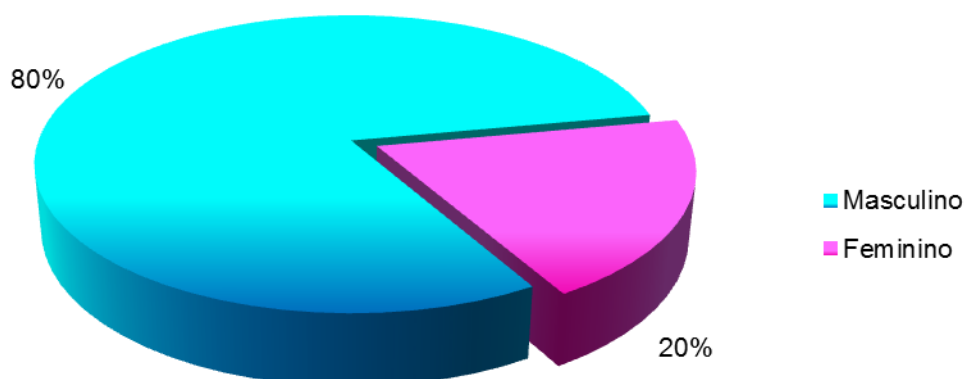
Este quesito iniciou o questionário e trouxe a amostra referente à faixa etária dos militares que o responderam. Tem-se que a maioria dos cadetes tem entre 18 e 25 anos, sendo 25% pertencentes à faixa entre 18 e 21 anos e 41% na faixa entre 22 e 25 anos. Os demais estão divididos entre os limites entre 26 a 28 anos, 15%, e entre 28 e 30 anos, 14%. Os 5% restantes têm, mais de 30 anos.

Tabela 3 – Gênero dos cadetes da APMCB

Respostas	Valor absoluto	Valor relativo
Masculino	115	80%
Feminino	28	20%
TOTAL	143	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

Gráfico 3 - Gênero dos cadetes da APMCB



Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

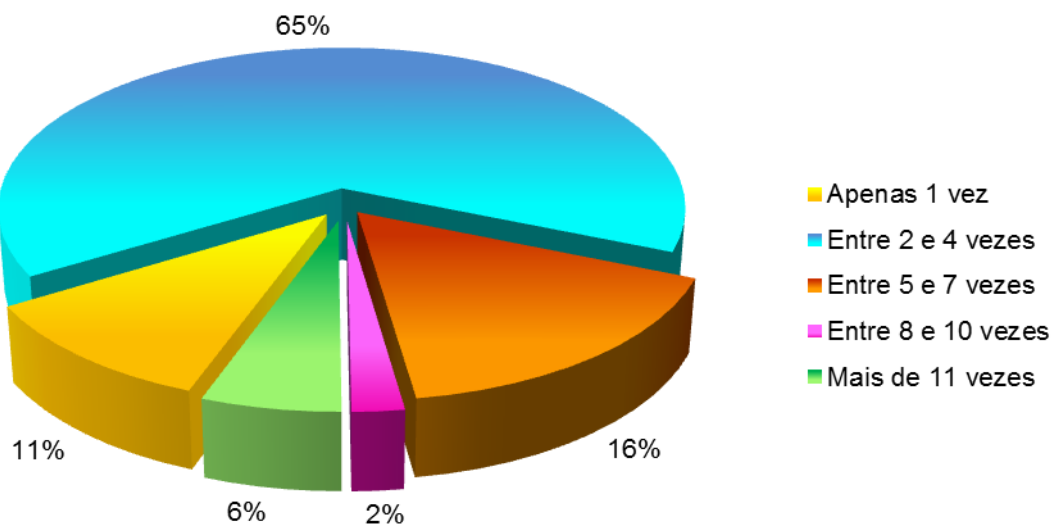
Nesse quesito buscou-se saber como se divide, quanto ao gênero, os cadetes participantes desta pesquisa e a amostra trouxe o percentual de 80% de militares pertencentes ao gênero masculino e 20% de femininos.

Tabela 4 – Quantidade de vezes que o filme foi assistido pelos cadetes

Respostas	Valor absoluto	Valor relativo
Apenas uma vez	15	15%
Entre 2 e 4 vezes	91	59%
Entre 5 e 7 vezes	23	19%
Entre 8 e 10 vezes	3	2%
Mais de 11 vezes	8	5%
TOTAL	143	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

Gráfico 4 - Quantidade de vezes que o filme foi assistido pelos cadetes



Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

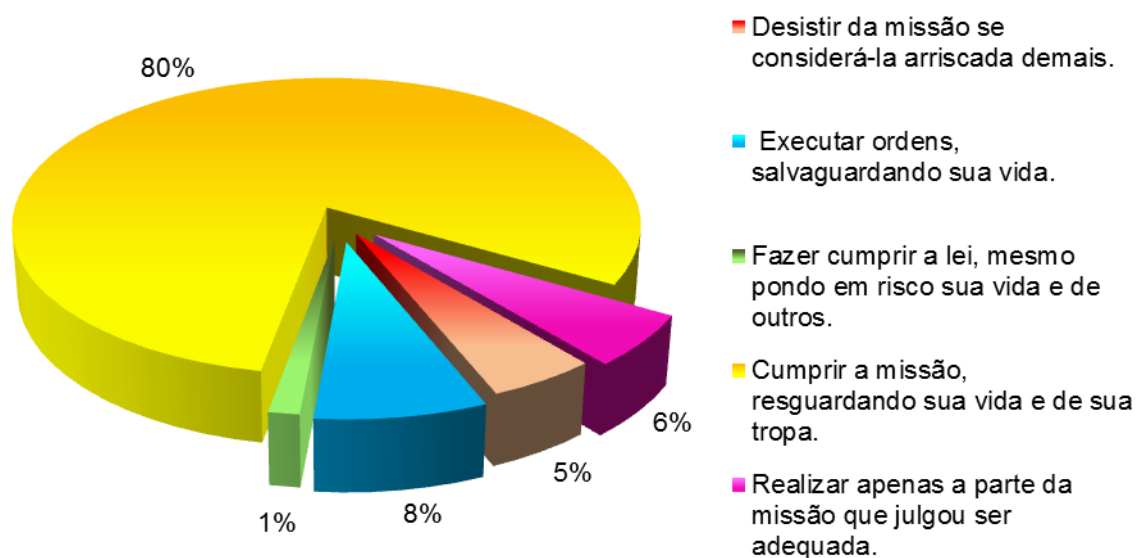
O terceiro questionamento visou contabilizar as vezes em que os cadetes assistiram ao filme *Tropa de Elite* (2007), dentro ou fora da caserna. Aqueles que assistiram a esta obra fílmica entre 2 e 4 vezes registraram o maior percentual, 65% do total. Os que assistiram ao filme entre 5 e 7 vezes apresentaram o percentual de 16%. Os que assistiram apenas uma vez, 11%, e os menores percentuais foram apresentados pelos cadetes que assistiram o filme entre 8 e 10 vezes, 2%, e os que ultrapassaram as 11 vezes, 6%. O número de cadetes que assistiram o filme mais de 5 vezes merece atenção, devido à repetida exposição à trama ficcional, pois 24% dos alunos chegaram a atingir esse patamar.

Tabela 5 – Percepção sobre o risco de vida da profissão

Respostas	Valor absoluto	Valor relativo
Desistir da missão se considerá-la arriscada demais.	7	5%
Executar ordens, salvaguardando sua vida.	11	8%
Fazer cumprir a lei, mesmo pondo em risco sua vida e de outros.	2	1%
Cumprir a missão, resguardando sua vida e de sua tropa.	115	80%
Realizar apenas a parte da missão que julgou ser adequada.	8	6%
TOTAL	143	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

Gráfico 5 - Percepção sobre o risco de vida da profissão



Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

Esse quesito teve a finalidade de investigar o posicionamento dos cadetes, frente ao dilema profissional de cumprir sua missão pondo em risco sua vida e a vida de terceiros. Um número expressivo, 80%, afirmou que deveria cumprir a missão, resguardando sua vida e de sua tropa. Outros 8% escolheram a alternativa de executar ordens, salvaguardando sua vida. Com o percentual bem aproximado estão os 5% que acreditam ser prioritário desistir da missão se considerá-la arriscada de

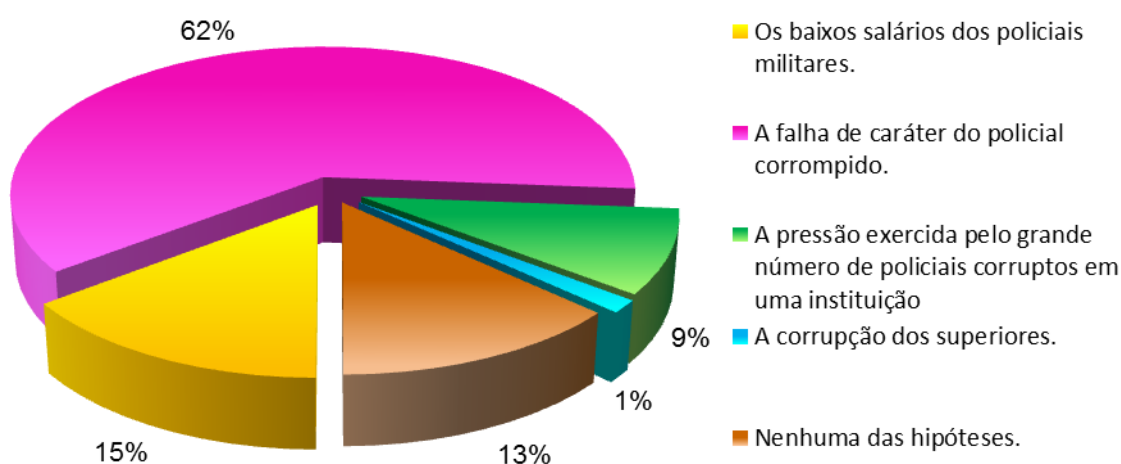
mais. E apenas 1% responderam que a missão deve ser cumprida, mesmo pondo em risco, sua vida e de outros.

Tabela 6 – Causas da corrupção do policial militar

Respostas	Valor absoluto	Valor relativo
Os baixos salários dos policiais militares.	21	15%
A falha de caráter do policial corrompido.	88	62%
A pressão exercida pelo grande número de policiais corruptos em uma instituição	13	9%
A corrupção dos superiores.	2	1%
Nenhuma das hipóteses.	19	13%
TOTAL	143	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

Gráfico 6 - Causas da corrupção do policial militar



Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

O sexto quesito visou analisar a percepção dos cadetes sobre os fatores predominantemente responsáveis pela corrupção no meio policial militar. A falha de caráter do policial corrompido foi apontada por 62% dos militares. O percentual que culpou os baixos salários foi de 15%, enquanto 9% defendeu o fator pressão

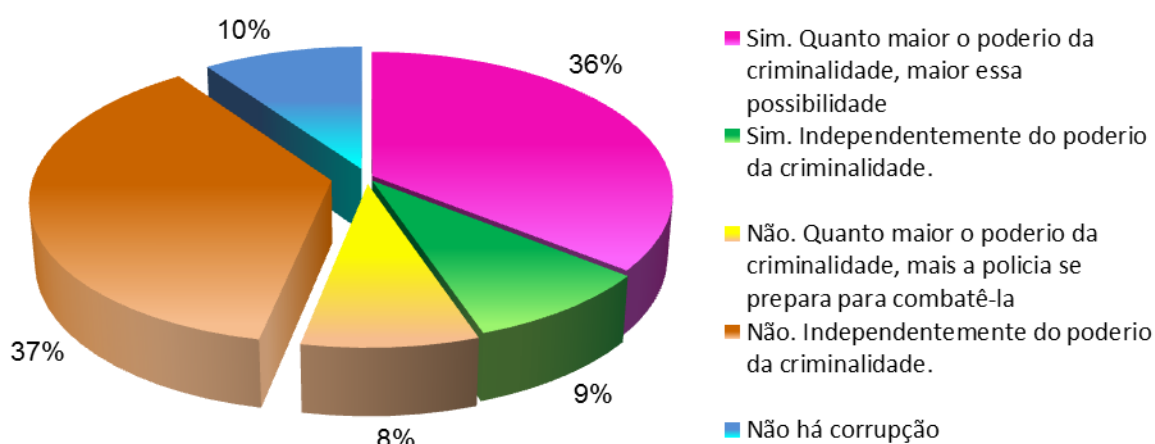
exercida pelo grande número de policiais corruptos nas corporações. Apenas 1% remeteu à corrupção dos superiores, a causa da corrupção dos policiais. Os 10% restantes não atribuíram à explicação da corrupção a nenhuma das respostas anteriores.

Tabela 7 – A influência da criminalidade frente à corrupção do policial

Respostas	Valor absoluto	Valor relativo
Sim. Quanto maior o poderio da criminalidade, maior essa possibilidade	51	36%
Sim. Independentemente do poderio da criminalidade.	13	9%
Não. Quanto maior o poderio da criminalidade, mais a policia se prepara para combatê-la.	12	8%
Não. Independentemente do poderio da criminalidade.	53	37%
Não. A corrupção não se relaciona com a criminalidade	14	10%
TOTAL	143	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

Gráfico 7 - A influência da criminalidade frente à corrupção do policial



Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

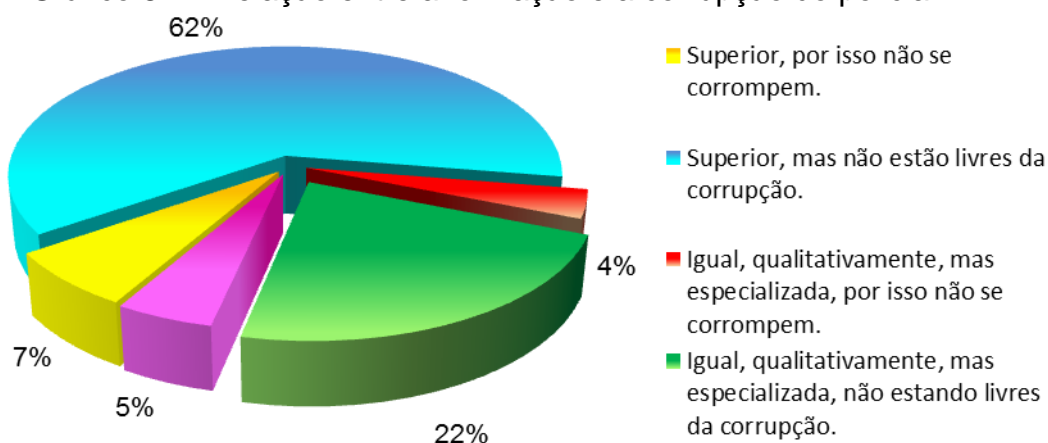
Nesse quesito os cadetes foram questionados acerca da explicação da corrupção residir, ou não, no medo que os policiais poderiam ter do confronto com a criminalidade. Um número de 36% afirmou haver influência e quanto maior o poderio da criminalidade, maior essa possibilidade. Curiosamente, um percentual bem aproximado, 37% respondeu contrariamente, ao afirmar que a corrupção não se relaciona com a criminalidade. Também se aproximaram os percentuais de 9%, dos que acredita que corrupção, mas independe do poderio da criminalidade, e o percentual de 8%, que assegura que quanto mais cresce e criminalidade, mais o policial se prepara para combatê-la. Contudo, 10% afirmou não haver corrupção policial.

Tabela 8 – A relação entre a formação e a corrupção do policial

Respostas	Valor absoluto	Valor relativo
Superior, por isso não se corrompem.	10	7%
Superior, mas não estão livres da corrupção.	89	62%
Igual, qualitativamente, mas especializada, por isso não se corrompem.	5	4%
Igual, qualitativamente, mas especializada, não estando livres da corrupção.	32	22%
Igual, qualitativamente, nada tendo a ver com os níveis de corrupção.	7	5%
TOTAL	143	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

Gráfico 8 – A relação entre a formação e a corrupção do policial



Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

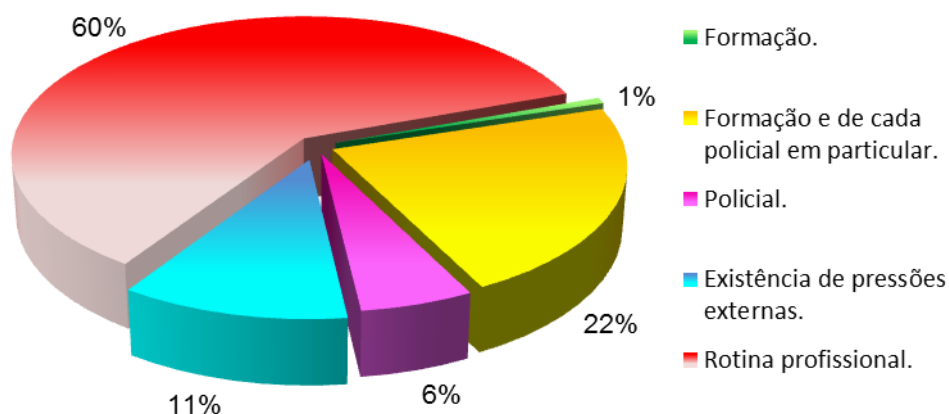
Visou-se captar, nesse quesito, a posição dos cadetes sobre a influência que a formação diferenciada, das tropas especiais, poderia exercer sobre o proceder ético dos policiais nelas inscritos. Para 62% a formação das tropas especiais é superior, mas esses policiais não estariam livres de se corromperem. Julgando ser, apesar de especializada, igual qualitativamente à formação dos demais policiais, mesmo assim não impedindo que os componentes das tropas especiais se corrompam, tem-se 22%. Afirmando serem iguais em qualidade, ambas as formações, 4% responderam que, por ser especializada, impediria o policial de se corromper. Para outros 7%, a formação das tropas especiais é superior às demais, evitando que os policiais se corrompam. Os 5% restantes consideram que ambas as formações são iguais em qualidade, não relacionadas à corrupção.

Tabela 9 – A causa predominante na corrupção do policial

Respostas	Valor absoluto	Valor relativo
Formação.	1	1%
Formação e de cada policial	32	22%
Policial.	8	6%
Existência de pressões externas.	16	11%
Rotina profissional.	86	60%
TOTAL	143	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

Gráfico 9 – A causa predominante na corrupção do policial



Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

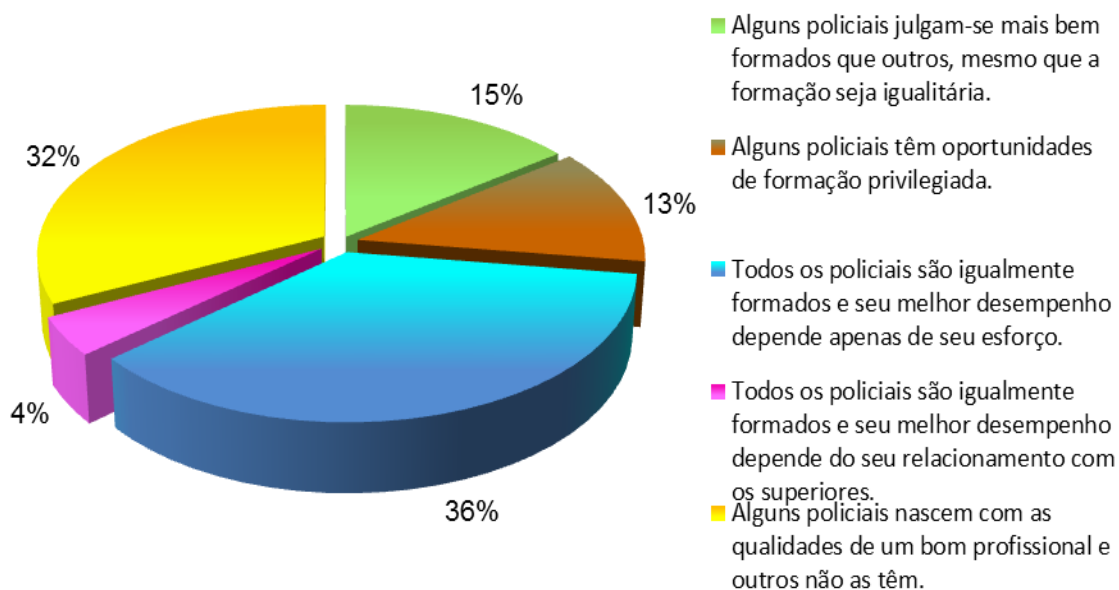
A forma como o policial militar lida com o nível de interferência dos problemas do seu cotidiano profissional, em sua vida privada, foi enfatizada nesse quesito. Entre as respostas, 60% se referiram à rotina profissional como a maior responsável pela interferência na vida privada dos policiais. A formação dos policiais somadas aos seus posicionamentos particulares foi citada em 22% das respostas. As pressões externas inerentes à profissão foram ressaltadas por 11% dos policiais e o procedimento particular de cada policial figurou em 6% das respostas.

Tabela 10 – A diferenciação da formação entre os policiais

Respostas	Valor absoluto	Valor relativo
Alguns policiais julgam-se mais bem formados que outros, mesmo que a formação seja igualitária.	21	15%
Alguns policiais têm oportunidades de formação privilegiada.	18	13%
Todos os policiais são igualmente formados e seu melhor desempenho depende apenas de seu esforço.	52	36%
Todos os policiais são igualmente formados e seu melhor desempenho depende do seu relacionamento com os superiores.	6	4%
Alguns policiais nascem com as qualidades de um bom profissional e outros não as têm.	46	32%
TOTAL	143	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

Gráfico 10 – A diferenciação da formação entre os policiais



Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

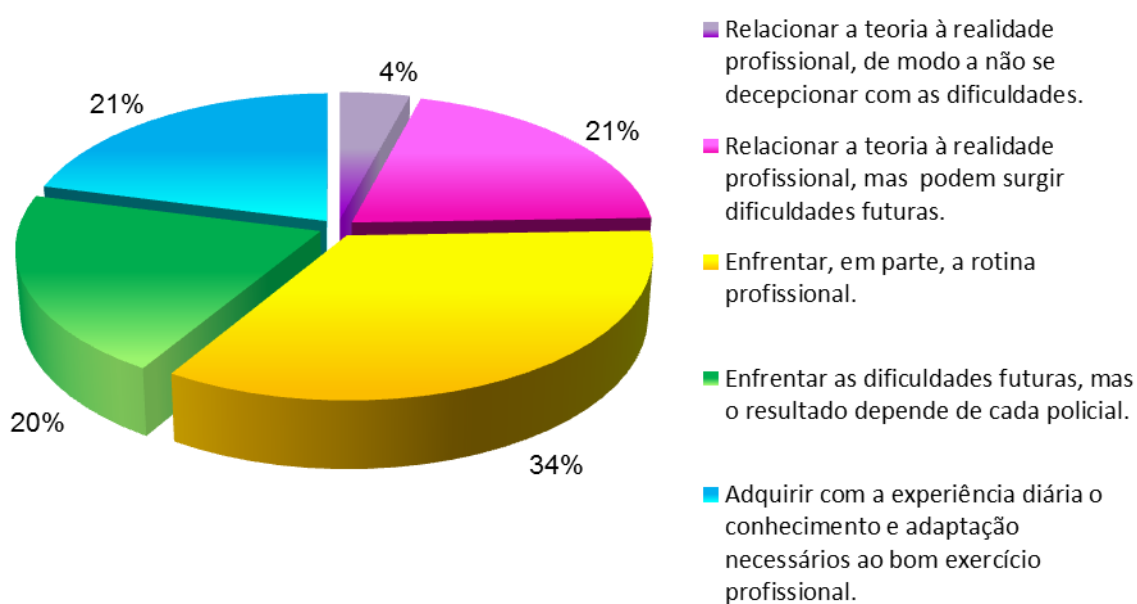
A supervalorização de alguns policiais, em detrimento da desvalorização de outros, baseadas na formação que receberam, destacou-se nesse quesito. A opção escolhida por 36% dos cadetes foi a que assegurou serem todos os policiais igualmente formados e seu melhor desempenho dependente apenas de seu esforço. A assertiva a qual exprimia serem alguns policiais nascidos com as qualidades de um bom policial que outros não teriam representa 32% das respostas. A condição de serem todos os policiais igualmente formados, tendo seu desempenho subjugado ao relacionamento com os superiores, foi escolhida por apenas 4% dos militares. O fato de alguns policiais se julgarem detentores de uma formação superior aos demais, embora tendo uma formação igualitária, foi destacado por 15% do total das respostas. Os 13% restantes opinaram pela alternativa onde constava que alguns policiais são privilegiados com oportunidades de melhor formação.

Tabela 11 – Relação teoria e prática profissional

Respostas	Valor absoluto	Valor relativo
Relacionar a teoria à realidade profissional, de modo a não se decepcionar com as dificuldades.	6	5%
Relacionar a teoria à realidade profissional, mas podem surgir dificuldades futuras.	29	19%
Enfrentar, em parte, a rotina profissional.	49	22%
Enfrentar as dificuldades futuras, mas o resultado depende de cada policial.	29	21%
Adquirir com a experiência diária o conhecimento e adaptação necessários ao bom exercício profissional.	30	33%
TOTAL	143	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

Gráfico 11 – Relação teoria e prática profissional



Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

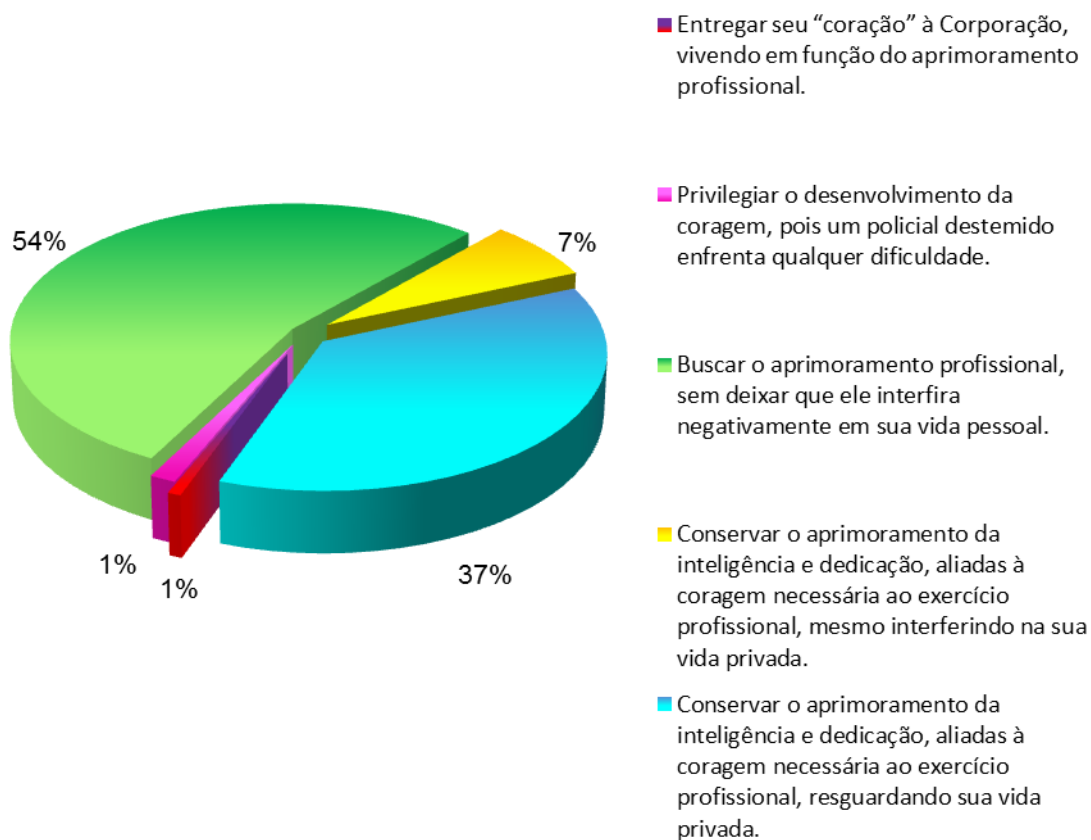
Nesse quesito, foi indagado aos cadetes até que ponto a formação prepara os policiais para enfrentarem a realidade de sua profissão sem decepcionarem-se. Os que definiram a formação como sendo capaz apenas de prepara o policial para lidar, em parte, com a rotina profissional, totalizaram 34%. Aqueles que afirmavam que a experiência diária lhes traria esse preparo, através do conhecimento necessário ao bom exercício profissional, foram 21% do total. Com o percentual de 21% também se apresentaram aqueles que se sentiam preparados para relacionar teoria à realidade profissional, mas acreditam que irão enfrentar dificuldade. Com um percentual bastante próximo, 20%, acreditam que o policial é preparado e quem determinará os resultados a serem obtidos será cada um dos policiais. Os demais 4%, sentem-se preparados para associar teoria à prática sem decepcionarem-se com os resultados.

Tabela 12 – O perfil de um bom policial

Respostas	Valor absoluto	Valor relativo
Entregar seu “coração” à Corporação, vivendo em função do aprimoramento profissional.	1	0%
Privilegiar o desenvolvimento da coragem, pois um policial destemido enfrenta qualquer dificuldade.	2	1%
Buscar o aprimoramento profissional, sem deixar que ele interfira negativamente em sua vida pessoal.	77	43%
Conservar o aprimoramento da inteligência e dedicação, aliadas à coragem necessária ao exercício profissional, mesmo interferindo na sua vida privada.	10	8%
Conservar o aprimoramento da inteligência e dedicação, aliadas à coragem necessária ao exercício profissional, resguardando sua vida privada.	53	48%
TOTAL	143	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

Gráfico 12 – O perfil de um bom policial



Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

Os cadetes foram questionados nesse item sobre o perfil de um bom policial e o dilema ético, presente na ação cotidiana dos policiais, acerca de, até que ponto, devem empregar o coração ou a razão em determinadas circunstâncias. Os que responderam que o policial deveria conservar o aprimoramento da inteligência e da dedicação, aliadas à coragem necessária ao exercício profissional, resguardando sua vida privada, formaram um percentual expressivo de 54%. Significativo também foi o percentual de 37%, que julgava ser preciso conservar o aprimoramento da inteligência e dedicação, aliadas à coragem necessária ao exercício profissional, resguardando sua vida privada. Apenas 7% afirmou que se deveria conservar o aprimoramento da inteligência e dedicação, aliadas à coragem necessária ao exercício profissional, mesmo interferindo na sua vida privada.

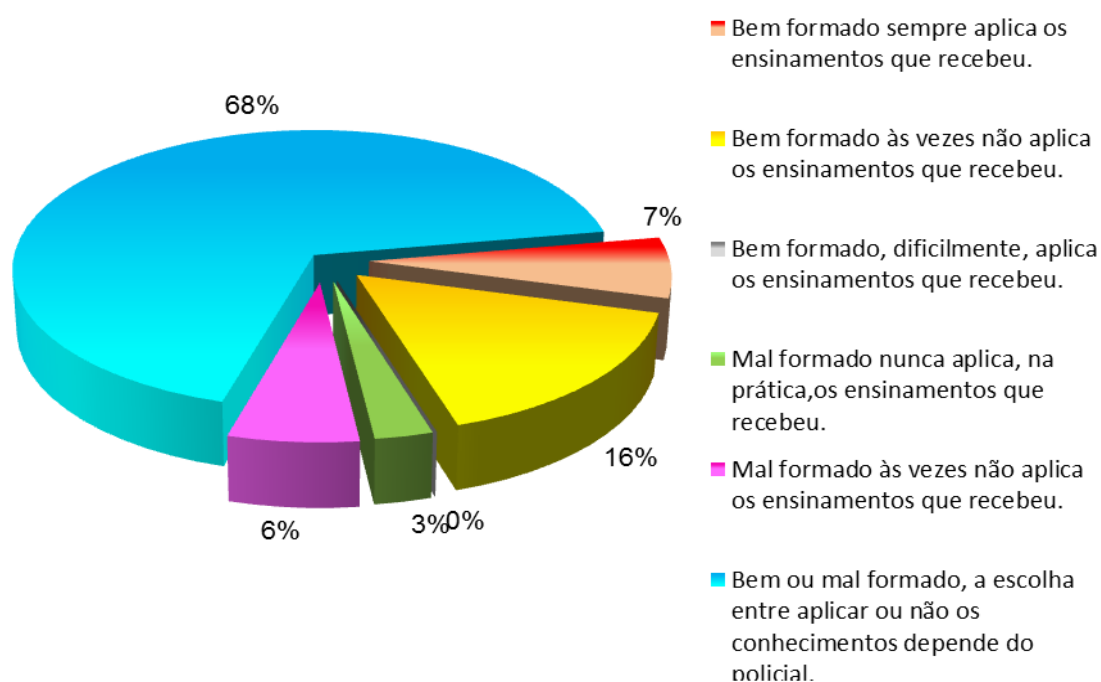
Empatados em um percentual de 1%, estão os que acreditam que se deve entregar seu “coração” à Corporação, vivendo em função do aprimoramento profissional, bem como os que afirmam ser preciso privilegiar-se o desenvolvimento da coragem, pois um policial destemido enfrenta qualquer dificuldade.

Tabela 13 – O policial bem formado e a prática profissional

Respostas	Valor absoluto	Valor relativo
Bem formado sempre aplica os ensinamentos que recebeu.	10	7%
Bem formado às vezes não aplica os ensinamentos que recebeu.	23	16%
Bem formado, dificilmente, aplica os ensinamentos que recebeu.	0	0%
Mal formado nunca aplica, na prática, os ensinamentos que recebeu.	4	3%
Mal formado às vezes não aplica os ensinamentos que recebeu.	9	6%
Bem ou mal formado, a escolha entre aplicar ou não os conhecimentos depende do policial.	97	68%
TOTAL	143	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

Gráfico 13 – O policial bem formado e a prática profissional



Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

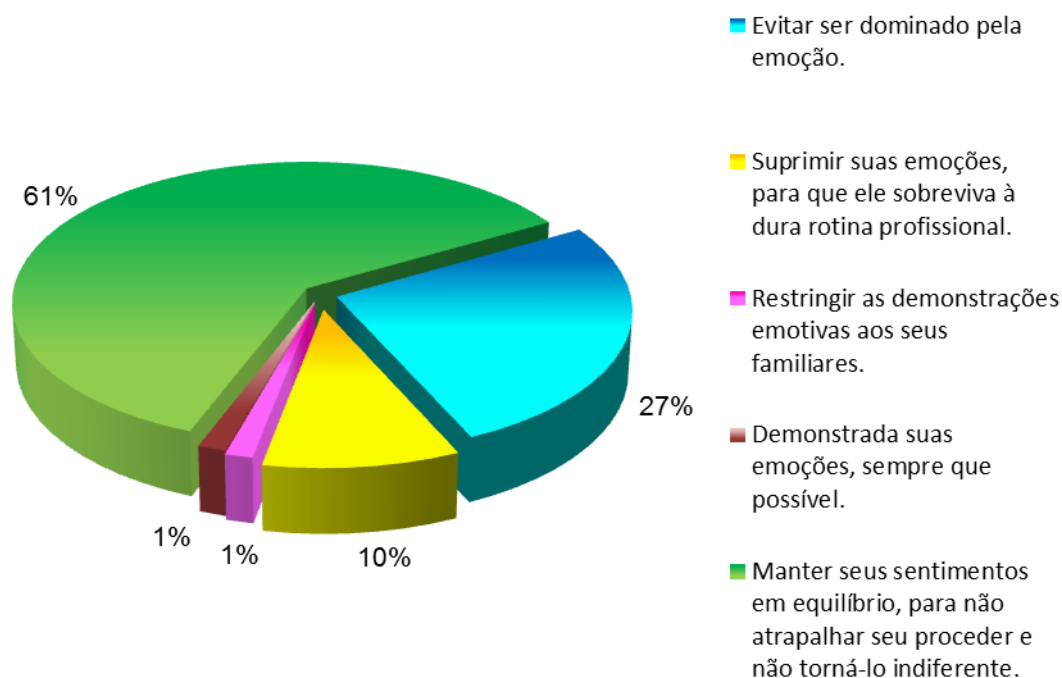
A observação da percepção dos cadetes sobre, até que ponto, sua formação está interligada à escolha, entre empregar no seu dia-a-dia profissional o que lhe foi ensinado, durante a formação, ou a utilização de quaisquer outros meios desviantes do padrão do bom profissional, guiou esse quesito. A maioria das respostas, 68% delas, recaiu sobre o item que afirma que: Bem ou mal formado, a escolha entre aplicar ou não os conhecimentos depende do policial. Os que defendem que os policiais bem formados, às vezes, não aplicam os ensinamentos que recebeu são 16% do total. Apenas 7% creem que os policiais bem formados aplicam, sempre, o que lhes é ensinado, sendo este um percentual bastante próximo dos 6% que afirmam que os policiais mal formados, às vezes, não empregam o ensinamento que receberam. Os que consideram que os policiais mal formado nunca aplicam o que aprenderam perfazem os 3% e ninguém afirmou que o policial bem formado, dificilmente, aplica os ensinamentos que recebeu.

Tabela 14 – A influência do fator emocional

Respostas	Valor absoluto	Valor relativo
Evitar ser dominado pela emoção.	38	27%
Suprimir suas emoções, para que ele sobreviva à dura rotina profissional.	14	10%
Restringir as demonstrações emotivas aos seus familiares.	2	1%
Demonstrar suas emoções, sempre que possível.	2	1%
Manter seus sentimentos em equilíbrio, para não atrapalhar seu proceder e não torná-lo indiferente.	87	61%
TOTAL	143	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

Gráfico 14 – A influência do fator emocional



Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

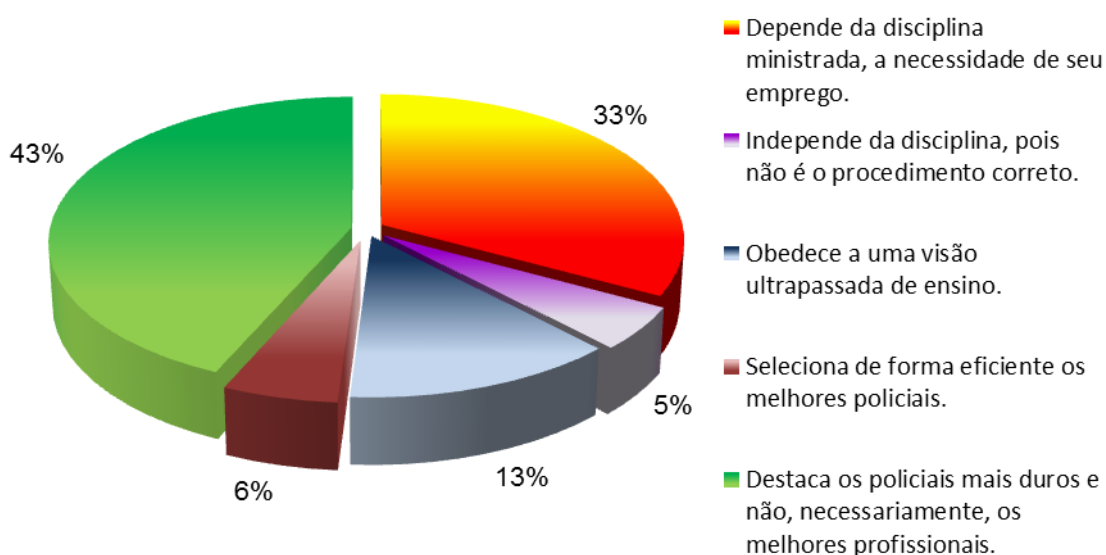
O foco desse quesito consiste em avaliar como os cadetes percebem o desafio de lidar com a emoção no exercício de sua função, devendo ou não demonstrá-la em serviço. A maioria deles, 61% do total, afirmou que devem manter seus sentimentos em equilíbrio, para não atrapalhar seu proceder e não torná-lo indiferente. A prioridade do policial em evitar ser dominado pela emoção surge em 27% das respostas. A necessidade de suprimir suas emoções, para que ele sobreviva à dura rotina profissional representou 10% das escolhas. Um número relativo a 1% dos cadetes escolheram a alternativa voltada para a importância do policial demonstrar suas emoções, sempre que possível. O mesmo percentual, 1%, defende que o policial deve restringir as demonstrações emotivas aos seus familiares.

Tabela 15 – A justificativa do emprego da violência na formação do policial

Respostas	Valor absoluto	Valor relativo
Depende da disciplina ministrada, a necessidade de seu emprego.	47	33%
Independente da disciplina, pois não é o procedimento correto.	7	5%
Obedece a uma visão ultrapassada de ensino.	19	13%
Seleciona de forma eficiente os melhores policiais.	8	6%
Destaca os policiais mais duros e não, necessariamente, os melhores profissionais.	62	43%
TOTAL	143	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

Gráfico 15 – A justificativa do emprego da violência na formação do policial



Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

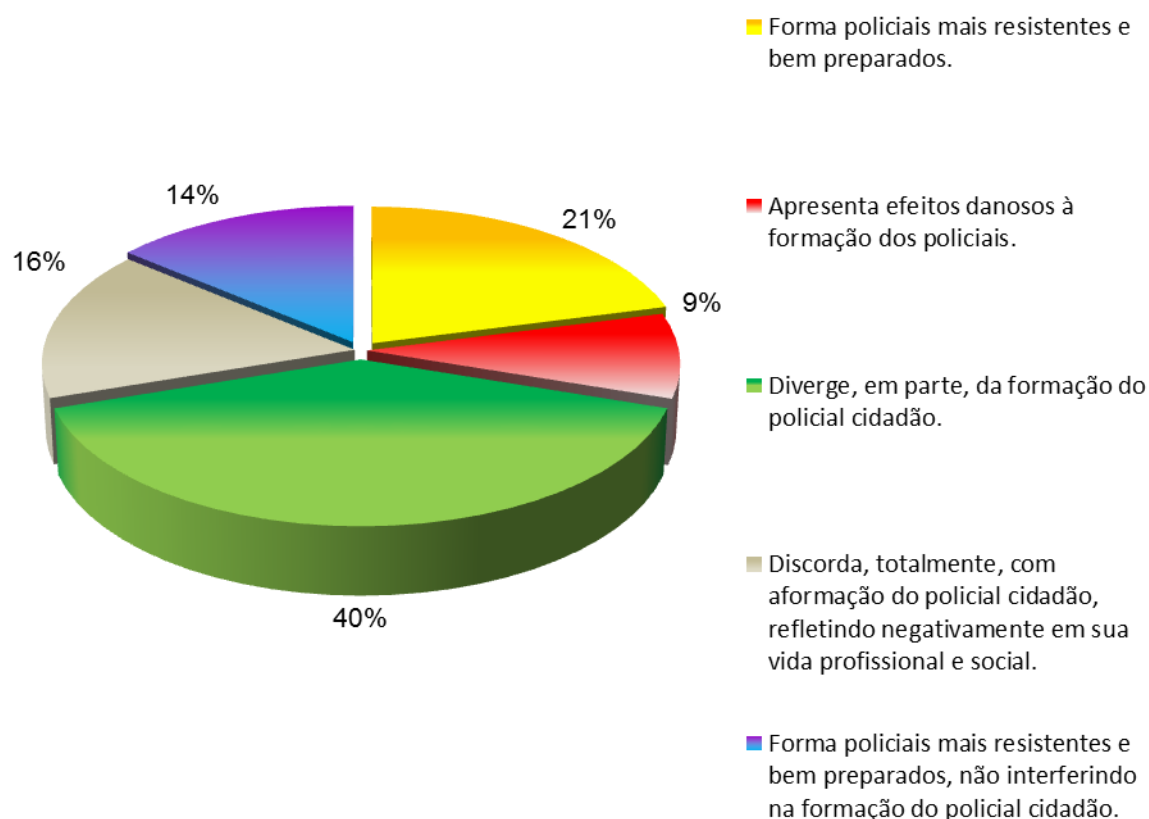
Nesse quesito, a utilização de agressões físicas e morais, durante a formação dos policiais foi questionada. Entre as respostas registradas as que destacaram que esses métodos apenas fazem sobressair os policiais mais duros e não, necessariamente, os melhores profissionais, representam 43%. Acreditam que a valia de seu emprego depende da disciplina em que são utilizados, 33% dos cadetes. Classificaram esses métodos como pertencentes a uma visão ultrapassada de ensino, 13%. Aqueles que afirmaram que o emprego dessa metodologia, independentemente da disciplina, não é correta, foram apenas 5%, sendo os demais 6% partidários da opinião de que é necessário utilizar-se dessa metodologia para que sejam selecionados, de forma eficiente, os melhores policiais.

Tabela 16 – O resultado do emprego da violência na formação do policial

Respostas	Valor absoluto	Valor relativo
Forma policiais mais resistentes e bem preparados.	30	21%
Apresenta efeitos danosos à formação dos policiais.	13	9%
Diverge, em parte, à formação do policial cidadão.	57	40%
Discorda, totalmente, com a formação do policial cidadão, refletindo negativamente em sua vida profissional e social.	23	16%
Forma policiais mais resistentes e bem preparados, não interferindo na formação do policial cidadão.	20	14%
TOTAL	143	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

Gráfico 16 – O resultado do emprego da violência na formação do policial



Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

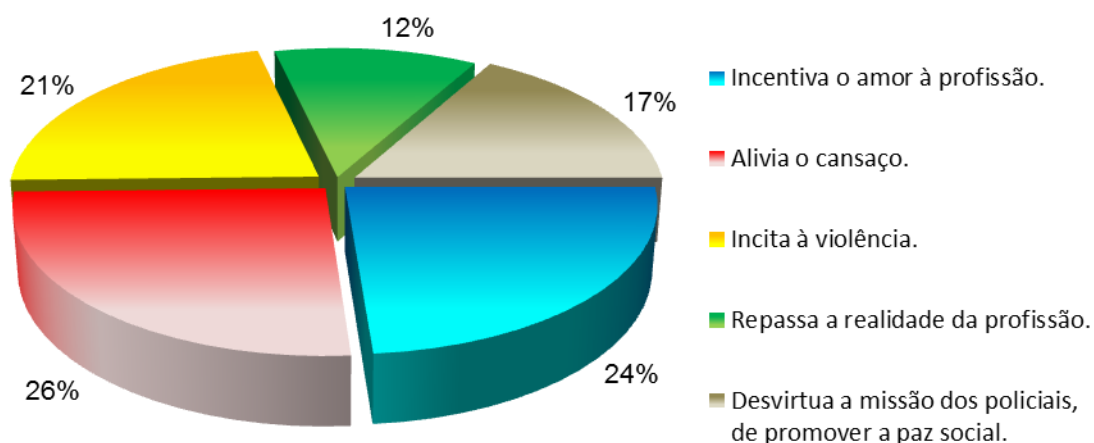
A metodologia de instrução que utiliza agressões físicas e morais, durante a formação dos policiais continua sendo questionada nesse quesito. Classificam esses métodos como divergente da formação de uma polícia cidadã, 40% dos cadetes. Entre as respostas registradas as que destacam esses métodos como necessários para formar policiais mais resistentes e bem preparados, totalizaram 21%. Com percentuais bem próximos estão os 16%, que acreditam que esses procedimentos discordam, totalmente, da formação do policial cidadão, refletindo negativamente em sua vida profissional e social, e os 14% que julgaram ser essa metodologia capaz de formar policiais mais resistentes e bem preparados, não interferindo na formação do policial cidadão. Já aqueles que afirmaram que o emprego dessa metodologia apresenta efeitos danosos à formação dos policiais, representam 9% do total.

Tabela 17 – A utilização das canções na formação do policial

Respostas	Valor absoluto	Valor relativo
Incentivam o amor à profissão.	34	24%
Aliviam o cansaço.	37	26%
Incitam à violência.	31	21%
Repassam a realidade da profissão.	17	12%
Desvirtuam a missão dos policiais, de promover a paz social.	24	17%
TOTAL	143	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

Gráfico 17 – A utilização das canções na formação do policial



Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

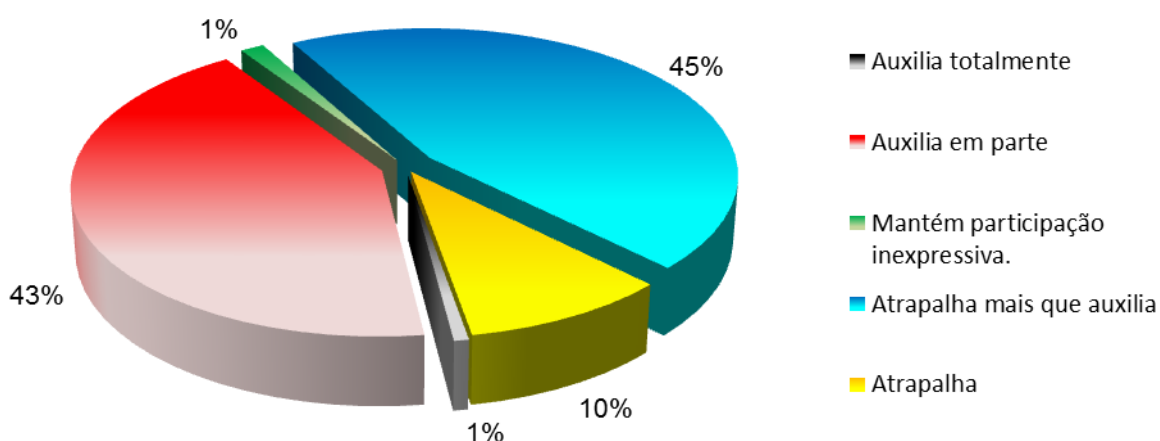
A percepção dos cadetes sobre a utilização, durante a formação, das canções cujas mensagens vêm carregadas de apelos ao uso da brutalidade, ou outros tipos de condutas violentas dos policiais, como demonstração de apego a manutenção da ordem, guiou esse quesito. Ao avaliar os resultados percebeu-se que três categorias obtiveram um percentual bem próximo. A intenção de aliviar o cansaço foi escolha de 26% das respostas. O papel de incentivar o amor à profissão junto aos educandos foi afirmado por 24% dos cadetes, sendo uma porcentagem de 21% os que acreditam que as canções incitam à violência. Os que veem nessa prática e desvirtuação da missão dos policiais, responsáveis por promover a paz social, compõem 17% do total e 12% dizem que elas apenas repassam a realidade.

Tabela 18 – A influência da mídia no trabalho do policial

Respostas	Valor absoluto	Valor relativo
Auxilia totalmente	1	1%
Auxilia em parte	61	43%
Mantém participação inexpressiva.	2	1%
Atrapalha mais que auxilia	65	45%
Atrapalha	14	10%
TOTAL	143	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

Gráfico 18 – A influência da mídia no trabalho do policial



Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

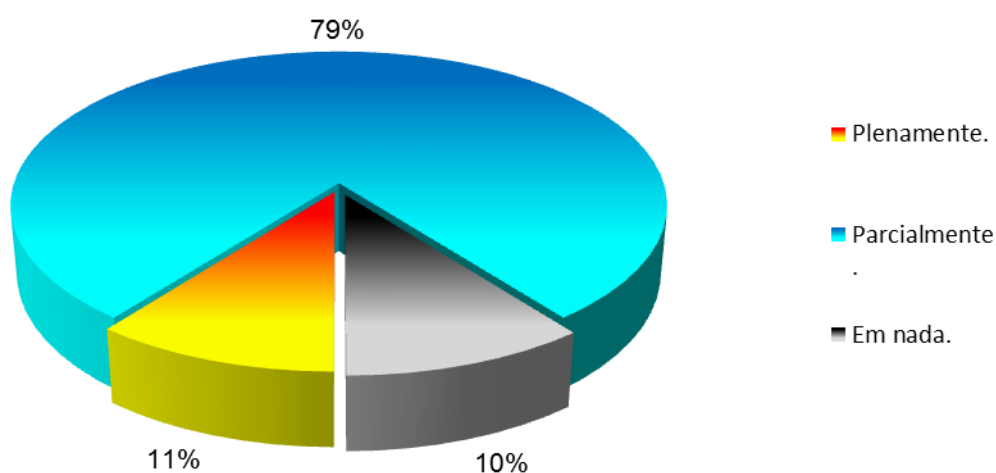
O posicionamento da participação da cobertura midiática no combate à criminalidade foi abordado nesse quesito. Números percentuais bem próximos exprimiram que a mídia atrapalha mais que ajuda, 45%, e 43%, afirmaram que a mídia auxilia, parcialmente, ao serviço policial. Assegurando que a mídia atrapalha tem-se 10% e, igualmente, apresentando um percentual de 1%, estão os cadetes que consideram a participação da mídia inexpressiva e aqueles que julgaram ser total o auxílio da mídia ao trabalho dos policiais.

Tabela 19 – A exposição midiática do trabalho do policial

Respostas	Valor absoluto	Valor relativo
Plenamente.	15	11%
Parcialmente.	113	79%
Em nada.	15	10%
TOTAL	143	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

Gráfico 19 – A exposição midiática do trabalho do policial



Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

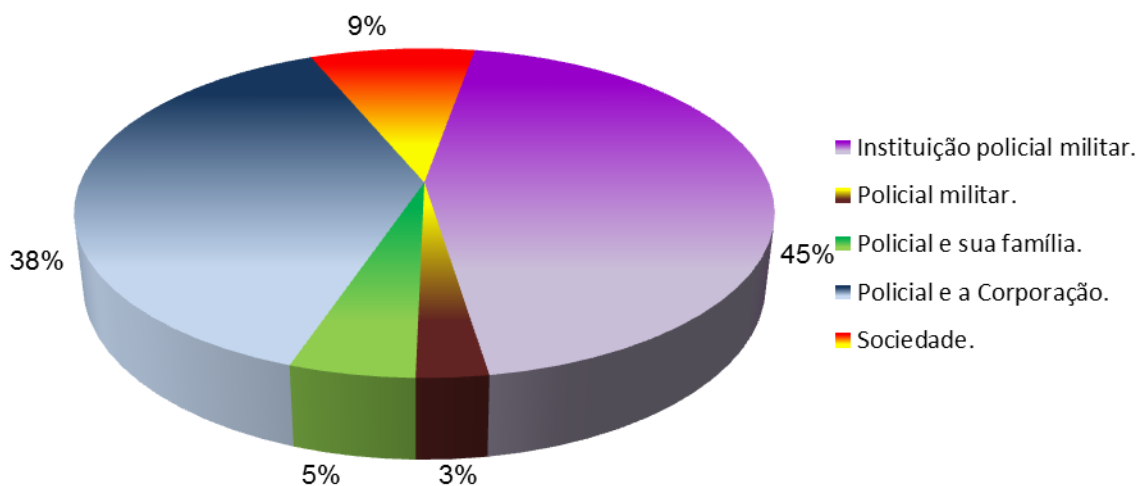
Foi perguntado aos cadetes se acreditavam que a imagem da sua Corporação exposta pela mídia condizia com a realidade. Acreditam que a imagem corresponde parcialmente 79% dos que responderam ao questionário. Outros 10% afirmaram que em nada é semelhante enquanto apenas 11% dizem ser plenamente refletida na mídia a imagem da Corporação.

Tabela 20 – Maior prejudicado pela imagem negativa do policial

Respostas	Valor absoluto	Valor relativo
Instituição policial militar.	64	45%
Policial militar.	4	3%
Policial e sua família.	7	5%
Policial e a Corporação.	55	38%
Sociedade.	13	9%
TOTAL	143	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

Gráfico 20 – Maior prejudicado pela imagem negativa do policial



Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

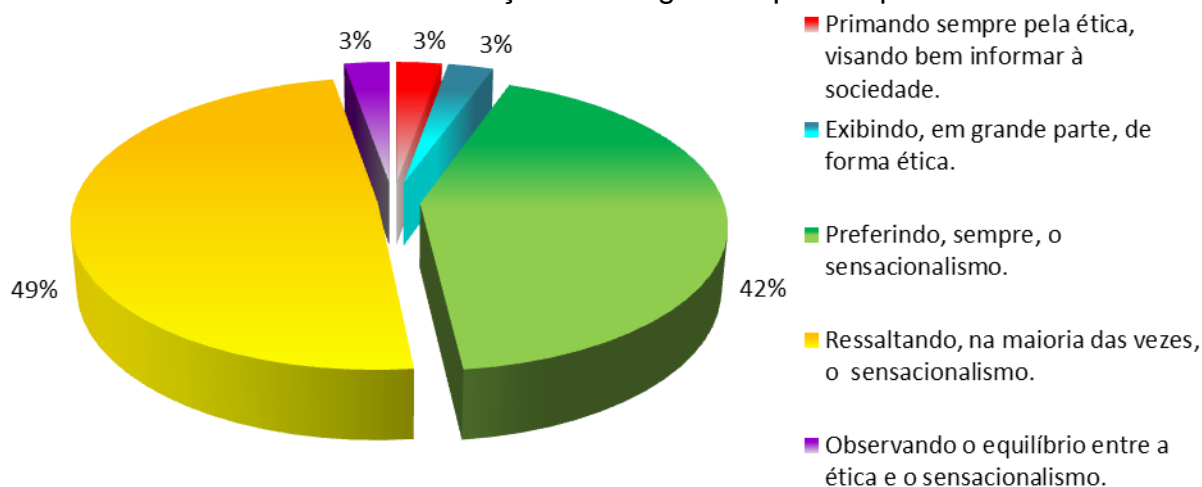
Nesse quesito, foi indagado sobre quem mais teria a perder com a repetição sistemática da exposição negativa da imagem do policial. Duas respostas se sobressaíram. Enquanto 45% acreditam ser a instituição policial militar a maior atingida, a resposta que designava o policial juntamente com a Corporação como os maiores prejudicados perfazem um total de 38%. O mal causado à sociedade é defendido por 9%, sendo outros 5% voltados aos danos causados ao policial e a sua família. Apenas 3% cita o policial como o mais atingido por essa prática.

Tabela 21 – A veiculação da imagem do policial pela mídia

Respostas	Valor absoluto	Valor relativo
Primando sempre pela ética, visando bem informar à sociedade.	4	4%
Exibindo, em grande parte, de forma ética.	4	2%
Preferindo, sempre, o sensacionalismo.	61	40%
Ressaltando, na maioria das vezes, o sensacionalismo.	70	50%
Observando um equilíbrio entre a ética e o sensacionalismo.	4	4%
TOTAL	129	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

Gráfico 21 – A veiculação da imagem do policial pela mídia



Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

Perguntou-se aos policiais militares como eles avaliam a veiculação da imagem dos policiais realizada pela mídia. Observou-se que 49% das respostas voltou-se para assegurar que a mídia trabalha ressaltando, na maioria das vezes, o sensacionalismo. Um total de 42% afirmou que a mídia age preferindo, sempre, o sensacionalismo. As demais respostas se igualaram em um percentual de 3%, tanto aqueles que creem que os profissionais da mídia trabalham primando sempre pela ética, visando bem informar à sociedade, quanto os cadetes que classificaram a

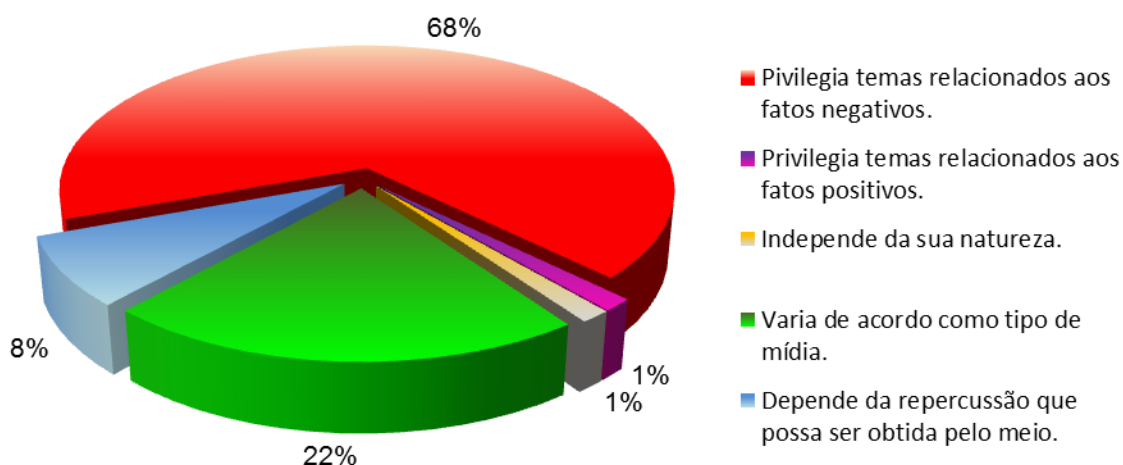
prática midiática como pautada em ações que observam o equilíbrio do posicionamento ético e a prática do sensacionalismo, bem como os entenderam que a mídia atua exibindo os fatos, em grande parte, de forma ética.

Tabela 22 – A associação de temas à imagem midiática do policial

Respostas	Valor absoluto	Valor relativo
Privilegia temas relacionados aos fatos negativos.	97	68%
Privilegia temas relacionados aos fatos positivos.	2	1%
Independente da sua natureza.	2	1%
Varia de acordo como tipo de mídia.	31	22%
Depende da repercussão que possa ser obtida pelo meio.	11	8%
TOTAL	143	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

Gráfico 22– A associação de temas à imagem midiática do policial



Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

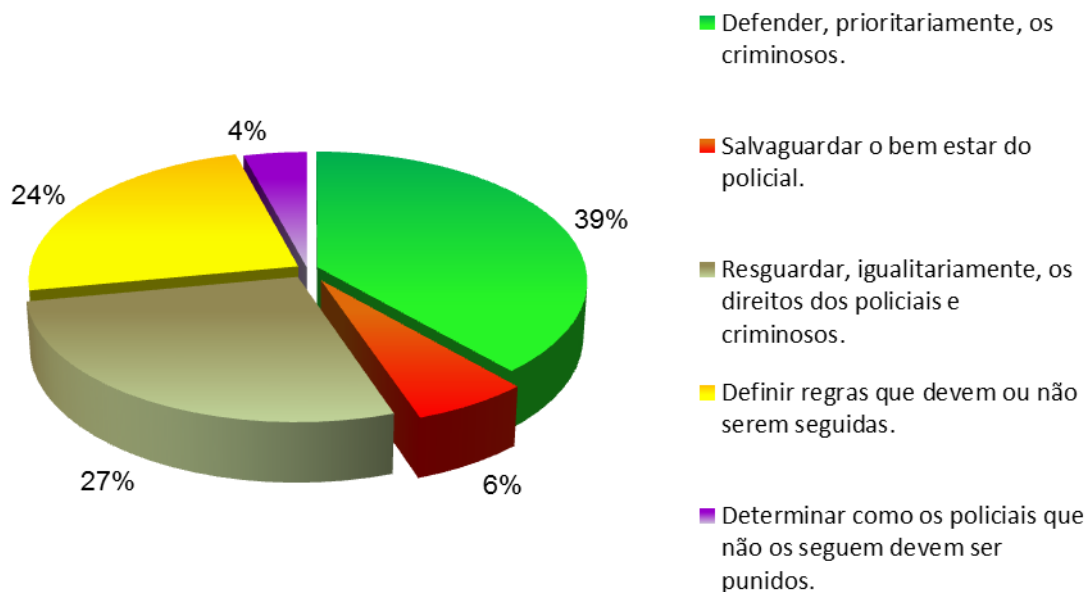
A pergunta feita nesse quesito diz respeito à escolha dos temas associados à veiculação da imagem dos policiais na mídia. Em 68% das respostas os cadetes foram da opinião que se privilegiam os temas relacionados aos fatos negativos. Os que acreditam que o tipo de mídia é quem determina essa escolha são 22%. Aqueles que afirmaram que a escolha depende da repercussão que possa ser obtida pelos meios de comunicação são 8% do total. Os que julgam que a imagem é veiculada independentemente da natureza do tema são apenas 1% e, no mesmo quantitativo estão os que asseguram que são privilegiados temas relacionados aos fatos positivos.

Tabela 23 – A finalidade dos Direitos Humanos e a atividade policial

Respostas	Valor absoluto	Valor relativo
Defender, prioritariamente os criminosos.	55	39%
Salvaguardar o bem estar do policial.	9	6%
Resguardar, igualmente, os direitos dos policiais e dos criminosos.	39	27%
Definir regras que devem ou não serem seguidas.	34	24%
Determinar como os policiais que não os seguem devem ser punidos	6	4%
TOTAL	143	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

Gráfico 23 – A finalidade dos Direitos Humanos e a atividade policial



Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

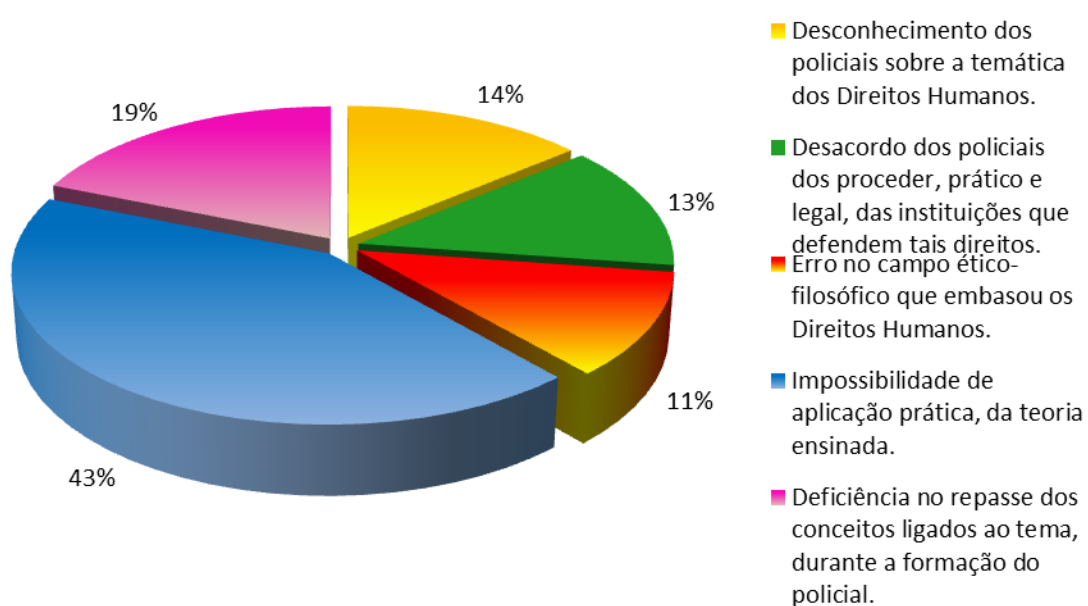
A partir desse quesito, as perguntas foram, diretamente, relacionadas à percepção dos policiais acerca da finalidade dos Direitos Humanos em relação ao âmbito da atividade policial. O maior percentual, 39%, classificam os ditames dos Direitos Humanos como voltados para defender, prioritariamente os criminosos. O segundo maior percentual, 27%, é relativo aos que creem que são resguardados, igualmente, os direitos dos policiais e dos criminosos. Bem próximo a esse percentual, estão os 24% que defendem ser opcional seguir ou não as regras que os Direitos Humanos têm a incumbência de criar. Os demais se dividem entre os 6% que interpretam a função dos Direitos Humanos como a de salvaguardar o bem estar do policial e os 4% que julgam que os direitos humanos preocupam-se mais com a punição dos policiais transgressores.

Tabela 24 – A resistência dos policiais à observação dos Direitos Humanos

Respostas	Valor absoluto	Valor relativo
Desconhecimento dos policiais sobre a temática dos Direitos Humanos.	20	14%
Desacordo dos policiais com os procedimentos práticos e legais das instituições que defendem tais direitos.	19	13%
Erro no campo ético-filosófico que embasou os Direitos Humanos.	16	11%
Impossibilidade de aplicação prática, da teoria ensinada.	61	43%
Deficiência no repasse dos conceitos ligados ao tema, durante a formação dos policiais.	27	19%
TOTAL	143	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

Gráfico 24 – A resistência dos policiais à observação dos Direitos Humanos



Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

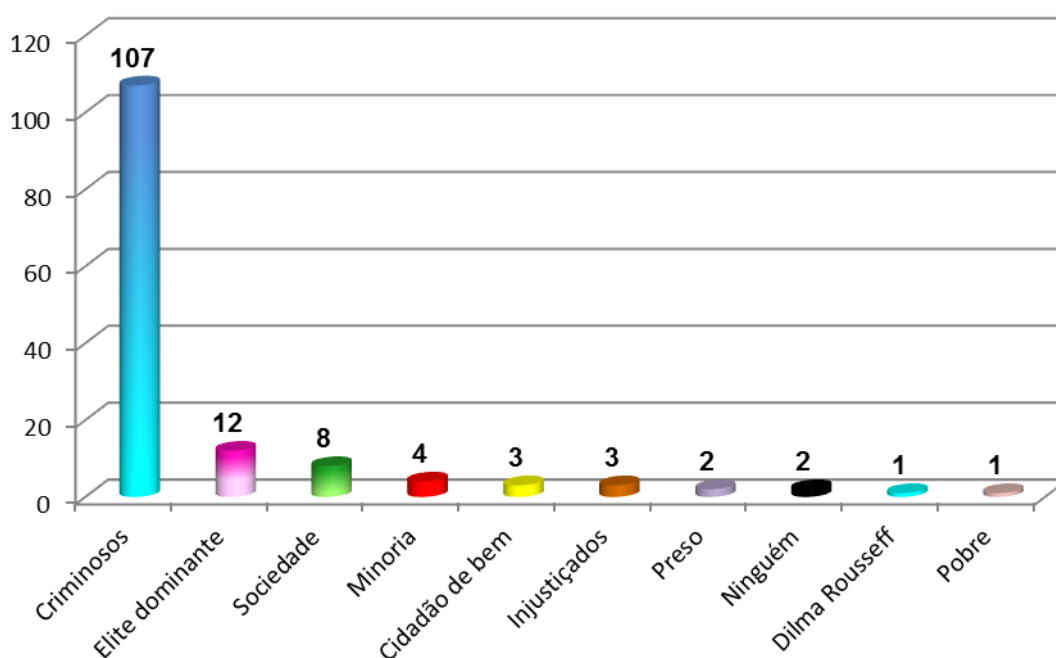
A recente implantação das disciplinas diretamente relacionadas aos direitos humanos, bem como, a preocupação, também recente, com a abordagem dessa ideologia em temas transversais nos cursos de formação dirigiu esse quesito. A pergunta formulada disse respeito à resistência encontrada em parte de certos agentes de Segurança Pública, sendo indagado quais seriam suas causas. Os que alegaram ser a impossibilidade de aplicação prática, da teoria ensinada, a explicação para esse posicionamento, foram 43%. A deficiência no repasse dos conceitos ligados ao tema, durante a formação dos policiais foi escolhida como causa por 19%. Já, 14% das respostas voltou-se para o desconhecimento dos policiais sobre a temática dos Direitos Humanos. Os que elegeram o desacordo dos policiais com os procedimentos práticos e legais, das instituições que defendem tais direitos como explicação, atingiram um patamar de 13%. Aos 11% que restam cabe a alegação de ser um erro no campo ético-filosófico que embasou os Direitos Humanos o culpado pela resistência dos policiais em aceita-los.

Tabela 25 – Quem é mais beneficiado pelos Direitos Humanos

Respostas	Valor absoluto	Valor relativo
Criminosos	107	75,00%
Elite dominante	12	8,40%
Sociedade	8	5,50%
Minoria	4	3,10%
Cidadão de bem	3	2,10%
Injustiçados	3	2,10%
Preso	2	1,30%
Ninguém	2	1,30%
Dilma Rousseff	1	0,60%
Pobre	1	0,60%
TOTAL	143	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

Gráfico 25 – Quem é mais beneficiado pelos Direitos Humanos



Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

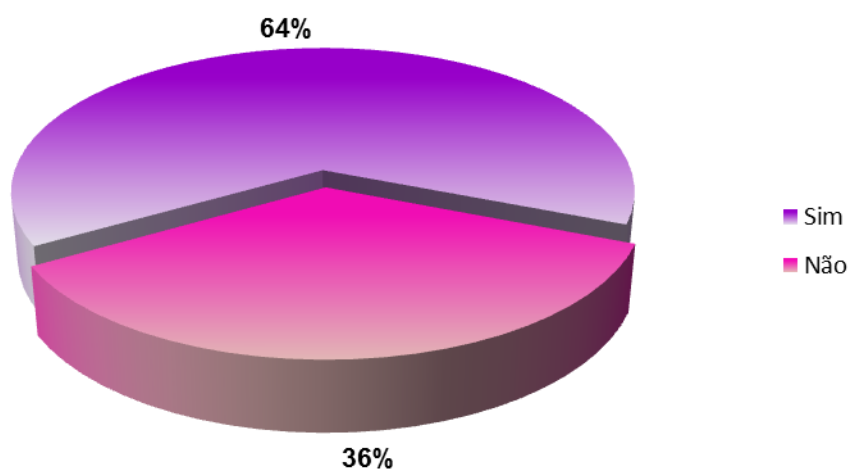
Este último quesito deixou os alunos livres para escolherem suas respostas por meio de uma questão aberta, a qual indagava acerca de quem mais desfrutaria, no Brasil, das benesses dos Direitos Humanos. A indicação dos criminosos como os principais beneficiados surgiu em 75% das respostas. A classe mais abastada da sociedade recebeu 8,4% das indicações, enquanto, a sociedade foi citada em 5,5% dos casos. Um percentual de 3,1% do total citou uma minoria, sem especificarem claramente quem viria a ser. Igualados em 2,1% estão os que defenderam serem os injustiçados e aqueles que entenderam serem os cidadãos de bem, os mais beneficiados pelos Direitos Humanos. Quanto aos que consideram que os favorecidos são os presos ou os que entendem que ninguém é beneficiado, ambos apresentam um percentual de 1,3%. Também empatados estão, mas sob um percentual de 0,7%, estão o que responderam Dilma Rousseff e os que responderam ser os pobres.

Tabela 26 – Cadetes femininos (Direitos Humanos são para criminosos)

Respostas	Valor absoluto	Valor relativo
Sim	18	64%
Não	10	36%
TOTAL	28	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

Gráfico 26 – Cadetes femininos (Direitos Humanos são para criminosos)



Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

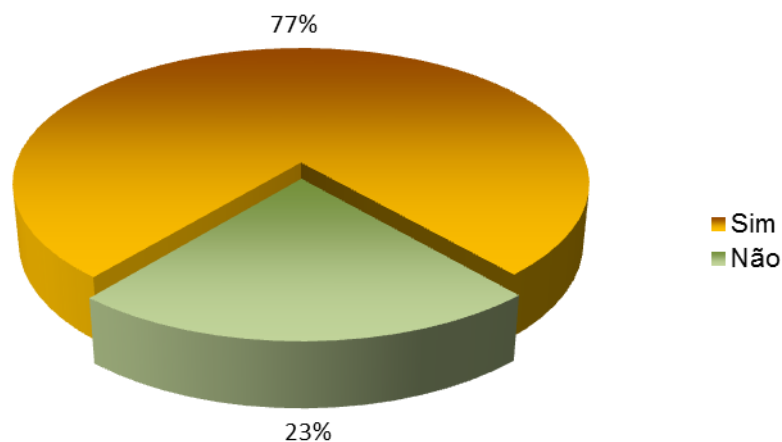
Este cruzamento de dados nos permitiu observar que 64% das cadetes femininas acredita que os Direitos Humanos são apenas para bandidos, contrariamente a 36% que afirma o oposto.

Tabela 27 – Cadetes masculinos (Direitos Humanos são para criminosos)

Respostas	Valor absoluto	Valor relativo
Sim	89	77%
Não	26	23%
TOTAL	28	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

Gráfico 27 – Cadetes masculinos (Direitos Humanos são para criminosos)



Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

De acordo com esse cruzamento de dados, vemos que 77% dos cadetes masculinos creem que os Direitos Humanos atendem apenas aos criminosos e 23% asseguram que outras pessoas são por eles beneficiadas.

6.1.1.3 Análise geral dos dados obtidos com a aplicação do questionário

Para que fosse viabilizada a análise geral dos dados provenientes da aplicação do questionário, buscou-se analisar, conjuntamente, os resultados obtidos em cada quesito. Isso foi necessário para que se compreendesse de que modo tais dados construíram e expuseram a percepção dos entrevistados, acerca do choque das culturas da ordem ora investigado.

Primeiramente, traçou-se um perfil dos pesquisados registrando-se que este é eminentemente masculino e tem sua faixa etária mais expressiva entre os 18 e os 25 anos. Em seguida, um dos primeiros questionamentos foi relativo à utilização do filme *Tropa de elite* (2007), com vistas a saber em quais disciplinas ele foi assistido durante o curso. O grande e variado número de disciplinas serviu como um indicativo preocupante, acerca de como se dá a implementação do processo ensino-aprendizagem dos cadetes, ao adotar-se o emprego dos produtos comunicacionais como instrumentalizadores ideológicos. Pois, sabe-se que a repetição excessiva de

obras que explorem o perfil desviante dos policiais militares pode surtir efeitos contrários ao desejado.

Deste modo, tem-se a superexposição enfática das mensagens negativas sobre o trabalho policial, utilizada de forma contundente nesta obra fílmica, sem oferecer aos policiais alternativas diversas, que se contraponham ao perfil truculento. Essa prática foi mais evidenciada ao se constatar quantas vezes os cadetes assistiram ao filme *Tropa de Elite*, seja dentro ou fora do ambiente militar. Diante dos resultados chegou-se a conclusão que um número bastante significativo assistiu mais de 5 vezes ao citado filme.

No que tange à percepção dos cadetes sobre os riscos aos quais são expostos em sua profissão, constatou-se a consciência da importância de se preservar a vida, seja a dele própria, como também a da sua tropa, contrariando-se os exemplos de uma bravura inconsequente, nos quais muitas ações são guiadas por fortes emoções, sendo desprezadas as técnicas que lhe foram repassadas, durante a formação.

No que concerne ao polêmico tema da existência da corrupção entre os policiais, a expressiva quantidade dos cadetes que credita esse desvio de conduta à falha de caráter contrariou outras explicações bastante populares difundidas em discussões sobre o tema: a culpa dos baixos salários e a pressão diária da profissão. Essas duas últimas obtiveram, cada uma, cerca de quatro vezes menos citações dos cadetes. Ainda sobre o tema corrupção, quando a pergunta foi relativa à influência da criminalidade as respostas foram bem equilibradas, entre aqueles que acreditavam e os que não acreditavam que os criminosos poderiam interferir na corrupção dos policiais.

Ao partir-se para a abordagem da temática que envolve a formação diferenciada oferecida às tropas especiais, buscou-se saber se esta poderia exercer influência sobre o proceder ético dos policiais nelas inscritos. Com a análise do resultado obtido, percebeu-se que apenas uma minoria acredita na máxima que defende ser a especialização de certas tropas capaz de impedir a corrupção. Na verdade, a maior parte defendeu que apesar das tropas especiais receberem um melhor treinamento, seus integrantes podem estar suscetíveis à corrupção.

De acordo com o que foi observado, muitos ainda creem que em qualidade, tanto a formação especializada quanto as demais são iguais, e as chances de haver corrupção nada têm a ver com a especialização. Para boa parte dos cadetes, todos

os policiais são igualmente formados, se desempenharão, ou não, sua profissão de uma forma desenvolta e honesta, cabe ao próprio policial se esforças para tanto. Outro ponto interessante a ser destacado é que parte dos cadetes acredita que, para ser um bom policial, deve-se nascer com determinadas qualidades, mesmo que ainda exista dentro da Corporação quem se julgue melhor formado que seus pares, mesmo que receba formação igualitária.

Ao serem avaliadas as respostas do quesito relativo ao emprego da violência física ou emocional contra os policiais militares, como ferramenta de aprendizado, observou-se que, grande parte das opiniões corroborou com o entendimento que essa prática leva, apenas, a seleção de profissionais mais endurecidos. Pois, aqueles que melhor se adaptarem à rigidez do treinamento, estarão dando mostras de sua dureza e não seria esta a aptidão necessária a um bom policial, em uma realidade onde se busca primar pela atuação cidadã, ética e democrática.

Quanto às consequências sobre a vida profissional, após a formação baseada no emprego da violência, física ou mental, uma considerável parte dos cadetes acredita que esteja distante dos preceitos de uma polícia voltada a promover a cidadania. Ressalta-se que, esse montante contrasta com uma boa parte que ainda acredita ser preciso utilizar-se de tais métodos para que sejam forjados policiais militares mais resistentes e com boa preparação para enfrentar o seu cotidiano profissional. Observou-se ainda, que apesar da atual conjuntura na qual tanto se enfatiza, socialmente, o respeito ao ser humano, menos de um décimo dos cadetes acredita que tal metodologia de ensino possa oferecer danos aos policiais.

Deste modo, percebe-se o quanto a cultura da violência foi absolvida nas Corporações policiais militares, seja de forma parcial ou totalmente. À medida que, mesmo sentindo-se aviltados nas suas prerrogativas como cidadãos, os oficiais policiais militares em formação mantêm posicionamentos conflitantes sobre como devem ser educados para que venham a se tornarem policiais eficientes, devidamente capacitados para lidar, diuturnamente, com a criminalidade.

Em outro ponto também foi percebida certa familiaridade, bem como, alguma aceitação do perfil truculento dos policiais militares. Isso se tornou nítido ao constatar-se que as opiniões sobre a utilização de canções, cujas mensagens vêm carregadas de apelos ao uso da brutalidade no serviço policial, tem uma avaliação

positiva por metade dos cadetes. Eles acreditam que tais canções servem para aliviar o cansaço ou para incentivar o amor à profissão.

Apenas o menor percentual foi reservado aos que se mantêm, de certo modo, neutros em relação ao tema, defendendo que as mensagens não passam de representações da realidade. Contudo, apesar de aparente expressão de neutralidade, na verdade, esse último posicionamento reflete uma acomodação a cultura de ordem promovida através dos anos, na qual apresentam-se como indissociáveis a manutenção da ordem pública e o apelo à coerção através da violência policial e, não emprego legítimo da força.

Por outro lado, cerca de um terço dos cadetes defende claramente uma perspectiva acerca do trabalho policial voltada à incitação, à violência e à desvirtuação da missão precípua de promotor da tranquilidade social, almejada pelos cidadãos. Assim, de modo geral, as canções são bem aceitas e o número de policiais que discordam de seu uso é muito menos expressivo do que o quantitativo dos que o entendem como pertinente ou necessário.

Ainda sobre a formação dos cadetes, as respostas em maior número afirmaram que estes estavam preparados, em parte, para se deparar com a realidade profissional. Também merece atenção o número de cadetes que entenderam, ser a experiência uma oportunidade para lhes trazer a capacitação necessária para a lida diária, bem como os que se acham bem formados, mas acreditam que a rotina lhes trará, naturalmente, dificuldades. Nesse ponto tem-se a constatação positiva de que os policiais militares, desde seu período formativo, estão conscientes das complexidades e imprevistos que caracterizam a sua profissão. Caso bem aproveitado, esse entendimento possibilita ser empregado como um estímulo para que os policiais busquem se aprimorar, não apenas durante o seu período formativo, mas durante todo o decorrer de sua carreira.

Procurou-se também perceber se, após formados, os policiais empregariam no seu cotidiano profissional o que lhe foi ensinado, ou viriam a utilizar quaisquer outros meios desviantes do padrão do bom profissional. Assim, percebeu-se que uma quantidade bastante expressiva acredita que a responsabilidade pela atuação dos policiais recai com mais força sobre os ombros do próprio policial. Mesmo que não se despreze a boa formação, os cadetes acreditam que a aplicação prática do que foi ensinado vai depender, em grande parte, da escolha particular dos próprios policiais.

Ainda sobre o exercício da função, no que se refere a lidar com a emoção durante a vida profissional, mais que a metade dos cadetes afirmou a importância do seu equilíbrio emocional, para que se possa forjar o perfil policial militar mais sensível às necessidades dos cidadãos, o que condiz com outra quantidade, quase um terço, que defende ser necessário que as emoções não sejam a guia de suas ações. Busca-se, portanto, uma equiparação entre as emoções e o profissionalismo desses profissionais da Segurança Pública. Assim, de acordo com as respostas referentes ao fator emocional, boa parte dos cadetes não acredita que o perfil semelhante ao exibido pelo Capitão Nascimento seja o adequado ao serviço dos policiais militares. O constante descontrole emocional como o apresentado pelo personagem turvaria o andamento das suas funções.

Continuando a se avaliar a percepção do policial quanto a sua atuação, observou-se que seus anseios como cidadão predominam sobre a mera obrigação profissional. Um percentual bastante pequeno coloca sua total confiança no amor à corporação e na coragem pessoal, para servir-lhe de base para a sua atuação profissional.

Sob outro aspecto, ao relacionar-se à interferência da mídia no trabalho policial, percebeu-se que a maioria dos cadetes apresentou certa oposição aos olhares do aparato midiático. Esses militares atribuíram à participação midiática no exercício das funções dos policiais uma interferência negativa, total ou parcial, sendo quase nulo o total descrédito em sua interferência. Tomando-se a mídia como formadora de opinião e como um potencial canal de tráfego de informações e conhecimentos, essa aparente indisposição entre os cadetes e a estrutura midiática não pode ser traduzida como positiva.

Essa afirmativa torna-se ainda mais preocupantes quando se insere com tanta frequência produtos comunicacionais no processo formativo, com ficou claro durante esta pesquisa. Outro ponto a ser considerado é que na atual sociedade cujos meios de comunicação estão cada dia mais democráticos, cabe aos policiais o seu melhor aproveitamento com vistas a aproximar-se da sociedade, por meio da apresentação de uma serviço íntegro e transparente.

Quanto ao posicionamento ético da mídia, poucos cadetes creem ser pautado na ética, seja apenas em parte, ou em sua totalidade. Por outro lado, um número bastante expressivo defende que o sensacionalismo guia o que é veiculado midiaticamente, podendo ser presenciado sempre ou, pelo menos, na maioria das

vezes. Claramente, esse posicionamento é congruente com os demais pertinentes à percepção dos policiais que responderam ao questionário em relação à mídia. Mostra-se consoante com a visão pessimista e pouco amistosa que esses agentes de Segurança Pública apresentam do aparato midiático.

Pode-se considerar um novo aspecto que demarca o descrédito dos policiais pesquisados em relação à mídia como sendo o relativo à exibição midiática da Corporação, no qual se percebeu que quase todos os cadetes acreditam que essa veiculação corresponde, apenas em parte, à realidade, ou, até mesmo, apresenta-se totalmente destoante com o real.

Ainda sobre a relação da mídia com os policiais, buscou-se saber quem seria prejudicado, caso houvesse uma reiterada veiculação de imagens negativas do serviço policial. Avaliando-se as respostas, observa-se que quase a totalidade acredita que o próprio policial sofre algum tipo de prejuízo, seja isoladamente, junto com sua corporação ou com a sua família. Apenas um pequeno número demonstrou entender que ao ser propagada, excessivamente, a imagem negativa da atuação policial, tende-se ao sensacionalismo e à mera busca por audiência, proliferando-se um descrédito nas forças estatais de segurança que, certamente, virá a colaborar com o medo e a sensação de insegurança da sociedade.

No que tange a quais são os tipos de fatos que se associa a veiculação da imagem dos policiais, um significativo número de cadetes acredita que sempre são relativos a algo negativo. Deste modo, esse posicionamento corrobora-se com as respostas anteriores, sendo voltado ao entendimento que a mídia age de forma sensacionalista no que se refere aos temas relativos à Segurança Pública. Pois, quase nenhum cadete acredita que fatos positivos são relacionados à imagem midiática dos policiais.

Além da formação e da influência da mídia no fazer policial, um aspecto bastante pertinente foi abordado no questionário, quando se investigou sobre que tipo de juízo os cadetes fazem a respeito dos Direitos Humanos. Infelizmente, esta análise levou ao entendimento que muitos policiais ainda acreditam que são constituídos apenas para defender criminosos. Preocupante também é a quantidade de respostas que afirmam não haver compromisso com as regras ditadas por essa filosofia humanitária. Esses posicionamentos colaboram para reforçar a ideia de que os policiais, que fizeram parte desta pesquisa, não compreendem a dimensão da importância que os Direitos Humanos têm para toda sociedade.

Serve como exemplo dessa indisposição o alarmante número de cadetes que afirmaram, categoricamente, que os Direitos Humanos só trariam algum benefício prático aos que estão na criminalidade. Deste modo, quer na teoria, quer na prática, tão somente os criminosos estariam ao alcance de suas benesses.

Contudo, ainda há quem acredite na sua visão igualitária. Assim, demonstra-se uma posição mais inteirada e atualizada com os preceitos humanísticos, por parte dos policiais militares. Mesmo que seja bem menor que o número dos descontentes, ainda há aqueles policiais que enxergam nos Direitos Humanos uma centelha positiva de humanitarismo no fazer policial, podendo ser esta uma porta aberta para a sua consolidação nas Corporações.

Ainda acerca da temática dos Direitos Humanos, com o objetivo de avaliar se poderia se constatar, através de dados colhidos, o que o senso comum ressalta acerca da maior sensibilidade feminina, foi realizado um cruzamento de dados entre o quantitativo de respostas positivas, em relação à afirmação que os direitos humanos seriam para beneficiar apenas aos bandidos.

Para o cruzamento das respostas obtidas do efetivo masculino, com as oferecidas pelo efetivo feminino, concluiu-se que, sendo o número de cadetes femininas bem menor que o do efetivo masculino, deveria ser analisado o percentual das respostas. Constatou-se que o percentual das cadetes que acreditavam nessa máxima foi bem menor que o apresentado pelos cadetes masculinos. Contudo não se pode afirmar se isso ocorreu devido a uma maior sensibilidade ou por um maior entendimento acerca do tema. Mas não se descarta a importância dessas respostas, quanto ao descrédito na aplicação prática da filosofia dos Direitos Humanos.

De uma forma geral, os cadetes demonstraram acreditar no valor da formação que recebem, mas também demonstraram que a responsabilidade pela qualidade do profissional que será formado será dividida entre a instituição e o próprio policial. Quanto à conduta ética apresentada durante a sua vida profissional, os cadetes entendem, em sua maioria, que a boa formação ajuda, mas a escolha por ceder à corrupção é de cunho particular, prioritariamente dos policiais.

No que tange à relação entre a polícia e o aparato midiático, os cadetes apresentam várias ressalvas. Em geral, esses policiais avaliam que a mídia preocupa-se com veicular, prioritariamente, os temas relativos à Segurança Pública, que uma forma que ressalte os aspectos desabonadores da atuação dos policiais. Demonstra-se certo ressentimento e preocupação com os veículos de comunicação,

que buscam difundir uma imagem negativa, não se apresentando uma disposição em fomentar um maior entendimento entre mídia e Polícia Militar.

Quanto aos Direitos Humanos, as respostas levam a crer que permanece, mais que um distanciamento, certa falta de entendimento que venha a tratar de uma filosofia que prega a igualdade de direitos, sem olhar a quem. Ao se reportarem peremptoriamente à máxima que reza serem os Direitos Humanos apenas para bandidos, surge uma nítida confusão, entre os princípios fundantes e a atuação de organismos que se propõem a trabalhar baseados nessa filosofia. Deste modo, percebe-se que, possivelmente, o aprendizado oferecido aos cadetes, sobre Direitos Humanos, deva ser melhor avaliado, com vistas a observar-se se há alguma lacuna que, por ventura, possibilite que tantos cadetes ainda continuem apresentando tamanha resistência e desconhecimento sobre o tema.

6.1.2 Análise do Grupo Focal realizado com os cadetes do 3º ano do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar da Paraíba

6.1.2.1 Introdução

Sabe-se que para ser possível suplantar padrões ultrapassados e transformar a Polícia Militar em um aparato governamental mais justo e humanizado, com a missão precípua de se transformar uma promotora e protetora da paz da dignidade do cidadão, são requeridas profundas modificações. Mas, para que tais mudanças sejam realmente significativas e duradoras é preciso que tenham lugar desde seu período formativo desses profissionais.

Desde modo, analisar-se em que nível encontra-se a formação ofertada aos policiais militares, no caso do presente estudo, aos oficiais policiais militares em formação na Paraíba, é uma forma de averiguar, até que ponto, o Estado se encontra apto a oferecer ao cidadão o gozo de uma prática policial militar alinhada às atuais perspectivas sociais. Através de estudos desta natureza contribui-se para que os cidadãos possam vir a contar com um policial militar, cujas atuações estejam afinadas com a postura de cuidador da sociedade.

Portanto, a análise de temas correlatos a essas mudanças de paradigmas e sobre como isto afeta os policiais militares, durante seu processo formativo e, conseqüentemente, vindo a se refletir na própria atuação profissional, se faz

bastante pertinente à contemporaneidade social brasileira. Pois, de processos epistemológicos como este surgem inúmeras e complexas discussões como as que nortearam a construção deste trabalho, onde se buscou avaliar a formação dos oficiais policiais militares, na Polícia Militar da Paraíba, em uma época de transformação, na qual a sociedade tende a solidificar seus pilares democráticos e desligar-se de antigas e distorcidas práticas de poder herdadas do passado.

A problemática deste estudo foi baseada em compreender: Como os cadetes em formação na Polícia Militar da Paraíba, lidam com as discrepâncias conceituais e práticas geradas pelo choque das culturas da ordem existente no ambiente militar, contextualizada socialmente pela consolidação da democracia.

Quanto aos objetivos geral e específicos, este grupo focal se encontrou consoante com os mesmos que guiaram a elaboração desta dissertação. Portanto, como objetivo geral desta fase da Pesquisa de Campo teve-se uma análise minuciosa de como os cadetes da Academia de Polícia Militar do Cabo Branco lidam, durante o seu processo formativo, com as implicações do choque das culturas de ordem que, atualmente, caracteriza as Polícias Militares brasileiras.

Este estudo também foi balizado pelos objetivos específicos os quais foram: avaliar como o *ethos* militarista e a formação no campo profissional do policial militar são percebidos pelos oficiais policiais militares em formação na Paraíba; verificar como os cadetes pesquisados constroem a sua autoimagem profissional, durante o processo formativo; analisar como os cadetes interagem com os estereótipos midiáticos relativos à atuação policial, similares aos que se vêm representados no filme *Tropa de Elite* (2007) e, por fim, investigar, em qual medida, os cadetes estão consoantes com os preceitos que defendem uma atuação policial mais justa, equânime e protetora da cidadania.

A execução deste trabalho se justifica pela relevância social de se colaborar com uma força policial militar mais qualificada, buscando, contribuir com o arcabouço teórico relacionado à área de Segurança Pública, tão importante no contexto social.

Os procedimentos desse trabalho obedeceram à dinâmica de um Grupo focal. Esta pesquisa foi realizada em 5 de dezembro de 2011, sendo parte do procedimento de coleta de dados integrante da dissertação intitulada *O choque das culturas da ordem*. Para mas para garantir a lisura e oficialidade de todo o processo desse grupo, ainda no dia 2 deste mesmo mês, foi necessário ser providenciada

uma reunião com o, então, comandante do Centro de Educação da Polícia Militar da Paraíba. Nessa ocasião, conforme havia sido programado, esta pesquisadora esteve presente e procedeu a uma clara exposição de motivos, ao coronel Sales Junior, o qual se mostrou bastante receptivo e interessado no bom andamento do trabalho que estava sendo desenvolvido.

Ao assegurar que de sua parte não haveria nenhum impedimento e que estaria à disposição para qualquer auxílio que estivesse ao seu alcance, o coronel comandante do Centro de Educação mandou que fosse despachado o requerimento. Em seguida, obedecendo à cadeia de comando militar, como é de praxe nestas situações, houve uma reunião com o comandante da Academia de Polícia Militar do Cabo Branco, há época, o major Rochester, que se mostrou muito solícito e atencioso ao que foi requerido.

O citado requerimento solicitava a permissão para que fosse aplicado, junto a todos os cadetes, um questionário pertinente ao tema da pesquisa, bem como, fosse realizado encontros com as quatro turmas, separadamente, onde seria utilizada a técnica de pesquisa que obedeceria às diretrizes do grupo focal. Todavia, devido a uma indisponibilidade de horários dos entrevistados entendeu-se ser mais adequado que fosse o grupo focal realizado, apenas, com a turma concluinte. Baseado nas percepções obtidas junto aos cadetes em formação na Polícia Militar paraibana, buscou-se com esse procedimento de coleta de dados constituir um arcabouço de informações, tanto quantitativos quanto qualitativos, imprescindível para a evolução desta pesquisa.

Conforme havia sido estabelecido, a turma com a qual se deu andamento este Grupo Focal o trabalho foi a dos cadetes que cursavam o terceiro ano. Em um primeiro instante, esta pesquisadora foi encaminhada à sala de aula pelo xerife da turma, denominação dada ao cadete que responde pelos alunos de determinada turma de militares, durante o período de uma semana. O encontro foi encaixado em um horário de aula, com a intenção de não estressar os entrevistados, fazendo com que estes não precisassem se deslocar à unidade militar em um horário diverso.

6.1.2.2 O CFO paraibano e o choque das culturas da ordem

À primeira impressão pode-se verificar que a turma, embora estivesse ainda dentro do horário costumeiro de aula, já se encontrava dispersa e bastante agitada, o que não é necessariamente comum, caso venha a se comparar este

comportamento com o que esta pesquisadora já presenciou em várias outras oportunidades, em salas de aula na mesma instituição.

Como forma de atrair a atenção e interesse dos cadetes para a participação no grupo focal, foram dedicados os primeiros momentos às explicações da importância social de se desenvolver um trabalho científico dedicado às questões de Segurança Pública. Entre os argumentos utilizados esteve a citação do histórico de distanciamento entre pesquisadores em Ciências Sociais e os agentes de Segurança Pública, os quais se mantiveram, ao longo dos anos, apartados devidos à construção de estereótipos de ambos os lados. Foi explicado aos cadetes como as respostas obtidas, diretamente, dos militares, são significativas, sob os aspectos científicos e sociais, por serem uma rica oportunidade de serem analisadas as suas impressões e perspectivas acerca de sua profissão, assim como de sua participação, seja como profissional ou como cidadão, na sociedade a qual pertence.

Do mesmo modo, procurou-se esclarecer os cadetes que as suas participações em pesquisas científicas de cunho qualitativo são uma excelente oportunidade de expor suas pretensões e angústias, explicitando-se as suas ideias acerca das possíveis inovações no processo educacional, ou, até mesmo, no que se refere ao âmbito institucional.

Todas essas explicações foram proferidas evidenciando-se as qualidades de um trabalho interativo e da coleta do material discursivo/expressivo, ressaltando-se que a os desdobramentos acerca da temática abordada com o grupo seria extraída da vivência dos participantes, estando estes plenamente familiarizados com os assuntos a serem tratados. Assim, nesta forma de pesquisa participante, tanto os pesquisadores quanto os pesquisados figuram como sujeitos reais do conhecimento, com vistas a se integrarem de forma ativa nas transformações do mundo que os cerca.

Outro ponto assegurado aos cadetes foi o pleno sigilo acerca das autorias das opiniões emitidas durante o encontro. Portanto, dando seguimento a esse relato surgirão trechos aspidos, nos quais foram transcritas, literalmente, as falas dos entrevistados, sem revelar sua autoria. A seleção desses trechos deu-se por sua relevância e pertinência para este trabalho. Todavia, apesar dos esforços iniciais, e de todo o empenho em expor o que acima foi descrito, de modo claro e entusiástico, a quase totalidade da turma se mostrou apática e desinteressada, permanecendo inerte diante da convocação para participar do debate que se seguiu.

Também se devem ressaltar as dificuldades encontradas no momento de dividir os discentes em grupos menores, que para que fosse possível trabalhar de forma mais focada. Primeiramente, porque o grupo como um todo já deriva de uma rígida seleção, através de concurso público, que tende a homogeneizá-lo, o mais fortemente possível. Assim, restaram poucas categorias sob as quais se poderia considerar uma divisão em grupos focais, como: gênero; idade, que só varia entre 18 e 30 anos, estado civil e se havia, ou não, experiência anterior na profissão de policial militar. Portanto, uma óbvia negativa em colaborar, expressa pelo silêncio, quase total, no momento da obtenção das respostas às questões propostas para discussão, juntamente com o item acima citado, impediu a divisão da turma em subgrupos focais, como, *a priori*, era a intenção desta pesquisadora.

É importante salientar, que a despeito do percentual de cadetes que se prontificou em participar não ter atingido ao menos vinte por cento do total de alunos, cuja turma constituía-se de 45 cadetes no total, decidiu-se, então, dar andamento ao encontro. Buscou-se aproveitar, ao máximo, a participação daqueles que se fizeram pronunciar. Pois, apesar das poucas participações, em termos quantitativos, as respostas se apresentaram bastante contundentes e proveitosas para esta pesquisa.

Deve-se ainda deixar explícito que o fato dos cadetes terem tido uma baixa participação não se deve ao fato destes não se encontrarem capacitados intelectualmente para tanto, visto ter sido realizado uma investigação prévia sobre as turmas estando-se ciente do elevado nível intelectual que se exige para o ingresso e permanência no curso de oficiais, ora analisado.

Assim, dando início às questões propostas para o debate, com o auxílio de um Datashow, foi apresentada aos cadetes cinco perguntas, para que destas surgissem os demais desdobramentos. Como primeira indagação teve-se: Com base no que foi vivenciado em sua atuação profissional, responda: Em sua opinião, que tipo de policial militar a sociedade espera encontrar a seu dispor?

Em resposta, um dos cadetes assegurou que não considerava que as suas atuações, durante o período de formação se constitui em experiência profissional, visto serem tais ações serem tuteladas por superiores. Segundo declarações, alguns se acham “acobertados pelas asas que é a Academia” de Polícia. Vale destacar que por toda sua carreira militar o policial atua sob o comando de um superior hierárquico, mas o que diferencia o período formativo é que, em certos

casos, a culpabilidade de algumas ações erradas recai mais pesadamente sobre o superior que se encontra responsável pelos cadetes.

Mesmo assim, até o mais alto posto da Polícia Militar da Paraíba, o comando geral da Corporação, deve obediência e satisfações às diretrizes das políticas públicas governamentais, tanto estaduais quanto nacionais, advindas da Secretaria Nacional de Segurança Pública. Deste modo, a prática de trabalhar sob supervisão, de certa forma é inerente à rotina do trabalho policial militar, que tem como uma de suas suas sólidas bases o respeito à hierarquia.

Assim, é de observar-se como curiosamente existe esse distanciamento da realidade de suas funções, visto que, no momento que os cadetes são utilizados em determinados eventos, que requerem agentes de Segurança Pública, estão passíveis de serem responsabilizados nos rigores da lei, do aspecto civil, criminal, disciplinar e administrativo, caso venham a procederem de forma contrária ao que lhes faculta a lei, ou ao que lhe foi instruído, durante a ministração das aulas.

Outro aspecto bastante pertinente apresentado nas respostas foi que o perfil do policial que a sociedade espera, tem a ver com a exigência de que, “a polícia seja um profissional ético e técnico quando tratar com a pessoa do cidadão e, infelizmente, que seja truculento com aquele que transgrida a lei. A população quer a justiça feita na hora, quer que se revolve ali”.

Essa contundente afirmação, resume o sentimento de inúmeros policiais com os quais esta pesquisadora teve a oportunidade de debater acerca deste assunto. De forma conflitante, tais declaração denotaram que a sociedade espera, não um policial totalmente humanizado, como notoriamente se propaga entre os que almejam poder contar com um profissional bem formado. Como expressou um dos entrevistados, a justiça que se espera “é a justiça do senso comum”, a qual varia de acordo com as necessidades e conveniências daqueles que solicitam os serviços de Segurança Pública.

Outro ponto citado pelos entrevistados foi a dura missão de permanecerem imbuídos do espírito de justiça e equidade ao atenderem ocorrências que causam mais repulsa contra o criminoso. Muitas vezes, como ocorre nos casos de estupro a própria vida dos policiais é colocada em risco, para resguardar a integridade do acusado, contra a ira e revolta dos populares. Nesses instantes, foi ressaltado que, cabe ao policial agir do modo mais técnico possível, não deixando que as convicções particulares interfiram no seu proceder, esquecendo-se, por muitas

vezes, que eles próprios, enquanto cidadãos, bem como seus familiares, poderiam ser vítimas de tais agressores. Seria uma espécie de prova de fogo, onde toda a teoria da formação tem que ser posta em prática, da forma mais eficiente e segura que se possa alcançar.

De forma incisiva, um dos entrevistados, cuja identidade foi preservada conforme acordo prévio, desabafou suas preocupações com o momento de transformação e empasse, pelo qual vem passando as forças policiais, desde a Constituição de 1988, que trouxe ares de exigência ao respeito pelos Direitos Humanos em todas as esferas nacionais. Segundo esse policial: “A nossa democracia é uma democracia muito fraca”, e neste contexto “a polícia se vê em um confronto grande, entre o que se pretende alcançar, a democracia plena, com respeito aos direitos humanos, e, ao mesmo tempo, nós somos um país de grandes contradições. Uma parte das instituições que querem o respeito às leis, e, por outro lado a população que não tem conhecimento e quer que o policial aja com truculência. [...]. O policial fica meio perdido, de um lado ele quer respeitar a legislação, mais, é pressionado por outra pessoa a não respeitar”.

Essa transcrição literal de um dos depoimentos exprime, fortemente, a dialética existente entre o conceito teorizado e sua colocação em prática, no que tange ao trabalho policial. Portanto, deve-se considerar a importância dessa época de transição, em que pese todos os séculos de história das Polícias Militares, como força higienizadora social e atuante como mero braço armado do Estado.

Abordando o almejar da justiça, como outro prisma de suma importância, em se tratando de ações que promovam segurança social, o entrevistado conclui afirmando que esse posicionamento da população, de, por vezes, exigir um comportamento truculento no trato com os infratores da lei, se deve ao fato de que “as pessoas não têm confiança na Justiça, então as pessoas esperam que a polícia possa garantir essa justiça para elas”.

Essa justiça, a qual se refere certos populares, se encontra alicerçada no ânimo da vingança, do revide imediato, desprezando-se as medidas legais cabíveis, em uma clara confusão entre os papéis que devem exercer a Polícia Militar e o Poder Judiciário. Sob esse ponto de vista, à polícia caberia, tanto prender quanto fazer com que o infrator permaneça preso, sem considerar todos os demais aspectos que delineiam a complexidade deste percurso.

Na sequência, outra questão proposta foi diretamente relacionada com o filme *Tropa de Elite* e como é exposta ao público a imagem da atuação policial, assim elaborada: O cinema, assim como as mais variadas mídias, expõe a atuação policial. Por exemplo, tem-se que, ultimamente, destacou-se bastante neste contexto, em nosso país, o filme *Tropa de Elite* (2007). Sob seu ponto de vista, qual o perfil policial mais evidenciado por essas obras e como isso pode influenciar na opinião pública a respeito destes agentes da Segurança Pública?

As respostas dos cadetes se voltaram à afirmação de que a mídia serve como formador de opinião, que leva ao público certo estereótipo do perfil policial. Um dos primeiros pontos abordados foi o viés humano e falível, demonstrado pelo personagem principal, o capitão Nascimento. De acordo com um dos depoimentos, chama atenção o fato desse policial fictício apresentar-se sensível às próprias questões familiares, bem como, ao mesmo tempo, expor a característica de “se utiliza da ilegalidade para conseguir o que ele quer, ou então essa justiça que a população está querendo. E aí fica um grupo que é extremamente legalista dizendo que é errado, esse tipo de policial não se deve ter e tem um grupo da população que vê que o policial tem vida, tem família, e isso está atingindo a vida dele pessoal, quando ele faz isso, é uma profissão pesada”.

A partir desse ponto a discussão se estendeu em torno da dicotomia existente entre esses dois aspectos enfatizados pelo filme. O primeiro, que destaca as agruras vivenciadas pelos profissionais de Segurança Pública, expostos constantemente a situações de risco e violência, as quais afetam diretamente suas relações familiares. O segundo ponto, bem próximo do discutido na primeira questão que ressalta o estereótipo de um policial vingador de atitudes violentas e catárticas.

Nas palavras de um dos entrevistados, no filme em discussão: “Criou-se essa questão do policial herói, o policial que luta contra o sistema, O sistema é poderoso isso é uma realidade. No Brasil nós temos um pouco essa mania de entrarmos no filme. O policial trabalha contra a criminalidade, mas existe muita politicagem, muito poder”.

Em outra declaração afirmou-se que: “A grande sacada o filme foi a alimentação do sistema pelo filme, pelo próprio sistema. Como estava o contexto atual antes do filme *Tropa de Elite*? A população estava indignada, veio o capitão Nascimento fazendo um comparativo ao capitão América, estavam precisando de um herói e colocaram o policial militar como herói e, se você observar, o público que

foi atingido era o que queria ver aquilo ali. Queria ver o policial prendendo o bandido, queria ver o bandido sendo morto, porque a sociedade já estava num contexto de revolta contra o índice de criminalidade”.

É interessante ressaltar que, ao contrário do herói internacional, o novo herói das telas brasileiras sempre perdia para o tal “sistema”, tão repetidamente citado durante o filme. Assim pode-se defender a possibilidade de que a própria incapacidade do capitão Nascimento de agir contra todo o conglomerado do sistema, transformando a conjuntura que o cercava, tenha servido como um aparato para maior identificação do público para com ele.

Ao ser indagado aos entrevistados quem seria este sistema, de pronto surgiu a resposta: “o sistema somos nós todos”. Esse posicionamento indica a consciência dos cadetes acerca de que, ao policial militar corresponde uma parcela da responsabilidade pelo estado em que se encontra a segurança em nosso país. Tal postura demonstra ser bem mais realista, contradizendo o exposto na trama cinematográfica, que faz referência ao sistema como uma força superior, etérea e desvinculada da realidade social.

Outra questão levantada entre os entrevistados foi se o baixo nível intelectual de parte da população contribuiria para a exigência de uma polícia mais truculenta. Nesse momento as opiniões se dividiram. Enquanto uma parte acreditava que sim, outra defendia que às vezes “a pessoa tem educação, tem cultura, tem estudo, mas passou por um trauma de ser assaltado três vezes”, como foi o caso do próprio policial que estava dando este depoimento. Assim, já se encontrando saturada se ser vitimada, parte da população veria nas ações policiais violentas uma forma mais rápida e efetiva de sanar os seus problemas de insegurança.

A respeito da função de catarse que a atuação do personagem Nascimento assumiu junto ao público, um dos entrevistados declarou: “Do mesmo jeito do capitão Nascimento, quem é que não teria vontade de chegar e dizer que a polícia militar devia acabar [...] ele falou o que o pessoal queria ouvir, o que o pessoal queria estar lá falando”. E, complementou o raciocínio com a afirmação: “Todo mundo é muito inerte, todo mundo vê a situação e só tem a coragem de apontar o erro, nem todo mundo tem a coragem de, pelo menos, chegar para o público e falar: está errado. E ele teve”.

Dando continuidade ao debate, foi utilizada a exibição de um trecho do filme *Tropa de Elite* (2007), no qual os policiais do BOPE são submetidos a um rígido

treinamento, onde sofrem agressões físicas e morais, por parte de seus superiores, sob a égide de ser esta a única forma de selecionar os bons policiais. Após a exibição, foi proposta a terceira pergunta para o debate, sendo esta: O filme *Tropa de Elite* (2007) aborda, entre outros aspectos, o processo de formação dos policiais militares. Trace um comparativo entre o que essa obra apresenta e sua realidade acadêmica, destacando pontos positivos e negativos, se houver?

Em resposta, foi dito que esse tipo de instrução, mais relacionado com as tropas especializadas, não forma adequadamente os policiais militares. Na verdade, segundo a opinião do entrevistado, nessas técnicas de ensino seriam utilizados “alguns meios desnecessários, em nome da mística, para poder falar que é uma tropa especializada, por causa da mística, isso não é preparo”.

Ainda de acordo com esse participante, não seria uma questão de apenas trocar as técnicas aplicadas e sim de desmistificar a imagem que se construiu, ao longo dos tempos, em relação àquelas conhecidas como as tropas de elite da polícia militar. Não haveria a necessidade de se humilhar o policial, pois no seu cotidiano, na realidade das ruas ele não seria submetido a nenhum tipo de humilhação e essas técnicas não o preparariam melhor, seja no âmbito psicológico ou físico.

Deve-se salientar que, mesmo se mostrando desfavoráveis ao uso da brutalidade apresentada no trecho exibido, os cadetes não foram específicos, sendo, até certa medida, vagos, quanto às inovações que deveriam ser inseridas durante seus processos formativos ou de aperfeiçoamento. Não foi citada, claramente, nenhuma outra técnica ou abordagem que pudesse ser o substitutivo do que se tem até os dias de hoje, mostrando que os cadetes tivessem conhecimento das mesmas.

Segundo as afirmações dos entrevistados, o interesse dos policiais pertencentes às tropas especializadas em participar dos treinamentos diferenciados é simbolizado pela vontade de utilizarem um fardamento diferenciado. Pois, “todo mundo quer vestir uma farda diferenciada. [...] como a polícia tem uma imagem ruim, todo mundo quer fugir dessa imagem”. Portanto percebe-se que se por um lado a citada mística, que envolve a formação e perpetuação das tropas especiais, recebe críticas, por outro ainda tem o poder de levar os policiais militares a desejarem ingressar em tais grupos. E, por conseguinte, a suportarem a submissão a um treinamento, muitas vezes, brutal e degradante, proporcionando a estes mesmos policiais a obtenção de um maior respeito e reconhecimento profissional, junto à sociedade.

Encerrando-se essa discussão e dando-se andamento às perguntas, chegou-se a quarta questão, sendo esta, diretamente relacionada à inserção do conhecimento acerca dos Direitos Humanos no processo formativo dos policiais, ao indagar-se que: Diante das necessidades sociais inerentes a um Estado democrático de Direito, como o período formativo dos cadetes, enquanto futuros gestores da Polícia Militar, poderia ser implementada, no que tange aos temas relacionados aos Direitos Humanos?

Uma das primeiras respostas foi que deveria ser modificada “a qualificação técnica e profissional, para quando ele fosse atuar, atuar de maneira mais técnica diminuindo essas lesões aos Direitos Humanos, durante a atuação policial, [...] não só na formação, mas que isso seja de forma continuada”. Ao explicar-se acerca do que queria dizer com capacitação técnica, o entrevistado concordou que isso implicaria em uma nova visão, também, por parte dos educadores, os quais deveriam estar consoantes com as novas perspectivas que envolvem o trabalho policial e o respeito e preservação aos Direitos Humanos.

Ainda abordando-se a teoria e a prática dos Direitos Humanos no ambiente educacional militar, foi gerado um breve momento de desconforto quando um dos cadetes pediu a palavra e fez questão de citar, de forma incisiva, o fato de termos que nos alongar por mais alguns minutos além do término da aula para concluirmos as questões propostas para o encontro. Todavia, a explicação foi clara e concisa, por parte desta pesquisadora, explicando-lhes que, antes de entrar em sala de aula, havia acertado com o cadete que se apresentou como xerife, enquanto representante de toda a turma, que precisaria de cerca de uma hora para concluir todo o processo, caso não sendo possível voltaria outro dia.

Em seguida, faltando apenas 90 minutos para o término do horário, houve um pedido do mesmo cadete para que um tenente que ministrava uma das disciplinas procedesse, fora de seu horário habitual, à entrega de notas, necessitando, para tanto, de apenas 5 minutos. Deste modo, acertado que o tenente teria esse tempo, deu-se que o prazo de 5 minutos estendeu-se, sem prévio acordo, por mais de meia hora, havendo a necessidade que o xerife de turma fosse alertado sobre o excesso de tempo decorrido.

Ao terminar de expor para toda turma, detalhadamente, o que aconteceu, explicitando que isso se caracteriza em um prévio acordo pedagógico, e que, de forma alguma, houve a intenção de desrespeitá-los em seus direitos. Em seguida,

esta pesquisadora deixou claro que teria sido a vítima de desrespeito, uma vez que fora obrigada a esperar mais de seis vezes a quantidade de prazo estipulada em acordo, sem nenhuma consulta ou satisfação, por parte dos cadetes.

De forma súbita, a acusação de desrespeito aos Direitos Humanos do alunado voltou-se aos gestores acadêmicos e não mais sobre esta pesquisadora, que mais uma vez sentiu-se hostilizada, como se estivesse naquele instante insensível às inquietudes e dificuldades com as quais os cadetes se deparam. Esta visão é, no mínimo equivocada, uma vez que, todo este esforço de pesquisa buscou dar voz aos cadetes para que expusessem livremente o que entendiam sobre todos os aspectos de sua profissão.

É pertinente observa-se, que aqueles que bradavam pelo respeito a sua dignidade humana não pareciam incomodar-se com o fato de que, desde os primeiros instantes, vários cadetes conversavam em voz alta, programando passeios ao cinema, com seus *notebooks* abertos acessando à *internet*. Desta forma, foi demonstrando um nítido desrespeito, tanto à pessoa da pesquisadora, quanto a importância de buscarem-se, cientificamente, soluções para as dificuldades por eles encontradas no processo formativo.

Entre os cadetes que procederam com maior indiferença e desrespeito, destacou-se aquele que, desde o início do encontro, na primeira fileira de cadeiras, fez questão de colocar dois protetores auriculares, utilizados na prática de tiro para abafar sons. Um sendo introduzido dentro da orelha e outro grande e de cor chamativa por cima do primeiro. Aprimorando a postura de total descaso, o mesmo cadete abriu o seu *notebook* e dele não desviou o olhar, em nenhum momento, fazendo questão de deixar claro que em nada contribuiria com o debate.

O que ficou nítido nesse instante foi que, a partir do momento que se entendam como atingidos em seus direitos ou até mesmo na pretensão destes, certos cadetes da turma ora analisada não hesitam em reivindicá-los. Contudo, a maior parte destes se mostrou incapaz de reconhecer os direitos das pessoas com as quais lidam, corriqueiramente, bem como a importância do entendimento de que em todas as relações devem ser, mutuamente, respeitados os direitos e deveres, com base na aceitação de regras e limites que definam esse compartilhar de vivências.

A seguir, encerrando as questões propostas, indagou-se: No que diz respeito a sua condição de policial militar, você se considera respeitado no seio

social, enquanto cidadão, cujos direitos e deveres se igualam a qual outro integrante da sociedade? Você já foi vítima de discriminação devido a sua profissão?

Devido ao adiantado da hora as respostas foram mais sucintas e se voltaram ao fato de que hoje com a crescente procura por empregos estáveis a carreira militar, mais especificamente o ingresso na corporação como cadete, tem sido bem vista pela sociedade. Mesmo assim, os entrevistados consideram comum que ainda se perceba certa preconceitos discriminatórios, para com os policiais militares.

Uma dos mais corriqueiros diz respeito à noção pré-concebida de os policiais militares são mal formados e pouco capacitados. A despeito das muitas exigências de todos os testes seletivos dos concursos aos quais, atualmente, se submetem os policiais militares para ingressarem na Corporação, muitas pessoas se apegam ao que acontecia, décadas atrás, quando os policiais militares eram incorporados aos quadros apenas por força de apadrinhamentos.

Contudo, no caso dos cadetes, certos aspectos fazem com que se distanciem de serem mal visto socialmente. Essa prerrogativa encontra respaldo ao considerarem-se alguns pontos, como o fato de que, para serem aprovados no Curso de Formação de Oficiais esses policiais militares se submetem a um concurso com alto grau de dificuldade, no qual se exige muito da capacidade física e mental dos concorrentes. Essa pode ser considerada uma quebra de certo paradigma discriminatório, acerca do entendimento de que ingressam na polícia militar apenas aqueles não possuem formação ou capacitação para nenhum emprego que exija mais qualificação. Além disso, a patente de cadete que passam a ocupar, desde seus primeiros dias no ambiente militar, já os coloca em uma posição hierárquica bastante confortável entre os demais policiais.

Apesar de todos esses pontos positivos, encerrando as declarações um dos cadetes comentou que, ao comemorar sua aprovação para ingressar no Curso de Formação de Oficiais, ficou chocado ao escutar de um de seus amigos, sob um tom consternado: “Mas você passou para a PM, logo você, um menino tão bom e educado”. Deste modo, tem-se mais uma prova irrefutável de que, em certa medida, a profissão policial militar ainda é alvo de preconceito por parte de alguns integrantes da sociedade civil, que a entendem como um caminho para a degradação moral.

Não havendo mais quem se pronunciasse a turma foi dispensada e aqueles que permaneceram em sala de aula, por mais alguns instantes, tiveram a oportunidade de receber trufas de chocolate em agradecimento à participação.

6.1.2.3 Conclusão

De forma geral, apesar da participação da turma não ter sido, em números absolutos, a esperada, a princípio, foi possível colher subsídios para que fossem percebidos pontos importantes referentes aos reflexos que o choque das culturas da ordem exerce sobre os futuros gestores das Polícias Militares, que se encontram em formação na Paraíba. Assim, observou-se que a aparente deficiência teórica e metodológica do repasse de conceitos importantes para a sua humanização, como no caso de temas relativos aos Direitos Humanos, assevera um distorcido entendimento da função social do policial militar, por parte dos policiais entrevistados.

Nesse contexto, a mídia reforça estereótipos que mais confundem do que esclarecem a opinião pública, acerca da legalidade das ações policiais, criando mitos e forjando policiais militares como pseudo-heróis, que, bem distante da função precípua de pacificadores sociais, surgem como possíveis vingadores da sociedade cansada de sofrer com a criminalidade. Portanto, tomando como base a informação de que a turma ora analisada estava em seus últimos dias de curso, torna-se bastante preocupante o posicionamento dos policiais militares pesquisados.

Os cadetes ainda demonstram muita insegurança, despreparo e, em certos casos, um significativo desinteresse em discutir e elaborar melhor o seu entendimento sobre temas de tamanha importância para a boa formação destes policiais, o que se refletirá no bom atendimento à sociedade. Em tempos de consolidação da democracia brasileira, nos mais diversos setores sociais, é de suma importância haver uma crescente qualificação do serviço público, principalmente em entre os profissionais de áreas tão importantes e complexas quanto à Segurança Pública.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

7.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que a Polícia Militar, nos moldes como atualmente é conhecida, originou-se na Era Moderna sob o conceito, de que deveria, prioritariamente, servir ao Estado, como aparelho repressor e antidemocrático, tendo suas ações guiadas pela truculência e pelo conservadorismo. Durante séculos, essa visão de subserviência à classe dominante fez com que o aparato de segurança governamental servisse aos propósitos das elites, afastando-se das necessidades da sociedade, que clamava por uma real sensação de segurança.

Amparada em um proceder que seguiu na contramão dos anseios por uma atuação mais democrática e que trabalhasse, conjuntamente, com a sociedade, a Polícia Militar fez crescer o descrédito da maioria dos cidadãos, em relação à Segurança Pública. Deste modo, foi sendo gerado e fortalecido, em parte da sociedade, o conceito errôneo de que apenas o policial violento e desumano seria capaz de combater a criminalidade, alimentando um ciclo que produz e mantém uma conduta destoante com os preceitos de respeito à cidadania e da busca pela paz social.

Contudo, a história recente do Brasil veio sendo marcada por forte desejo de estabelecer-se uma nova realidade social, na qual se espera que os policiais militares operem em contraposição aos antigos e paralisantes modelos de cultura da ordem, que se cristalizaram, durante séculos. Pois, fragilidade, ou certas vezes, a inexistência da parceria entre Polícia Militar e os cidadãos, funcionou como um significativo obstáculo, impedindo que se edificasse uma sociedade mais justa e pacífica.

Durante toda a existência das Polícias Militares no Brasil, as culturas de ordem que as estruturaram tenderam a refletir o contexto social, no qual se encontraram imersas, nem sempre acompanharam o mesmo compasso das transformações pelas quais passaram o contexto onde se inseriam. Mas, à medida que se intensifica a exigência social pela transição entre o perfil autoritário e o novo modelo de policial militar, adequado a uma realidade na qual a democracia busca se solidificar, surge nas Corporações Policiais Militares um choque inevitável, ao se contrapor o presente e o passado de tais culturas.

Portanto, analisando-se a realidade da Academia de Polícia Militar paraibana, inserida nesse contexto, foi possível confirmar a hipótese construída na introdução deste trabalho. Assim, é correto afirmar que, existe uma perceptível dificuldade entre os oficiais policiais militares em formação na Polícia Militar paraibana, concernente à administração do choque das culturas de ordem em seu ambiente educacional.

Tais barreiras têm alicerce no fato desses policiais militares possuírem um sólido *habitus*, marcado por um tradicionalismo militarista, no qual o belicismo e o tecnicismo foram introjetados, profundamente, em suas mentes, durante seu processo formativo, quer seja no transcorrer das aulas, quer seja na convivência do próprio ambiente militar. Consequentemente, a tradição do autoritarismo se sobrepõe à conduta democrática e humanizada, no que diz respeito, tanto ao relacionamento entre os próprios policiais militares, quanto entre a Polícia Militar e a sociedade.

Percebe-se nitidamente a importância de trazer ares de renovação a esse processo. Com base nesse olhar renovado sobre a educação deve ser considerado que o CFO paraibano conta com um corpo discente, cada dia mais, esclarecido intelectualmente, com pessoas que buscam reconhecimento de sua cidadania. Os cadetes paraibanos já não se limitam apenas a cumprir com seus deveres, mas também a exigir os seus direitos. Desta forma, será possível trazer da teoria à prática os preceitos de respeito a esses profissionais, enquanto seres humanos dignos de cuidados e, por conseguinte a conscientização deles próprios, sobre a necessidade de refletir tão posicionamento em sua atuação profissional.

Mas, para que esse objetivo seja alcançado, é necessário que haja um melhor intercâmbio entre os subordinados e seus superiores hierárquicos, baseado na colaboração e coparticipação de ambas as partes, com vistas a estabelecer um ambiente de trabalho e de aprendizado mais harmônico e frutífero. Deste modo, esses profissionais saberão lidar com todas as influências exercidas pelo contexto familiar e sociocultural que os cerca, sejam estas favoráveis ou não ao seu desenvolvimento enquanto ser humano complexo e, ao mesmo tempo, individual.

Toda uma gama de dificuldades tem asseverado o quadro da conflitividade entre os ecos do passado e as perspectivas de mudanças futuras na atuação policial militar dos oficiais policiais militares em formação na Paraíba. Nesse contexto, a ressonância do histórico que foi construído, ao longo dos anos, vem sendo

incorporado no cotidiano desses profissionais. Assim, pontos de vista distorcidos, como o conceito de que os Direitos Humanos atendem apenas aos que se rendem à criminalidade, ainda se encontram, bastante, presentes entre os cadetes paraibanos.

Como exemplo desse posicionamento pode ser destacada a discrepância, entre a teoria e a prática, no processo ensino-aprendizagem desses policiais. Apesar de contar com uma estrutura física bastante confortável e ser logisticamente bem amparado, o Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar da Paraíba apresenta certos entraves conceituais, que prejudicam a sua plena adequação aos parâmetros exigidos para a constituição de uma Polícia Militar cidadã.

Isso pôde ser comprovado ao avaliar-se o currículo do Curso de Formação de Oficiais paraibano. Pois, apesar de se encontrar, legalmente, consoante com o que dispõe a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), no que tange à inserção das disciplinas correlatas aos Direitos Humanos, isto não é o suficiente para que esse tema seja devidamente ministrado aos discentes.

Conseqüentemente, as perspectivas dos futuros oficiais em formação na Paraíba, ainda se mostram, em diversos pontos, enraizadas em padrões de cultura da ordem bastante ultrapassados. Diante das respostas obtidas na pesquisa de campo, bem como da observação realizada por esta pesquisadora, durante todo o período que atuou como professora no Centro de Educação da Polícia Militar, tornou-se evidente que ainda existem muitas arestas a serem aparadas nesse sentido.

Uma das mais preocupantes deficiências do aprendizado desses policiais militares diz respeito ao esclarecimento junto aos cadetes, acerca das verdadeiras noções sobre cidadania e Direitos Humanos. Visto que, o nível de desinformação demonstrado por eles levou muitos dos entrevistados a afirmarem desconhecer, completamente, esse tema. Mesmo sabendo-se que são ministradas disciplinas específicas de Direitos Humanos, verificou-se, repetidas vezes, que havia uma nítida confusão por parte desses policiais, tanto no aspecto conceitual, quanto no que se refere à aplicação práticas desses preceitos.

Dois tomadas de posição dos sujeitos de pesquisa merecem ser ressaltadas. A primeira relativa aos casos nos quais os policiais militares, equivocadamente, entendem que os beneplácitos dos Direitos Humanos, são reservados, prioritariamente, para os criminosos. Tal postura é, extremamente, nociva à construção de uma parceria entre a polícia e a sociedade, uma vez que

esses agentes de Segurança Pública sentem-se desrespeitados e desamparados. Pois, compreendem que, apesar de agir estritamente dentro da legalidade, eles não recebem as mesmas atenções dispensadas aos infratores da lei.

Essa atitude foi assumida de forma inflexível pelos entrevistados e além de ser, no mínimo, simplista e preconceituosa, desmerece todo avanço que foi e ainda continua sendo obtido socialmente, quando se põe em prática a filosofia dos Direitos Humanos. Tomando a parte pelo todo, baseando-se em ocasiões fortuitas e pontuais, ou, até mesmo, na conduta desvirtuada de alguns militantes dos Direitos Humanos, esses policiais ostentam uma visão superficial acerca de um tema, extremamente delicado e complexo. Deste modo, todo o universo de situações, nas quais as aplicações práticas desses conceitos deram uma notável contribuição à promoção da dignidade humana, durante séculos de lutas sociais, tem sua relevância menosprezada.

Outro ponto que também merece ser relatado acerca do olhar dos cadetes sobre os Direitos Humanos, diz respeito à necessidade deles mesmos serem reconhecidos como sujeitos merecedores de suas benesses, o que, segundo suas perspectivas, nem sempre ocorre no ambiente militar. Para os cadetes, o cotidiano militar é demarcado pelo entendimento de que o cumprimento dos deveres ocupa um *status* bem mais elevado do que a conquista dos direitos. Nesses casos, muitas vezes, ao buscar exemplos de desrespeito aos seus direitos, enquanto cidadãos, os cadetes elencam as questões envolvendo o desrespeito nas relações interpessoais com seus superiores, as quais consideram injustas.

Mas, sem compreender as bases conceituais sobre a cidadania, não se torna possível a esses policiais se reconhecerem como cidadãos, os quais na verdade o são e, buscarem subsídios para implementar mudanças efetivas nesse *status quo*. Portanto, dessa dinâmica surgiu um descompasso de entendimentos, que gerou uma confusa associação da conquista dos direitos de cidadania a certa judicialização das questões mais variadas.

Deste modo, toda a amplitude e complexidade desta matéria são reduzidas às causas individuais e não àquelas relativas aos direitos e às conquistas inerentes ao bem comum. Apartados das decisões de comando, ao invés de contribuírem para a criação de mecanismos, realmente, capazes de modificar essas relações hierárquicas e disciplinares.

Sem aceitar o autoritarismo das culturas de ordem do passado, os cadetes procuram meios de resolver suas questões particulares, por meio de instrumentos legais que, na verdade, não fazem com que tais culturas evoluam para se tornarem o amparo necessário à formação do que hoje se espera de uma policial mais cidadão. Mesmo que até certo ponto, tais ações garantam o direito de poucos, essa noção distorcida coloca-se bem distante da percepção de que tais direitos constituem-se em uma difícil e intrincada construção histórica, da qual todos devem usufruir igualmente. É nesse ponto que o sistema de ensino policial militar deve poder contar com um corpo docente qualificado, que funcione como instrumentadores das transformações necessárias, estando apto a guiar os policiais mais seguros e bem preparados, para os novos rumos que os aguarda. Para tanto, a formação destes formadores deve estar afinada com as atuais expectativas sociais acerca do trabalho policial militar, voltadas à defesa dos direitos de cidadania e a constituição de um policial mais eficiente e humanizado.

7.2 RECOMENDAÇÕES

Os posicionamentos dos oficiais em formação na Paraíba denotam o quanto são influenciados pelo nível de desconhecimento que apresentam, em relação à magnitude da filosofia dos Direitos Humanos. Portanto, analisando-se tais perspectivas tem-se evidenciada a necessidade de serem revistas e aprimoradas, não apenas a forma como esse tema vem sendo abordado junto aos cadetes, mas o modo como os oficiais policiais militares em formação na Paraíba se percebem como cidadãos, dentro e fora da caserna.

Também é recomendável que seja enfatizada uma avaliação pedagógica dos docentes responsáveis pela formação dos cadetes, especialmente, dirigida àqueles que sejam responsáveis pela ministração de temas de suma importância para a constituição de novas perspectivas humanizantes do trabalho policial militar. Pois, dessa forma, esses policiais militares poderão tornar-se multiplicadores desses saberes, interagindo socialmente como verdadeiros pedagogos da cidadania. Sabe-se que a figura do docente é de sua importância em processos de transformação individual e social, e que a função que o policial militar ocupa na sociedade é extremamente abrangente, lidando com todos os setores sociais, nos mais diversos níveis socioeconômicos e culturais.

Portanto, torna-se imprescindível que os educadores que lhes sejam reservados estejam, suficientemente, capacitados para lhes proporcionar bases solidamente fixadas no respeito à dignidade humana. Sob essa condição não será possível que o esmero em apurar seu tecnicismo os transforme em profissionais autômatos, meros repetidores de ordens e ritos.

É nítida a permanência de antigos padrões estigmatizantes no CFO paraibano, os quais impedem o estabelecimento de um novo olhar sobre a função social do policial militar, impregnado por uma nova cultura de ordem que torne a Polícia Militar e a sociedade parceiras em um projeto social que defina a relação entre ambas como sendo baseada em um sentimento mútuo de respeito e de empatia.

Portanto, outro ponto importante a ser reavaliado refere-se a buscar entender, até que ponto, o arcabouço conceitual repassado aos cadetes se afina com a nova cultura da ordem, que atualmente delinea o perfil socialmente idealizado do que entende por um policial cidadão, pautado, verdadeiramente, no respeito à cidadania e à dignidade humana. Pois, a falta de conhecimento das novas perspectivas se demonstrou tão significativa que, apesar de exporem seus descontentamentos, os próprios cadetes não se mostraram capazes de apontar alternativas que pudessem substituir as antigas práticas, renovando os contornos dos quais eles discordavam, em referência à cultura de ordem vigente.

Essas medidas são necessárias para buscar minimizar, ou até mesmo desfazer, os efeitos que o choque das culturas da ordem exerce sobre os cadetes paraibanos. Pois, enquanto a cultura do autoritarismo sobrepujar os valores éticos, relacionados à formação de policiais cidadãos e pacificadores, a adaptação da força policial militar aos atuais anseios sociais tornar-se-á ainda mais distante.

Tamanhas são as adversidades da profissão do policial militar, bem como as cobranças sociais por sua adaptação aos novos parâmetros que delinham sua atuação. É preciso que ele possa contar com um processo formativo que lhe ofereça bases sólidas para romper antigas barreiras e vencer as exigências desse período social de transformação.

Sabe-se que, em termos gerais, além dos cadetes em formação na Polícia Militar da Paraíba contarem com um considerável nível intelectual, também lhes são oferecidos um bom aparato tecnológico e um corpo de professores tecnicamente qualificados. Contudo, esses futuros oficiais da Polícia Militar ainda se apresentam,

em essência, bastante influenciados por conceitos que favorecem o distanciamento da formação que os conduza ao pleno respeito aos Direitos Humanos.

Compreende-se, portanto, que o período formativo dos cadetes em formação na Academia de Polícia Militar do Cabo Branco carece de bases mais sólidas, que conduzam estes policiais a descobrirem-se como sujeito de direitos e deveres, plenamente inseridos em uma sociedade democrática. Visto que, apenas compreendendo, claramente, as noções de cidadania esses profissionais poderão reconhecer, plenamente, a sua responsabilidade e importância social como promotores da paz e do bem estar social.

Vale também destacar a resistência e desconfiança verificadas, durante esta pesquisa, por parte dos cadetes em relação aos pesquisadores em Ciências Sociais. Portanto, recomenda-se que, ao abordar um tema complexo e sensível como Segurança Pública, é de suma importância que estes cientistas trabalhem livres de preconceitos e intolerâncias.

É necessário instigar-se entre os cientistas sociais uma produção acadêmica que propicie a ampliação de arcabouços teóricos, aptos a auxiliarem à reflexão acerca de novas possibilidades para a atuação policial. Mas para que isso se efetive, será preciso que se deponham antigos ranços que, historicamente se construíram, entre os pesquisadores desta área e os agentes da Segurança Pública. A ciência deve servir para transformar, ou, ao menos, aprimorar realidades, e não para cristalizar estereótipos e buscar ecoar reflexões estéreis, que se voltem meramente às críticas, pouco ou nada construtivas, sem apontar novas perspectivas que possibilitem mudanças positivas no perfil dos policiais militares.

Da mesma forma como não é admissível que os policiais sejam vistos como pertencentes a um patamar acima dos demais cidadãos, também não devem ser submetidos a um tratamento que desmereça o reconhecimento de sua cidadania e de seu valor social, como, por vezes ocorre na sua própria instituição.

Manter o policial militar como indivíduo apartado da sociedade, apenas como integrante do aparato coercitivo do Estado é extremamente nocivo para as expectativas acerca das transformações deste contexto, aumentando as chances de obter-se uma sociedade pacífica e harmoniosa. Todavia, não basta apenas que a Polícia Militar mude de atitude, buscando rever as adaptações necessárias em suas Corporações, dentro e fora de seu processo formativo.

É preciso que todos os setores sociais se mobilizem, conscientizando-se que a constituição de uma nova Polícia Militar, capaz de contribuir para uma vida mais pacífica, é uma questão social e não apenas responsabilidade dos agentes do governo. Para que isso ocorra é necessário haver a sensibilização dos gestores da Corporação, com vista a atentarem para a importância de se alinhar à perspectiva da construção de uma nova polícia, em coparceira não apenas com a sociedade, mas, com os todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem dos policiais militares.

Contudo, para que haja uma real transformação no aparato policial é preciso que os policiais militares sintam-se cuidados, com sua autoestima elevada, se reconhecendo como profissionais competentes e benquistos em sua Corporação, tendo orgulho da profissão que escolheram e de como a desempenham. Deste modo, estando cientes de que são respeitados como cidadãos, que de fato são, e sendo bem amparados na esfera biopsicossocial, esses profissionais da Segurança Pública passarão a agir de forma renovada.

Consequentemente, o posicionamento dos policiais militares, ao atender à população, terá o subsídio da empatia e, portanto, de uma conduta mais justa e eficiente, ao reconhecer no outro o seu igual. Deste modo, estará sendo fortalecido o sua capacidade de decidir, a forma mais justa, humana e eficiente, de proceder em sua atuação profissional.

Sabe-se que, certamente, determinadas ações violentas e desvirtuadas, protagonizadas por muitos policiais, deixaram marcas indelévels na relação polícia-sociedade. Portanto, a reversão desse quadro demanda tempo e bastante empenho e só haverá êxito nessa busca por renovação se a polícia, o Estado e a sociedade envidarem esforços conjuntos para buscar soluções. Um longo caminho ainda terá de ser percorrido pelas Corporações policiais militares. Romper paradigmas e construir uma imagem mais positiva diante da sociedade requer a superação de todo um histórico de desrespeito aos Direitos Humanos e distanciamento dos cidadãos, por parte dos policiais militares, assim como de acomodação com essa realidade, por parte da sociedade.

Assim, para que todas essas barreiras sejam vencidas, torna-se, imprescindível, que tanto a sociedade, como os próprios policiais, estejam conscientes da importância que representa ter-se um bom serviço de segurança pública para alcançar-se a promoção da paz e do desenvolvimento social. Diante

desse realidade a implementação do processo ensino-aprendizagem dos policiais militares representa um excelente instrumento de renovação do fazer policial.

Mas, os obstáculos são diversos e vencê-los requer, que, primeiramente, os policiais possam se reconhecer como sujeitos de direitos, completamente inseridos na sociedade. Pois, sob essa perspectiva, será aprimorado um senso de responsabilidade social, por parte desses profissionais, nutrido por um sentimento de respeito e apreço mútuos, entre a Polícia Militar e a sociedade.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE PREVENÇÃO À AIDS – AMAZONA. et al. Situação dos direitos humanos no Estado da Paraíba, Brasil. [**Relatório apresentado por ocasião da audiência, realizada em 27 de fevereiro de 2003**]. In: 117º período de sessões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_jg_dh_paraiba.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2013.

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. Treze reflexões sobre polícia e direitos humanos. In. BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Manual do Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária**. Brasília, DF: Senasp, 2008. p. 57-66.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BONDARUK, Roberson Luiz; SOUZA, César Alberto. **Polícia comunitária, polícia cidadã para um povo cidadão**. Curitiba: Comunicare, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **Economia das trocas simbólicas**. Introdução, organização e seleção Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007. (Coleção estudos, 20).

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 2004.

_____. **Manual do Curso de Multiplicador de Polícia Comunitária**. 2. ed. Brasília, DF: Senasp, 2007.

_____. **Manual do Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária**. Brasília, DF: Senasp, 2008.

_____. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Guia de Ações: Projeto Qualidade de Vida**. Brasília: MJ/Senasp. 2010. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJE9CFF814ITEMIDA389D710287540D395B12F0010E03340PTBRIE.htm>>. Acesso em: 22 fev. 2012

_____. Câmara dos Deputados. **Lei nº 192, de 17 de janeiro de 1936**. Reorganiza, pelos Estados e pela União, as Polícias Militares sendo consideradas reservas do Exército. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-192-17-janeiro-1936-501765-norma-pl.html>>. Acesso em: 22 fev. 2012.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 2.243, de 3 de junho de 1997**. Dispõe sobre o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/>

decreto/D2243.htm>. Acesso em: 22 fev. 2012.

BRODEUR, Jean-Paul. **Como reconhecer um bom policiamento**: Problemas e temas. Tradução Ana Luíza Amêndoa Pinheiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. (Série Polícia e Sociedade, 4).

GERMANO, José Willington. O discurso político sobre a educação no Brasil autoritário. In: **Cadernos do Cedes/ Centro de Estudos Educação Sociedade**. Os vinte e um anos de Ditadura Militar no Brasil e a Educação: seu legado para o debate educacional atual, Campinas, v. 28, n. 76, p. 313-332 set./dez. 2008. Campinas, 1980.

CANETTI, Elias. **Massa e Poder**. Tradução Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia da Letras, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. Vargas e os Militares: Aprendiz de feiticeiro. In: D'ARAÚJO, Maria Celina. **As instituições brasileiras da era Vargas**. Rio de Janeiro: EdUERJ: Ed. FGV, 1999. p. 55-82.

COUTO, Luiz Albuquerque. **Pronunciamento sobre a Operação Squadre da Polícia Federal**. Seção 302.2.54 de 12 nov. 2012. Brasília: Câmara dos Deputados, 2012. Disponível em: <<http://www.luizcouto.com/ger/nova-busca.php>>. Acesso em: 03 jan. 2013.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução Raquel Ramallete. 34. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007. 288 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005. 165 p.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1993.

GOMES, Laurentino. **1808**: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

LINDHOLM, Charles. **Carisma**: êxtase e perda da identidade na veneração de uma líder. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia científica**. 6. ed. São Pulo: Editora Atlas, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**, 1848. Disponível em: <<http://www.culturabrasil.org/zip/manifestocomunista.pdf>>. Acesso em: 20 jan 2010.

MIZUKAMI, Maria das Graças Nicoletti. **Ensino: As abordagens do processo.** São Paulo: Editora Pedagógica Universitária Ltda., 1986. (Coleção Temas Básicos de Educação e Ensino).

MONJARDET, Dominique. **O que faz a polícia: Sociologia da força pública.** Tradução Mary Amazonas Leite de Barros. ed. rev. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. (Série Polícia e Sociedade, 10).

NÓBREGA, João Bezerra da. **Lampião e o cangaço na Paraíba.** João Pessoa: Ideia, 2011.

OLIVEIRA, Luciano. Violência brasileira e direitos Humanos: a razão iluminista contra a parede. In: BITTAR, Eduardo C.; TOSI, Giuseppe. (Orgs.). **Democracia e educação em Direitos Humanos numa época de insegurança.** Brasília: Secretaria Nacional dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2008. p. 267-276.

PARAÍBA. Polícia Militar. Centro de Educação. **Resolução Nº 0004, de 10 de julho de 2006.** Cria o Curso de Especialização em Gestão e Tecnologias Educacionais. João Pessoa: PMPB, 2006a.

_____. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Especialização em Gestão e Tecnologia Educacional.** João Pessoa: PMPB, 2006b.

PERRENOUD, Philippe. **Formando professores profissionais: Quais estratégias? Quais competências?** Tradução Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artmed, 2001.

_____. **Pedagogia diferenciada: das intenções à ação.** Tradução Fátima Murad e Eunice Gruman. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. 184 p.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Léa das Graças C. **Docência no ensino superior.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

RIQUE, Célia e LIMA, Marcos Costa. **A nova relação entre a polícia e a sociedade: uma perspectiva emancipatória.** Recife: Bagaço, 2003.

SILVA, Jorge da. **Controle da criminalidade e Segurança Pública: na nova ordem constitucional.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2003.

SKIDMORE, Thomas E. **Uma história do Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

SUNG, Jung Mo. **Educar para reencantar a vida.** Petrópolis: Vozes, 2006.

TROPA DE ELITE. Produção de José Padilha e Marcos Prado. Rio de Janeiro: Zazen Produções, 2007. 1 DVD (118 min.): Ntsc, son., color. Português.

TROPA DE ELITE O FILME. *Site oficial.* Ficha técnica. 2010. Disponível em: <<http://www.tropadeeliteofilme.com.br/>>. Acesso em: 09 jul. 2011.

VILAÇA, Marcos Vinícius; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. **Coronel, coronéis**: apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da violência 2012**: Os Novos Padrões da Violência Homicida no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2011. Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2012.php>> Acesso em: 07 de jan. 2013.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. 5. ed. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1982.

APÊNDICE



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

Prezado(a) Cadete

Venho solicitar sua participação, por meio das respostas dadas neste questionário, na pesquisa: **O choque das culturas da ordem**. Este estudo tem como objetivo analisar como os cadetes da Academia de Polícia Militar do Cabo Branco lidam, durante o seu processo formativo, com as implicações da dialética existente entre um militarismo tradicionalista e autoritário, fortemente arraigado, e as atuais exigências sociais acerca de uma atuação profissional democrática, ética e humanizada.

Grata.

QUESTIONÁRIO

01 - Qual a sua faixa etária?

- a. Entre 18 e 21 anos c. Entre 26 e 28 anos e. Mais de 30 anos
b. Entre 22 e 25 anos d. Entre 28 e 30 anos

02 – Qual o seu sexo?

- a. Masculino b. Feminino

03 - Quantas vezes você já assistiu ao filme Tropa de Elite?

- a. Apenas 1 vez c. Entre 5 e 7 vezes e. Mais de 11 vezes
b. Entre 2 e 4 vezes d. Entre 8 e 10 vezes

04 – Em qual (quais) disciplina(s) o filme foi apresentado?

As perguntas a seguir foram baseadas no filme Tropa de Elite. Os trechos em *itálico* reproduzem fielmente a fala dos personagens. Por isso, podem conter erros gramaticais ou expressões chulas. O objetivo dessa transcrição foi levar ao entrevistado a maior veracidade possível, não exercendo juízo de valor sobre o que foi proposto durante o filme.

05 - Ao iniciar o filme o capitão Nascimento narra: “É burrice pensar que numa cidade assim os policiais vão subir o morro só para fazer cumprir a lei. Policial tem família, amigo. Policial também tem medo de morrer”. **Baseando-se nessa afirmação podemos dizer que:**

Em uma abordagem de alto risco o policial deve priorizar:

- a. Desistir da missão se considerá-la arriscada demais.
- b. Executar ordens, salvaguardando sua vida.
- c. Fazer cumprir a lei, mesmo pondo em risco sua vida e de outros.
- d. Cumprir a missão, resguardando sua vida e de sua tropa.
- e. Realizar apenas a parte da missão que julgou ser adequada.

06 - Considere o texto: “A maioria das pessoas não gosta de guerra (conflito com a criminalidade), e o Major Oliveira não era exceção. Toda sexta-feira ia buscar o arrego, a grana que os policiais corruptos cobram para aliviar o tráfico de drogas. Para que trocar tiro com a polícia se dar para negociar?”. **Assim, de acordo com sua visão, a corrupção teria como explicação:**

- a. Os baixos salários dos policiais militares.
- b. A falha de caráter do policial corrompido.
- c. A pressão exercida pelo grande número de policiais corruptos em uma instituição
- d. A corrupção dos superiores.
- e. Nenhuma das hipóteses.

07 - “A paz no Rio vem de um equilíbrio delicado entre a munição dos bandidos e a corrupção dos policiais, honestidade não faz parte do jogo”. Com base no exposto podemos dizer, que o medo do confronto desigual com a criminalidade pode fazer com que o policial se corrompa.

- a. Sim. Quanto maior o poderio da criminalidade, maior essa possibilidade
- b. Sim. Independentemente do poderio da criminalidade.
- c. Não. Quanto maior o poderio da criminalidade, mais a polícia se prepara para combatê-la.
- d. Não. Independentemente do poderio da criminalidade.
- e. Não a corrupção

08 - Avaliando o trecho em que o capitão Nascimento diz:

“Se o Rio dependesse só da polícia convencional os traficantes já teriam tomado a cidade faz tempo. É por isso que existe o BOPE, tropa de elite da Polícia Militar” [...] “Na teoria o BOPE faz parte da Polícia Militar, na prática é um polícia completamente diferente”. **Em sua opinião, a formação oferecida às tropas especiais de sua corporação, em relação ao restante da tropa, é:**

- a. Superior, por isso não se corrompem.
- b. Superior, mas não estão livres da corrupção.
- c. Igual, qualitativamente, mas especializada, por isso não se corrompem.
- d. Igual, qualitativamente, mas especializada, não estando livres da corrupção.
- e. Igual, qualitativamente, nada tendo a ver com os níveis de corrupção.

09 - Em uma das cenas, enquanto está de campana, o capitão Nascimento fala ao telefone e escuta o coração do seu filho bater, ainda no ventre de sua esposa. Algum tempo depois, ele chega à sua casa e reflete sobre sua vida: “é eu tenho que admitir, eu tava com o pavio curto e a minha vida tava ficando cada vez mais complicada”. **Em relação ao nível das interferências dos problemas profissionais na vida particular do policial, depende do(a):**

- a. Formação.
- b. Formação e de cada policial em particular.
- c. Policial.
- d. Existência de pressões externas.
- e. Rotina profissional.

10 - “Eu precisava de um substituto, mas não é fácil virar um capitão do BOPE. E encontrar alguém honesto, corajoso, com cabeça e coração, um policial pra ficar no meu lugar, era quase impossível”. Trazendo essa declaração para a realidade de sua corporação, podemos deduzir que:

- a. Alguns policiais julgam-se mais bem formados que outros, mesmo que a formação seja igualitária.
- b. Alguns policiais têm oportunidades de formação privilegiada.
- c. Todos os policiais são igualmente formados e seu melhor desempenho depende apenas de seu esforço.
- d. Todos os policiais são igualmente formados e seu melhor desempenho depende do seu relacionamento com os superiores.
- e. Alguns policiais nascem com as qualidades de um bom profissional e outros não as têm.

11 - Conforme a fala do capitão Nascimento: *“Quando o cara é idealista, estuda três anos para entrar na polícia, o primeiro dia de trabalho impressiona, mas com o tempo a maioria dos aspirantes a oficial se desilude.”* **Em relação ao seu curso de formação, você diria que lhe prepara para:**

- a. Relacionar a teoria à realidade profissional, de modo a não se decepcionar com as dificuldades.
- b. Relacionar a teoria à realidade profissional, mas e podem surgir dificuldades futuras.
- c. Enfrentar, em parte, a rotina profissional.
- d. Enfrentar as dificuldades futuras, mas o resultado depende de cada policial.
- e. Adquirir com a experiência diária o conhecimento e adaptação necessários ao bom exercício profissional.

12 - Ao avaliar as qualidades dos aspirantes Matias e Neto, o capitão Nascimento diz que o ideal seria unir a inteligência de um e o coração do outro. *“O Neto tinha polícia no coração” [...] “O Matias era inteligente e dedicado”.* **O perfil que um bom policial deve alcançar em sua formação deve:**

- a. Entregar seu “coração” à Corporação, vivendo em função do aprimoramento profissional.
- b. Privilegiar o desenvolvimento da coragem, pois um policial destemido enfrenta qualquer dificuldade.
- c. Buscar o aprimoramento profissional, sem deixar que ele interfira negativamente em sua vida pessoal.
- d. Conservar o aprimoramento da inteligência e dedicação, aliadas à coragem necessária ao exercício profissional, mesmo interferindo na sua vida privada.
- e. Conservar o aprimoramento da inteligência e dedicação, aliadas à coragem necessária ao exercício profissional, resguardando sua vida privada.

13 - Em uma incursão ao morro, o capitão Nascimento, buscando saber quem estava com a droga, obriga a um usuário a colocar o rosto próximo a um ferimento ensanguentado e em seguida o agrediu verbal e fisicamente. Sob seu ponto de vista, em uma situação de extrema tensão, o policial:

- a. Bem formado sempre aplica os ensinamentos que recebeu.
- b. Bem formado às vezes não aplica os ensinamentos que recebeu.
- c. Bem formado, dificilmente, aplica os ensinamentos que recebeu.
- d. Mal formado nunca aplica, na prática, os ensinamentos que recebeu.
- e. Mal formado às vezes não aplica os ensinamentos que recebeu.
- f. Bem ou mal formado, a escolha entre aplicar ou não os conhecimentos depende do policial.

14 - Refletindo sobre a morte do fogueiteiro Nascimento diz: *“A mãe do fogueiteiro me fez sentir remorso e para um oficial do BOPE esse era um sentimento perigoso [...] já estava passando da hora de colocar alguém no meu lugar”.* **Com base nesse depoimento, podemos dizer que o policial deve:**

- a. Evitar ser dominado pela emoção.
- b. Suprimir suas emoções, para que ele sobreviva à dura rotina profissional.

- c. Restringir as demonstrações emotivas aos seus familiares.
- d. Demonstrada suas emoções, sempre que possível.
- e. Manter seus sentimentos em equilíbrio, para não atrapalhar seu proceder e não torná-lo indiferente.

15 - Na aula inaugural, do curso do BOPE, os alunos são saudados com: “Os senhores chegaram aqui por suas próprias pernas, ninguém, absolutamente ninguém, os convidou e nenhum dos senhores é bem vindo aqui”. Em seguida são agredidos física e moralmente pelos instrutores. Quanto a utilização desse tipo de instrução, você diria que:

- a. Depende da disciplina ministrada, a necessidade de seu emprego.
- b. Independe da disciplina, pois não é o procedimento correto.
- c. Obedece a uma visão ultrapassada de ensino.
- d. Seleciona de forma eficiente os melhores policiais.
- e. Destaca os policiais mais duros e não, necessariamente, os melhores profissionais.

16 - Ainda sobre o procedimento adotado pelos instrutores do BOPE, na questão anterior, poderíamos dizer que:

- a. Forma policiais mais resistentes e bem preparados.
- b. Apresenta efeitos danosos à formação dos policiais.
- c. Diverge, em parte, à formação do policial cidadão.
- d. Discorda, totalmente, com a formação do policial cidadão, refletindo negativamente em sua vida profissional e social.
- e. Forma policiais mais resistentes e bem preparados, não interferindo na formação do policial cidadão.

17 - Soldados em treinamento entoam canções como:

*“O BOPE tem guerreiros,
que matam guerrilheiros.
Mata, esfolá, usando sempre seu fuzil
No BOPE tem guerreiros
que acreditam no Brasil.”*

A utilização de canções como essa nos treinamentos:

- a. Incentiva o amor à profissão.
- b. Alivia o cansaço.
- c. Incita à violência.
- d. Repassa a realidade da profissão.
- e. Desvirtua a missão dos policiais, de promover a paz social.

18 – Quando o chefe do tráfico do morro, Baiano, descobre que Matias é do BOPE, através do Jornal e ameaça a namorada dele. Em outra ocasião o repórter descobre um cadáver para fotografá-lo. Em sua opinião a mídia, em relação ao combate à criminalidade:

- a. Auxilia totalmente
- b. Auxilia em parte
- c. Mantém participação inexpressiva.
- d. Atrapalha mais que auxilia
- e. Atrapalha

19 - Durante o filme a imagem da postura dos policiais, frequentemente, surge como a de um profissional: grosseiro, desonesto, desmotivado, emocionalmente abalado, e de uma formação duvidosa. Você entende que essa imagem midiática, condiz com a realidade de sua corporação:

- a. Plenamente.
- b. Parcialmente.
- c. Em nada.

20 - Quando uma imagem negativa do policial é repetidamente apresentada pela mídia, quem é prejudicado (a):

- a. Instituição policial militar.
- b. Policial militar.
- c. Policial e sua família.
- d. Policial e a Corporação.
- e. Sociedade.

21 - Você avalia que a veiculação da imagem do policial militar, pelos meios de comunicação está:

- a. Primando sempre pela ética, visando bem informar à sociedade.
- b. Exibindo, em grande parte, de forma ética.
- c. Preferindo, sempre, o sensacionalismo.
- d. Ressaltando, na maioria das vezes, o sensacionalismo.
- e. Observando o equilíbrio entre a ética e o sensacionalismo.

22 - Quanto á exposição da imagem do policial militar, você entende que a escolha dos temas veiculados pelos meios de comunicação:

- a. Privilegia temas relacionados aos fatos negativos.
- b. Privilegia temas relacionados aos fatos positivos.
- c. Independe da sua natureza.
- d. Varia de acordo como tipo de mídia.
- e. Depende da repercussão que possa ser obtida pelo meio.

23 - No trato com a criminalidade, as ações do capitão Nascimento, e de seus comandados, diversas vezes, contrapõem-se ao que ditam os Direitos Humanos. Você afirmaria, que no âmbito da atividade policial, esses ditames visam:

- a. Defender, prioritariamente, os criminosos.
- b. Salvaguardar o bem estar do policial.
- c. Resguardar, igualmente, os direitos dos policiais e criminosos.
- d. Definir regras que devem ou não serem seguidas.
- e. Determinar como os policiais que não os seguem devem ser punidos.

24 - A recente implantação de temas transversais e específicos relacionados aos direitos humanos, no processo de formação dos policiais militares, é uma prática crescente. Entretanto, por vezes enfrenta certa resistência entre os agentes da Segurança Pública. Você diria que isso ocorre devido a(ao):

- a. Desconhecimento dos policiais sobre a temática dos Direitos Humanos.
- b. Desacordo dos policiais dos proceder, prático e legal, das instituições que defendem tais direitos.
- c. Erro no campo ético-filosófico que embasou os Direitos Humanos.
- d. Impossibilidade de aplicação prática, da teoria ensinada.
- e. Deficiência no repasse dos conceitos ligados ao tema, durante a formação do policial.

25 - Quanto aos Direitos Humanos, você pode afirmar que, no Brasil, quem mais desfruta de suas benesses é:
